

Rosilene Alessandra Marques

O PADRÃO CULTO ESCRITO EM USO NO BRASIL EM
GÊNEROS TEXTUAIS DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2010

Rosilene Alessandra Marques

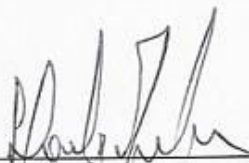
O PADRÃO CULTO ESCRITO EM USO NO BRASIL EM
GÊNEROS TEXTUAIS DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

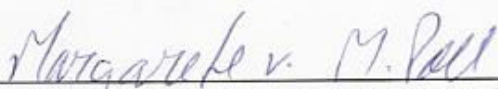
Área de Concentração: Linguística
Linha de Pesquisa: Linguística dos Gêneros e Tipos Textuais
Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Assis Rocha

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2010

Tese intitulada *O padrão culto escrito em uso no Brasil em Gêneros Textuais do domínio jornalístico*, defendida por ROSILENE ALESSANDRA MARQUES em 09/07/2010 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:



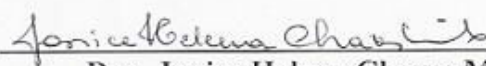
Dr. Luiz Carlos de Assis Rocha - UFMG
Orientador



Dra. Margarete von Mühlen Poll - UFPB



Dra. Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros - PUC/MG



Dra. Janice Helena Chaves Marinho - UFMG



Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat - UFMG

Dedico este trabalho à memória dos meus pais,
ao Eduardo e ao Prof. Luiz Carlos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por mais esta conquista. A vitória é graça concedida por Ele!

Aos meus pais, mesmo em memória, são presença constante em minha vida, referência de valores e de exemplos que sustentam minha caminhada. Esta conquista é uma homenagem a vocês!

Ao Eduardo, companheiro incondicional, pela compreensão nos momentos de ausência, força nas horas de desânimo, paciência nos momentos de ansiedade, apoio nas horas de queda, alegria nos instantes de felicidade, amor e carinho em todos os momentos. Esta conquista também é sua!

Ao Prof. Luiz Carlos, por aceitar-me novamente como orientanda, pela orientação humana e paciente, pela ética, compreensão, auxílio, sabedoria, pelos anos de convivência. Esta conquista também é sua!

À minha família, irmãos, sobrinhos, cunhadas e sogra, pelo apoio, orações, auxílio e presença constante.

Ao que vai chegar, vida que trouxe muita alegria ao término deste trabalho.

Às professoras Beatriz Decat e Janice Marinho, pelas sugestões e críticas no exame de qualificação que tanto contribuíram para a realização desta tese.

Aos funcionários das empresas jornalísticas que possibilitaram a aquisição dos periódicos e àqueles que gentilmente me cederam exemplares.

A UFMG, que me acolheu mais uma vez como aluna e permitiu a realização desta pesquisa.

Aos professores do Poslin, pela contribuição na minha formação.

A todos os meus professores, especialmente à Oneida, pela semente plantada.

Aos funcionários do Poslin e da biblioteca da Fale, por todos os anos de presteza.

À Beatriz, pela leitura e revisão deste trabalho, à Micheline e à Jerusa, pelo auxílio nas línguas estrangeiras.

Ao Helbert, Eni, Maria Cristina, Micheline e Fernanda, com quem pude compartilhar momentos de conquistas, inquietações, dificuldades e desânimo.

À Bianca, pela cooperação no empréstimo de livros.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gérias, pela licença concedida para estudos.

À Escola Estadual José Gonçalves, pela compreensão no afastamento para estudos e presteza nas questões burocráticas.

À Universidade de Itaúna e ao Colégio Sant'Ana, pelo apoio.

A todos que de alguma forma contribuíram com esta conquista, aos que cruzaram meu caminho, que me ensinaram, que comigo compartilharam.

“Tudo é do Pai
toda honra e toda glória
É Dele a vitória
alcançada em minha vida”
(Frederico Cruz)

A crítica à gramatiquice e ao normativismo não significa [...] o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma padrão. Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio da fala e da escrita. E conhecer a norma padrão é parte integrante do amadurecimento das nossas competências linguístico-culturais. O lema aqui deve ser: reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma padrão sem normativismo (FARACO, 2006, p. 25).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral investigar o padrão culto escrito em uso no Brasil nos gêneros textuais notícia, editorial, carta do leitor e artigo do domínio jornalístico. Entende-se que a representação do contexto de produção dos textos analisados sugere o uso da norma padrão, além de este ser um domínio de grande abrangência social. Para cumprir esse propósito, foi apurada, em um exemplar do jornal impresso mais vendido em cada estado do país, a frequência de alguns fatos linguísticos que apresentam variação de uso devido às diferenças no grau de monitoração do contexto. Os resultados apontam que o percentual dos usos linguísticos coincidentes com a norma padrão, cuja referência é a gramática tradicional, é significativamente maior que o percentual de usos não coincidentes com essa norma linguística. Além disso, esta pesquisa confirma algumas preferências no uso do padrão culto escrito no Brasil já apontadas por outros estudiosos (como a tendência ao emprego proclítico do pronome), sinaliza algumas variações que podem estar ocorrendo no emprego do padrão linguístico e, com base nos resultados obtidos, defende que, no processo de ensino-aprendizagem da norma padrão, sejam utilizados textos dos gêneros investigados, isto é, textos de efetiva circulação social e que seguem o padrão linguístico, a fim de desvincular o estudo dessa norma linguística da tradição literária, das frases descontextualizadas e dos exercícios estritamente metalinguísticos.

Palavras-chave: norma padrão; gêneros textuais; domínio jornalístico; ensino de Português.

ABSTRACT

This study aims to investigate the normative written standard being used in Brazil regarding the textual genres such as news, editorials, reader's letter and journalistic articles. It is known that the context representation of the analyzed texts suggests the use of normative standard, besides being widely socially broad. To fulfill this purpose, the frequency of some linguistic facts which carry variation usage according to the differences concerning text supervision was raised in samples of the top pressed newspapers from each state of the country. The outcome shows that the percentage of the linguistic usage that is coincident with the normative standard, whose reference is the traditional grammar, is significantly greater than the percentage of the non-usage of this normative standard. In addition to this, this study assures some preferences regarding the usage of the written normative standard in Brazil that have already been taken into account by other researchers (such as the use of the pronoun before the verb), and it also highlights some variations that may be taking place concerning the linguistic standard usage. Based on the outcomes from this study, it is believed that investigative texts should be used in the normative standard teaching/learning process, ist ed, texts that have effective social broadcast, as well as texts that follow the linguistic standard, in order to disassociate the study of this linguistic norm of the literary tradition from contextless sentences and the strictly metalinguistic exercises.

Key words: standard norm; textual genres; journalistic domain; Portuguese teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Contínuo de monitoração estilística.....	32
FIGURA 2 -	Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita	34
QUADRO 1 -	Jornal diário impresso mais vendido em cada estado do Brasil, no ano de 2007.....	82
GRÁFICO 1 -	Colocação pronominal no início de período.....	117
GRÁFICO 2 -	Colocação pronominal em oração sem palavra de valor atrativo (geral)...	118
GRÁFICO 3 -	Colocação pronominal em início de oração que não abre o período e sem condição motivadora para a próclise.....	120
GRÁFICO 4 -	Uso facultativo de próclise ou ênclise com a forma verbal simples no infinitivo não flexionado com preposição – pronomes <i>o(a)(s)</i>	124
GRÁFICO 5 -	Uso facultativo de próclise ou ênclise com a forma verbal simples no infinitivo não flexionado sem preposição – pronomes <i>o(a)(s)</i>	125
GRÁFICO 6 -	Uso facultativo de próclise ou ênclise com a forma verbal simples no infinitivo não flexionado com preposição – pronomes <i>me, se, lhe(s)</i> e <i>nos</i>	126
GRÁFICO 7 -	Uso facultativo de próclise ou ênclise com a forma verbal simples no infinitivo não flexionado sem preposição – pronomes <i>me, se, lhe(s)</i> e <i>nos</i>	127
GRÁFICO 8 -	Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos com a forma verbal simples: dados gerais.....	128
GRÁFICO 9 -	Colocação pronominal em encontro verbal com palavra atrativa.....	132
GRÁFICO 10 -	Colocação pronominal em encontro verbal sem palavra atrativa.....	135
QUADRO 2 -	Regência dos verbos analisados nesta pesquisa.....	147
GRÁFICO 11 -	Regência verbal: dados gerais.....	151
GRÁFICO 12 -	Emprego da preposição com o sujeito de uma forma verbal infinitiva.....	155
GRÁFICO 13 -	Emprego do pronome relativo preposicionado.....	156
GRÁFICO 14 -	Concordância verbal: sujeito posposto simples plural e sujeito plural na voz passiva sintética.....	163
GRÁFICO 15 -	Emprego dos pronomes demonstrativos com referente já mencionado (retomada).....	175
GRÁFICO 16 -	Emprego dos pronomes demonstrativos: dados gerais.....	177
GRÁFICO 17 -	Emprego do futuro do presente do indicativo.....	181
GRÁFICO 18 -	Emprego do pretérito mais-que-perfeito simples e composto.....	182

GRÁFICO 19 - Emprego da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome <i>nós</i>) e da expressão <i>a gente</i> na função de sujeito.....	186
GRÁFICO 20 - Emprego dos tipos de abreviação: dados gerais.....	197

LISTA DE TABELAS

1 - Colocação pronominal com a forma verbal simples.....	104
2 - Colocação proclítica com a forma verbal simples.....	105
3 - Emprego proclítico do pronome com a forma verbal simples: consoante à NG.....	107
4 - Emprego proclítico do pronome com a forma verbal simples: discordante da NG.....	110
5 - Emprego proclítico do pronome com a forma verbal simples: uso facultativo.....	113
6 - Colocação enclítica com a forma verbal simples.....	115
7 - Emprego enclítico do pronome com a forma verbal simples: consoante à NG.....	117
8 - Emprego enclítico do pronome com a forma verbal simples em oração sem palavra atrativa.....	118
9 - Colocação pronominal com a forma verbal simples em oração sem palavra atrativa.....	119
10 - Colocação pronominal depois de pausa entre a palavra atrativa e o verbo.....	121
11 - Colocação pronominal em orações com gerúndio sem a ocorrência da preposição em..	122
12 - Emprego enclítico do pronome com a forma verbal simples: uso facultativo.....	123
13 - Colocação pronominal com a forma verbal simples conforme gêneros textuais do domínio jornalístico.....	129
14 - Uso proclítico do pronome com a forma verbal simples conforme gêneros textuais do domínio jornalístico.....	130
15 - Uso enclítico do pronome com a forma verbal simples conforme gêneros textuais do domínio jornalístico.....	131
16 - Colocação pronominal em encontro verbal com palavra atrativa.....	133
17 - Colocação pronominal em encontro verbal sem palavra atrativa.....	136
18 - Colocação pronominal em encontro verbal: emprego geral.....	139
19 - Colocação pronominal em encontro verbal: gênero notícia.....	140
20 - Colocação pronominal em encontro verbal: gênero editorial.....	140
21 - Colocação pronominal em encontro verbal: gênero carta do leitor.....	141
22 - Colocação pronominal em encontro verbal: gênero artigo.....	141
23 - Regência verbal: verbos <i>assistir</i> e <i>visar</i>	148
24 - Regência verbal: verbos <i>chegar</i> e <i>ir</i>	149
25 - Regência verbal: verbo <i>implicar</i>	150
26 - Regência verbal: verbos <i>lembrar</i> e <i>esquecer</i>	150
27 - Regência verbal conforme o gênero textual.....	152

28 - Emprego da preposição com o sujeito de um verbo no infinitivo conforme o gênero textual.....	158
29 - Emprego do pronome relativo preposicionado conforme o gênero textual.....	158
30 - Concordância verbal: sujeito posposto simples plural e sujeito plural na voz passiva sintética.....	162
31 - Concordância verbal: sujeito posposto simples plural e sujeito plural na voz passiva sintética conforme o gênero do texto.....	164
32 - Emprego dos pronomes demonstrativos: situações de uso.....	170
33 - Emprego dos pronomes demonstrativos: referente próximo do produtor.....	171
34 - Emprego dos pronomes demonstrativos: referente distante do produtor e do receptor...	171
35 - Emprego dos pronomes demonstrativos: tempo presente.....	172
36 - Emprego dos pronomes demonstrativos: passado ou futuro próximos.....	173
37 - Emprego dos pronomes demonstrativos: passado distante ou vago.....	173
38 - Emprego dos pronomes demonstrativos: referente já mencionado (retomada).....	174
39 - Emprego dos pronomes demonstrativos: referente será mencionado (antecipação).....	175
40 - Emprego dos pronomes demonstrativos: alusão a termo precedente.....	176
41 - Emprego dos pronomes demonstrativos conforme o gênero textual.....	177
42 - Emprego dos pronomes demonstrativos conforme o gênero textual: referente já mencionado (retomada).....	178
43 - Emprego do futuro do presente conforme o gênero textual.....	183
44 - Emprego do pretérito mais-que-perfeito conforme o gênero textual.....	184
45 - Emprego da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome <i>nós</i>) e da expressão <i>a gente</i> na função de sujeito conforme o gênero textual.....	189
46 - Emprego das abreviaturas.....	193
47 - Emprego das siglas.....	195
48 - Emprego dos símbolos.....	196
49 - Emprego das abreviações conforme o gênero textual.....	198
50 - O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico em relação à norma padrão.....	200
51 - O padrão culto escrito em uso conforme gêneros textuais do domínio jornalístico.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC -	Acre
AL -	Alagoas
AP -	Amapá
AM -	Amazonas
BA -	Bahia
CBC -	Conteúdo Básico Comum
CE -	Ceará
CGPL -	Coordenadoria-Geral dos Programas do Livro
DF -	Distrito Federal
ES -	Espírito Santo
FNDE -	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GO -	Goiás
IDEB -	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IVC -	Instituto de Verificação de Circulação
MA -	Maranhão
MG -	Minas Gerais
MS -	Mato Grosso do Sul
MSN -	<i>Microsoft Service Network</i>
MT -	Mato Grosso
NG -	norma gramatical
NURC -	Norma Linguística Urbana Culta
P -	pronome pessoal do caso oblíquo átono
PA -	Pará
PB -	Paraíba
PCNLP -	Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa
PE -	Pernambuco
PI -	Piauí
PNE -	Plano Nacional de Educação
PNLEM -	Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio
Prep. -	preposição
Pres. -	presente

Pret. -	pretérito
Poslin -	Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais
PR -	Paraná
Pron. -	pronome
RJ -	Rio de Janeiro
RN -	Rio Grande do Norte
RO -	Rondônia
RR -	Roraima
RS -	Rio Grande do Sul
SC -	Santa Catarina
SEE-MG -	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
SP -	São Paulo
SE -	Sergipe
TO -	Tocantins
UF -	unidade federativa
V -	verbo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 A NORMA PADRÃO	27
1.1 Língua, linguagem e sociedade.....	27
1.2 A variação linguística.....	30
1.3 A regulação linguística.....	35
1.4 A norma padrão e a norma culta: (in)definições.....	39
1.5 O estudo da gramática tradicional e o ensino da norma padrão.....	43
1.6 Ensino da norma padrão: uma necessidade social.....	53
1.7 A linguagem jornalística e a norma padrão contemporânea.....	58
2 OS GÊNEROS TEXTUAIS	63
2.1 Os gêneros textuais e a norma padrão.....	63
2.2 Gêneros textuais do domínio jornalístico.....	69
2.2.1 Notícia.....	72
2.2.2 Editorial.....	74
2.2.3 Carta do leitor.....	76
2.2.4 Artigo.....	77
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	79
3.1 Delimitação do <i>corpus</i>	79
3.2 <i>Corpus</i>	80
3.3 A seleção dos jornais.....	81
3.4 Fatos linguísticos investigados.....	82
3.5 A coleta de dados.....	84
3.6 Exposição e análise dos dados coletados.....	85
3.7 Análise do livro didático.....	86
4 PESQUISA REALIZADA NOS GÊNEROS NOTÍCIA, EDITORIAL, CARTA DO LEITOR E ARTIGO DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO	88
4.1 Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos.....	88
4.1.1 Consulta às obras de referência gramatical.....	88

4.1.1.1 Forma verbal simples.....	89
4.1.1.2 Encontros verbais.....	97
4.1.2 Descrição e análise dos dados coletados.....	103
4.1.2.1 Forma verbal simples.....	104
4.1.2.1.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	104
4.1.2.1.1.1 Dados gerais.....	104
4.1.2.1.1.2 Os casos de próclise.....	105
4.1.2.1.1.3 Os casos de ênclise.....	115
4.1.2.1.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	128
4.1.2.2 Encontros verbais.....	131
4.1.2.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	131
4.1.2.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	139
4.2 Regência verbal e emprego de preposição.....	142
4.2.1 Regência de alguns verbos.....	143
4.2.1.1 Consulta às obras de referência gramatical.....	143
4.2.1.2 Descrição e análise dos dados coletados.....	147
4.2.1.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	147
4.2.1.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	152
4.2.2 Alguns empregos de preposição.....	153
4.2.2.1 Consulta às obras de referência gramatical.....	153
4.2.2.2 Descrição e análise dos dados coletados.....	155
4.2.2.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	155
4.2.2.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	157
4.3 Concordância verbal.....	159
4.3.1 Sujeito posposto simples plural, sujeito plural na voz passiva sintética e sujeito posposto composto.....	160
4.3.1.1 Consulta às obras de referência gramatical.....	160
4.3.1.2 Descrição e análise dos dados coletados.....	161
4.3.1.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	161
4.3.1.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	164
4.4 Empregos diversos.....	165
4.4.1 Emprego dos pronomes demonstrativos.....	165
4.4.1.1 Consulta às obras de referência gramatical.....	166
4.4.1.2 Descrição e análise dos dados coletados.....	170

4.4.1.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	170
4.4.1.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	177
4.4.2 Emprego da forma verbal simples e do encontro verbal.....	178
4.4.2.1 Consulta às obras de referência gramatical.....	179
4.4.2.2 Descrição e análise dos dados coletados.....	180
4.4.2.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	180
4.4.2.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	183
4.4.3 Emprego da 1ª pessoa do plural e da expressão <i>a gente</i> na função de sujeito.....	184
4.4.3.1 Consulta às obras de referência gramatical.....	185
4.4.3.2 Descrição e análise dos dados coletados.....	186
4.4.3.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	186
4.4.3.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	189
4.4.4 Abreviação.....	189
4.4.4.1 Consulta às obras de referência gramatical.....	190
4.4.4.2 Descrição e análise dos dados coletados.....	193
4.4.4.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico.....	193
4.4.4.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico.....	198
5 RESULTADO GERAL DA PESQUISA.....	199
5.1 Dados gerais.....	199
5.2 O padrão culto escrito em uso nos gêneros textuais.....	203
6 OS FATOS LINGUÍSTICOS ANALISADOS E A ABORDAGEM DE UM LIVRO DIDÁTICO.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS.....	221

INTRODUÇÃO

O uso da norma padrão é uma necessidade discursiva das situações de produção de alguns gêneros textuais dos domínios técnico, científico e jornalístico, tais como requerimentos, ofícios, procuração, artigos, resenhas, notícias, reportagens, dentre outros. Alguns desses gêneros são concretizados nas atividades profissionais, outros, na realização de trabalhos acadêmicos, a fim de atender as necessidades sociais de interação.

Em uma sociedade em que se valoriza a cultura letrada, como é o caso da brasileira, o aprendizado da norma padrão pode ser considerado importante instrumento de inserção social. À escola, dentre outras funções, é atribuído o ensino dessa norma, como orientam os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (BRASIL, 1998). Porém, devem ser refletidas as formas utilizadas pela escola para promover o aprendizado da norma padrão.

Atualmente, o ensino de Português na educação básica é norteado pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (BRASIL, 1997, 1998, 1999) – PCNLP – que apresentam orientações fundamentadas na perspectiva discursiva da linguagem, entendida como um processo de interação. Com base nessa concepção, os textos – que se concretizam socialmente nos gêneros textuais (MARCUSCHI, 2002) – passam a ocupar um lugar privilegiado no discurso escolar. Entretanto, na sala de aula, ainda podem ser observadas ações díspares das que são idealizadas, pois muitos professores não conseguem promover o ensino da língua pela abordagem discursiva, conforme apontam algumas pesquisas, como as realizadas por Castro (2002), Moraes (2003) e Carvalho (2005)¹.

Neves (2002), em pesquisa realizada com cento e setenta professores de Português do ensino fundamental², mostra que as atividades de identificação de funções sintáticas e, principalmente, as de classificação de palavras são as mais frequentes nas aulas de gramática, embora todos os docentes investigados tenham reconhecido que tais exercícios não levam o aluno a “escrever melhor” (NEVES, 2002, p. 239). Em contrapartida a essa realidade, parece-

¹ Essas pesquisas, em nível de mestrado, serão explicitadas no capítulo 1, seção 1.5.

² Essa pesquisa encontra-se resumida em: NEVES, M. H. de M. *Gramática na escola*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 69 p. Embora a investigação de Neves (1994) tenha sido realizada antes da publicação dos PCNLP, consideramos relevante citá-la, pois julgamos que não houve mudanças efetivas na prática do ensino de Português, conforme apontam as pesquisas de Castro (2002), Moraes (2003) e Carvalho (2005): o professor adota um discurso atualizado, mas mantém a prática pedagógica tradicional.

-nos haver alguns professores que, na tentativa de serem “modernos”, baniram totalmente o ensino de gramática tradicional e, em suas aulas, adotam somente textos. Os adeptos dessa prática normalmente desconsideram o contexto discursivo e aceitam qualquer expressão linguística em qualquer circunstância, pois acreditam que a “correção” constitui “preconceito linguístico” (cf. CASTILHO, 2002). Entendemos que essas duas práticas pedagógicas são equivocadas. A primeira reproduz o ensino que se fundamenta somente na estrutura linguística, desconsiderando o ensino da língua pela abordagem discursiva. A segunda também despreza essa abordagem, pois qualquer forma de linguagem é aceita, independente do contexto de produção/recepção. Tais práticas são extremistas e divergem das orientações atuais de ensino de Língua Portuguesa.

Diante das indefinições e contradições provocadas pela mudança do objeto de ensino de Português – da gramática tradicional para o texto –, pode-se dizer que a educação básica, na atualidade, não tem cumprido satisfatoriamente seu papel de ampliar a competência linguístico-discursiva dos alunos, como sugerem alguns dados estatísticos. Como exemplo, citamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (BRASIL, 2008), aferido em 2007, que, no Brasil, é de 4,2, índice inferior à média 6 dos países desenvolvidos. Entendemos *competência linguístico-discursiva* como a habilidade de o sujeito usar adequadamente os diversos conhecimentos linguísticos conforme a situação de interação, a fim de alcançar os objetivos discursivos almejados. O aluno, ao chegar à escola, traz consigo saberes linguísticos peculiares a seu grupo social. Cabe à escola respeitar esses conhecimentos e favorecer o aprendizado de outros socialmente valorizados, como a leitura, a escrita, a norma padrão.

Neste cenário de contradições no ensino de Língua Portuguesa, realizamos uma pesquisa (MARQUES, 2005), em nível de mestrado, a fim de investigar a relação entre o ensino de gramática tradicional e o domínio da norma padrão, bem como os seus reflexos na produção escrita de profissionais graduados. Para cumprir esse propósito, no primeiro semestre de 2005, foram investigados cinquenta profissionais em atuação, graduados em diversas áreas, exceto nas que são diretamente ligadas à produção escrita (Letras, Jornalismo, Publicidade, Direito, etc.). O objetivo geral foi investigar se o conhecimento da norma padrão era relevante nas atividades exercidas por esses profissionais (dentistas, fisioterapeutas, contadores, médicos, administradores, etc.) e qual o grau de domínio dessa norma linguística – análise realizada com base em um texto escrito pelo profissional –, visto que todos os profissionais

havia passado por um longo período de escolarização (66% dos sujeitos estavam fazendo ou haviam concluído algum curso de pós-graduação). O *corpus* foi constituído de opiniões dos sujeitos, texto escrito (explicitando como era a atividade profissional exercida) e exercícios gramaticais (classificação de palavras e identificação de funções sintáticas). Essa investigação revelou dados interessantes, tais como:

* A maioria dos profissionais considerou importante o domínio da norma padrão, pois eles expuseram que necessitavam desse conhecimento nas atividades acadêmicas de formação continuada (cursos de pós-graduação) e, principalmente, no exercício de suas profissões, mesmo que estas não estivessem diretamente ligadas à atividade escrita. Esse dado sugere, pelo discurso dos próprios sujeitos, a relevância do ensino dessa norma linguística.

* Embora a gramática tradicional tenha sido o foco do ensino de Português na educação básica dos participantes (todos os sujeitos concluíram o ensino médio até o fim da década de 90, época em que as orientações dos PCNLP ainda não haviam chegado à escola), metade do número dos investigados não obteve qualquer acerto nos exercícios gramaticais (classificação de palavras e identificação de funções sintáticas), e dentre os 50% que acertaram algum, o índice máximo de acerto, num total de 10 atividades, foi 5,5, alcançado apenas por dois participantes. Diante desses dados, ponderamos que a falta de significação desses conhecimentos nos contextos sociodiscursivos dos profissionais pode ter levado os sujeitos ao esquecimento da metalinguagem gramatical³.

* Os textos produzidos, em grande parte, cumpriram os objetivos comunicativos estabelecidos na interação. Os problemas mais frequentes foram quanto à coerência argumentativa, emprego de conectivos e, principalmente, regência e pontuação, sendo esses dois usos diretamente ligados à adequação do texto ao padrão linguístico.

Com base nesses dados, ponderamos que exercícios de classificação de palavras e de identificação de funções sintáticas não constituem atividades eficientes no aprendizado da norma padrão, pois profissionais graduados, que tiveram na educação básica tais atividades

³ Consideramos que esse esquecimento não ocorre somente quanto à metalinguagem gramatical no ensino de Língua Portuguesa, mas também acontece no ensino de outros tópicos e de outras disciplinas. Esse fato está relacionando com os saberes escolares que, de modo geral, não apresentam aplicabilidade na vida do sujeito enquanto cidadão nas suas práticas sociais.

privilegiadas, apresentaram desvios no uso dessa norma linguística⁴.

A partir dessa pesquisa, surgiram questionamentos que instigaram a realização deste trabalho: Ao considerarmos que um dos objetivos da escola é o ensino da norma padrão, quais instrumentos devem ser utilizados para se alcançar esse propósito, uma vez que exercícios de metalinguagem gramatical, conforme sugere a pesquisa de Marques (2005), não garantem o aprendizado satisfatório dessa norma linguística? Atualmente, o texto deve ser o foco no ensino de Língua Portuguesa. Quais textos utilizar no estudo do padrão linguístico, a fim de desvincular o ensino dessa norma das atividades estritas de metalinguagem gramatical?

A língua é dinâmica e varia em decorrência de diversos fatores, como os de ordem diacrônica, diatópica e diastrática. No atual contexto de mudanças, principalmente ocasionadas pelas transformações na organização social e pelas inovações tecnológicas (uso da internet, por exemplo), que implicam novos modos de interação, indagamos: Como se configura atualmente a escrita de pessoas que lidam publicamente com a norma padrão, visto que os usos cotidianos⁵ têm se distanciado da norma apresentada na gramática tradicional? Considerando-se que o ensino da norma padrão – bem como de outros tópicos linguísticos – deve ser realizado com base em textos, e que estes são socialmente constituídos em gêneros textuais, como se configura atualmente essa norma linguística⁶ em alguns gêneros cuja representação do contexto de produção/recepção sugere o emprego de uma escrita mais monitorada⁷?

Com o objetivo descrever a norma escrita brasileira, Lima (2003), em tese de doutorado, apurou a frequência de uso de vários fatos linguísticos em textos formais dos domínios jornalístico, técnico e científico, realizando um trabalho de comparação entre os usos linguísticos encontrados nos textos com a norma padrão apresentada nas gramáticas tradicionais. A pesquisadora constatou, após a análise de mais de onze mil exemplos, que a

⁴ Para a análise dos textos dos profissionais, consideramos *norma padrão* a norma apresentada nas gramáticas tradicionais.

⁵ Nesta tese, *uso cotidiano* é entendido como o emprego da língua em contextos de fala espontânea ou de escrita em situações informais.

⁶ É importante ressaltar que não pretendemos descrever o padrão linguístico escrito de forma ampla, o que seria inviável pela natureza deste trabalho, mas como se configuram alguns usos linguísticos dessa norma.

⁷ Com base no contínuo de *monitoração estilística* apresentado por Bortoni-Ricardo(2004), consideramos “monitorada” a escrita realizada em situações discursivas em que socialmente se espera o uso da norma de prestígio, o que exige maior atenção (monitoração) do produtor em relação às suas escolhas linguísticas. Esse tópico será explicitado no capítulo 1, seção 1.2.

maioria dos usos linguísticos contemporâneos em textos formais coincide com as regras expostas nas gramáticas tradicionais, tais como: concordância verbal com expressões partitivas e com sujeito posposto; emprego de *cujo* e de pronomes relativos preposicionados; uso de preposição em casos de regência nominal; emprego de preposição em casos de regência de verbos que apresentam oscilações de uso (formal e informal). A investigação de Lima (2003) mostra que, em se tratando de escrita formal, o padrão linguístico em uso apresenta poucas variações em relação à norma padrão explicitada nas gramáticas tradicionais. As variações mais expressivas referem-se à colocação pronominal, que ratificam a tendência brasileira de predileção pela próclise.

Considerando-se que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 1997, 1998, 1999) orientam o ensino de Português e que este deve ser fundamentado em textos, bem como na sua diversidade de gêneros, entendemos que o ensino da norma padrão – que comumente é confundido com atividades de metalinguagem – deve ser repensado. Nesse sentido, com base nos dados da pesquisa de Lima (2003) e nas orientações dos PCNLP, levantamos alguns questionamentos:

* Como se configuram atualmente alguns usos linguísticos nos gêneros textuais do domínio jornalístico cuja representação do contexto de produção/recepção sugere o emprego da norma padrão?

* Perini (1999, p. 86-87, grifo do autor) afirma que “*existe* um português-padrão altamente uniforme do País; e podemos contar encontrá-lo (*sic*) nos textos jornalísticos e técnicos”. Esse padrão linguístico é mesmo “altamente uniforme” em textos jornalísticos, em todo o Brasil? Há variação na norma escrita em decorrência do gênero textual, ainda que este seja constituído em um contexto relativamente monitorado?

* Há um tempo, os jornais líderes de venda eram os mais “conceituados”, direcionados a uma elite letrada. Contudo, esse panorama tem apresentado alterações, e, em alguns estados do Brasil, os jornais mais vendidos atualmente são os chamados “populares”⁸, que salientam a informação de massa, com temas que despertam a curiosidade da população. Em razão do

⁸ Dado constatado após a análise que fizemos dos relatórios emitidos pelo Instituto de Verificação de Circulação (IVC) sobre a apuração dos jornais mais vendidos em 2007. Esses relatórios não foram disponibilizados neste trabalho devido à sua extensão, mas a síntese dessa análise encontra-se no capítulo 3, QUADRO 1.

baixo preço, esses jornais atingem camadas sociais de menor poder econômico que, geralmente, constituem um público menos escolarizado. Com a inserção de jornais populares entre os mais vendidos do país, o padrão escrito em uso em alguns gêneros textuais do domínio jornalístico continua seguindo as regras da gramática tradicional ou apresenta empregos que se aproximam dos que são habituais nas variedades populares?

A pesquisa de Lima (2003) mostrou que a maioria dos usos linguísticos da norma escrita empregada atualmente em textos formais dos domínios jornalístico, técnico e científico no Brasil continua seguindo as regras apresentadas na gramática tradicional, ou seja, a norma padrão escrita em uso apresenta mais pontos coincidentes com a norma gramatical do que variações. Com base nesse dado, formulamos a hipótese inicial de que a maior parte dos usos linguísticos investigados neste trabalho também seguiria as regras apresentadas na gramática tradicional, pois a representação do contexto em que os gêneros textuais analisados foram constituídos sugere o uso da norma padrão, ou seja, espera-se que o produtor (jornalista, articulista ou leitor) empregue a norma linguística socialmente prestigiada. Lima (2003) analisou textos formais de modo amplo, de diferentes gêneros, domínios, suporte e formato textual. Nesta tese, foram delimitados quatro diferentes gêneros textuais do domínio jornalístico: notícia, editorial, carta do leitor⁹ e artigo, publicados em jornais impressos. Julgamos que o fator *gênero textual* poderia influenciar as escolhas linguísticas do produtor, visto que o estilo do gênero é definido pela compreensão que o produtor constrói da situação discursiva. Formulamos também as seguintes hipóteses:

* Nos gêneros *editorial* e *notícia*, os usos linguísticos poderiam ser mais coincidentes com a norma gramatical pelo fato de esses textos serem produzidos por jornalistas, que normalmente seguem um padrão de escrita estabelecido pela tradição social (gramática tradicional) e/ou pela empresa jornalística (manual de redação). Todavia, os usos linguísticos no *editorial* seriam mais coincidentes com o padrão linguístico descrito nas gramáticas tradicionais do que os usos apurados na *notícia*. Essa hipótese partiu do pressuposto de que no texto do editorial, gênero que representa a voz do jornal, haveria uma preocupação maior de o produtor seguir as regras socialmente consideradas “certas” (norma gramatical), a fim de que se mantivesse a imagem do uso “correto” da língua. Já nas notícias analisadas, por discorrerem sobre assuntos

⁹ Neste trabalho, procuramos selecionar os textos do gênero *carta do leitor* que versavam sobre matérias ou conteúdos publicados no jornal, ou seja, temas públicos, e não assuntos de natureza íntima. Dessa forma, julgamos que os textos escolhidos foram produzidos em contextos que favorecem o uso de uma escrita com certo grau de monitoração.

populares (esporte e polícia), os usos linguísticos apresentariam maior variação em relação ao editorial.

* As variações de usos em relação à norma padrão poderiam ser mais significativas no *artigo* e na *carta do leitor*. Por gozarem de relativa liberdade de expressão, os articulistas e leitores estão inseridos em um contexto de produção com menor coerção social que o do jornalista: enquanto este representa a empresa jornalística (que normalmente preza a linguagem socialmente valorizada), o articulista e o leitor se comprometem apenas com o próprio texto¹⁰, com a própria imagem. Esse contexto de maior liberdade poderia favorecer, em artigos e cartas do leitor, a ocorrência de alguns usos não coincidentes com a norma padrão. Além disso, os articulistas e leitores pertencem a diferentes áreas, o que poderia implicar maior ou menor conhecimento das regras gramaticais, isto é, maior variação individual da escrita.

O objetivo geral deste trabalho é descrever a norma padrão em uso por meio da apuração da frequência de alguns usos linguísticos – aqueles que apresentam variações ocasionadas pelo uso da língua em diferentes contextos (de fala, de escrita, situação mais formal, menos formal) – nos gêneros textuais *notícia*, *editorial*, *carta do leitor* e *artigo* em um exemplar escrito do jornal diário mais vendido em cada estado do Brasil, no ano de 2007.

Os objetivos específicos são:

* apurar a frequência de alguns usos linguísticos com a inserção de jornais populares entre os mais vendidos do país;

* comparar os resultados desta pesquisa com a norma padrão apresentada nas gramáticas tradicionais – Cegalla (2007), Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009) e Cipro Neto e Infante (2009) – e no *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2007), além dos resultados apurados no trabalho de Lima (2003) e de pesquisadores que investigam a norma padrão em uso;

* analisar a abordagem da norma padrão realizada pelo livro didático do ensino médio mais solicitado nas escolas públicas do Brasil, pois o livro didático é uma das ferramentas mais utilizadas no ensino dessa norma linguística;

¹⁰ Foram analisados somente cartas do leitor e artigos assinados.

* confirmar ou relativizar a afirmação de que há uma uniformidade na linguagem jornalística no território brasileiro;

* ampliar as pesquisas científicas acerca da caracterização do padrão culto escrito em uso, visando a descrições mais autênticas da realidade linguística do Brasil;

* contribuir com os estudos referentes à norma padrão em uso, de modo que este trabalho possa ser utilizado como fonte de dados e de reflexão linguística para o desenvolvimento de propostas de ensino dessa norma com base em gêneros textuais.

Para cumprir os objetivos propostos, as investigações foram realizadas nos gêneros textuais mencionados do jornal mais vendido em cada estado do Brasil. A opção pelo domínio discursivo jornalístico deve-se por este ter um vasto campo de abrangência, mais que o técnico e o científico, pois atinge pessoas de diferentes classes sociais, profissões e níveis de escolaridade, principalmente com a grande circulação dos jornais populares. Além disso, os textos do domínio jornalístico circulam efetivamente na sociedade, o que nos leva a inferir que veiculam usos linguísticos atuais. Escolhemos analisar o livro didático do ensino médio por esta ser a última fase da educação básica, nível em que, teoricamente, deveria ser consolidado o ensino do padrão linguístico de maior prestígio social.

No primeiro capítulo deste trabalho, tratamos da questão da norma padrão. Iniciamos a seção, estabelecendo relações entre língua e sociedade. A linguagem, atividade de interação humana, é abordada na sua unidade e variedade. Descrevemos alguns fatores que provocam a variação linguística (principalmente os relacionados a esta pesquisa) e refletimos sobre o fenômeno da regulação social dos usos linguísticos. Apresentamos concepções de norma padrão e norma culta adotadas por alguns estudiosos e a nossa posição quanto ao conceito dessas normas. Levantamos algumas reflexões sobre o ensino da norma padrão com base na gramática tradicional e as tendências contemporâneas do ensino de Português. Argumentamos sobre a necessidade do ensino da norma padrão e sugerimos o uso de textos de alguns gêneros do domínio jornalístico no processo escolar de ensino-aprendizagem dessa norma linguística.

No segundo capítulo, fazemos uma exposição sobre os gêneros textuais, relacionando a norma padrão à teoria dos gêneros. Problematizamos a questão dos gêneros textuais do domínio jornalístico, principalmente as dificuldades em delimitá-los. Em seguida, fazemos uma breve

caracterização de cada gênero investigado nesta pesquisa: notícia, editorial, carta do leitor e artigo.

No terceiro capítulo, explicitamos a metodologia adotada: delimitação do *corpus*, seleção dos jornais e dos fatos linguísticos investigados, procedimentos de coleta dos dados, consulta às obras de referência gramatical utilizadas, como foram expostos e analisados os dados coletados nos jornais.

No quarto capítulo, apresentamos a pesquisa realizada nos jornais, separando os fatos linguísticos investigados em seções. Explicitamos a descrição da norma gramatical (NG) realizada com base nas obras de referência gramatical escolhidas, a exposição e a análise dos dados coletados nos textos do domínio jornalístico de duas formas: de modo geral e separados por gênero textual.

No quinto capítulo, apresentamos o resultado geral da pesquisa, em uma compilação dos dados analisados no quarto capítulo, em todo o *corpus* e separado por gêneros textuais. Também descrevemos as tendências do padrão culto escrito em uso apontadas pela investigação.

No sexto capítulo, elaboramos uma análise da abordagem da norma padrão (referente aos fatos linguísticos investigados nesta pesquisa) apresentada no livro didático do ensino médio mais solicitado no Brasil, com base nas avaliações do Catálogo do PNLEM/2009 (BRASIL, 2008).

Por fim, tecemos algumas considerações com base nos resultados apurados nesta pesquisa e apresentamos as reflexões afloradas no curso deste trabalho.

1 A NORMA PADRÃO

1.1 Língua, linguagem e sociedade

Em um estudo linguístico, é fundamental que as questões e as reflexões abordadas sejam alicerçadas na relação entre linguagem e sociedade, pois a língua é um fenômeno social e essa natureza influencia os usos linguísticos.

Desde os estudos pioneiros da Linguística Moderna, na primeira metade do século XIX, já se pensava em língua e sociedade, mas tal relação era excludente, ou seja, o aspecto social – assim como o cultural e o histórico – não era determinante para os estudos linguísticos.

O estruturalismo, iniciado por Saussure, conceitua *língua* como “um sistema de signos que exprimem ideias” (SAUSSURE, 1999, p. 24), um fato social, tornando-se objeto de estudo da Linguística, possível de ser analisada em razão de seu caráter homogêneo. A *fala*, ato individual, isto é, manifestação da língua pelo sujeito falante, é excluída dos estudos linguísticos em decorrência de seu aspecto heterogêneo e variável. Dessa forma, é estabelecida a oposição entre *língua (langue)* e *fala (parole)*, entendidas como manifestações dicotômicas: o social e o individual. Saussure (1999) não ignora o aspecto social na conceituação de língua, pois considera que esta é adquirida no convívio social. Todavia, o social é concebido sob o ponto de vista de a língua ser um código pertencente a todos os membros de uma comunidade. Na abordagem saussuriana, o social é um fato exterior ao indivíduo, e este, por sua vez, aceita passivamente o sistema linguístico convencional. Nesse sentido, a *língua* estaria imune a qualquer interferência das relações sociais, “um sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala”, como explica Alkmim (2001, p. 23).

Chomsky (1971), apoiado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, critica o estruturalismo e desenvolve a linha gerativo-transformacional, com foco nos estudos da sintaxe, que, segundo o linguista, é o nível autônomo e central para se explicar a linguagem. De acordo com Chomsky (1971), a Linguística deveria ocupar-se do estudo da *competência (competence)* – capacidade que o falante tem de saber as regras de uma língua –,

e não do seu *desempenho* (*performance*) – uso concreto da língua em situações reais (cf. WEEDWOOD, 2002). Com essa visão, o linguista traça outra dicotomia, desta vez entre *competência* e *desempenho*, e também desconsidera o aspecto social dos estudos linguísticos, pois o objetivo central dessa linha de estudos é explicitar a gramática internalizada, isto é, o sistema de regras que o falante possui. Nessa concepção, a língua é definida como “um conjunto infinito de frases” (ORLANDI, 1986, p. 40).

Tanto as concepções de Saussure (1999) quanto as de Chomsky (1971) abordam a língua como um sistema abstrato, idealizado e universal, pois esses estudos ocupam-se do funcionamento interno do código linguístico sem qualquer interferência do contexto social nas escolhas linguísticas dos interlocutores. Dessa forma,

[...] o falante tem em sua mente uma mensagem a transmitir a um ouvinte, ou seja, informações que quer que cheguem ao outro. Para isso ele a coloca em código (codificação) e a remete para o outro através de um canal (ondas sonoras ou luminosas). O outro recebe os sinais codificados e os transforma de novo em mensagem (informações). É a decodificação (TRAVAGLIA, 1998, p. 22-23).

Em contrapartida, Bakhtin (1986) coloca em cena o caráter social da língua, da interação verbal entre os sujeitos sócio-historicamente situados: “A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (BAKHTIN, 1986, p. 124, grifos do autor). Bakhtin (1986) critica e se opõe à concepção saussuriana de sistema de signos (“objetivismo abstrato”) e à chomskiana de privilégio da atividade psicológica subjetiva (“subjetivismo idealista”). Concebe a língua como um “fenômeno social da interação verbal” (BAKHTIN, 1986, p. 123), e “a interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN, *loc. cit.*). Em oposição aos estudos anteriores, o caráter social da linguagem é efetivamente considerado. Os interlocutores não são falantes ideais, mas sujeitos ativos, inseridos em um contexto sócio-histórico.

Bronckart (1999), ao propor o interacionismo sociodiscursivo, amplia a relação entre sociedade e linguagem, evidenciando o caráter discursivo da língua. De acordo com o linguista, as atividades humanas são constituídas nas dimensões sociais e discursivas, e o estudo da linguagem deve considerar tais dimensões. Os sujeitos agem conforme as

representações do papel social¹¹ que desempenham no momento da interação. Como são diversos os papéis sociais representados pelos sujeitos, a língua é utilizada na sua multiplicidade de formas e funções, produzindo sentidos e efeitos de sentido variados.

Segundo Val (1996, p. 84),

[...] através da atividade linguística, o homem, sujeito histórico, interage socialmente, constituindo a si e a seus interlocutores, constituindo e organizando sua experiência, criando e recriando a própria linguagem enquanto modo histórico-cultural da representação da realidade e sistema de recursos expressivos.

Nesta tese, *linguagem*, especificamente a *verbal*, é entendida como uma atividade cognitiva, social e histórica de interação humana,

[...] de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre os interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os [...] interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais (TRAVAGLIA, 1998, p. 23).

Corroboramos a afirmação de Marcuschi (2003, p. 43, grifos do autor) de que

[...] língua pressupõe um fenômeno *heterogêneo* (com múltiplas formas de manifestação), *variável* (dinâmico, suscetível a mudanças), *histórico* e *social* (fruto de práticas sociais e históricas), *indeterminado* sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de usos concretas como *texto* e *discurso*.

As concepções de *língua* e de *linguagem* adotadas nesta tese situam-se na abordagem discursiva, envolvendo a dimensão social da interlocução e suas implicações. Nesse sentido, é importante apontar a necessidade de adequação do sistema linguístico ao contexto de produção/recepção textual para que a interação se efetive satisfatoriamente. Evangelista *et al.* (1998, p. 11) expressam:

Quando situamos um outro horizonte de análise [o uso da língua na sua diversidade de formas e funções], temos que admitir que a língua é um sistema (e que a escrita é um código sistematizado), mas um sistema que nasce, vive e se modifica na interação [...]. A realidade fundamental desse sistema é a interlocução – a ação linguística entre sujeitos – que se faz através dos textos ou discursos¹², falados ou

¹¹ “Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo de interação humana” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23).

¹² Nesta tese, *texto*, à luz de Bronckart (1999), é entendido como a manifestação concreta da atividade de interação, materializado em um gênero, e que apresenta marcas das escolhas do produtor em decorrência da

escritos, e não de frases ou estruturas isoladas.

A relação entre língua e sociedade, apesar de inegável, é bastante complexa, pois “a passagem do social ao linguístico – e do linguístico ao social – não é feita com tranquilidade” (ALKMIM, 2001, p. 28), pois há vários fatores envolvidos nessa relação (psíquico, histórico, cultural, ideológico), quando a língua é abordada sob o ponto de vista discursivo.

1.2 A variação linguística

A concepção de que a língua se estrutura em função das interações sociais leva-nos a ressaltar duas características da língua: sua variação (no aspecto diacrônico) e sua variedade de usos (no ponto de vista sincrônico). Como a sociedade se modifica, os usos da língua também vão sendo alterados, a fim de que os objetivos comunicativos sejam alcançados. Os diversos modos de uso de uma mesma língua, denominados *variedades linguísticas*, existem simultaneamente, pois os interlocutores representam diferentes papéis em variadas situações sociais. Essa coexistência de variedades linguísticas evidencia o caráter heterogêneo da língua, apontado por Mollica¹³(2003, p. 9): “Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas”. Essa heterogeneidade implica variação no uso da língua, cujo grau de variação

[...] será maior em alguns domínios [sociais]¹⁴ do que em outros. Por exemplo, no domínio do lar ou das atividades de lazer, observamos mais variação linguística do que na escola ou na igreja. Mas em todos eles há variação, porque a variação é inerente à própria comunidade linguística (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 25).

Travaglia (1998) – apoiado em Halliday, McIntosh e Stevens (1974)¹⁵ – apresenta uma

situação de interlocução em que o sujeito está inserido. Por sua vez, *discurso* é “uma atividade sociocomunicativa, produtora de sentidos, construída por sujeitos sociais nas relações interacionais de que participam, o qual se manifesta linguisticamente por meio do texto” (SILVA, 1999, p. 87).

¹³ Apesar de este trabalho estar inserido no campo da Linguística Textual, ele se apoia em alguns pressupostos da Sociolinguística, visto que essa é uma das subáreas da Linguística que investiga variações estruturais da língua e relaciona essas variações com os fatores sociais. O objeto de estudo da Sociolinguística é a fala em uso, ao passo que o foco deste trabalho é o padrão culto escrito em uso. Todavia, consideramos pertinente a adoção de alguns fundamentos dos estudos sociolinguísticos nesta pesquisa, pois fala e escrita são modalidades de uso de uma mesma língua. Não refutamos as diferenças entre ambas, mas consideramos que a variação é um fenômeno que ocorre tanto em uma modalidade quanto em outra, embora se manifeste de modo diferente.

¹⁴ Conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 24), *domínio social* “é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais”.

¹⁵ *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974. 349 p.

exposição geral das variedades linguísticas. Segundo Travaglia (1998), as variedades linguísticas podem ser de dois tipos: os *dialetos* e os *registros* – estes também chamados de *estilos*. Enquanto os “dialetos são as variedades que ocorrem em função das pessoas que usam a língua [...], os registros são as variedades que ocorrem em função do uso que se faz da língua” (TRAVAGLIA, 1998, p. 42). Nessa abordagem, seis são as principais dimensões da variação dialetal¹⁶: territorial, social, de idade, de sexo, de geração e de função. Nesta tese, foram expostas apenas as que julgamos estar diretamente relacionadas aos textos investigados (embora essas dimensões não tenham sido especificamente analisadas nesta pesquisa).

A variação *territorial* (geográfica ou regional) refere-se aos usos específicos de uma mesma língua em diferentes regiões. Essa variação é normalmente ocasionada pelas influências linguísticas ocorridas durante o período de formação da região e por fatores políticos e/ou econômicos e/ou culturais em uma comunidade linguística. As principais diferenças, nesse aspecto, são percebidas no campo fonético e no lexical, áreas não investigadas nesta tese. Mesmo assim, consideramos que poderia haver alguma influência do fator variação territorial nas escolhas linguísticas dos articulistas (no artigo) e dos leitores (na carta do leitor).

Na dimensão *social* (diastrática), as variações são ocasionadas pelos usos diferenciados da língua pelos sujeitos que pertencem a classes sociais diferentes. Compreendem-se, nessa dimensão, os jargões profissionais e as gírias. Em decorrência das superposições e matizes, a variação social torna-se um dos campos mais complexos, pois, nesse âmbito, atuam diversos fatores, como a escolaridade, que tem uma estreita ligação com o fator econômico. A dificuldade de estabelecimento de critérios para a divisão da sociedade em classes e, principalmente, os fatores ideológicos, que atuam intensamente no aspecto social, aumentam a complexidade dos estudos nessa área. Sobre os dialetos sociais, Travaglia (1998, p. 45) expõe:

Os dialetos sociais exercem na sociedade um papel de identificação grupal, isto é, o grupo ganha identidade pela linguagem. Isso com frequência tem implicações políticas, quando os grupos querem se opor e marcar a participação e integração das pessoas nas lutas, ideais, reivindicações, etc. do grupo.

Em uma sociedade letrada como a nossa, em relação às demais normas linguísticas, a norma

¹⁶As classificações e divisões apresentadas em pesquisas linguísticas não são delimitações precisas devido exatamente ao caráter de variabilidade da língua e dos fatores vinculados a ela (sociais, ideológicos, culturais). No entanto, classificações e divisões são recortes necessários para que a língua seja estudada. As explicitadas por Travaglia (1998) constituem uma forma dentre outras abordagens sobre variação.

padrão é a que apresenta maior prestígio social. Como essa norma é geralmente utilizada pelas classes socioeconomicamente privilegiadas, as discussões, nesse âmbito, perpassam o aspecto estritamente linguístico e abrangem questões ideológicas, como o preconceito linguístico em relação às variedades utilizadas pelas classes desprestigiadas socialmente (cf. BAGNO, 2004). Por sua vez, as variações de *registro*, referentes ao uso que se faz da língua, podem ser quanto ao grau de *formalismo*, *modo* e *sintonia*. Este último aspecto abarca a variação concernente à *norma*. Embora haja, para fins didáticos, essa classificação em três dimensões, estas, muitas vezes, se correlacionam e se sobrepõem.

O grau de *formalismo* é representado pelos diversos níveis de formalidade de uso da língua, que influenciam os modos de utilização dos recursos estilísticos, sintáticos e lexicais. Ao abordar esse fator de variação, Bortoni-Ricardo (2004, p. 62) utiliza a concepção de *monitoração estilística* por meio de um contínuo (FIG. 1) que abrange “desde as interações totalmente espontâneas até aquelas que são previamente planejadas e que exigem muita atenção do falante”, pois não há um limite estabelecido entre um nível de formalidade e outro. Dessa forma,

[...] os falantes alternam estilos monitorados, que exigem muita atenção e planejamento, e estilos não monitorados, realizados com um mínimo de atenção à forma da língua. Nós nos engajamos em estilos monitorados quando a situação assim exige, seja porque nosso interlocutor é poderoso ou tem ascendência sobre nós, seja porque precisamos causar boa impressão ou ainda porque o assunto requer um tratamento muito cerimonioso (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62-63).

A linguista expõe que o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa são, de maneira geral, fatores que levam à monitoração do estilo. E conclui: “A variação ao longo do contínuo de monitoração estilística tem, portanto, uma função muito importante de situar a intenção dentro de uma *moldura* ou *enquadre*” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 63, grifos da autora). Essa abordagem mostra a fluidez entre as fronteiras de uso dos estilos – por isso a ideia de contínuo – e a relevância do contexto e das representações sociais e ideológicas nas escolhas linguísticas do produtor do texto.



FIGURA 1 - Contínuo de monitoração estilística
Fonte: BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62.

Com base nessa noção de contínuo, consideramos que os textos analisados neste trabalho foram produzidos em situações de relativa monitoração da escrita, ou seja, em contextos com certo grau de formalidade. No entanto, entendemos que esse contínuo é fluido e que o grau de monitoração é variável em decorrência das diferenças contextuais de produção/recepção dos textos, como público-alvo e função comunicativa do gênero.

Quanto ao *modo*, Travaglia (1998, p. 51-52, grifo do autor) explica: “Por variação de **modo** entende-se a língua falada em contraposição à língua escrita. A língua escrita constitui um sistema à parte, com características próprias que a marcam como um estilo diferente da língua falada [...]”. Nesta tese, não adotamos uma visão dicotômica de fala e escrita como a apresentada. Há diferenças entre a fala e a escrita, mas isso não implica que essas modalidades sejam opostas.

Como o grau de monitoração da língua pode variar em função do contexto (cf. BORTONI-RICARDO, 2004), tanto podem ocorrer falas espontâneas (conversa) e monitoradas (apresentação em congressos) como registros escritos pouco monitorados (bilhete) e outros muito monitorados (lei). Nesse sentido, falas monitoradas tendem a apresentar características que se aproximam de escritas monitoradas (e vice-versa) e escritas pouco monitoradas coincidem em alguns pontos com falas espontâneas (e vice-versa). Nas palavras de Marcuschi (2003, p. 34): “As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. Também não se pode postular polaridades estritas e dicotomias estanques”. E ressalta: “*as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos*” (MARCUSCHI, 2003, p. 37, grifos do autor).

Desse modo, essas duas modalidades da língua devem ser analisadas segundo o contexto de uso, sob a perspectiva de contínuo, pois, em alguns casos, fala e escrita se perpassam e se correlacionam; em outros, as diferenças entre ambas são bastante distintas. Por isso, neste trabalho, em coerência com o objetivo proposto (estudo do padrão culto escrito em uso), foram investigados gêneros textuais cuja representação do contexto é de uso da modalidade escrita.

A FIG. 2 ilustra os gêneros textuais na perspectiva de contínuo.

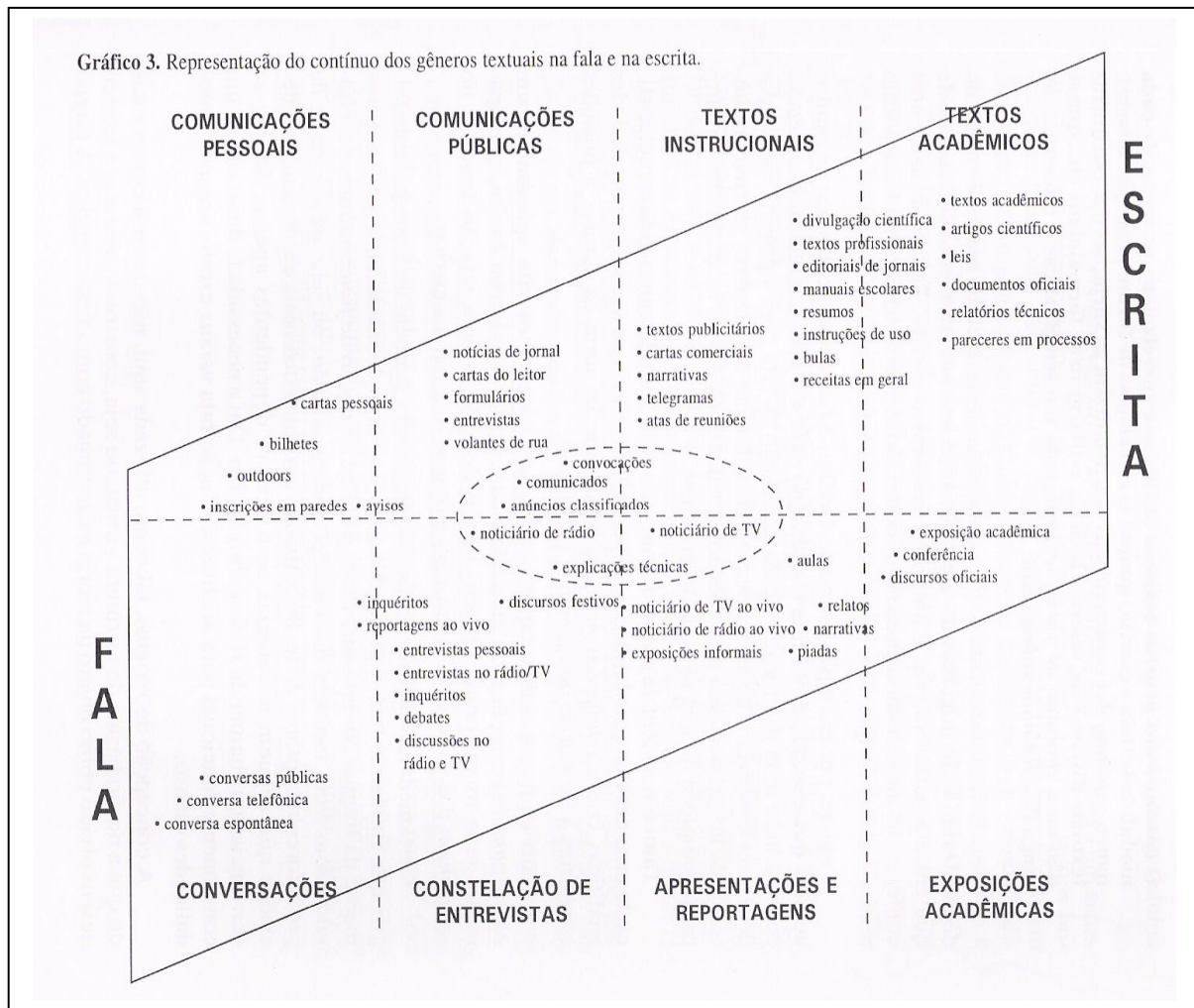


FIGURA 2 - Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita
 Fonte: MARCUSCHI, 2003, p. 41.

A *sintonia* pode ser definida como o “ajustamento na estruturação de seus textos que o falante faz, com base em informações específicas que tem sobre o ouvinte” (TRAVAGLIA, 1998, p. 56). O linguista enumera quatro dimensões: *status*, *tecnicidade*, *cortesia* e *norma*. Em consonância com as delimitações desta tese, abordamos apenas a dimensão da *norma*.

Segundo Travaglia (1998, p. 57), a variação referente à norma

[...] ocorre quando, ao nos dirigirmos a determinado(s) ouvinte(s), consideramos o que este(s) julga(m) “bom” em termos de linguagem. Ou seja, usamos uma determinada variedade linguística porque a julgamos apropriada para falar com aquele(s) ouvinte(s) em particular.

A variação quanto à norma pode se referir a qualquer variedade linguística e é motivada por fatores sociais, regionais, grau de formalidade do contexto, etc., pois a escolha da norma geralmente representa o uso linguístico avaliado como adequado para uma determinada

situação discursiva. No caso desta pesquisa, julgamos que os textos investigados, de modo geral, foram produzidos em contextos em que socialmente se espera o uso da norma padrão.

Como a língua é um fenômeno social, Travaglia (1998) ressalta que todos os modos de variação, em qualquer dimensão, refletem, de alguma forma, variações socioculturais. Essa posição também é defendida por Possenti (1996, p. 34): “a variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de *status* ou de papel entre os indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua”.

1.3 A regulação linguística

Qualquer área da vida humana pode se relacionar com as normas, desde as atividades cotidianas, como saudações, escolha do vestuário, até processos mais complexos, como os jurídicos e políticos (GILBERT, 1996). Bortoni-Ricardo (2004, p. 25) afirma: “em todos os domínios sociais, há regras que determinam as ações que ali são realizadas”. A língua, por ser uma atividade humana e social, também apresenta seus usos regulados por normas.

Segundo Alvarez (2002), o termo *norma*, dentro da teoria social moderna, tem sido utilizado de modo bastante diversificado por diferentes autores. Em geral, norma “remete à ideia de uma regra, de um modelo ou de um padrão de comportamento presente na vida em sociedade” (ALVAREZ, 2002, p. 201). Essa ideia genérica pode ser desmembrada em duas outras principais. A primeira, de acordo com Gilbert (1996, p. 524, grifo da autora), refere-se à “norma como modelo *real* de comportamento, como o que é ‘normal’ no sentido de ser regular ou modelarmente feito por membros de uma população”. A segunda acepção relaciona-se à “norma como padrão *prescrito*, como o que é considerado ser, em uma dada população, a coisa a fazer” (GILBERT, *loc. cit.*, grifo da autora).

Alvarez (2002) aponta que, desde os primeiros estudos da Sociologia com caráter científico (final do século XIX), há um entrelaçamento nas diferentes acepções de norma,

[...] pois, se a sociedade apresenta regularidades – o que permitiria construir explicações científicas sobre ela, semelhantes às das ciências naturais –, estas regularidades se constituem necessariamente na ação entre indivíduos, grupos e

classes que participam da vida social, ação que é indissociavelmente reguladora e prescritiva. Percebe-se ainda, a partir dessas considerações, que as regularidades constatadas na vida social não são apenas resultados de uma mecânica cega, como no campo da natureza, mas principalmente resultados de uma ação mais ou menos consciente dos agentes sociais que adotam, com frequência, determinadas regularidades como prescrições a serem seguidas (ALVAREZ, 2002, p. 201-202).

Aléong (2001), em uma abordagem antropológica, mostra que a sociedade não se restringe à soma de indivíduos, mas está organizada com base em princípios e regras que determinam o comportamento individual, isto é, a regulação social que estabelece normas sociais de conduta. Dessa forma, a vida organizada em sociedade impõe que seus membros tenham um mínimo de experiência social (cultural), resultado do processo de socialização (inculturação).

Três pontos podem servir de partida para a tentativa de explicação das regularidades do comportamento linguístico-social. Primeiro: “A organização social de toda sociedade funciona com o auxílio de instituições que estão no princípio da estrutura social. Pensamos particularmente nas formas de enquadramento que são a família, a escola, o direito, a divisão do trabalho, entre outras” (ALÉONG, 2001, p. 148). Segundo: “A vida social é constituída de interações constantes entre indivíduos” (ALÉONG, *loc. cit.*). Nesse sentido, a identidade do indivíduo é constituída, simultaneamente, pelo seu caráter pessoal e pela identidade social conforme a camada ou grupo social a que pertence. Pertencer a um grupo social proporciona ao indivíduo um *status*, ou seja, “uma categoria ou uma posição numa estrutura hierárquica” (ALÉONG, *loc. cit.*). Em função desse *status*, ao indivíduo são atribuídas algumas obrigações sociais decorrentes da posição que ocupa na sociedade. Terceiro:

Se a consciência ou a percepção de si, dos outros e da situação é um elemento essencial no funcionamento do humano, não se deve esquecer que o estado dessa consciência, em particular sua veracidade, é largamente condicionado pela situação objetiva na qual se encontram os indivíduos (ALÉONG, 2001, p. 148).

Tendo como base esses três pontos, Aléong (2001) enuncia que os fatos podem ser observados a partir de uma distinção entre o *normal* e o *normativo*. “Se se entende por normativo um ideal definido por juízos de valor e pela presença de um elemento de reflexão consciente da parte das pessoas concernidas, o normal pode ser definido no sentido matemático de frequência real dos comportamentos observados” (ALÉONG, 2001, p. 148). Entretanto, como a sociedade é caracterizada pela heterogeneidade e pelas divisões provocadas por diversos fatores (idade, profissão, sexo, etnia, escolaridade, etc.), as

concepções de *normal* e *normativo* são relativas, pois podem variar de um grupo social para outro, visto que os grupos sociais apresentam juízos de valor diferentes.

Alicerçado nas possibilidades de variação da língua e nas funções sociais da linguagem, Aléong (2001, p. 152) concebe *norma linguística* “como o produto de uma hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores que incide sobre a ‘conveniência’ de uma forma linguística em relação às exigências da interação linguística”. Dessa forma, o autor abrange a coexistência de várias normas linguísticas na sociedade, embora reconheça que tal conceito é usualmente utilizado para designar a norma linguística socialmente dominante. Para explicar a existência simultânea de uma norma dominante e as demais normas, Aléong (2001) propõe a distinção entre normas implícitas e explícitas.

Norma implícita trata-se dos “usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em uma sociedade imediata” (ALÉONG, 2001, p. 153). Em virtude disso, as normas implícitas podem ser examinadas com base nos usos reais da língua, sobretudo na fala.

Por sua vez, norma explícita refere-se ao

[...] conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição. Ela se constitui segundo processos sócio-históricos [...]. Codificada e consagrada num aparato de referência, essa norma é socialmente dominante no sentido de se impor como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso refletido ou monitorado da língua, isto é, nos usos oficiais, na imprensa escrita e audiovisual, no sistema de ensino e na administração pública (ALÉONG, *loc. cit.*).

A norma padrão apresentada na gramática tradicional, que no senso comum é utilizada como modelo para “falar e escrever bem”, forma “correta” de utilização da língua, independente da situação de interação, configura-se como norma explícita.

Segundo Aléong (2001), três grandes princípios de base podem ser identificados nas relações entre sociedade e linguagem. Primeiro: “a linguagem é um meio ou um lugar de expressão do indivíduo que pode ser investido de valores estratégicos na interação dos papéis e dos *status* sociais” (ALÉONG, 2001, p. 156). Desse modo, na situação de interação, são colocados em jogo recursos linguísticos que marcam as relações sociais, como os que expressam autoridade, *status* social e profissional, como as formas utilizadas no tratamento de juízes de direito e de médicos, por exemplo. Segundo: “adequação linguística às coerções situacionais do contexto

de interação” (ALÉONG, 2001, p. 157). Tal princípio diz respeito à tendência de adaptar o comportamento linguístico às imposições determinadas pelas conveniências sociais. Um mesmo indivíduo, por exemplo, pode apresentar comportamentos linguísticos diferentes quando está inserido em uma situação familiar e quando está em uma circunstância cerimonial. Terceiro: “valor funcional do desempenho linguístico como marcador das fronteiras do grupo e, com isso, da solidariedade social” (*ibidem*, p. 158). Nesse sentido, os comportamentos linguísticos comuns distinguem um grupo social de outros. Isso implica duas ocorrências: os usos comuns da língua tendem a se convergir no interior do grupo, ao passo que tais usos levam o grupo a se distinguir dos outros comportamentos linguísticos, tanto da sociedade como um todo quanto de outros grupos sociais.

Esses três princípios podem ajudar a compreender melhor a questão da variação linguística e os valores atribuídos às variedades, pois as diferenças e as barreiras dos usos da língua têm sua origem nas diferenças e barreiras sociais. As variações linguísticas seguem, aproximadamente, as divisões e barreiras da sociedade, como sexo, classe social, profissão.

Segundo Faraco (2002, p. 38, grifos do autor), “os grupos sociais se distinguem pelas formas de língua que lhes são de uso. Esse uso comum caracteriza o que se chama de a *norma linguística* de determinado grupo”. Nesse sentido, os grupos sociais se diferenciam pelo uso comum de determinadas formas linguísticas. Em decorrência de a norma ser um fator de identificação do grupo social, o senso de pertencimento a um determinado grupo envolve a adoção, por parte do indivíduo, de usos linguísticos peculiares ao grupo. Todavia, a norma linguística não se refere somente ao uso comum de determinadas estruturas linguísticas, pois abrange também valores socioculturais relacionados aos empregos de tais estruturas. Nas palavras de Britto (1997, p. 49):

A atividade normativa dos usos de uma língua e a atividade valorativa das formas linguísticas são, em uma certa dimensão, constitutivas das comunidades de falantes, independente de seu letramento, relação entre seus membros ou forma de organização econômico-social, articulando-se ao esforço coletivo para garantir a eficiência comunicativa e a identidade dos membros, assim como a sentimentos estéticos, usos especializados (por exemplo, textos religiosos, mitos, poesia etc.).

Em uma dimensão global, pelo fato de nossa sociedade ser constituída de diferentes e diversos grupos sociais, várias normas linguísticas coexistem (a norma das comunidades rurais, dos centros urbanos, dos internautas, dentre outras) e estão associadas a valores sociais diferentes.

Em nossa sociedade, o poder político e econômico é tradicionalmente exercido pelas classes sociais elitizadas, por isso o valor atribuído à norma utilizada pelas pessoas mais escolarizadas – normalmente pertencentes à elite social – é maior que o atribuído a outras normas linguísticas.

Como não há uma delimitação clara dos grupos sociais ou o isolamento de seus membros, ocorre o contato de diferentes normas linguísticas. O convívio social entre as pessoas de diferentes grupos sociais favorece a hibridização das normas. Isso implica que não há normas puras, demarcadas, mas usos comuns que permitem caracterizar uma norma de outra. Como esses usos podem variar, pois a variação é inerente à língua (LABOV, 1972), entendemos que a descrição de uma norma deve ser realizada com base nas regularidades dos usos linguísticos em determinado contexto. Assim, a concepção de *norma* adotada neste trabalho está relacionada com o que é *normal*, *frequente* em uma situação discursiva, sem isentar a interferência do *normativo*, visto que os fatores culturais, históricos e ideológicos – a regulação social – influenciam as escolhas linguísticas.

1.4 A norma padrão e a norma culta: (in)definições

A língua, fenômeno social (BAKHTIN, 1986), é um todo heterogêneo constituída por um conjunto de variedades, normas e julgamentos de valores estabelecidos nas relações sócio-históricas, pois são diversas as representações e os grupos que compõem a sociedade. Nas práticas sociais, a língua é utilizada na sua multiplicidade de formas e funções. Conseqüentemente, pode-se dizer que uma língua em atividade é formada, simultaneamente, por sua unidade e multiplicidade de usos. A unidade favorece as interações, pois possibilita a construção de sentidos comuns pelos interlocutores. Por sua vez, a multiplicidade de usos permite que cada variedade linguística seja empregada conforme o contexto de interlocução para que se alcancem os objetivos discursivos pretendidos. E dentre as diversas formas de uso da língua que coexistem na nossa sociedade encontram-se a *norma padrão* e a *norma culta*.

O conceito de *norma/língua padrão/culta*, tema complexo e polêmico, tem sido tratado pelos estudiosos sob diferentes pontos de vista, nomenclaturas e acepções.

Faraco (2002) emprega o termo *norma culta* para se referir aos fatos linguísticos utilizados pelo grupo social constituído pelas pessoas mais diretamente ligadas à atividade escrita em situações formais de fala e de escrita. O linguista alerta para a necessidade de limitar o sentido da expressão “cultura”. Se esse termo for abordado no seu sentido absoluto, pode induzir à compreensão de que as demais normas são “incultas”, ponto de vista muitas vezes adotado por pessoas que dominam a chamada “norma culta” ao taxarem as demais variedades de “erradas”, “incultas”, postura que consideramos preconceituosa e equivocada, pois não há grupos humanos desprovidos de cultura. O sentido de “cultura” deve ser reduzido a certa dimensão da cultura, ou seja, refere-se à cultura escrita. Nesse sentido,

[...] a expressão *norma culta* deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social (FARACO, 2002, p. 40, grifos do autor).

Nessa abordagem de cultura escrita associada a poder social, Faraco (2002, p. 40) define *norma-padrão* ou *língua-padrão* como o resultado de “um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa a uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança”. E ressalta que a questão da norma padrão é uma das mais complexas dos estudos linguísticos, pois esta não é constituída somente pelo conjunto de formas linguísticas utilizadas por um grupo social, mas em seu uso estão envolvidos aspectos de natureza social, cultural, histórica e ideológica. Faraco (2002) distingue *norma-padrão* de *norma culta*, mas aponta que esta é, dentre as demais normas linguísticas, a que mais se aproxima daquela, pois os que assumem o papel de manter a norma padrão saem dos grupos sociais que utilizam a norma culta.

Bagno (2003), a fim de desfazer ambiguidades e preconceitos criados pela expressão *norma culta*, termo utilizado para designar a norma prescritiva ligada à tradição gramatical e/ou à norma utilizada pelas pessoas com escolaridade superior completa e em ambientes urbanos – esta última concernente à definição técnica do Projeto NURC¹⁷ –, propõe, no livro intitulado *Norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*, a seguinte nomenclatura: *norma-padrão* para se referir ao modelo ideal de língua, considerada arbitrária, artificial, imposta, ligada à tradição escolar; *variedades prestigiadas* – substituição do termo “cultura” –

¹⁷ NURC (Estudo da Norma Culta Urbana): Projeto de investigação da fala em cinco grandes capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os falantes cultos são definidos pelos seguintes critérios: escolaridade superior completa e antecedentes culturais e biográficos urbanos (cf. BAGNO, 2003).

para designar as variedades utilizadas pelas pessoas altamente escolarizadas e de vivência urbana, isto é, detentoras de prestígio social; e *variedades estigmatizadas* para indicar as que são características dos grupos socialmente desprestigiados.

Rodrigues (2002) elabora suas reflexões com base no princípio de que a língua é um complexo de variedades. Segundo o autor, os padrões culturais são descritos pelos modos de comportamento que constituem a cultura de uma sociedade. Os padrões *ideais* são definidos com base no que se espera que as pessoas façam ou digam em certas situações; os *reais* referem-se às formas como as pessoas realmente se comportam em uma determinada situação. Analisada sob o aspecto cultural, a língua pode ser descrita segundo padrões *ideais* e *reais*:

Quando descrevemos a fala de uma comunidade mediante análise de elocuições espontâneas de um ou de vários membros dessa comunidade, obtemos padrão ou padrões de comportamento real; quando consideramos o que os membros dessa comunidade afirmam ser a melhor maneira de exprimir-se em determinadas situações, então observamos padrão ou padrões ideais (RODRIGUES, 2002, p. 13-14).

Nesse sentido, a norma padrão é entendida como padrão ideal e, em uma sociedade estratificada como a nossa, o padrão ideal é constituído dos usos linguísticos da classe de maior prestígio social. O autor expressa que o padrão da escrita nem sempre é o mesmo da fala, mas em contextos mais formais, eles se aproximam.

Lucchesi (2002, p. 63) mostra que a realidade linguística brasileira, além de ser heterogênea, é polarizada: “À heterogeneidade real do comportamento linguístico dos indivíduos contrapõe-se a homogeneidade artificial do padrão normativo ideal”. Para mostrar essa polarização, retoma o termo *norma* em seus dois sentidos, *normal* e *normativo*, assim definidos: “Por NORMAL se entende o que é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade, já o adjetivo NORMATIVO remete a um sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade” (*ibidem*, p. 64, grifos do autor). Nessa abordagem, o linguista expõe a distinção entre *norma padrão* e *norma culta*:

[...] a primeira reuniria as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas, enquanto a segunda conteria as formas efetivamente apreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo, de acordo com a já clássica definição do Projeto de Estudo da Norma Culta (LUCCHESI, 2002, p. 65).

Após apresentar um percurso sócio-histórico da realidade linguística do Brasil desde o

período de colonização, Lucchesi (2002) considera que, mesmo sendo atenuadas as diferenças que separavam a fala da elite da fala da população pobre em séculos passados, a realidade linguística brasileira continua polarizada, pois as desigualdades sociais são marcantes. O linguista defende a bipolarização da nossa língua em *norma culta* e *norma popular*, a saber:

A NORMA CULTA seria, então, constituída pelos padrões de comportamento linguístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária, enquanto norma linguística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império inspirados na língua da Metrópole portuguesa. A NORMA POPULAR, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento linguístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social (LUCCHESI, 2002, p. 87, grifos do autor).

Lucchesi (2002) admite que essa polarização não é fixa, pois há alguns pontos de interseção entre as duas normas, principalmente a partir do século XX, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização do Brasil, evento que impulsionou uma relativa democratização das relações sociais, apesar de permanecerem profundas desigualdades sociais no país.

Com base no exposto, observamos que, em geral, o termo *língua/norma padrão* refere-se à norma apresentada nas gramáticas tradicionais, ao passo que a expressão *língua/norma culta* está relacionada com os usos linguísticos observáveis nos grupos sociais escolarizados. Apesar de haver *relativa* distinção entre esses dois conceitos – a pesquisa bibliográfica realizada por Poll (2008)¹⁸ mostra inconsistências e inconstâncias teóricas acerca dessas concepções entre linguistas da mesma área e até entre textos de um mesmo autor –, pode-se dizer que há ampla interação entre os valores legitimados por aqueles que utilizam a *norma culta* e a *norma padrão*, isto é, há uma inter-relação entre o habitual (usual, normal) e o que é social e historicamente imposto (normativo, regras apresentadas nas gramáticas). Afinal, a norma de um grupo social, embora seja marcada pelas regularidades de usos dentro de uma comunidade, não deixa de ser, de certa forma, um conjunto de imposições socioculturais àquele grupo. Nesse sentido, a *norma culta escrita* é a norma linguística que mais se

¹⁸ Tese de doutorado cujo tema é o ensino da norma padrão na escola. O trabalho tem como objetivo central discutir alguns fatores que Poll (2008) julga responsáveis pelo ensino de Português continuar pautado no normativismo e na metalinguagem gramatical. Para isso, realiza um estudo bibliográfico de obras que discorrem sobre a norma padrão e seu ensino, produzidas por autores conhecidos na área da Linguística. A pesquisadora apresenta várias divergências existentes nas discussões teórico-acadêmicas sobre o tema e aponta que muitos estudos linguísticos restringem-se ao campo teórico-investigativo, ou seja, poucos se referem à prática do ensino de Língua Portuguesa. Esses fatores, dentre outros questionados ao longo da tese, segundo a autora, explicam por que o foco do ensino da norma padrão continua sendo a gramática tradicional.

assemelha à *norma padrão*, pois as pessoas escolarizadas procuram seguir, em contextos mais monitorados, a escrita apresentada na gramática tradicional.

Nesta tese, entendemos *norma culta* como a norma linguística – falada ou escrita – efetivamente utilizada pelas pessoas ligadas à cultura escrita (escolarizadas) e *norma padrão*¹⁹ como a norma linguística apresentada nas gramáticas tradicionais, que visa à padronização da escrita (usos convencionados). Uma vez que as pessoas ligadas à cultura escrita normalmente se apoiam nas regras gramaticais para produzirem seus textos e não há como delimitar a influência da norma padrão na constituição da norma culta, utilizamos o termo *padrão culto escrito* para designar a norma linguística utilizada pelas pessoas ligadas à cultura escrita na produção de textos com certo grau de monitoração da escrita. Nesse sentido, ao investigarmos a frequência dos usos linguísticos encontrados nos gêneros textuais escritos notícia, editorial, carta do leitor e artigo dos jornais brasileiros, estamos descrevendo a *norma padrão em uso* no Brasil no domínio jornalístico, pois esses textos são produzidos por pessoas ligadas à cultura escrita (jornalistas, editores, articulistas, leitores), normalmente à luz das regras gramaticais.

1.5 O estudo da gramática tradicional e o ensino da norma padrão

Consideramos que toda língua em atividade é formada pelo conjunto de variedades linguísticas utilizadas pelos grupos sociais que constituem a sociedade. Nessa concepção de língua, gramática corresponde ao “conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar” (TRAVAGLIA, 1998, p. 28). Essa gramática é normalmente chamada de internalizada, inerente ao falante. Nesse sentido, cada variedade linguística possui sua gramática, ou seja, gramática refere-se aos princípios que regulam o funcionamento natural da variedade. Essa gramática difere-se do que habitualmente é conhecido como gramática tradicional, entendida como o conjunto de regras que regulariza a escrita de textos mais monitorados, isto é, a gramática tradicional apresenta a norma linguística socialmente prestigiada. Os compêndios que descrevem essa norma usualmente são intitulados de “Gramática Normativa da Língua Portuguesa” ou de “Gramática Moderna /Contemporânea da

¹⁹ Neste trabalho, não adotamos a expressão *língua padrão* por considerarmos que a *norma padrão* não é uma *língua*, e sim uma dentre as várias normas envolvidas na constituição de uma língua, fenômeno amplo.

Língua Portuguesa”. Dessa forma, ao se falar em norma padrão, geralmente é construída a relação entre essa norma linguística e a gramática tradicional. Entretanto, o ensino da norma padrão apoiado na tradição gramatical permite-nos refletir sobre alguns pontos, como a falta de distinção entre o estudo da metalinguagem gramatical e o ensino da norma padrão, o modelo de linguagem apresentado pelas gramáticas tradicionais e as regras do “falar e escrever bem”.

Antes de os PCNLP serem elaborados, pode-se dizer que o ensino de Português centrava-se nos estudos da gramática tradicional. A pesquisa de Neves (2002) mostra que, no ensino de gramática, as atividades de identificação de funções sintáticas e classificação de palavras eram as mais utilizadas pelos professores, mesmo que todos reconhecessem que essa prática pedagógica não era proveitosa, pois não contribuía para a melhoria da produção textual dos alunos. Com base nos dados de sua pesquisa, Neves (2002, p. 230) conclui que esse ensino de gramática não possui sequer caráter normativo, pois a “gramática oferecida ao estudo não mais normatiza, mas exhibe os quadros das entidades, os paradigmas, as estruturas”.

Em pesquisa realizada com professores de Língua Portuguesa, Moraes (2003)²⁰ constatou que a maioria dos docentes não faz distinção entre o ensino da metalinguagem e o da norma padrão, pois os professores investigados utilizavam atividades metalinguísticas, julgando favorecer amplamente a aprendizagem do padrão linguístico.

Um dos resultados de nossa pesquisa de mestrado (MARQUES, 2005), apresentada na introdução deste trabalho, corrobora a ineficácia dos exercícios de metalinguagem no aprendizado da norma padrão. Todos os cinquenta profissionais graduados participantes da investigação concluíram a educação básica até o fim dos anos 90²¹, isto é, antes do advento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*, pois estes começaram a ser publicados a partir de 1997. Diante desse fato, inferimos que os sujeitos investigados tiveram

²⁰ Dissertação de mestrado em que Moraes (2003) busca compreender as relações entre o insatisfatório desenvolvimento linguístico-discursivo dos alunos e as práticas pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa, em uma amostra constituída, no geral, de dezoito professores dessa disciplina. Para isso, realizou uma leitura investigativa dos textos produzidos pelos sujeitos, cujo objetivo era responder à questão: “Deve-se ensinar gramática na escola?”. Além disso, analisou unidades de ensino elaboradas por esses sujeitos. A pesquisa mostra que as propostas sugeridas nos PCNLP encontram voz no discurso dos professores, embora tenham sido observadas contradições de posturas teóricas e concepções fragmentadas e desconexas na prática pedagógica, fatos que contribuem para o insatisfatório aprendizado de Português.

²¹ A maior parte dos sujeitos participantes da pesquisa terminou o ensino fundamental na década de 80 (48,98%), o médio, nos anos 90 (44,90%) e o de graduação, também na década de 90 (47,06%) (MARQUES, 2005).

um ensino de Português centrado na tradição gramatical. A análise que fizemos dos textos escritos por esses participantes revelou inadequações das escolhas linguísticas quanto à situação de produção/recepção textual (principalmente quanto à regência e à pontuação). Esse dado levou-nos a considerar que o ensino pautado nos estudos de metalinguagem não é profícuo no aprendizado da norma padrão.

Em seu trabalho de mestrado, Mendes (2006)²², a fim de investigar as relações entre o desempenho linguístico-textual e o conhecimento da metalinguagem gramatical, desenvolveu uma pesquisa com jornalistas do *Estado de Minas*, conceituado periódico no âmbito nacional e de grande circulação em Minas Gerais. Essa pesquisa revelou que a maioria dos jornalistas, apesar de escrever seus textos seguindo a norma padrão, demonstrou ínfimo conhecimento das nomenclaturas e classificações gramaticais. Esse resultado ratifica o apontamento feito na nossa pesquisa de mestrado (MARQUES, 2005) sobre a falta de relação entre conhecimento da metalinguagem gramatical e emprego da norma padrão.

Tendo como fundamento os estudos linguísticos contemporâneos, que entendem a linguagem como uma atividade sociocognitiva e histórica de interação humana, os PCNLP defendem o conhecimento da língua como condição de possibilidade de plena participação social, ou seja, saber necessário para o amplo exercício da cidadania. Com base nesse argumento, o objeto de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa passa a ser “o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem” (BRASIL, 1998, p. 22), cuja unidade básica de ensino é o texto, tanto no ensino fundamental quanto no médio. Os PCNLP propõem que sejam contempladas as variedades linguísticas por meio do estudo de diversos gêneros textuais, principalmente daqueles de usos públicos da língua; as modalidades linguísticas, desenvolvidas por meio de atividades de fala/escuta e de escrita/leitura; e a reflexão linguística apoiada nos usos da língua, isto é, a análise e a sistematização teórica dos conhecimentos linguísticos devem ocorrer com base na prática discursiva. Em suma, os PCNLP propõem que as atividades de ensino visem ao

²² Pesquisa realizada com dezesseis jornalistas do *Estado de Minas* (pertencentes aos cadernos *Gerais* – a maioria – *Esportes, Turismo, Política e Economia*). O *corpus* foi constituído de questionário respondido pelos jornalistas (formação escolar, concepção de gramática normativa), exercícios de metalinguagem gramatical e textos dos jornalistas publicados no referido jornal. Os resultados da pesquisa demonstraram, dentre outros pontos, a autoridade e o poder que a gramática tradicional exerce na sociedade e a falta de relação entre domínio da nomenclatura gramatical e emprego da norma padrão. Mendes (2006) defende o jornal como um importante instrumento para o ensino de Português, devido à sua diversidade de gêneros, principalmente aqueles que ilustram a norma padrão, pois, além de serem parâmetros para a escrita padronizada, são fonte de leitura e percepção dos elementos que garantem a textualidade.

desenvolvimento da competência linguístico-discursiva do aluno para que ele possa, nas práticas sociais – nas situações em que efetivamente atua como cidadão –, fazer as escolhas linguísticas adequadas à situação de interlocução.

Atualmente, as propostas de ensino de instituições regionais procuram seguir as diretrizes dos PCNLP. Como exemplo, temos a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) que elaborou a *Proposta Curricular de Português* (MINAS GERAIS, 2005), introduzindo o *Conteúdo Básico Comum* (CBC), a fim de que uma parte do programa curricular de cada disciplina da educação básica, necessária e fundamental para a formação do aluno, seja comum em toda a rede pública estadual. O CBC, que se fundamenta nos PCNLP, também concebe a linguagem como atividade de interação entre os sujeitos e pontua que “o ensino de língua portuguesa deve preparar o aluno para a vida, qualificando-o para o aprendizado permanente e para o exercício da cidadania” (MINAS GERAIS, 2005, p. 9). Isso implica “formar locutores/autores e interlocutores capazes de usar a língua materna para compreender o que ouvem e leem e para se expressar em variedades de registros de linguagem pertinentes e adequados a diferentes situações comunicativas” (MINAS GERAIS, *loc. cit.*), a fim de que consigam “refletir criticamente sobre a língua como atividade social capaz de regular – incluir ou excluir – o acesso dos indivíduos ao patrimônio cultural e ao poder político” (MINAS GERAIS, *loc. cit.*).

Embora as propostas dos PCNLP e do CBC estejam fundamentadas em estudos linguísticos contemporâneos, o ensino de Português ainda continua ancorado na tradição gramatical, como apontam algumas pesquisas.

Castro (2002), com o objetivo de investigar qual a concepção de língua adotada por professores de Português no ensino fundamental, realizou uma pesquisa de mestrado com cento e oito professoras dessa disciplina em atuação nas redes públicas municipal e estadual de Itabira, Minas Gerais, visando a possíveis respostas à questão-tema: “O que se ensina quando se ensina português?” (CASTRO, 2002, p. 1). Com base nas análises das entrevistas escritas estruturadas (compostas por questões objetivas para definir o perfil das professoras e questões discursivas referentes à concepção de língua e ao ensino), a pesquisadora constatou que o ensino de Língua Portuguesa oscila entre duas tendências: a *formalista*, constituída por professoras que concebem a língua como um código e, conseqüentemente, defendem o ensino da gramática normativa; e a *interacionista*, formada por aquelas que consideram a língua

como atividade social, propondo que o ensino de Português deve estar centrado no desenvolvimento da competência linguístico-discursiva do aluno. No entanto, as professoras que se posicionaram na perspectiva interacionista, considerada uma abordagem contemporânea, mostraram-se inseguras para transformar o discurso adotado em ação pedagógica.

A pesquisa produzida por Carvalho (2005)²³, de análise das intervenções realizadas por professores de Língua Portuguesa em textos escritos de alunos, constatou que um elevado número de docentes limitou as correções à estrutura formal do texto, com poucas e superficiais intervenções no aspecto conceitual. Com base nesses dados, Carvalho (2005) concluiu que os professores se pautam na prescrição da gramática tradicional para orientar a avaliação dos textos do aluno. Além disso, a pesquisadora verificou que o discurso adotado pelos docentes explicita como deve ser feita a avaliação dos textos na perspectiva interacionista, mostrando que as teorias linguísticas contemporâneas não são totalmente desconhecidas por eles.

Com o advento dos livros didáticos, os compêndios gramaticais praticamente desapareceram da sala de aula. Porém, especificamente quanto às propostas de ensino de gramática apresentadas nesses materiais didáticos, ao analisar seis exemplares da 6ª série (de coleções de 5ª a 8ª séries)²⁴ do ensino fundamental, Bräkling (2003, p. 219) constatou que,

[...] pela predominância de atividades de exploração metalinguística (75%), que privilegiam a memorização (88.9%), e pela orientação para a transmissão de conteúdos gramaticais (83.3%), fono-ortográficos (90.3%), morfológicos e sintáticos (ambos, 100%), os LDs [livros didáticos] continuam difundindo e propondo um ensino tradicional conservador no que se refere aos conhecimentos linguísticos [...].

Esse dado aponta para o fato de que, embora as obras conhecidas como *gramáticas* não sejam mais utilizadas na sala de aula, a tradição gramatical permanece viva, materializada em muitos livros didáticos.

²³ Pesquisa de mestrado realizada com vinte e quatro professores de Português que cursavam uma disciplina sobre norma culta oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG (Poslin), no primeiro semestre de 2004. O foco da pesquisa foi a análise das intervenções realizadas pelos sujeitos em dois textos escritos por alunos da 8ª série do ensino fundamental de uma escola particular de Belo Horizonte e pelos questionários respondidos pelos professores. Tais questionários visavam traçar um perfil dos docentes: formação acadêmica, metodologia de trabalho, concepções de linguagem e de aula de português. As análises sugeriram que a maioria das intervenções feitas pelos docentes nos textos dos alunos se refere ao aspecto formal, embora o discurso adotado pelos professores no questionário demonstrasse certo conhecimento das teorias interacionistas.

²⁴ Atualmente, com a inserção de mais um ano ao ensino fundamental, a 6ª série é denominada 7º ano, a 5ª série, 6º ano, e a 8ª série, 9º ano.

A prática secular do ensino por meio de atividades metalinguísticas está arraigada em nossa sociedade, que confunde saber Português com domínio da metalinguagem. Bronckart (1999) afirma que as práticas escolares são históricas e a imagem que a comunidade escolar (pais, alunos e professores) constrói do domínio gramatical continua marcando o ensino de língua materna. E esse pode ser apontado como um dos fatores que impedem que outros instrumentos de ensino da norma padrão alcancem a sala de aula, como indica a pesquisa de Poll (2008).

Os princípios da gramática tradicional fundamentam-se nos estudos gramaticais gregos da Idade Antiga. Na Grécia antiga, os padrões linguísticos, definidos pelos gramáticos e que deveriam ser seguidos por todo cidadão, pautavam-se na linguagem dos grandes escritores do passado helênico. Naquele tempo, havia um objetivo prático para tal procedimento: preservar a cultura grega que estava sendo influenciada pela cultura dos povos conquistados. Como a linguagem literária era praticamente a única manifestação escrita mais monitorada na época, os gregos elegeram-na como modelo para a preservação de sua cultura (NEVES, 2002).

Lessa (1976) reconhece que a linguagem dos textos de escritores clássicos, como os que são apresentados nas gramáticas tradicionais, não deveria ser usada para caracterizar a norma padrão do Brasil, pois essa linguagem não mais corresponde à realidade linguística do país. Na tentativa de oferecer subsídios para a elaboração de uma Gramática Brasileira da Língua Portuguesa, o linguista examinou os usos linguísticos em textos de dez escritores modernistas brasileiros. Contudo, a opção pelo texto literário modernista como parâmetro de escrita padronizada não nos parece coerente, pois os escritores modernistas buscavam justamente a ruptura com os padrões linguísticos. Rocha (2002, p. 59-60) afirma:

Se a língua literária contemporânea se caracteriza pela ruptura, pela inovação e pela rebeldia, conclui-se que ela não pode servir de modelo para a chamada língua padrão [...]. Pode-se mesmo supor que inúmeros autores contemporâneos sentir-se-iam ofendidos se o tipo de linguagem usado por eles fosse guindado à categoria de linguagem oficial, burocrática e conservadora das escrituras, dos acórdãos, dos regulamentos e dos laudos técnicos. É claro que há autores contemporâneos que não rompem com a tradição idiomática. Mas é aconselhável tomar a língua literária – *in totum* – como padrão, mesmo sabendo-se que há autores que rompem com essa tradição? Se a língua literária contemporânea não deve servir de modelo para a língua padrão [...], também não faz sentido eleger a língua literária dos séculos anteriores como modelo da língua padrão atual, como fazem as gramáticas tradicionais.

Cunha e Cintra²⁵ (2008), conceituados gramáticos, assim apresentam a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, que se pauta principalmente em textos literários:

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuramos, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas (CUNHA; CINTRA, 2008, xxiv).

Em contrapartida, Bagno (2003, p. 47-48) considera que o

[...] uso da linguagem literária como material de investigação para a descrição/prescrição de uma norma (de um conjunto de regras) podia se justificar, na Antiguidade e na Idade Média, pelo fato da literatura ser praticamente a única forma de expressão da língua escrita mais monitorada durante aqueles períodos históricos. Naquela época não tinha jornal nem revista, não existiam meios de comunicação de massa, nem telefone, nem rádio, nem fax, nem internet [...]. O único modo de estudar a língua era por meio da escrita, e a única escrita à qual se tinha acesso era a literária, que incluía não só as obras de ficção, mas também as de filosofia e teologia. Mesmo as cartas pessoais eram escritas sob a influência das regras da retórica clássica, que exigiam floreios sintáticos e vocabulário requintado. Hoje, no século XXI, a opção pela literatura como “modelo” de língua a ser “imitado” é, no mínimo, absurda.

Entendemos que a linguagem literária, seja a dos literatos clássicos, seja a dos escritores modernos, não deve servir de parâmetro para o padrão culto escrito em uso, pois nosso contexto sócio-histórico difere-se muito do da antiguidade. Além disso, literatura é manifestação artística e cultural de uma língua e não deve servir de modelo de escrita para situações monitoradas. Pelo contrário, o literato desfruta de liberdade de expressão, não tendo de seguir padrões, principalmente, a partir do Modernismo. Sena (1986, p. 96-97)²⁶, com relação à norma padrão e à literária, afirma: “É certo que as duas modalidades de língua estão unidas por um núcleo comum, mas não têm necessariamente de servir de modelo uma para a outra”. Rocha (2002, p. 61) ressalta que “a língua literária não pode ser tomada como modelo da língua padrão”.

²⁵ Exemplos literários como modelo de norma padrão também são utilizados em obras de gramáticos socialmente consagrados como Cegalla (2007) e Bechara (2009).

²⁶ Dissertação de mestrado cujo foco de pesquisa foram textos de vinte números de revistas (*Veja, IstoÉ, Visão e Manchete*) de 1982 a 1986. Foi apurada a frequência de usos da preposição antes do pronome relativo nos referidos textos. Sena (1986) concluiu que, nesse aspecto, a linguagem utilizada em periódicos de expressão no país apresenta poucos traços divergentes do padrão linguístico encontrado nas gramáticas pedagógicas. Para complementar a pesquisa, Sena (1986) também realizou um teste de percepção, constituído de cento e vinte frases relacionadas ao uso da preposição antes do pronome relativo, com pessoas cultas (profissionais de diferentes áreas, mas não relacionados à linguística, com curso superior completo). Algumas respostas foram condizentes com o padrão linguístico; outras, divergentes ou contraditórias.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (BRASIL, 1997) das séries iniciais orientam que o texto literário deve ser tratado de modo específico, pois a literatura não é a reprodução fiel da realidade nem a criação de um mundo totalmente imaginário, mas mantém uma relação indireta com o real, podendo o real ser apropriado e transgredido pelo imaginário. Como os mecanismos de ficção se misturam com os procedimentos do mundo real do homem, o texto literário apresenta particularidades bem distintas daquelas que constituem os textos não literários que circulam no cotidiano social. O texto literário não deve, pois, ser utilizado para certas práticas pedagógicas, como “servir ao ensino de boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, **dos tópicos gramaticais**, das receitas desgastadas do ‘prazer do texto’, etc.” (BRASIL, 1997, p. 30, grifos nossos).

Na tentativa de serem mais modernos, além dos excertos literários, alguns autores – como é o caso de Cipro Neto e Infante (1997) – utilizam, principalmente, charges, tiras, letras de músicas e propagandas para expor a norma padrão. Nas palavras dos autores:

A Gramática é um instrumento fundamental para o domínio do padrão culto da língua. [...] Para o estudo dos variados tópicos gramaticais, este livro toma como referência a chamada língua viva – textos de jornais e revistas, mensagens publicitárias, letras de músicas e obras literárias contemporâneas, sem deixar de lado os clássicos (CIPRO NETO; INFANTE, 1997, p. 3).

Na apresentação da nova edição dessa obra, publicada em 2009, esses autores não utilizam o termo “padrão culto da língua”, mas mantêm a essência da edição anterior, pois ratificam:

Nossa principal referência para o estudo dos variados tópicos gramaticais continua sendo a língua viva – textos de jornais e revistas, mensagens publicitárias, letras de músicas e obras literárias contemporâneas, que predominam como material de leitura e análise (CIPRO NETO; INFANTE, 2009, p. 3).

No entanto, entendemos que as situações discursivas em que os gêneros textuais citados são constituídos não sugerem o emprego da norma padrão. Essa norma deve ser descrita com base nos usos da língua em contextos de produção/recepção textual em que seja adequado o emprego da escrita com certa monitoração, o que não corresponde, de modo geral, ao contexto discursivo de tiras, charges, letras de música, gêneros em que o produtor goza de maior liberdade estilística, emotiva e criativa. Além disso, muitas obras gramaticais – como a de Cipro Neto e Infante (2009) e outras gramáticas pedagógicas – apresentam frases criadas aleatoriamente para a explicitação das regras gramaticais, desvinculadas de qualquer situação sociodiscursiva de uso da língua.

Outro ponto a ser refletido é a relação biunívoca entre escrita e fala ainda presente em gramáticas tradicionais. Cegalla (2007, p. 16), na introdução da gramática de sua autoria, explicita essa relação:

A gramática Normativa enfoca a língua como é falada em determinada fase de sua evolução: faz o registro sistemático dos fatos linguísticos e dos meios de expressão, aponta normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, em suma, ensina a falar e escrever a língua padrão corretamente.

Este livro pretende ser uma Gramática Normativa da Língua Portuguesa do Brasil, conforme falam e escrevem as pessoas cultas da época atual.

Em nossa sociedade, marcada pela desigualdade, há uma supervalorização da escrita e dos grupos sociais que a dominam, pois, do ponto de visto histórico, o acesso a essa modalidade da língua se restringia às classes socioeconomicamente privilegiadas. Ainda é frequente, no senso comum, pautar a relação entre fala e escrita em ideias dicotômicas (escrita: planejada, precisa, completa; fala: imprecisa, desorganizada, fragmentada, truncada) e preconceituosas (fala errado quem diz “nóis vai no jogo”). As gramáticas tradicionais, cuja linguagem se fundamenta principalmente na **escrita** literária, apresentam normas que são socialmente entendidas como de uso “correto” da língua, quer falada quer escrita – embora algumas obras gramaticais já abordem, ainda que em notas ou observações, diferenças entre o uso da língua nessas duas modalidades. Essa visão social implica exclusão de falares e, conseqüentemente, de pessoas que não conseguem adequar sua fala ao padrão da escrita. Scherre (2005, p. 95, grifo da autora) afirma: “O grande conflito é que se ensina gramática normativa afirmando que está se ensinando *língua materna*” que deve ser entendida como a “variedade produzida em circunstâncias naturais (...)” (*ibidem*, p. 41). Assim, “quando um falante nativo de uma língua explicita o sentimento de que *não sabe falar a sua própria língua*, ele de fato está confundindo *a sua língua* com a gramática normativa de parte de sua língua” (*ibidem*, p. 89, grifos da autora). A linguista defende:

A gramática normativa da língua portuguesa precisa ser atualizada. E, para isto, mais pesquisas linguísticas que envolvam comparação entre língua falada e língua escrita (sem falar nas diferenças sociais e geográficas) têm de ser empreendidas. Não se trata de substituir uma pela outra; trata-se, sim, de ver as suas semelhanças e as suas diferenças. Não se pode confundir fala com escrita, seja no plano das unidades gramaticais seja no plano do desempenho linguístico. Unidades gramaticais da fala não são necessariamente as mesmas que as unidades gramaticais da escrita. Falar é diferente de escrever. Assim como ler é diferente de falar e de escrever. São atividades correlacionadas, mas distintas; e uma não implica necessariamente a outra (SCHERRE, 2005, p. 100).

Por sua vez, Marcuschi (2003, p. 35) expõe que

[...] a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas. Postular algum tipo de supremacia ou superioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se considerar o aspecto que se está comparando e, em segundo lugar, deve-se considerar que esta relação não é homogênea nem constante.

Em uma perspectiva sociointeracionista e não dicotômica, Marcuschi (2003) considera que a fala e a escrita apresentam um contínuo de variações e propõe o *contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita* (cf. FIG. 2):

O *contínuo* dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos* (MARCUSCHI, 2003, p. 42, grifos do autor).

Consideramos que existem diferenças e semelhanças entre o uso da fala e o da escrita. Entretanto, essas diferenças e semelhanças devem ser analisadas segundo o contexto de produção/recepção. Há situações em que o contexto permite usos de recursos linguísticos restritos à fala (conversa espontânea) ou à escrita (leis), o que favorece a distinção mais clara entre ambas. Em outras situações, no entanto, o contexto permite que a fala se assemelhe à escrita (congresso) e a escrita assemelhe-se à fala (bilhete). Há, ainda, situações em que fala e escrita se encontram imbricadas, como os textos produzidos informalmente no MSN (*Messenger* – programa de conversação instantânea). Nesse sentido, as variações em maior ou menor grau entre ambas as modalidades linguísticas são ocasionadas pela situação discursiva. Nas palavras de Decat (2002, p. 92, grifos da autora):

[...] mais do que considerar as diferenças entre fala e escrita é preciso considerar as diferenças entre *situação de fala e situação de escrita*, ou seja, entre as *condições de produção* textual nos diferentes contextos de uso, ou nas diferentes práticas sociais (a família, o dia a dia, o telefonema, o escritório, a escola, o trabalho, etc., etc.). A isso se chama *variação* (que é decorrente dos usos, das práticas sociais).

Defendemos, neste trabalho, que a relação entre fala e escrita deve ser analisada com base nos contextos de uso dessas modalidades. A situação de interlocução é que deve orientar o uso de uma ou de outra modalidade, bem como sua mescla em diferentes graus de variação.

Portanto, consideramos que a linguagem apresentada nas gramáticas tradicionais – por meio de textos literários (clássicos ou modernos), de gêneros cuja situação discursiva não sugere o

uso da norma padrão, de frases descontextualizadas ou de concepções dicotômicas entre fala e escrita – não deve servir de parâmetro para o ensino da norma padrão em uso.

É importante ressaltar que a gramática tradicional não foi – e nem é – elaborada com o objetivo de contemplar variações linguísticas, caracterizar modalidades da língua ou abranger questões discursivas. Por isso, é necessária realização de pesquisas, a fim de contribuir para a formulação de novas propostas de ensino da norma padrão que sejam mais condizentes com realidade linguística do país e com as concepções linguísticas adotadas na atualidade.

1.6 Ensino da norma padrão: uma necessidade social

O uso da língua é influenciado pelos fatores sociais que atuam na representação das situações discursivas. Dentre esses fatores, pode-se dizer que a estratificação da sociedade em classes exerce grande influência na valorização das normas e variedades linguísticas, que apresentam prestígios sócio-históricos e culturais diferentes. Por isso, algumas normas e variedades são socialmente privilegiadas em detrimento de outras.

Sena (1986, p. 7-8) afirma que

[...] sempre haverá a linguagem das elites intelectuais e as variedades próprias de outras classes. O que muda é que os diversos sistemas linguísticos passam a ser tomados como estruturas igualmente adequadas a seus fins. O próprio linguista, que admite ser o idioma nacional não menos importante que um dialeto de camponeses, prefere escrever suas obras numa língua que se identifica com a das classes cultas, simplesmente porque esta lhe parece servir melhor a seus propósitos comunicativos perante a comunidade científica [...].

O prestígio atribuído a certos usos da língua, como é o caso do emprego da norma padrão, é ocasionado por fatores extralinguísticos, ou seja, fatores de natureza social, histórica e cultural, como explicita Sena (1986, p. 6):

Do ponto de vista exclusivamente linguístico, não existem razões para que uma variedade linguística seja considerada superior ou inferior a outra, ou para que uma língua seja vista como corrupção de outra. Não há, por exemplo, para o linguista, uma diferença substancial, mas apenas sociocultural, entre o português em que se elaboram as leis do país e a linguagem do homem sertanejo, ou entre o editorial dos grandes jornais e a fala dos adolescentes dos grandes centros. O que ocorre é que a língua elevada oficialmente à condição de idioma nacional (chamada língua-padrão)

passa a ser escrita e adquire certas características que a tornam socialmente valorizada, prestigiada [...].

Como não há, linguisticamente, uma variedade “melhor” ou “pior” que outra, o uso da língua (em suas modalidades, variedades e graus de monitoração) está relacionado ao que é socialmente aceitável em um contexto, como explica Bortoni-Ricardo (2004, p. 75):

Temos de levar em conta [...] que o uso da língua, assim como quaisquer outras ações do homem como ser social, depende de normas que determinam o que é um comportamento socialmente aceitável. À medida que os indivíduos vão desempenhando ações sociais mais diversificadas e complexas, para além do domínio da família e da vizinhança mais próxima, eles têm de atender a normas vigentes nos novos domínios de interação social que passam a frequentar. Em muitos domínios sociais, eles se comunicam mais usando a escrita do que a fala e também estão submetidos a exigências de monitoração estilística. Essas exigências dependem de normas culturais convencionadas naquele domínio.

Bortoni-Ricardo (2004, p. 48) mostra também que as “diferenças de *status* socioeconômico representam desigualdades na distribuição de bens materiais e de bens culturais, o que reflete em diferenças sociolinguísticas”. Como a desigualdade socioeconômica é bastante acentuada em nosso país, as diferenças de valorização social dos usos linguísticos também são nítidas. As pessoas pertencentes a classes economicamente privilegiadas (classes dominantes) são, geralmente, as que utilizam as normas linguísticas socialmente prestigiadas, pois o acesso aos meios de veiculação dessas normas (educação formal, livros, mídia) é facilitado pelo poder econômico. Esse fato favorece o preconceito linguístico, isto é, a discriminação das pessoas que utilizam variedades que representam menor prestígio social (normalmente essas pessoas compõem as classes de baixo poder aquisitivo).

Diante dessa realidade socioeconômica, defendemos que, com a expansão da educação formal que vem ocorrendo no Brasil²⁷, é necessário que a escola ensine as normas linguísticas socialmente prestigiadas (dentre elas, a norma padrão). Esse posicionamento não deve ser entendido como uma forma de ampliação do preconceito linguístico, mas como uma oportunidade de os alunos das classes socioeconomicamente menos favorecidas terem acesso aos conhecimentos linguísticos prestigiados pela sociedade, o que pode favorecer a inserção social desses cidadãos em contextos em que o emprego das normas de prestígio se faz necessário.

²⁷ Esse assunto será abordado na próxima seção (1.7).

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*, documentos oficiais que orientam as práticas pedagógicas, expressam essa necessidade de ensino das normas linguísticas de prestígio social:

Sem negar a importância dos textos que respondem a exigências das situações privadas de interlocução, em função dos compromissos de assegurar ao aluno o exercício pleno da cidadania, é preciso que as situações escolares priorizem os textos que caracterizam os usos públicos da linguagem (BRASIL, 1998, p. 24).

Nos PCNLP do ensino fundamental (BRASIL, 1998, p. 24), encontra-se a seguinte nota:

Por usos públicos da linguagem entendem-se aqueles que implicam interlocutores desconhecidos que nem sempre compartilham sistemas de referência, em que as interações normalmente ocorrem à distância (no tempo e no espaço), e em que há o privilégio da modalidade escrita da linguagem. Dessa forma, exigem, por parte do enunciador, um maior controle para dominar as convenções que regulam e definem seu sentido institucional.

Podemos inferir, com base nessa citação, que o ensino da norma padrão encontra respaldo nos PCNLP, pois essa norma linguística é utilizada nos usos públicos da linguagem.

Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* do ensino médio (BRASIL, 1999, p. 144), também é exposta a necessidade de a escola ensinar a linguagem socialmente prestigiada, a saber:

A escola não pode garantir o uso da linguagem fora de seu espaço, mas deve garantir tal exercício de uso amplo no seu espaço, como forma de instrumentalizar o aluno para o seu desempenho social. Armá-lo para poder competir em situação de igualdade com aqueles que julgam ter o domínio social da língua.

Por sua vez, na *Proposta Curricular de Português* da SEE-MG (MINAS GERAIS, 2005, p. 9), há a ratificação dessa necessidade, pois é expresso que o ensino de Português deve ter como diretriz “o acesso à diversidade de usos da língua, em especial às variedades cultas e aos gêneros de discurso do domínio público que as exigem, condição necessária ao aprendizado permanente e à inserção social”.

Rocha (2002, p. 297) expõe que

[...] a sociedade civilizada e letrada em que vivemos elege uma modalidade de língua como sendo a de maior prestígio, que é empregada pelas pessoas mais escolarizadas de uma comunidade. Essa postura da sociedade pode ser compreendida com a constatação do fato de que cidadãos das diversas classes e categorias sociais almejam ter acesso à língua das pessoas mais escolarizadas. Ora, o

contrário não acontece: as pessoas em geral não almejam ter acesso à língua dos usuários menos escolarizados de uma sociedade.

Soares (1986), ao analisar as relações entre linguagem e escola numa perspectiva social, defende o ensino da norma padrão como instrumento contra as desigualdades sociais:

Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas dominá-lo não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais (SOARES, 1986, p. 78).

Nesse sentido, pode-se dizer que a escola, quando não cumpre seu papel de ensinar a norma padrão – pois essa é uma de suas funções – está negando ao aluno a possibilidade de exercício pleno da cidadania, de inserção social por falta de conhecimento linguístico, o que fortalece a exclusão na sociedade moderna. Não ensinar o padrão linguístico, segundo Possenti (1996, p. 17), é um “equívoco político e pedagógico”.

O ensino da norma padrão não implica exclusão ou substituição de variedades linguísticas, pois, na própria sala de aula, coexistem diferentes usos linguísticos trazidos por alunos de diferentes grupos sociais. E esses usos devem ser respeitados, e a diversidade linguística, trabalhada na escola. Entendemos que, nas aulas de Português, deve haver reflexões sobre as diversas variedades linguísticas e suas implicações de uso, a fim de que o aluno possa fazer as escolhas linguísticas adequadas à situação de interação, aos objetivos comunicativos almejados, pois somos avaliados socialmente pelo uso que fazemos da língua, como aponta Aléong (2001, p. 159): “Na falta de respeitarmos as exigências do momento, corremos o risco dos julgamentos negativos e, sobretudo, da exclusão do grupo”. Além dessas reflexões, a escola deve promover o ensino da norma padrão, a fim de favorecer a ampliação da competência linguístico-discursiva do aluno, oferecendo-lhe a oportunidade de aprender a norma linguística de maior prestígio social, da qual ele poderá necessitar, como cidadão, nas diversas situações de monitoração da escrita. Como exemplo, retomamos nossa pesquisa de mestrado (MARQUES, 2005), em que a maioria dos profissionais, mesmo atuando em áreas que não estão diretamente ligadas à produção escrita, considerou importante o conhecimento da norma padrão. Esse dado valida, por meio dos próprios sujeitos, a necessidade desse saber linguístico nas práticas sociais.

Bechara (1997, p. 14) considera que, na escola, tanto ocorre *opressão* quando se transforma a norma padrão na única forma de expressão para qualquer situação discursiva, repudiando as demais, quanto se privilegia a linguagem coloquial em qualquer contexto. Tais posturas extremistas não proporcionam ao educando a *liberdade* de escolha dos usos linguísticos que melhor irão cumprir seus propósitos discursivos.

Para Cagliari (1999, p. 40), a “linguagem pressupõe, estabelece um jogo de direitos e deveres, é usada para marcar pessoas, classes sociais, reveste as pessoas de poderes e fraquezas, de estigmas, de preconceitos”. O linguista sustenta que o ensino de Português deve ser uma forma “de o aluno compreender melhor a sociedade em que vivemos, o que ela espera de cada um linguisticamente e o que podemos fazer usando essa ou aquela variedade do português” (*ibidem*, p. 48).

Castilho (2002) explica que houve uma fase no ensino, presente até hoje, em que se preocupava com a escrita padronizada isenta de qualquer variação linguística. Essa perspectiva provocou uma visão rígida, preconceituosa e simplificadora da língua, como se a norma padrão fosse a única forma “correta” de uso da língua; qualquer outro modo de utilização era considerado “erro”. Em outro momento, também contemporâneo e tão extremista quanto o primeiro, nota-se uma visão simplista e demagógica da língua, pois qualquer variedade deve ser ensinada, já que tudo comunica. Essa visão, por sua vez, desnorteou e banalizou o estudo da língua na escola. Castilho (2002, p. 29), quanto ao ensino da linguagem, propõe: “O mais adequado será sensibilizar o aluno para a variabilidade linguística, correlacionando-a com as situações a que corresponde”. Dessa forma, é possível que o aluno seja, como sugere Bechara (1997, p. 14), um “poliglota dentro de sua própria língua”.

Ressaltamos que a perspectiva discursiva é a que deve orientar o ensino de Português, pois ela consegue abarcar as questões relacionadas com as variedades e normas linguísticas²⁸, ou seja, consegue lidar com a natureza variável da língua.

²⁸ Consideramos necessário esclarecer que a norma padrão não se trata de uma *variedade linguística*, e sim de uma *norma linguística*. As variedades, ou seja, as diversas formas de utilização de uma mesma língua, são manifestações linguísticas de caráter natural (embora as variedades também sejam reguladas por normas), ao passo que a norma padrão é de natureza artificial, imposta pelo grupo social que a domina. Não negamos que a fala monitorada pode soar como um uso artificializado, mas a natureza da manifestação linguística falada é, na sua essência, natural. Conforme os PCNLP, “a escrita de uma língua não corresponde a nenhuma de suas variedades, por mais prestígio que uma delas possa ter” (BRASIL, 1998, p. 31).

Nessa abordagem de variação linguística, Possenti (1997, p. 50) define língua como “conjunto de variedades”. Como já exposto, as línguas são constituídas de sua unidade e, simultaneamente, de sua variedade. As forças centrípetas tendem a provocar a estabilização linguística enquanto as centrífugas conduzem à variação. Silva (2003) explica que esse paradoxo entre unidade e variação ocorre nas línguas de grande difusão – como é o caso da Língua Portuguesa – e em qualquer língua histórica. A padronização torna-se uma necessidade social dentro da realidade heterogênea que é a língua. Silva (2003, p. 11) declara:

A heterogeneidade dialetal pode ser mais ou menos intensa e extensa, mas existe em qualquer língua, já que [...] não há língua historicamente homogênea; por outro lado, a necessidade da unificação, a história tem demonstrado, se faz essencial pelo menos nas sociedades complexas e letradas ocidentais.

Faraco (2002, p. 42) também aponta essa necessidade de certa padronização da língua:

A norma-padrão, enquanto realidade léxico-gramatical, é um fenômeno relativamente abstrato: há, em sua codificação, um processo de relativo apagamento de marcas dialetais muito salientes. É por aí que a norma-padrão se torna uma referência suprarregional e transtemporal.

Nesse sentido, o padrão tem sua importância e utilidade como força centrípeta no interior do vasto universo centrífugo de qualquer língua humana, em especial para as práticas de escrita. O padrão não conseguirá jamais suplantiar a diversidade, porque, para isso, seria preciso o impossível (e o indesejável) obviamente: homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, um certo efeito unificador sobre as demais normas, não estando, porém, isento de também receber influências dessas mesmas normas.

Assim, o ensino da norma padrão é uma necessidade social, seja para tentar amenizar as diferenças sociais, seja para tentar convencionar socialmente os usos linguísticos em determinados contextos.

1.7 A linguagem jornalística e a norma padrão contemporânea

Retomamos, nesta seção, o pressuposto de que a língua é um fenômeno social (BAKHTIN, 1986) e, como tal, sofre interferências das transformações ocorridas na sociedade. Muitas vezes, mudanças sociais implicam variações no uso de algumas construções nas normas linguísticas. A norma padrão, embora seja uma norma linguística menos flexível, também pode apresentar variações e/ou mudanças na sua configuração devido às transformações

sociais. Rocha (2002, p. 289), quanto a essa possibilidade de variação, declara: as “línguas se modificam com o passar dos tempos. O que é considerado errado hoje pode ser considerado correto amanhã (com relação à norma culta, por exemplo)”.

Dentre as transformações verificadas na sociedade moderna que podem impulsionar variações nos usos linguísticos, vamos nos ater às mudanças que vêm ocorrendo na instituição escolar. Quando a educação formal era destinada somente à elite, esta, ao ingressar na escola, estava familiarizada com a norma padrão ou com uma norma linguística próxima a ela. Nessa época, os estudos de metalinguagem e o ensino do padrão linguístico realizado com base na gramática tradicional atendiam as necessidades de aprendizado dos alunos. No entanto, com o processo de democratização da educação formal, que vem ocorrendo no Brasil a partir dos anos cinquenta (cf. BRASIL, 1998; SOARES, 2002), intensificado atualmente com incentivos governamentais e projetos educacionais como o *Plano Nacional de Educação* (PNE) (BRASIL, 2000) – um dos objetivos do PNE é aumentar o nível de escolaridade da população –, a escola passa a ser frequentada por alunos pertencentes a camadas socialmente desprestigiadas e advindos de comunidades linguísticas bem diferentes das que já estavam acostumadas com o padrão linguístico. Dessa forma, a sala de aula passa a abrigar uma diversidade de usos da língua.

Embora as mudanças sociais estejam ocorrendo, o ensino de Português, especificamente o da norma padrão, continua seguindo os moldes de unicidade no uso da língua em sala de aula, situação que não condiz com a atual realidade escolar. Pode-se dizer que o ensino da norma padrão ainda ocorre de modo impositivo, a fim de substituir a variedade peculiar do grupo social a que o aluno pertence, pois, no senso comum, o padrão linguístico constitui a norma “correta”. Dessa forma, a norma padrão é comumente associada à norma apresentada nas gramáticas tradicionais, sendo tais compêndios considerados como referência singular de padrão linguístico. Todavia, conforme explicitado na seção 1.5, essas gramáticas, atualmente “diluídas” em livros didáticos, não satisfazem as necessidades de descrição do padrão linguístico em uso (e nem têm de cumprir esse papel). De acordo com Sena (1986, p. 67), “a moderna norma culta escrita do português do Brasil deve conter [...] o conjunto de todos os padrões escritos que hoje são frequentes no uso dessa variedade da língua pelas pessoas escolarizadas, tanto na produção como na compreensão de textos”. Consideramos que a linguagem jornalística, devidamente limitada a alguns gêneros textuais, pode ser uma fonte – dentre outras – para a investigação e para o ensino do padrão linguístico em uso, sem fugir

significativamente da norma padrão apresentada nas gramáticas, uma vez que a linguagem em textos formais continua seguindo o modelo exposto na gramática tradicional, conforme mostra a pesquisa de Lima (2003).

Entendemos que o jornal, veículo de comunicação bastante difundido em nossa sociedade, pode ser utilizado na sala de aula tanto para o estudo dos usos linguísticos quanto para outras atividades textuais e discursivas, envolvendo as concepções ideológicas de quem o produz e de quem o lê. Melo (1981) considera socialmente empobrecedor o ensino de Português que prioriza – quando não trata com exclusividade – os textos literários. E argumenta:

Em sendo tais produções oriundas dos estratos superiores da sociedade e refletindo situações inclusive linguísticas, que se distanciam da prática cotidiana da maioria da população, é evidente que constituem por si só obstáculos para um aprendizado socialmente utilitário. Em outras palavras, a “tradição literária” que ainda domina a escola brasileira, nos seus diferentes níveis, representa uma defasagem histórica e reproduz um padrão de educação herdado do colonizador. Ao invés de trabalhar com a linguagem instrumental, usada no dia a dia do nosso povo e refletindo a ação produtiva e o seu dinamismo transformador, a escola permanece fiel à norma culta tal qual como é praticada pelas elites e legitimada pela sua literatura (MELO, 1981, p. 75-76).

Faria (2006, p. 11) acredita que “levar jornais/revistas para a sala de aula é trazer o mundo para dentro da escola”. A mídia impressa constitui uma forma de mediação entre o escolar e o extraescolar, pois aborda temas condizentes com o mundo do aluno. Além do trabalho de desenvolvimento da leitura (compreensão e formação de leitores críticos), de formação cidadã do educando e de diferentes análises textuais e discursivas, a mídia impressa proporciona um ponto de referência do padrão linguístico tanto para o professor, que fará uso de uma ferramenta diferente da gramática tradicional ou do livro didático no ensino da norma padrão, quanto para os alunos, que terão acesso a textos atuais que abordam fatos vivenciados por eles. Faria (1989, p. 12) acredita que a linguagem do domínio jornalístico pode ser vista como “uma língua de base, não tão restrita que limite o crescimento linguístico do aluno e nem tão ampla que torne difícil ou inacessível o texto escrito ao comum dos estudantes”. Dessa forma, quanto ao ensino da norma padrão em uso, a linguagem do jornal pode ser considerada mais condizente com a realidade do aluno do que a utilizada em textos literários, principalmente, os clássicos, que, na maioria das vezes, não compõem seu repertório de leitura.

É fundamental elucidar que o uso do jornal na sala de aula não implica exclusão do texto literário das atividades escolares, o que também seria empobrecedor. Pelo contrário,

defendemos que a escola deve exercer o importante papel de estudar, difundir e valorizar a literatura. Para muitos alunos, o ambiente escolar é o único espaço de contato com as produções literárias, com os recursos expressivos e poéticos da língua. Os textos literários devem ser usados para o estudo desses recursos linguísticos, para as análises textuais e discursivas, e não para o ensino da norma padrão, pois a natureza desses textos permite liberdade de escrita e de expressão.

Com relação à linguagem jornalística, a *Folha de S. Paulo* (2007, p. 77) expõe:

O texto de jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância.

Escolha a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível, sem tornar o texto impreciso. Palavras difíceis e construções rebuscadas dificultam a comunicação [...].

A linguagem jornalística, tal qual apresentada, vem ao encontro do nosso propósito: a pesquisa do padrão culto escrito em uso não deve se pautar em contextos nos quais se utilizam recursos linguísticos rebuscados ou vulgares, mas deve examinar a frequência dos usos linguísticos em situações de escrita com certa monitoração. Por isso, alguns gêneros textuais do domínio jornalístico constituem relevante instrumento tanto de pesquisa quanto de ensino, pois a linguagem jornalística, de modo geral, condiz com a realidade linguística atual²⁹.

Além disso, os textos jornalísticos são de efetiva circulação na sociedade, pois estão inseridos nas práticas sociais de escrita, não constituindo textos conscientemente preparados para atividades de escolarização. A utilização de textos do domínio jornalístico condiz com as propostas dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (BRASIL, 1998) de priorizar textos de usos públicos da linguagem no ensino de Português. Nesse sentido, o jornal funciona como uma “ponte entre os conteúdos teóricos escolares e a realidade” (FARIA, 2006, p. 12), “a fim de diminuir a distância entre o que se faz no espaço escolar e o que se exige socialmente” (MARCONDES; MENEZES; TOSHIMITSU, 2006, p. 9).

Perini (1999) afirma que há um padrão linguístico no Brasil e que este pode ser encontrado

²⁹ É importante esclarecer que o estudo do padrão linguístico em uso não deve ser realizado exclusivamente com base no domínio jornalístico, mas consideramos que alguns gêneros textuais desse domínio constituem uma referência, dentre outras, da norma padrão em uso.

nos textos dos domínios jornalísticos e técnicos. O linguista sugere que a escola adote tais textos para o ensino da escrita padrão, pois eles “oferecem uma uniformidade de estrutura que nos permite elaborar a descrição com maior coerência” (PERINI, 1999, p. 87). Ressalta que o objetivo não é diminuir a relevância do estudo da literatura, mas buscar objetos de ensino da língua mais realistas.

Lima (2003), em seu trabalho de descrição da norma padrão em uso, defende que o ensino dessa norma deve se apoiar na linguagem contemporânea usada em textos técnicos, científicos e jornalísticos, pois são constituídos de “formas de expressão amplamente utilizadas, no mundo atual, pelas pessoas comuns, escolarizadas, em suas leituras mais frequentes e, no caso do técnico-científico, em suas eventuais escritas” (LIMA, 2003, p. 22). Observa-se que a pesquisadora aponta o uso mais abrangente dos textos do domínio jornalístico se comparados com os do técnico-científico.

Corroboramos a posição de Perini (1999), Rocha (2002) e Lima (2003) ao defenderem que a pesquisa acerca da norma padrão utilizada atualmente no Brasil deve se pautar nos textos jornalísticos, técnicos e científicos. A pesquisa realizada por Lima (2003) constitui uma referência na descrição da norma escrita em uso no nosso país, afinal o número de dados é muito significativo: mais de onze mil exemplos, coletados em um *corpus* constituído de textos cujo contexto de produção/recepção é adequado ao uso da norma padrão (textos formais de editoriais, notícias, reportagens de revistas e de jornais da mídia impressa, de um jornal *on line*, as 150 primeiras páginas de três livros – Linguística, Biologia e Geografia – e a Constituição Federal). Por sua vez, nesta tese, delimitamos os textos quanto ao formato, suporte e gênero textual, pois acreditamos que as investigações envolvendo textos devem ser ancoradas na teoria dos gêneros, uma vez que os eventos textuais são socialmente constituídos em gêneros. Afinal, “em meio à heterogeneidade dos textos com que nos defrontamos no campo da linguagem, é necessário identificá-los, organizá-los, ordená-los na tentativa de melhor compreendê-los” (BRANDÃO, 2002, p. 21).

2 OS GÊNEROS TEXTUAIS

2.1 Os gêneros textuais e a norma padrão

Os pressupostos de Bakhtin (1997) fundamentam estudos contemporâneos sobre os gêneros textuais. Com a mudança na concepção de língua, que deixa de ser vista apenas como estrutura para ser entendida como atividade de interação, a Linguística tem orientado suas investigações para o texto, seu contexto e as implicações sociodiscursivas envolvidas na sua produção/recepção. Nesse panorama, configuram-se as pesquisas acerca dos gêneros textuais.

Segundo Bakhtin (1997, p. 261), todas as diversas áreas da atividade humana estão relacionadas ao uso da linguagem. Devido à diversidade dessas áreas, as formas de utilização da linguagem são variadas e “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos *gêneros do discurso*³⁰” (*ibidem*, p. 262, grifos do autor). Como as áreas de atuação humana são numerosas e diversificadas, os gêneros textuais são diversos e heterogêneos, tanto na forma quanto na função.

Os enunciados são formas de efetivação do uso da língua. Produzidos pelos sujeitos de diferentes esferas da atividade humana, os enunciados, orais ou escritos, são concretos e únicos. São concretos porque a interação verbal se realiza por meio deles; únicos porque um evento comunicativo nunca se repete. Mesmo sendo único, o enunciado não é “inventado” a cada enunciação, pois ele está ligado a outros já produzidos, pelo próprio sujeito ou por outrem: “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (*ibidem*, p. 272).

Em consonância com essa ideia de ligação entre os enunciados, Bronckart (1999, p. 137, grifos do autor) sustenta que os gêneros textuais “ficam disponíveis no *intertexto* como modelos *indexados*, para os contemporâneos e para as gerações posteriores”. E expõe que

³⁰ A terminologia utilizada para designar os gêneros não é consensual. Alguns autores, como Bakhtin (1997), adotam a nomenclatura *gêneros do discurso*. Outros usam *gêneros textuais*, como é o caso de Marcuschi (2000), que considera ambas as terminologias pertinentes e ainda propõe o termo *gêneros comunicativos* (MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. Recife: Universidade Federal de Recife, 2000. Mimeografado.). Nesta tese, utilizamos a expressão *gêneros textuais* por ser esta a terminologia mais usual no contexto escolar, visto que este trabalho está relacionado a questões da área educacional.

[...] a produção de um novo texto empírico deve ser concebida como o resultado de uma colocação em interface das representações construídas pelo agente sobre sua situação de ação (sobre os motivos, intenções, conteúdo temático a transmitir, etc.) e das suas representações sobre os gêneros de textos indexados disponíveis no intertexto (BRONCKART, 1999, p. 137-138).

Bakhtin (1997) concebe a interação verbal como um complexo e ativo processo de comunicação discursiva no qual falante e ouvinte são sujeitos ativos. Pelo fato de os sujeitos serem ativos, o processo comunicativo é dialógico, e a compreensão, *ativamente responsiva*, havendo *alternância dos sujeitos do discurso*. Na comunicação discursiva,

[...] o outro, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão [...]. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 1997, p. 271).

Nessa perspectiva, *enunciado* não deve ser confundido com *frase* ou *oração*, pois estes dois últimos termos estão relacionados a uma visão mais estrutural de língua. Na concepção bakhtiniana, *enunciado* refere-se à unidade real e concreta da comunicação discursiva, ou seja, é a realização do uso da língua, realização em que estão envolvidos aspectos históricos, culturais e sociais. Um enunciado “só pode acontecer, só pode ser compreendido e conseqüentemente analisado porque existe uma situação extraverbal implicada no verbal, incluindo aí interlocutores que se conhecem, compartilham universos, conhecimentos, pressupostos, sentimentos” (BRAIT, 2007, p. 66).

Embora cada enunciado particular seja individual, as esferas sociais elaboram seus *tipos relativamente estáveis*³¹: os gêneros textuais. Estes, por sua vez, refletem os usos específicos das condições em que são produzidos e das finalidades a que se propõem através do conteúdo temático, do estilo da linguagem e da construção composicional. Esses “três elementos [...] estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (BAKHTIN, 1997, p. 262). Em geral, o conteúdo temático refere-se ao que se pode dizer pelo gênero; o estilo diz respeito à seleção dos recursos textuais do gênero; e a construção composicional remete à estrutura específica dos textos que compõem determinado gênero. Como os gêneros são plásticos, esses

³¹ BAKHTIN, 1997, p. 262

três elementos podem ser modificados segundo as características dos eventos enunciativos. O uso da norma padrão – bem como de outras escolhas linguísticas – está diretamente relacionado com o estilo do gênero. É importante observar que, atualmente, no estudo dos gêneros na escola, muito se preocupa com o conteúdo temático e com a construção composicional dos gêneros, mas o estilo é pouco trabalhado.

A interação humana, que se realiza através do uso da linguagem, materializa-se nos textos³² que, conforme as condições específicas de produção/recepção, são socialmente constituídos em gêneros textuais. Com base em Bakhtin (1997), Bronckart (1999, p. 137, grifos do autor) assegura que

[...] os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando-se que sejam chamadas de **gêneros de texto**) [...].

Os gêneros textuais, segundo Marcuschi (2002), são resultados das práticas sócio-históricas e discursivas de uso da linguagem. Nas palavras do linguista:

[...] são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto do trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. São entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa (MARCUSCHI, 2002, p. 19).

Nesse sentido, podemos dizer que toda forma de comunicação se realiza por meio de gêneros que são constituídos com base em convenções sociais. Como são variadas as situações de interação humana, diversos são os gêneros textuais, pois eles são realizações linguísticas definidas pelas atividades sociodiscursivas.

Apesar de favorecerem a estabilização das práticas comunicativas, os gêneros textuais são “*tipos relativamente estáveis*” (BAKHTIN, 1997, p. 262, grifos do autor). A comunicação ficaria praticamente inviável se a cada momento de interação fossem elaborados novos gêneros textuais. Por outro lado, os gêneros são dinâmicos e podem ser modificados conforme as necessidades de interação. Para exemplificar, citamos as *cartas* que tradicionalmente eram enviadas pelo correio – contendo data, saudação, corpo, fecho e assinatura – e que hoje são

³² Utilizaremos o termo *texto*, e não *enunciado*, este usado por Bakhtin (1997).

frequentemente substituídas por mensagens via *e-mail*. As mudanças ocorridas no contexto sócio-histórico, devido ao desenvolvimento tecnológico e à necessidade de rapidez na comunicação, têm provocado transformações no gênero *carta*, possibilitando, inclusive, o surgimento de outros gêneros textuais.

Diante disso, entender a linguagem como atividade social que visa à interação verbal significa

[...] considerá-la como algo que não está de antemão pronto, dado como um sistema de que as pessoas se apropriam para utilizá-la. Mas, sim, como algo que se constitui fundamentalmente no (e pelo) trabalho linguístico empreendido pelos interactantes nos eventos comunicativos atualizados nos diferentes espaços sociais vinculados às esferas de atividade social em que eles integram (SILVA, 2002, p. 36).

E, por ser dinâmica, a língua acomoda simultaneamente a estabilidade e a mudança. Logo,

[...] os gêneros, sendo produções sociais de linguagem, refletem em suas instâncias de uso, numa dada época, uma estabilidade [...]. Mas tendo-se em vista que respondem às necessidades comunicativas de seus usuários, impostas pelas demandas sociais de uma sociedade, aos gêneros é inerente um caráter de mudança (*ibidem*, p. 37).

A relativa estabilidade dos gêneros pode ser entendida pela atuação das *forças centrífugas* e *forças centripetas*, assim denominadas por Bakhtin (1997). Enquanto estas favorecem a estabilidade dos gêneros, aquelas propiciam a variação. Visto que a tensão entre essas forças é variável, em alguns contextos, as forças de estabilização do gênero são mais acentuadas do que as de variação; em outros contextos, ocorre o contrário. Por isso, alguns gêneros textuais (a carta, por exemplo) apresentam maior variação, e outros (como a procuração particular), maior estabilidade, conforme as necessidades das práticas sociais de uso da língua.

Como as práticas comunicativas vão sendo alteradas conforme as necessidades sociais, pode-se dizer que o estudo acerca da norma padrão não deve se fundamentar em textos de séculos passados, pois a língua é dinâmica e sua manifestação pode variar ao longo do tempo devido às mudanças impulsionadas pelas necessidades comunicativas dos sujeitos, a saber: “As mudanças históricas dos estilos de linguagem estão indissolúvelmente ligadas às mudanças dos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 267). A norma padrão, bem como as demais normas linguísticas, também está sujeita a variações, ainda que em menor grau, pois, nas situações discursivas em que se espera o uso do padrão linguístico, as forças de estabilização são maiores que as de variação. Além disso, as variações linguísticas não ocorrem de um

momento para outro, mas são indicadas por variações que paulatinamente podem (ou não) se constituírem em mudanças. Entendemos que a descrição da norma padrão em uso em um país deve ser um trabalho realizado de tempo em tempo, a fim de serem observadas as variações e/ou possíveis mudanças ocorridas.

Ao se referir à descrição do padrão linguístico em uso, Lima (2003, p. 314) assegura que “os textos técnico-científicos e jornalísticos produzidos na atualidade são modelos para o texto formal escrito brasileiro”, e a norma gramatical em uso é a que “deve subsidiar a criação de modernas gramáticas da língua portuguesa usada no Brasil” (LIMA, *loc. cit.*). Reafirmamos nossa consonância com a posição de Lima (2003) e defendemos que o trabalho de descrição do padrão linguístico deve ser realizado com base em gêneros textuais, pois toda forma de interação verbal se organiza socialmente em gêneros. Ressaltamos que tais gêneros devem ser resultados de práticas sociais em contextos cuja representação favoreça os usos linguísticos socialmente convencionados. Bakhtin (1997, p. 265) diz:

Todo enunciado [...] é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. Entretanto, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual. Os gêneros mais favoráveis da literatura de ficção: aqui o estilo individual integra diretamente o próprio edifício do enunciado, é um de seus objetivos principais [...]. As condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada [...].

Para que o gênero circule na sociedade, é necessário que ele esteja em um suporte, compreendido por Marcuschi (2003, p. 7)³³ como “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. No caso desta pesquisa, o suporte dos gêneros investigados é o jornal no formato impresso.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (BRASIL, 1998, p. 23) expressam que “a unidade básica do ensino só pode ser o texto”, descentralizando assim o ensino da tradição gramatical. Fundamentados nos pressupostos bakhtinianos, os PCNLP orientam que “a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino” (BRASIL, *loc. cit.*). Com o objetivo de promover o desenvolvimento da competência linguístico-discursiva do aluno, os PCNLP recomendam que o ensino da língua abarque a

³³ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A questão do suporte dos gêneros textuais*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. 29 p. Versão provisória. Disponível em: < bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/GEsuporte.doc>. Acesso em: 03 set. 2005.

diversidade textual e que sejam trabalhados, nas práticas de escuta/leitura e de produção de textos orais e escritos, gêneros do domínio literário, jornalístico e científico. Como o número de gêneros é grande, indicam que “as situações escolares priorizem os textos que caracterizam os usos públicos da linguagem” (BRASIL, 1998, p. 24), como exposto na seção 1.6.

Schneuwly e Dolz *et al.* (2004, p. 71) desenvolvem a ideia de que o gênero “é utilizado como meio de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares, mais particularmente no domínio do ensino da produção de textos orais e escritos”. Na ampliação de tal ideia, eles consideram que a inclusão de um gênero na escola visa a dois objetivos: dominar o gênero a fim de produzi-lo dentro ou fora do ambiente escolar e desenvolver habilidades para que o aluno extrapole os limites do gênero estudado e saiba, com base no que ele aprendeu, compreender e produzir outros gêneros. Afinal, é inviável que a escola ensine todos os gêneros, uma vez que seu número é praticamente ilimitado. Entendemos que os gêneros do domínio jornalístico com certa monitoração da escrita podem ser pontes entre as práticas sociais e os objetos escolares, visando ao ensino-aprendizado da norma padrão.

A responsabilidade de a escola ampliar a competência linguístico-discursiva do aluno por meio do estudo dos gêneros textuais, principalmente daqueles em que socialmente se espera o emprego da norma padrão, também é expressa na *Proposta Curricular de Português* da SEE-MG (MINAS GERAIS, 2005, p. 9, grifos nossos):

É importante ter em mente que o aluno já utiliza a língua portuguesa cotidianamente. [...] Cabe à escola levá-lo a expandir sua capacidade de uso, estimulando o **desenvolvimento das habilidades de se comunicar em diferentes gêneros de discursos, sobretudo naqueles do domínio público que exigem o uso do registro formal e da norma padrão**. É preciso considerar que o domínio das variedades cultas é fundamental ao exercício crítico frente aos discursos da ciência, da política, da religião, etc.

Quanto ao estudo dos gêneros, Dell’Isola (2007, p. 6, v. 2, grifos nossos) assegura:

O estudo de gêneros textuais é uma iniciativa que envolve inúmeras formas de abordagem e engloba uma análise do texto e do discurso, **uma descrição dos usos da linguagem** e visão da sociedade, e, ainda, tenta responder a questões de natureza sociocultural relacionada aos usos da língua de uma maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. Sabemos que os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável.

2.2 Gêneros textuais do domínio jornalístico

Conforme exposto, os gêneros textuais são a materialização das práticas sócio-históricas e discursivas de uso da linguagem. Por serem regulados pelas práticas (atividades) sociais, os gêneros não são entidades estanques, mas maleáveis, suscetíveis às transformações sociais de utilização da linguagem. Bronckart (1999, p. 138) defende que “os gêneros não podem nunca ser objeto de uma classificação racional, estável e definitiva”.

Essa dinamicidade dos gêneros dificulta sua categorização, aspecto importante no estudo da língua proposto nesta tese. Segundo Marcuschi (2006, p. 24), os critérios utilizados para categorizar os gêneros devem ser “dinâmicos de natureza ao mesmo tempo social e linguística”. E acrescenta: “Os gêneros não são superestruturas canônicas e deterministas, mas também não são amorfos e simplesmente determinados por pressões externas. São formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentido” (*ibidem*, p. 25).

Consoante à abordagem bakhtiniana, Brandão (2002, p. 38) explica que os gêneros apresentam “dupla face”, pois as forças de concentração agem ao lado das forças de expansão. As forças de concentração facilitam a classificação do gênero, pois permitem a análise do gênero com base em suas características comuns. Por outro lado, as forças de expansão dificultam a delimitação de fronteiras, e isso favorece inovações quanto à forma e/ou função do gênero. Desse modo, delimitar uma carta comercial impressa, por exemplo, não nos parece ser um trabalho muito complexo, pois esse texto, nesse formato, geralmente apresenta elementos prototípicos do gênero, como local, data, invocação, assunto, desfecho e assinatura. Porém, a complexidade de categorização é maior se tomarmos, por exemplo, um anúncio publicitário, mesmo que também fosse delimitado o formato impresso, pois os textos que se classificam como anúncios publicitários normalmente apresentam maior hibridização³⁴ e variação se comparados com as cartas comerciais.

Para Marcuschi (2002), a caracterização dos gêneros é determinada principalmente pela função, ou seja, o papel sociodiscursivo desse gênero. Contudo, em alguns casos, a forma

³⁴ Hibridização ou *mescla de gêneros*, segundo Marcuschi (2002, p. 31): “um gênero assume a função do outro”.

(aspecto estrutural) é o fator maior de delimitação; em outros, o suporte.

Após alguns estudos sobre os gêneros textuais realizados com os alunos de graduação, Dell’Isola (2007, p. 4, v. 2) expõe: “A cada dia, observávamos novos aspectos dos gêneros como ações sociais e, de fato, constatamos que eles possuem estrutura parcialmente definida, identidades próprias, são reconhecíveis – apesar algumas ‘anomalias’ (*sic*) – e extraordinariamente interessantes”.

Em relação ao jornal, Pinto (2004, p. 287)³⁵ considera “que ele é, nas sociedades modernas, o suporte comunicativo escrito que abriga o maior número de diferentes gêneros textuais”. Essa diversidade dificulta a tentativa de caracterização dos gêneros que compõem esse periódico. Bonini (2006) aponta algumas dificuldades de categorização dos gêneros textuais que constituem o jornal, a começar pela obscuridade da influência do suporte no gênero e do gênero no suporte. Marcuschi (2005, p. 8) trabalha com a ideia de que “o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele. Mas ainda está por ser analisada a natureza e o alcance dessa interferência”. Para Bonini (2006), o jornal não é um suporte físico como um álbum, mas um suporte em que há sobreposição entre gênero e suporte, pois um gênero pode servir de suporte para outro(s) gênero(s). “O jornal, nesse sentido, é um típico exemplar de suporte convencionalizado que eu tenho denominado de hipergênero, uma vez que é um gênero constituído por vários outros” (BONINI, 2006, p. 61). O jornal, diferentemente do álbum,

[...] para além do conjunto de folhas de papel, apresenta uma abertura (a primeira página) e um conjunto de seções organizadas de modo mais ou menos característico. Os gêneros, no jornal, resultam e ganham características específicas a partir dessa organização (BONINI, *loc. cit.*).

Como o jornal abarca uma grande variedade de gêneros, alguns até sobrepostos (cf. BONINI, 2006), podemos perceber a complexidade de categorização dos gêneros nesse suporte.

Com base na premissa de que o jornal gira em torno de dois centros de interesse, “a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)”, Melo (1985, p. 47) agrupa os gêneros do domínio jornalístico em duas categorias segundo a intenção do relato: informativos (“a reprodução do real”) e opinativos (“a leitura do real”). Os

³⁵ Tese de doutorado em que Pinto (2004) elabora um estudo acerca do mecanismo de textualização da coesão temporal em quinze textos jornalísticos dos gêneros carta do leitor, editorial e reportagem.

gêneros nota, notícia, reportagem e entrevista pertencem à primeira categoria, ao passo que editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta, à segunda.

A *Folha de S. Paulo*, um dos jornais impressos de maior circulação no Brasil, no *Manual da Redação*, agrupa seus textos nos seguintes gêneros:

- 1) **análise:** contém a interpretação do autor e é sempre assinada;
- 2) **artigo:** contém a opinião do autor e é sempre assinado;
- 3) **editorial:** expressa a opinião do jornal e nunca é assinado; deve ser enfático, equilibrado e informativo, apresentar a questão tratada e desenvolver os argumentos defendidos pelo jornal, ao mesmo tempo em que resume e refuta os contrários;
- 4) **crítica:** avalia trabalho artístico, acadêmico ou desempenho esportivo e é sempre assinada;
- 5) **crônica:** aborda assuntos do cotidiano de maneira mais literária do que jornalística e é sempre assinada;
- 6) **“feature”:** apresenta a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual e imediato, em estilo mais criativo e menos formal; pode ser o perfil de um personagem ou uma história de interesse humano;
- 7) **resenha:** faz o resumo crítico de um livro e é sempre assinada;
- 8) **notícia:** relata a informação da maneira mais objetiva possível; raramente é assinada;
- 9) **reportagem:** traz informações mais detalhadas sobre notícias, interpretando os fatos; é assinada quando tem informação exclusiva ou se destaca pelo estilo ou pela análise (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 70-71, grifos dos autores).

Podemos observar que, ao tratar dos gêneros do domínio jornalístico, a *Folha de S. Paulo*, no *Manual da Redação* (FOLHA DE S. PAULO, 2007), não inclui a carta do leitor dentre os gêneros por ela considerados. Entretanto, no *Manual Geral da Redação* (FOLHA DE S. PAULO, 1987), a *Folha* aborda esse gênero e explicita que as seções destinadas às cartas são um espaço para os leitores exprimirem seus pontos de vista.

Os gêneros do domínio jornalístico, segundo Pinto (2004, p. 284),

[...] são artefatos textuais ritualizados que estabelecem uma forma de contrato de leitura entre jornal/jornalista e leitores. O leitor, ao manusear um jornal, sabe de antemão onde localizar o texto (ou os textos) que lhe interessa e, ao lê-lo, aceita implicitamente as normas estabelecidas por esse contrato socialmente aceito.

Com base nessa afirmação, podemos inferir que a diferenciação entre um gênero e outro é construída nas práticas sociais de interação entre jornalista e leitor, através do cumprimento das expectativas estabelecidas entre ambos.

A seguir, apresentamos um panorama dos gêneros do domínio jornalístico analisados neste

trabalho: notícia, editorial, carta do leitor e artigo. Embora a abordagem realizada tenha sido bastante genérica – devido ao grande número de variáveis envolvido na caracterização dos gêneros do jornal e às limitações desta pesquisa –, consideramos essa abordagem indispensável, pois serviu de apoio na atividade de identificação dos gêneros investigados.

2.2.1 Notícia

O *Dicionário de Comunicação*, de Rabaça e Barbosa (2001, p. 513), apresenta a seguinte definição de notícia: “Relato dos fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público”. Esses dicionaristas expõem que toda atividade jornalística é desenvolvida a partir da busca da notícia, cuja essência é o interesse do público.

Segundo Lage (2006), a relevância dos fatos e o interesse público são pontos essenciais na constituição da notícia. O autor a define como “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 2006, p. 17). Lage (2006) enfatiza que a notícia não é exatamente uma narração – apesar do predomínio desse tipo textual –, mas trata-se de uma exposição de acontecimentos. Lustosa (1996, p. 17, grifos do autor) diz que “*notícia é o relato, não o fato*”.

A notícia é constituída de um encadeamento de eventos relacionados temporalmente. Esses eventos não são organizados na sequência temporal propriamente dita, mas apresentados pela importância ou interesse decrescente, na visão de quem relata o fato a partir da representação da imagem de quem recebe a notícia. Desse modo, ainda que implicitamente, o público leitor sofre influência ideológica do produtor da notícia, pois os eventos são ordenados e manipulados conforme a visão e os interesses de quem produz o texto (LAGE, 2006).

As circunstâncias determinadas pela relação entre o jornalista e o público determinam as restrições à linguagem da notícia. Essa restrição limita a abordagem do conteúdo veiculado, afinal o

[...] universo das notícias é o das aparências do mundo. O noticiário não permite o

conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por detrás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam (LAGE, 2006, p. 23-24).

Como a notícia é um produto de consumo, a linguagem nesse gênero visa aumentar a comunicabilidade e facilitar a produção de sentido. Para isso, o vocabulário e os preceitos gramaticais são geralmente usados “**nos limites do que se considera socialmente correto e adequado à abrangência do veículo**” (LAGE, 2006, p. 24, grifos nossos). Por isso, consideramos que a linguagem da notícia pode ser usada na descrição do padrão culto em uso, isto é, trata-se de um gênero constituído em um contexto com certa monitoração da escrita.

Outro elemento característico da notícia, segundo Lage (2006), é o lide, primeiro parágrafo do texto (podendo haver outros ao longo do corpo da notícia), em que se relata o evento principal – mais importante ou interessante – de uma série. Normalmente, o lide traz informações indicativas do texto (o que ocorreu, com quem, onde, quando, como, por quê).

O desconhecimento de quem redige e de quem recebe a notícia – é possível apenas construir representações de ambos – exige que as referências sejam precisas, uma vez que a imagem de *edifício alto* para um pode ser diferente para outro. Por isso, a referência é detalhada: *edifício de 20 andares*, por exemplo. O uso da terceira pessoa tem como função criar um caráter de impessoalidade da notícia, a fim desviar o foco para a informação. Como a notícia trata das aparências do mundo, “não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou ou confessou*” (LAGE, 2006, p. 26, grifos do autor).

O *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 88) ressalta esse caráter informativo do gênero notícia, a saber:

Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes.

Embora o discurso jornalístico esteja ancorado nas ideias de *verdade, imparcialidade e isenção*, sabemos que não há discurso neutro, pois, ao elaborar um texto, o autor utiliza argumentos para legitimar sua produção, os quais demonstram suas tendências – ainda que reguladas e/ou implícitas. Além disso, as notícias são permeadas de ideologias e interesses do

jornal, por mais neutro que ele tente ser. Para Koch (1996, p. 19), “a interação social por intermédio da língua, caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”. A autora afirma que todo texto é argumentativo; o que varia é o grau da argumentatividade.

Barros (2004, p. 16)³⁶ assegura:

No nosso mundo contemporâneo, a notícia opera de maneira por demais significativa: ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e, sobretudo, para a manutenção do senso comum.

Rabaça e Barbosa (2001, p. 514) afirmam que uma notícia bem elaborada, além de requerer técnica jornalística, deve provir de fatos que congregam alguns aspectos, como: “atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano, raridade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade etc.”.

Podemos dizer que a notícia, devido à sua estreita relação com o interesse público, é o cerne da atividade jornalística. A notícia, muitas vezes, funciona como um gênero de apoio para a elaboração de outros gêneros do jornal.

2.2.2 Editorial

Rabaça e Barbosa (2001, p. 255) apresentam a seguinte definição de editorial³⁷:

Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (jornal, revista etc.) ou emissão (programa de televisão ou de rádio).

Por sua vez, Melo (1985, p. 79) concentra-se na essência do editorial: “gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. No

³⁶ Dissertação de mestrado em que a autora realiza um estudo acerca da leitura que se faz da argumentatividade do gênero notícia de jornal em sala de aula, realizada com alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental. Barros (2004) mostra que a escola reafirma a aparente neutralidade da notícia. A pesquisadora defende que a argumentatividade deveria ser objeto de ensino-aprendizagem.

³⁷ O gênero editorial, tal qual caracterizado, apresenta-se, às vezes, sob o nome de *Carta ao Leitor*.

senso comum, o editorial expressa a opinião do dono da instituição jornalística. Geralmente, nas organizações de pequeno porte, isso ainda ocorre. Entretanto, quando a empresa jornalística é maior, o editorial demonstra tanto a opinião dos seus proprietários quanto das diferentes partes que a constituem, como explica Melo (1985, p. 79):

Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro.

Os responsáveis pela redação do editorial, os editorialistas, fazem um trabalho de mediação entre a opinião institucional (sócios/proprietários, anunciantes) e o que realmente vai impresso nos jornais. No editorial, normalmente, utiliza-se a terceira pessoa, a fim de manter um tom de impessoalidade, pois não se apresenta apenas a opinião dos proprietários do jornal ou do editorialista, mas a voz uníssona de opiniões e interesses (cf. MELO, 1985). Nesse sentido, pode-se dizer que o editorial é um gênero constituído da convergência das opiniões que permeiam a instituição jornalística, seguindo a linha conceitual adotada pela empresa jornalística.

Uma vez que o editorial representa a opinião da empresa jornalística, “seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. [...] Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada [...]” (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 64). Por ser opinativo, esse gênero é produzido, em princípio, de forma autônoma, independente, representando o posicionamento do jornal diante dos fatos de maior relevância. Porém, a seleção das marcas linguísticas e conceituais deve ser criteriosa e responsável para manter a credibilidade da instituição jornalística (cf. RABAÇA; BARBOSA, 2001). Nesse sentido, consideramos que o editorial é constituído em um contexto em que se espera o emprego da norma padrão, a fim de conservar a imagem de confiabilidade da empresa jornalística por meio do uso norma linguística mais prestigiada socialmente.

Um dos traços peculiares do editorial, segundo Rabaça e Barbosa (2001), é a sua brevidade. Diferencia-se do ensaio por ser um texto breve, que discorre sobre um tema cujo interesse é imediato, momentâneo. Essa brevidade também se identifica com as necessidades atuais. Se o jornal pretende que o público reconheça a significância do editorial e compartilhe o ponto de

vista da instituição, o texto deve ser objetivo e claro em decorrência da escassez de tempo das pessoas para leituras diárias. Além disso, o editorial não deve ser um texto dogmático, inflexível. Os fatos são efêmeros, circunstanciais e, como cabe ao jornal atribuir-lhes juízo, “é indispensável acompanhar o ritmo dos próprios fatos e apreendê-los nos seus desdobramentos, nas suas variações” (MELO, 1985, p. 82). Essas características do editorial comprovam a plasticidade dos gêneros textuais: as manifestações linguísticas vão sofrendo variações e adequações conforme as práticas sociais do momento.

Por outro lado, Pinto (2004, p. 394) verificou que o editorial, principalmente o de jornais, é discursivamente estável, cujo conteúdo se refere a problemas e fatos importantes da atualidade, caracterizando-se essencialmente “como espaço no qual os editores expõem sua linha editorial e defendem determinados quadros de valor [...]”.

2.2.3 Carta do leitor

A carta do leitor, também denominada no jornalismo de *carta* ou *carta à redação*, é um gênero textual produzido pelo leitor e enviado ao jornal por meio do correio, fax ou *e-mail*. Tem como finalidade divulgar a opinião do leitor – elogio, crítica, apoio, sugestão, solicitação – normalmente acerca de matérias publicadas sobre diferentes temas, desde que o assunto seja de interesse coletivo, e não apenas particular. Embora esse gênero textual seja de produção do leitor, as cartas ou *e-mails* podem ser corrigidos, resumidos ou modificados por razões de espaço físico da seção, clareza e, de modo indireto, devido ao direcionamento argumentativo do jornal. Quando isso ocorre, trata-se de um gênero de coautoria (cf. BEZERRA, 2002).

Sobre carta do leitor, Pinto (2004, p. 393, grifos do autor) averiguou em sua pesquisa:

O gênero *carta do leitor* me parece não guardar uma identidade perfeita com o gênero *carta* tradicionalmente considerado em nossas sociedades, embora se trata sempre de uma *carta*. A análise de tais textos evidenciou que eles apresentam algumas peculiaridades enunciativas e discursivas específicas: conteúdo temático normalmente relacionado com outros textos publicados anteriormente em seus

respectivos suportes³⁸, controle desse conteúdo por parte dos editores, cortes efetuados em função de espaço de publicação, etc.

Uma marca textual que nos parece importante para caracterizar este gênero é a identificação do leitor (através de nome, localidade). As empresas jornalísticas que gozam de credibilidade social não publicam cartas anônimas. Ainda que dentre os gêneros investigados este possa ser visto como o menos formal, a carta do leitor é constituída em contexto de certa monitoração da escrita. Nesta pesquisa, todas as cartas analisadas possuíam a identificação do leitor e não discorriam sobre temas de interesse particular, como a carta íntima. Dessa forma, podem ser inseridas no contexto de usos públicos da linguagem. Além disso, há, ainda que velado, um cerceamento dessa liberdade de expressão, pois o jornal é o responsável pela publicação do texto desse gênero.

É importante ressaltar que, neste trabalho, não fizemos distinção entre carta ou mensagem via *e-mail*. Denominamos *carta do leitor* a correspondência do leitor publicada no jornal, independente do veículo de comunicação utilizado (correio, *e-mail* ou fax) ou extensão do texto.

2.2.4 Artigo

O artigo, enquanto gênero do domínio jornalístico, é assim definido por Rabaça e Barbosa (2001, p. 42): “Texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação”. Texto assinado, esse gênero é produzido por um jornalista ou colaborador (espontaneamente ou solicitado), que desenvolve um tema relevante no momento e expressa sua opinião (cf. MELO, 1985).

Enquanto o editorial apresenta a opinião, a voz da empresa jornalística, o produtor do artigo pode abordar o tema de seu interesse e emitir sua opinião com liberdade de conteúdo (desde que não fira os preceitos da empresa jornalística) e de forma. Apesar dessa liberdade, o artigo foi incluído na pesquisa por considerarmos que os articulistas são pessoas ligadas à cultura

³⁸ Revistas e jornais impressos.

escrita e utilizam o jornal para veicular seu ponto de vista sobre um tema atual. Por serem pessoas escolarizadas, julgamos que os articulistas procuram usar a norma padrão em seus textos, a fim de manter o *status* de pertencimento ao grupo social letrado, que apresenta prestígio em nossa sociedade.

Quanto à distinção entre artigo e ensaio, Melo (1985, p. 93, grifos do autor) pontua:

A diferença entre ambos não reside apenas na extensão (o artigo é um ensaio mais curto e o ensaio é um artigo mais longo) como pode ser percebido visualmente na superfície impressa. Duas variáveis os distinguem nitidamente. O *tratamento* dado ao tema indicando que o artigo contém julgamentos mais ou menos provisórios, porque escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando; já o ensaio apresenta pontos de vista mais definitivos, alicerçados com solidez, porque tem compreensão mais abrangente do fato e pretende sistematizar o seu conhecimento. A *argumentação* utilizada no artigo baseia-se no próprio conhecimento e sensibilidade do articulista; no ensaio ela se apoia em fontes que se legitimam pela sua credibilidade documental, permitindo a confirmação das ideias defendidas pelo autor.

Segundo Melo (1985), quanto à finalidade, o artigo pode ser de divulgação científica, doutrinário, educativo. Na seleção dos textos, procuramos nos ater aos que expunham a opinião do autor acerca de algum assunto em evidência na atualidade, no momento histórico vivenciado, e não especificamente de caráter de divulgação científica, doutrinário ou educativo. Ratificamos que todos os artigos analisados apresentavam identificação do produtor do texto.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Delimitação do *corpus*

Apesar das dificuldades encontradas para delimitar os gêneros textuais do domínio jornalístico – pois estes não funcionam de modo estanque nem exibem fronteiras bem definidas, podendo apresentar-se hibridizados –, tivemos de realizar tal recorte, pois a categorização dos textos em gêneros era necessária para a investigação proposta. Algumas marcas linguísticas das seções dos jornais nas quais os textos se encontravam, como título (“Artigo”, “Opinião”, “Editorial”, “Cartas”), facilitaram a identificação dos gêneros. Quando não havia essas marcas, a categorização foi feita considerando-se tanto o aspecto social (função) quanto o formal (estrutura) dos gêneros que compõem o jornal impresso.

Selecionamos a notícia, o editorial, a carta do leitor e o artigo porque julgamos que a representação do contexto de produção/recepção desses gêneros sugere o uso de uma linguagem escrita com certa monitoração, isto é, a norma padrão em uso pode ser investigada com base nesses textos. Como esta pesquisa também aborda a questão do ensino-aprendizagem dessa norma linguística, escolhemos gêneros que caracterizam os usos públicos da linguagem que, segundo os PCNLP (BRASIL, 1998), devem ser priorizados nas situações escolares.

As legendas de fotos, apesar de estarem imbricadas à notícia, foram excluídas do *corpus* devido à intrínseca ligação com as imagens que as acompanham, e, neste trabalho, o texto não verbal não constituiu objeto de análise. Nos textos analisados, também não foram investigadas as citações diretas (literais), marcadas por aspas, por serem trechos copiados de outros textos e de outros autores. Já as declarações de entrevistados, isto é, trechos retextualizados da fala de um declarante, também marcados por aspas, foram analisados, pois entendemos que essas declarações não são trechos de uma transcrição – passagem da realização sonora de um texto para uma forma gráfica –, e sim resultantes de uma retextualização, processo que envolve operações complexas, no caso, referentes à passagem da modalidade falada para a escrita, abrangendo mudanças, especialmente nos recursos linguísticos (cf. MARCUSCHI, 2003).

Algumas variáveis foram delimitadas, como suporte (jornal), formato textual (impresso), publicação dominical de jornais diários, jornal mais vendido em cada unidade federativa do país e todos procedentes da capital de seu respectivo estado. No entanto, os gêneros estavam dispostos em diferentes cadernos e seções, o que implica abordagem de diversos temas, além de serem produzidos por vários jornalistas e colaboradores, que seguem linhas ideológicas distintas e estilo de escrita, até certo ponto, individualizado. O público-alvo também é variado, pois na pesquisa configuram jornais de todas as capitais do Brasil, tanto os “conceituados”, direcionados a uma elite letrada e de melhor situação econômica, quanto os “populares”, destinados à população em geral, inclusive às camadas de menor poder aquisitivo e baixo grau de escolaridade.

3.2 *Corpus*

O *corpus* desta pesquisa foi constituído de 147 textos, dos quais 54 foram do gênero textual *notícia*; 18, do *editorial*; 31, da *carta do leitor*; e 44, do *artigo*. No total, foram analisados 27 jornais, um de cada estado brasileiro – publicado na capital da unidade federativa – e um do Distrito Federal. Todos os jornais eram impressos, diários e referentes à edição de domingo³⁹.

Como podemos observar, a quantidade de textos de cada gênero foi variada, pois em alguns periódicos não conseguimos encontrar alguns dos gêneros selecionados. O editorial foi identificado somente em 18 jornais. Em contrapartida, a *Folha de S. Paulo* apresenta mais de um editorial, porém decidimos analisar apenas um, quantidade equivalente a dos demais periódicos que publicam esse gênero. Quanto à notícia, carta do leitor e artigo, selecionamos, aleatoriamente, dois textos de cada um desses gêneros, mas alguns jornais apresentavam apenas um ou nenhum exemplar desses textos. Isso explica a diferença entre o número de textos de cada gênero analisado. No caso da notícia, foi possível analisar dois textos de cada jornal. Desses 54 textos, 27 foram notícias de tema esportivo, e 27, relativas à temática policial, pois consideramos que esses assuntos despertam o interesse da população em geral, isto é, atingem um público amplo e variado. Escolhemos, na medida do possível, notícias cujo

³⁹ O jornal *A Gazeta*, do Acre, teve a edição de sábado analisada (e não a de domingo), enviada por engano pela empresa jornalística. Como avaliamos que esse fato não influenciaria o resultado da pesquisa e devido às dificuldades de se adquirir outro exemplar, decidimos investigar a edição de sábado desse periódico.

assunto fosse referente a um fato ocorrido na região ou no estado de procedência do jornal, pois entendemos que assim estaríamos analisando as escolhas linguísticas mais frequentes no local da publicação.

3.3 A seleção dos jornais

A grande circulação do periódico na unidade federativa de publicação foi o critério adotado para a escolha dos jornais. Dessa forma, foi selecionado o jornal impresso mais vendido em cada estado do país, durante o ano de 2007, pois a pesquisa foi iniciada em 2008. Para isso, recorremos ao Instituto de Verificação de Circulação (IVC), empresa sem fins lucrativos que tem como objetivo informar dados sobre a circulação de publicações. A circulação das publicações é aferida seguindo padrões de medida e normas técnicas, com isenção de comentários ou especulações sobre os dados, segundo explicita o *Histórico do IVC* (2008). Para que tivéssemos acesso aos dados de circulação dos periódicos, foi enviada a essa entidade uma carta da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (Poslin), solicitando as informações necessárias. Desse modo, obtivemos, por *e-mail*⁴⁰, os relatórios sobre os jornais do Brasil mais vendidos por estado no ano de 2007.

Ao analisarmos os relatórios, observamos que a *Folha de S. Paulo* apresentava-se como o jornal mais vendido no Acre, Amapá, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Isso ocorreu porque o IVC apura dados sobre a circulação das publicações associadas a ele; conseqüentemente, nesses estados, não havia jornal impresso diário filiado à entidade. Como nosso objetivo era investigar o padrão culto escrito nos jornais de cada estado, recorremos à Assessoria de Comunicação da prefeitura da capital de tais estados e solicitamos a informação, ainda que de modo informal (via telefone), de qual jornal julgavam ter maior circulação.

Os periódicos foram obtidos entre janeiro e agosto de 2008.

A seguir, apresentamos o quadro com os jornais utilizados nesta pesquisa.

⁴⁰ FERREIRA, Marcelo. (creceber@ivc.org.br). RES: [Fale com IVC] [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por rosilenemarques@yahoo.com.br em 20 fev. 2008.

QUADRO 1

Jornal diário impresso mais vendido em cada estado do Brasil, no ano de 2007

UF	Jornal diário impresso	UF	Jornal diário impresso
AC	A Gazeta*	PB	Correio da Paraíba
AL	Gazeta de Alagoas	PR	Gazeta do Povo
AP	A Gazeta*	PE	Jornal do Comércio
AM	Diário do Amazonas	PI	Meio Norte
BA	A Tarde	RJ	Extra
CE	Diário do Nordeste	RN	Tribuna do Norte
DF	Correio Braziliense	RS	Zero Hora
ES	A Tribuna	RO	O Estadão
GO	Daqui	RR	Folha de Boa Vista*
MT	A Gazeta*	SC	Diário Catarinense
MS	Correio do Estado	SP	Folha de S. Paulo
MA	O Estado do Maranhão	SE	Correio de Sergipe
MG	Super	TO	Jornal do Tocantins*
PA	Diário do Pará	-	-

* Jornais não filiados ao IVC

3.4 Fatos linguísticos investigados

Seria pretensioso, neste trabalho, propormos a descrição do padrão culto escrito em uso no Brasil como se fôssemos elaborar uma gramática dessa norma linguística. Devido às limitações desta pesquisa, investigamos somente alguns usos linguísticos que costumam apresentar variação entre a norma padrão apresentada nas gramáticas e o uso cotidiano (menos monitorado), pois existe a crença, no senso comum (e até por parte de alguns estudiosos), de que certas construções linguísticas não são mais utilizadas, nem mesmo em contextos em que socialmente se espera o emprego da norma padrão.

Possenti (1996, p. 39) considera “assistir ao jogo” uma construção arcaica, pois o padrão atual é “assistir o jogo”. Será que já podemos chamar a regência *assistir a* de arcaísmo? Lima (2003), ao pesquisar em textos formais a regência de verbos que apresentam oscilação de uso,

constatou que, em 97,9% dos casos, a regência verbal continua seguindo a tradição gramatical.

Britto (2002) inicia frases com pronome oblíquo átono, mesmo em textos formais destinados à circulação no meio acadêmico, a saber: “Me vem depressa à cabeça a pergunta: *nosso de quem?*” (BRITTO, 2002, p. 144, grifos do autor). Será que essa construção, nesse contexto, já pode ser considerada adequada? Tal construção pode ser frequente na fala coloquial e na escrita informal, mas não nos parece ser usual em contextos de escrita mais monitorada. A pesquisa de Lima (2003) revela que, em textos formais, 95,7% dos casos investigados apresentam a ordem *verbo + pronome átono* em início de orações ou de períodos. As ocorrências de pronome átono no início de orações ou períodos foram encontradas pela pesquisadora no livro *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*, de Marcos Bagno. Lima (2003) analisou essa opção do autor como uma subversão proposital à norma preestabelecida, uma vez que o linguista faz, na obra, duras críticas à gramática tradicional. Entretanto, ele não foge totalmente do padrão linguístico, pois, nesse mesmo livro, 83% de suas frases seguem a ordem *verbo + pronome átono*. Oscilação semelhante também pode ser verificada no texto de Britto (2002), pois, em alguns trechos, o autor prefere a ênclise à próclise no início de frases: “Pode-se afirmar que a *norma culta* [...]”, “Pode-se argumentar que a *norma culta* [...]” (BRITTO, 2002, p. 147, grifos do autor).

Scherre (2005), no livro *Doa-se lindos filhotes de poodle*, considera que a variação da concordância de número, já instalada na fala, ocorre com regularidade na escrita monitorada de pessoas escolarizadas. Questionamos essa colocação da autora, pois, na pesquisa de Lima (2003), em 91,6% dos casos investigados, houve concordância do verbo com o sujeito na voz passiva sintética, dado que diverge da frase que intitula a obra da linguista.

Em seu livro *Português ou brasileiro: um convite à pesquisa*, Bagno (2001, p. 71, grifo do autor) também utiliza a expressão coloquialmente usada *a gente*: “Me parece que o mais recomendável seria a gente se concentrar em *notícias*”. Esse emprego despertou nosso interesse para investigar o uso da 1ª pessoa do plural e da expressão *a gente* nos textos jornalísticos. No final da obra, o linguista apresenta sugestões para a pesquisa de alguns fenômenos linguísticos. Investigamos quatro dos cinco fenômenos linguísticos sugeridos pelo

autor (emprego dos pronomes demonstrativos, regência verbal, tempo verbal simples e composto e colocação dos pronomes oblíquos).

Para cumprir nosso propósito de estudo do padrão culto escrito em uso, investigamos algumas construções linguísticas que costumam apresentar oscilações entre a norma gramatical e os usos cotidianos. Eis os fatos linguísticos contemplados nesta pesquisa:

- * colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos;
- * regência dos verbos *assistir, visar, chegar, ir, implicar, lembrar e esquecer*;
- * emprego da preposição com o sujeito de um verbo no infinitivo e com o pronome relativo;
- * concordância verbal: sujeito posposto simples plural, sujeito plural na voz passiva sintética e sujeito composto posposto;
- * emprego dos pronomes demonstrativos;
- * emprego da forma verbal simples ou do encontro verbal no futuro do presente e do pretérito-mais-que-perfeito do modo indicativo;
- * emprego da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) e da expressão *a gente* na função de sujeito;
- * abreviações: abreviaturas, siglas e símbolos.

3.5 A coleta de dados

A coleta de dados foi realizada com a apuração da ocorrência de um fato linguístico por vez, nos 147 textos que compõem o *corpus*. Durante a primeira leitura de cada texto, a ocorrência do fato linguístico foi registrada em arquivo do *Microsoft Office Word 2007*, identificada por gênero e jornal. É importante ressaltar que não houve apenas o registro do fato linguístico em si, mas a transcrição de um excerto suficiente para contextualizar a ocorrência. No momento da análise, sempre que necessário, o texto original referente ao dado foi retomado. Para cada fato linguístico analisado, foi realizada uma segunda leitura de todo o *corpus*, a fim de minimizar as possibilidades de erros.

Antes da coleta de cada fato linguístico, foi feita uma leitura sobre o fato em questão nas obras de referência gramatical desta pesquisa.

3.6 Exposição e análise dos dados coletados

Visando a uma melhor estruturação deste trabalho, dedicamos o quarto capítulo à abordagem da pesquisa. Separamos os fatos linguísticos investigados em seções e subseções, de acordo com a natureza desses fatos e a necessidade de exposição dos dados.

Para cada fato linguístico, inicialmente, foi exposta a compilação da norma gramatical (NG) com base em obras gramaticais – de Cegalla (2007), Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009) e Cipro Neto e Infante (2009) – e no *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2007). As obras desses autores foram escolhidas pelo fato de Cunha e Cintra, Bechara e Cegalla serem gramáticos tradicionalmente consagrados; Cipro Neto e Infante, por serem conhecidos, inclusive no ambiente escolar, principalmente Cipro Neto, devido à sua exposição na mídia. As regras gramaticais apresentadas no *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2007) também foram consultadas na compilação da NG porque os textos investigados são jornalísticos e consideramos que, no meio jornalístico, é um manual muito divulgado, visto que a *Folha de S. Paulo* é um periódico de grande circulação no país, como pudemos apurar na análise dos relatórios enviados pelo IVC. Para se chegar à compilação da NG, foram descritos preceitos, orientações, observações e exemplos expostos pelos autores consultados. É importante ressaltar que as gramáticas de Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009), Cegalla (2007) apresentam uma abordagem mais descritiva do fato linguístico, ao passo que *Manual da Redação* (FOLHA DE S. PAULO, 2007) e a obra de Cipro Neto e Infante (2009) são de caráter mais prescritivo.

Em seguida, foi feita a apresentação e análise dos dados coletados: primeiramente, de modo geral, isto é, em todo o *corpus*; depois, separados conforme o gênero textual.

Na exposição dos dados, foram apresentados gráficos e tabelas com o objetivo de facilitar a visualização dos resultados. Se o fato linguístico era coincidente com a NG (norma gramatical), a ocorrência era computada no item *NG sim*; caso contrário, *NG não*. Dessa forma, foi possível fazer uma comparação entre os usos que continuam seguindo a tradição gramatical e os que desviam dessa norma. Essa comparação foi realizada com base na frequência de usos, indicada por números percentuais. No registro dessa frequência, foram utilizadas duas casas decimais, fazendo o arredondamento matemático quando necessário.

Alguns fatos linguísticos apurados não se referem ao uso ou não da norma gramatical. Nesses casos, a explanação sobre a análise foi elucidada na seção referente ao fato linguístico. Apresentamos também trechos do *corpus* para exemplificar o caso analisado e conferir autenticidade à pesquisa. Os exemplos foram numerados.

Na análise, além de uma comparação dos dados do *corpus* com o que foi compilado como NG, utilizamos, sempre que possível, os resultados apurados no trabalho de Lima (2003) – e de outros autores que investigam a norma padrão em uso –, pois a proposta desta tese assemelha-se à investigação dessa pesquisadora⁴¹.

Ao findar as análises dos fatos linguísticos selecionados, foi produzido um capítulo (capítulo 5) para expor, de modo geral, os resultados da pesquisa, com base nos percentuais concordantes e destoantes da NG dos fatos investigados, e as tendências de configuração do padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico. Esses resultados foram apresentados como um todo e também discriminados em gêneros textuais.

3.7 Análise do livro didático

Como este trabalho dialoga com a área educacional e considerando-se que a obra *gramática tradicional* praticamente não é mais utilizada em sala de aula, e sim o livro didático, investigamos a abordagem acerca da norma padrão – especificamente dos fatos linguísticos investigados nos jornais – apresentada na coleção *Português Linguagens*, 5ª edição, volumes 1, 2, 3 – cada um correspondendo a uma série do ensino médio –, de autoria de Cereja e Magalhães (2005), coleção de livros didáticos mais solicitada na rede pública em âmbito nacional no *Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio* de 2009 (PNLEM/2009), conforme informação, concedida por comunicação impressa (ofício)⁴², do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pela Coordenadoria-Geral dos Programas do Livro

⁴¹ Apesar de reconhecermos a relevância e a qualidade das obras *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de M. Neves (2000), e *Gramática Descritiva do Português*, de Mário Perini (2001), elas não foram utilizadas na análise dos dados desta pesquisa: esta por seguir uma linha de pesquisa diferente da que foi adotada neste trabalho, e aquela por analisar textos literários e de usos menos monitorados, o que também não condiz com a proposta desta tese.

⁴² SCHWARTZ, Sonia. Ofício. 2009. (Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, SBS Quadra 2, Bloco F – Brasília, Distrito Federal, Brasil).

(CGPL). Escolhemos analisar o material do ensino médio por esta ser a última etapa da educação básica, período de escolarização em que, a nosso ver, deveria ser consolidado o ensino da norma linguística de maior prestígio social.

Para a análise desse material didático, utilizamos as obras de referência gramatical já citadas e as avaliações apresentadas no *Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático PNLEM/2009* (BRASIL, 2008). Como essa análise foi elaborada após a investigação dos fatos linguísticos nos jornais, decidimos abordá-la separadamente (capítulo 6).

4 PESQUISA REALIZADA NOS GÊNEROS NOTÍCIA, EDITORIAL, CARTA DO LEITOR E ARTIGO DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO

4.1 Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos

4.1.1 Consulta às obras de referência gramatical

Segundo a tradição gramatical, os pronomes pessoais oblíquos átonos podem assumir três diferentes posições quanto ao verbo: proclíticos (antepostos ao verbo), mesoclíticos (interpostos no verbo) ou enclíticos (pospostos ao verbo).

Em geral, as obras consultadas atribuem as diferenças de colocação pronominal na Língua Portuguesa a fatores geográficos, que implicam, por exemplo, a variação na sintaxe de colocação dos pronomes em Portugal e no Brasil; o grau de monitoração da fala e da escrita, provocado pelos diferentes níveis de formalidade (culto, coloquial); a modalidade linguística (fala e escrita); e a eufonia. As regras gramaticais descritas correspondem, no geral, aos usos de tradição lusitana. As diferenças de colocação pronominal ocorridas no Brasil normalmente são abordadas em observações. A *Folha de S. Paulo* (2007), contudo, admite sua tendência de seguir a colocação mais utilizada em nosso país, excetuando-se alguns casos de usos.

Analisamos, nesta seção, os usos dos pronomes pessoais oblíquos átonos com a forma verbal simples e com os encontros verbais⁴³ separadamente, devido às particularidades dessas formas verbais. Elaboramos uma compilação dos preceitos de colocação pronominal apresentados na maioria das obras consultadas. Alguns preceitos, ainda que não abordados na maior parte dessas obras, foram inseridos nessa compilação, tendo em vista a necessidade destes na análise dos dados coletados. Assim, realizamos uma síntese das explicações apresentadas nas obras de referência gramatical desta pesquisa, transcrevemos alguns exemplos e, quando necessário, apresentamos as observações relevantes. A essa compilação denominamos *norma gramatical*, representada pela sigla NG.

⁴³ Chamamos de *encontros verbais* tanto as locuções verbais quanto os tempos compostos, pois, neste trabalho, não fizemos distinção entre ambos.

4.1.1.1 Forma verbal simples

As obras consultadas listam uma série de palavras e condições que podem atrair o pronome para a posição anterior ao verbo, ocorrendo a próclise. Em nota, Cegalla (2007, p. 538) explica que essa atração não é “de natureza física, mas sim da influência fonética que certas palavras exercem sobre as vizinhas para atender ao ritmo e à entoação da frase”. Bechara (2009, p. 587) ratifica essa nota: “Durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático [...]. Graças a notáveis pesquisadores, [...] passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético-sintático”.

As obras de referência gramatical consultadas apontam como palavras atrativas:

a) Palavras (partículas) de sentido negativo: citadas por Cegalla (2007), *Folha de S. Paulo* (2007) e Bechara (2009). Cipro Neto e Infante (2009, p. 548) preferem dizer que a próclise “tende a ocorrer nas negações”. Cunha e Cintra (2008, p. 324, grifos dos autores) exemplificam algumas dessas palavras e restringem a atração vocabular a casos em que não há pausa entre a palavra atrativa e o verbo:

Nas orações que contém uma palavra negativa (*não, nunca, jamais, ninguém, nada,* etc.) quando entre ela e o verbo não há pausa:

– Não lhes dizia eu?
(M. de Sá-Carneiro, CF, 348.)

Cunha e Cintra (2008, p. 327, grifos dos autores) observam que, “sempre que houver *pausa* entre um elemento capaz de provocar a PRÓCLISE e o verbo, pode ocorrer a ÊNCLISE”.

Isso exposto, consideramos como norma gramatical (NG): palavra de sentido negativo funciona como palavra atrativa, desde que não haja pausa entre esta e o verbo.

b) Pronomes relativos: mencionados por Cegalla (2007), *Folha de S. Paulo* (2007) e Cipro Neto e Infante (2009), assim exemplificado pela *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124): “que, o qual, quem, quando, onde etc.: Fulano que se aposentou há três anos”.

c) Pronomes indefinidos: apontados por Cegalla (2007), *Folha de S. Paulo* (2007) e Cunha e

Cintra (2008). Cegalla (2007, p. 539, grifos do autor) exemplifica: “*tudo, nada, pouco, muito, quem, todos, alguém, algo, nenhum, ninguém, quanto: Tudo se acaba*”.

d) Quanto ao advérbio funcionando como palavra atrativa, houve grande variação. Cipro Neto e Infante (2009) não abordam essa classe de palavra com relação à colocação de pronomes. A *Folha de S. Paulo* (2007) e Bechara (2009) expressam que ocorre próclise quando há advérbio, mas este gramático apresenta a seguinte ressalva: “sem pausa entre os dois [advérbio e verbo], indicada ou não por vírgula” (BECHARA, 2009, p. 589). Semelhante ressalva também é exposta por Cegalla (2007) e por Cunha e Cintra (2008). Cegalla (2007, p. 539) e Cunha e Cintra (2008, p. 326) restringem a atração exercida por essa classe gramatical a “certos advérbios”. Cunha e Cintra (*loc. cit.*, grifos dos autores) admitem que “expressões adverbiais” também exercem força de atração, a saber:

Pode-se dizer que, [...] a língua portuguesa tende à PRÓCLISE pronominal:
a) quando o verbo vem antecedido de certos advérbios (*bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez*, etc.) ou expressões adverbiais e não há pausa que os separe:
[...]

Talvez Elisabeth se decidisse.
(Ferreira de Castro, OC, II, 261.)

Nas pernas me fiava eu.
(A. Ribeiro, M, 88.)

Diante dessa variação, consideramos como NG: advérbios (e expressões adverbiais) favorecem a próclise, desde que não haja pausa entre esses vocábulos e o verbo.

e) Pronomes ou advérbios interrogativos: apresentados por Cegalla (2007), Cipro Neto e Infante (2009) e Cunha e Cintra (2008). Bechara (2009, p. 589) prefere descrever essa regra, usando a expressão “palavra interrogativa”. Cipro Neto e Infante (2009, p. 548, grifo dos autores) apresentam o seguinte exemplo: “Quem **te** disse isso?”.

f) Palavras exclamativas: citadas por Bechara (2009), Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2007). O exemplo foi transcrito de Bechara (2009, p. 589, grifo do autor): “Como **te** perseguem!”.

g) Conjunções subordinativas: indicadas por Cegalla (2007), *Folha de S. Paulo* (2007), Cipro Neto e Infante (2009). Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008) preferem a aceção “orações subordinadas”. Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2007) especificam que a próclise ocorre

mesmo que a conjunção subordinativa esteja elíptica. Transcrevemos dois exemplos citados por Cegalla (2007, p. 539, grifos do autor): “Não sei como *se justificaram* perante a diretora”, “Peço a Vossa Excelência *me dispense* dessas formalidades”.

h) Conjunções coordenativas alternativas: apenas Cegalla (2007) e Cunha e Cintra (2008) mencionam essas palavras como atrativas. Cegalla (2007, p. 540, grifos do autor) assim exemplifica: “O rio, ora *se estreita*, ora *se alarga* caprichosamente”.

Citamos dois outros casos em que a próclise tende a ocorrer:

1. Em orações que expressam desejo (chamadas de orações optativas) com sujeito anteposto ao verbo. Esse uso é mencionado por Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2007, p. 540, grifo do autor) de cuja obra transcrevemos o exemplo: “Deus *o guarde!*”.

2. Em orações com gerúndio precedido da preposição *em*: uso do pronome proclítico apresentado pela *Folha de S. Paulo* (2007), Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009). Eis um exemplo apresentado por Cunha e Cintra (2008, p. 325, grifos dos autores): “ – **Em lhe cheirando** a homem chulo é com ele. (Machado de Assis, OC, I, 755)”.

A ênclise é considerada por Cunha e Cintra (2008) e Cipro Neto e Infante (2009) como a colocação normal, básica, lógica do pronome oblíquo átono. Cipro Neto e Infante (2009) justificam que a posição enclítica do pronome segue a sequência da ordem direta da constituição da oração: verbo + complemento. Com base nessas colocações, podemos dizer que, de modo geral, a ênclise ocorre quando não há palavras de valor atrativo na oração ou condições favoráveis à próclise.

Apresentamos, a seguir, algumas condições de emprego do pronome enclítico com base nas obras de referência gramatical consultadas:

a) Em início de orações, períodos e frases⁴⁴. Trata-se de uma questão bastante complexa, pois alguns autores adotam o conceito de *oração* e outros de *período* ou *frase*. A *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124) expõe que a ênclise ocorre no “início de orações”. Contudo, os exemplos

⁴⁴ Conforme a tradição gramatical, *frase* é “todo enunciado capaz de transmitir, a quem nos ouve ou lê, tudo o que pensamos, queremos ou sentimos” (CEGALLA, 2007, p. 319). A frase pode ser verbal (com a presença de

mostram somente orações que iniciam o período e não há explicitação se esse uso também é válido (ou não) para casos de orações que não abrem o período: “Machucaram-se vários jogadores, Queimaram-se duas crianças; nunca Se machucaram ou Se queimaram”. Cegalla (2007, p. 541) adota a concepção de período, afirma que a ênclise ocorre “nos períodos iniciados pelo verbo (que não seja futuro)” e explica que, “na língua culta, não se abre frase com o pronome oblíquo”. Cegalla (2007) também não expõe nem exemplifica casos de orações que não iniciam o período. Tal uso também não é exposto na obra de Cipro Neto e Infante (2009, p. 548, grifo dos autores) que apontam apenas a ênclise no início de frase, como exemplificam: “Apresentaram-se vários projetos durante a sessão”. Bechara (2009, p. 588, grifos do autor) adota a concepção de período, a saber:

Não se inicia período por pronome átono:

“Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas” [MA.1, 125]
 “Não! vos digo eu!” [AH *apud* FB.1, 197]
 “Querendo parecer originais, nos tornamos ridículos ou extravagantes” [MM].

Com base nos dois últimos exemplos, podemos inferir que Bechara (2009, p. 588) valida o emprego do pronome oblíquo átono no início de oração, desde que esta não comece a frase (segundo exemplo) ou o período (terceiro exemplo, caso de período na ordem inversa). Entretanto, o gramático observa: “Os que adotarem o critério de *oração*, só aceitam a posição inicial do pronome átono na intercalação de citação” (BECHARA, *loc. cit.*). Cunha e Cintra (2008) expõem, em seção à parte, que o emprego do pronome proclítico nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra atrativa ou em outra condição que favoreça a próclise é uso característico do português do Brasil.

Diante dessa obscuridade acerca do emprego do pronome em início de oração que não abre o período, apoiamo-nos na regra básica de uso enclítico do pronome e na observação de Cunha e Cintra (2008), anteriormente mencionada, para inferirmos a NG para o caso: ocorre ênclise no início de período (frase) e de oração quando nesta não houver palavra atrativa ou condição que favoreça a próclise.

verbo) ou nominal (sem verbo). *Oração* é “a frase de estrutura sintática que apresenta, normalmente, sujeito e predicado, e, excepcionalmente, só predicado. [...] Em toda oração há um verbo ou locução verbal (às vezes elípticos)” (CEGALLA, 2007, p. 321). O *período* “é a frase constituída de uma oração ou mais orações” (*ibidem*, p. 322).

b) Em orações com pausa entre a palavra atrativa e o verbo. Cunha e Cintra (2008, p. 327, grifos dos autores) explicitam que, “sempre que houver *pausa* entre um elemento capaz de provocar a PRÓCLISE e o verbo, pode ocorrer a ÊNCLISE: **Pouco depois, detiveram-se** de novo. (Ferreira de Castro, OC, I, 403.)”. Bechara (2009, p. 589) expõe: “Não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio (isto é, sem pausa entre os dois, indicada ou não pela vírgula) ou precedido de palavra de sentido negativo”. Ao abordar a colocação pronominal em caso de pausa entre a palavra atrativa e o verbo, indica: “Se houver pausa, o pronome **pode** vir antes ou depois do verbo” (BECHARA, *loc. cit.*, grifo nosso), mas exemplifica com um uso enclítico do pronome. Cegalla (2007), ao tratar o advérbio como palavra atrativa, explica que, se houver pausa entre essa classe de palavra e o verbo, ocorre a ênclise. Cunha e Cintra (2008, p. 327, grifos dos autores) acrescentam:

A ênclise é naturalmente obrigatória quando aquele elemento, contíguo ao verbo, a ele não se refere, como neste exemplo:

– Sim, sim, disse ela desvairadamente, mas avisemos o cocheiro que nos leve até a casa de Cristiano.

– **Não, apeio-me** aqui...

(Machado de Assis, OC, I, 690.)

Como podemos verificar, Cunha e Cintra (2008) apresentam uma posição facultativa para o fato linguístico, embora tendenciosa ao emprego da ênclise. Cegalla (2007) e Cunha e Cintra (2008) defendem com clareza o emprego da ênclise. Diante disso, consideramos como NG o uso enclítico do pronome em orações em que há pausa entre a palavra atrativa e o verbo.

c) Nas orações imperativas afirmativas: condição apontada por Cegalla (2007, p. 542, grifos do autor): “Procure suas colegas e *convide-as*” e pela *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124): “cuide-se”.

d) Nas orações reduzidas de gerúndio, quando nelas não há a preposição *em* ou advérbio que modifique o gerúndio. Esse fato linguístico é explicitado por Cegalla (2007) e inferido da exposição de Cunha e Cintra (2008) do uso da próclise quando o gerúndio é precedido da preposição *em*. Cegalla (2007, p. 542, grifos do autor) explica que, caso haja a preposição *em* ou se a forma nominal do verbo for modificada por um advérbio, a próclise deverá ser usada: “Em *se tratando* de um caso urgente, nada o retinha em casa”; “Não *o achando* em casa, voltei desanimado”. A *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124) apenas expõe que, com gerúndio, o pronome é enclítico e exemplifica: “disse que, concretizando-se a proposta, agirá”.

e) Com o verbo no infinitivo não flexionado. Quando o verbo está no infinitivo não flexionado e regido da preposição *a*, em se tratando dos pronomes *o*, *a*, *os*, *as*, ocorre ênclise. Esse fato é apontado com clareza por Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2007, p. 542, grifo do autor) de cuja gramática transcrevemos o seguinte exemplo: “Começou a maltratá-la”.

Com relação aos outros casos de infinitivo não flexionado, ao consultar as obras de referência gramatical, constatamos que, em orações com essa forma nominal do verbo, mesmo havendo palavra atrativa, pode ocorrer a próclise ou a ênclise, fato citado pela *Folha de S. Paulo* (2007), Cegalla (2007) e Cunha e Cintra (2008), embora haja diferenças entre as abordagens.

A *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124) aponta o uso facultativo da próclise ou da ênclise com verbo no infinitivo, mesmo que haja palavra atrativa, e expõe os seguintes exemplos: “tudo para não o magoar” e “tudo para não magoá-lo”. Observamos que, nesses exemplos, o infinitivo é regido da preposição *para*, embora isso não seja explicitado na descrição da regra. Ao abordar o emprego facultativo de colocação proclítica ou enclítica com o infinitivo não flexionado, Cegalla (2007, p. 542, grifos do autor) faz a seguinte especificação:

Vindo o infinitivo impessoal regido da preposição *para*, quase sempre é indiferente a colocação do pronome oblíquo antes ou depois do verbo, mesmo com a presença do advérbio *não*:

Corri para *defendê-lo*.
 Corri para *o defender*.
 Calei-me para não *contrariá-lo*.
 Calei-me para não *o contrariar*.

Os exemplos apresentados pela *Folha de S. Paulo* (2007) – embora o caso de colocação pronominal seja descrito de forma mais simplificada –, comungam com o que é exposto por Cegalla (2007). Cunha e Cintra (2008, p. 325-326, grifos dos autores), por sua vez, explicam:

Com os INFINITIVOS soltos, mesmo quando modificados por negação, é lícita a PRÓCLISE ou ÊNCLISE, embora haja acentuada tendência para esta última colocação pronominal:

E ah! que desejo de **a tomar** nos braços...
 (O. Bilac, P, 72.)

Canta-me cantigas para **me embalar!**
 (Guerra Junqueiro, S, 118.)

Para **não fitá-lo**, deixei cair os olhos.
 (Machado de Assis, OC, I, 807.)

Para **assustá-lo**, os soldados atiravam a esmo,
(C. Drummond de Andrade, CA, 82.)

Podemos observar que Cunha e Cintra (2008) apresentam exemplos semelhantes aos já citados, isto é, com a preposição *para* e havendo ou não palavra atrativa (os dois últimos exemplos), mas citam um exemplo com a preposição *de* e outro com a preposição *para*, esta seguida de *me* (pronome diferente de *o(a)(s)* já mencionados).

Diante dessas diferentes abordagens, na compilação da NG, consideramos facultativo o uso da próclise ou da ênclise quando o verbo está no infinitivo não flexionado, regido ou não de preposição (*para* ou outra), havendo ou não palavra atrativa. Embora Cunha e Cintra (2008) exponham a tendência de uso enclítico, tanto eles como a maioria dos autores consultados expressam o caso como facultativo. Isso mostra, mais uma vez, a dificuldade de compilar alguns preceitos gramaticais diante dos diferentes modos de descrever o fato linguístico.

Quanto ao infinitivo flexionado, Cegalla (2007, p. 542, grifo do autor) expõe que, “regido de preposição, é de rigor a próclise: Repreendi-os por *se queixarem* sem razão”.

Por fim, a mesóclise ocorre quando o verbo está no futuro do presente ou no futuro do pretérito, como expõem Cipro Neto e Infante (2009, p. 548, grifos dos autores) que apresentam os seguintes exemplos: “Mostrar-**lhe**-ei meus escritos”; “Falar-**vos**-iam a verdade?”. Cegalla (2007, p. 541, grifos do autor), ao abordar a mesóclise, faz a seguinte restrição: “Havendo palavra atrativa, impõe-se a próclise: Não *lhe pedirei* nada. Ninguém *se importaria*.” Bechara (2009) comunga com a asserção de Cegalla (2007) e ambos afirmam que o pronome não pode ser enclítico no futuro do presente ou no futuro do pretérito. Cunha e Cintra (2008, p. 324, grifos dos autores) consideram que, com esses tempos verbais, pode ocorrer a próclise ou a mesóclise: “Eu **me** calarei./Eu **me** calaria./Calar-**me**-ei./Calar-**me**-ia”. A *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124) recomenda apenas o uso proclítico do pronome com o futuro, mesmo que não haja palavra atrativa, como nos exemplos: “eles se dariam as mãos, elas se encontrarão na fronteira”. E ressalta quanto ao uso da mesóclise: “na **Folha**, só em textos de articulistas” (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 124, grifo dos autores).

Como não houve um consenso, mas precisamos ter um parâmetro para a análise dos dados coletados, decidimos seguir a tradição gramatical e respeitar a força das palavras de valor

atrativo. Assim, consideramos como NG: ocorre a mesóclise quando o verbo está no futuro do presente ou no futuro do pretérito e não há palavra atrativa.

Com o objetivo de condensar os preceitos registrados nas obras de referência gramatical desta pesquisa, os quais constituem a base do que denominamos NG, apresentamos, a seguir, uma síntese acerca da colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos com a forma verbal simples. A análise dos dados coletados pautou-se principalmente nesta síntese.

Ocorre a próclise:

- * quando na oração há palavras de valor atrativo, tais como: palavras de sentido negativo sem pausa entre estas e o verbo, pronomes relativos, pronomes indefinidos, advérbios (e expressões adverbiais) sem pausa entre esses vocábulos e o verbo, pronomes ou advérbios interrogativos, palavras exclamativas, conjunções subordinativas (ainda que elípticas), conjunções coordenativas alternativas;
- * em orações optativas (orações que expressam desejo);
- * gerúndio precedido da preposição *em*;
- * verbos no futuro do presente e no futuro do pretérito com palavras atrativas;
- * infinitivo flexionado regido de preposição.

A mesóclise ocorre quando os verbos estão no futuro do presente ou no futuro do pretérito e não há condições favoráveis à próclise.

Por sua vez, a ênclise ocorre:

- * em orações sem palavras de valor atrativo;
- * no início de período (frase) ou de oração quando nesta não há palavra atrativa ou condição que favoreça a próclise;
- * em orações em que há pausa entre a palavra atrativa e o verbo;
- * em orações imperativas afirmativas;
- * em orações reduzidas de gerúndio sem a preposição *em*;
- * verbos no infinitivo não flexionado, regido da preposição *a*, em se tratando dos pronomes *o*, *a*, *os*, *as*.

Uso facultativo de próclise ou de ênclise:

* infinitivo não flexionado regido ou não da preposição *para*, havendo ou não palavra atrativa.

4.1.1.2 Encontros verbais

Dentre os autores consultados, Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009) e *Folha de S. Paulo* (2007) abordam a colocação pronominal nas locuções verbais. Cipro Neto e Infante (2009) apresentam as possibilidades de colocação pronominal nas locuções verbais e tempos compostos como um todo, sem distinção entre essas formas de junção, embora não apresentem exemplo com verbo principal no particípio. Cegalla (2007), por sua vez, faz distinção entre a colocação dos pronomes oblíquos átonos nos tempos compostos e nas locuções verbais. Segundo o gramático, as locuções verbais são formadas por “um verbo auxiliar seguido de gerúndio ou infinitivo do verbo principal” (CEGALLA, 2007, p. 200) e constituem um tipo de conjugação composta. O outro tipo de conjugação composta são os tempos compostos. Estes podem ser da voz ativa, “formados pelos verbos auxiliares *ter* ou *haver*, seguidos do particípio do verbo principal”, e da voz passiva, formados pelos “auxiliares *ter* (ou *haver*) e *ser*, seguidos do particípio do verbo principal” (CEGALLA, *loc. cit.*, grifos do autor.).

Como foi mencionado em nota na primeira página deste capítulo (p. 88), nesta pesquisa, adotamos o termo *encontros verbais* para abordar, indiscriminadamente, os tipos de conjugação composta: verbo auxiliar (independente de qual seja) + verbo principal (forma nominal do verbo no infinitivo, gerúndio ou particípio).

Apesar de as obras consultadas terem um alicerce comum, que é a tradição gramatical, a abordagem das recomendações, como já pudemos perceber, varia bastante. No caso da colocação pronominal, Cunha e Cintra (2008) são mais detalhistas, Cegalla (2007) e Bechara (2009) apresentam as normas de modo mais didático (embora Cegalla (2007) apresente muitos exemplos sem explicitar a norma), a *Folha de S. Paulo* (2007) procura simplificar as regras e Cipro Neto e Infante (2009) são bastante sucintos e não apresentam alguns fatos

linguísticos. Devido a essa diversidade de exposição e a fim de facilitar a síntese das recomendações gramaticais, fizemos a compilação de cada uma das formas verbais (infinitivo, gerúndio e particípio) separadamente, considerando a presença ou não de palavras atrativas. Essa síntese foi elaborada com base nas descrições gramaticais expostas nas obras consultadas e pela interpretação dos exemplos apresentados, pois, para alguns fatos linguísticos, não havia explicitação do preceito, apenas exemplificação.

A seguir, apresentamos a compilação da colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos em encontros verbais. Indicamos as obras em que o caso foi apontado e transcrevemos alguns exemplos. Mesmo que um caso não fosse recorrente na maioria das obras, optamos por apresentá-lo, devido às diferenças de abordagens entre os autores. Os pronomes oblíquos átonos foram representados por P, e os encontros verbais, por V V.

1) verbo auxiliar (V) + verbo principal no infinitivo (V)

1.1) Com palavra de valor atrativo:

a) Ênclise ao infinitivo (V V-P): colocação apontada pela *Folha de S. Paulo* (2007), Bechara (2009), Cegalla (2007) e Cunha e Cintra (2008). Segundo Cunha e Cintra (2008), a ênclise sempre ocorre ao infinitivo quando o verbo principal está nessa forma nominal. Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu não quero falar-*lhe*”;

* Cegalla (2007, p. 544, grifos do autor): “*não podes ajudá-lo*”.

b) Ênclise ao verbo auxiliar (V-P V): nenhuma obra apresentou esse tipo de colocação.

c) Próclise ao infinitivo (V P V): colocação citada por Cegalla (2007), Cunha e Cintra (2008) e *Folha de S. Paulo* (2007). Cunha e Cintra (2008) consideram essa colocação característica do português do Brasil. A *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124, grifo dos autores), que prefere a tendência brasileira de colocação pronominal, explica: “Quando há palavra atrativa, embora a norma culta proíba a colocação do pronome entre os dois verbos, a **Folha** admite esse uso”. Exemplos:

* Cegalla (2007, p. 590, grifos do autor): “*não devo me calar*”;

* Cunha e Cintra (2008, p. 331, grifos dos autores): “Será que o pai **não ia se dar** ao respeito? (Autran Dourado, SA, 68.)”.

Notamos que, dentre as obras consultadas, no caso dos encontros verbais com palavras de valor atrativo, Cegalla (2007) apresenta exemplos em que há o pronome oblíquo *o*. No caso de próclise ao infinitivo, o gramático não cita exemplo com essa forma pronominal.

d) Próclise ao verbo auxiliar (P V V): colocação apontada por Cunha e Cintra (2008), Cegalla (2007) e *Folha de S. Paulo* (2007). Cunha e Cintra (2008) explicam que a anteposição do pronome ao verbo auxiliar ocorre quando são atendidas as mesmas condições de próclise referentes à forma verbal simples. Exemplos:

* Cegalla (2007, p. 590, grifos do autor): “*Não o podes ajudar*”;

* *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124): “Disse que se quer preparar melhor”.

1.2) Sem palavra de valor atrativo:

a) Ênclise ao infinitivo (V V-P): colocação mencionada por Cunha e Cintra (2008), Cipro Neto e Infante (2009), Cegalla (2007) e Bechara (2009). Cunha e Cintra (2008, p. 328) enfatizam que, nas locuções verbais com o verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, “sempre” pode ocorrer ênclise ao verbo principal. Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu quero falar-*lhe*”;

* Cegalla (2007, p. 544, grifos do autor): “*Podes ajudá-los*”.

b) Ênclise ao verbo auxiliar (V-P V): colocação apontada por Cunha e Cintra (2008), Cegalla (2007) e Bechara (2009). Cunha e Cintra (2008) expõem que essa colocação pronominal ocorre quando não há condições que favoreçam a próclise. Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu quero-*lhe* falar”;

* Cegalla (2007, p. 544, grifos do autor): “*Mandei-os entrar*”.

c) Próclise ao infinitivo (V P V): a *Folha de S. Paulo* (2007) considera essa colocação como uso geral. Cipro Neto e Infante (2009) apontam-na como tendência brasileira. Tanto Cegalla (2007) quanto Bechara (2009) afirmam ser essa a colocação de maior ocorrência entre os brasileiros, seja na fala, seja na escrita. No entanto, Bechara (2009) somente expõe tal colocação pronominal em nota, e não junto aos demais preceitos, apesar de ponderar sobre a tradição gramatical: “A Gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono” (BECHARA, 2009, p. 590). Cunha e Cintra (2008) também apontam a próclise ao verbo principal como uma colocação típica do português do Brasil e do

português falado na África. Apesar de não apresentarem restrições quanto a essa colocação: “próclise ao verbo principal nas locuções verbais” (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 331), esses gramáticos citam apenas exemplos em que há alguma palavra atrativa. Exemplos de próclise ao infinitivo:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu quero *lhe* falar”;

* Cegalla (2007, p. 544, grifos do autor): “*queriam me enganar*”.

d) Próclise ao verbo auxiliar (P V V): colocação mencionada apenas por Bechara (2009) e Cipro Neto e Infante (2009). Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu *lhe* quero falar”;

* Cipro Neto e Infante (2009, p. 549, grifo dos autores): “Eu **lhes** quero mostrar meus trabalhos”.

2) verbo auxiliar (V) + verbo principal no gerúndio (V)

2.1) Com palavra de valor atrativo:

a) Ênclise ao gerúndio (V V-P): colocação exemplificada somente por Cegalla (2007, p. 544, grifos do autor): “*não estou criticando-o*”.

b) Ênclise ao verbo auxiliar (V-P V): nenhuma obra apresenta essa colocação.

c) *Próclise* ao gerúndio (V P V): colocação citada por Cunha e Cintra (2008), que a apresentam como característica do português do Brasil, e por Cegalla (2007). Exemplos:

* Cunha e Cintra (2008, p. 331, grifos do autor): “Tudo **ia se escurecendo**. (J. Lins do Rego, U, 3338.)”;

* Cegalla (2007, p. 544, grifos do autor): “*não vou me arrastando*”.

d) Próclise ao verbo auxiliar (P V V): colocação exposta por Cunha e Cintra (2008) e exemplificada por Cegalla (2007). As mesmas afirmações feitas por Cunha e Cintra (2008) para o infinitivo como verbo principal de uma locução verbal são válidas para o verbo principal no gerúndio: a anteposição do pronome ao verbo auxiliar segue as mesmas condições de ocorrência de próclise referentes a um verbo apenas. Exemplos:

* Cunha e Cintra (2008, p. 329; grifos dos autores): “**Como se vinha trabalhando** mal!”;

* Cegalla (2007, p. 544, grifos do autor): “*Não me vou arrastando*”.

2.2) Sem palavra de valor atrativo:

a) Ênclise ao gerúndio (V V-P): colocação apontada por Cunha e Cintra (2008), Cipro Neto e Infante (2009), Cegalla (2007) e Bechara (2009). Segundo Cunha e Cintra (2008), assim como no infinitivo, a ênclise sempre ocorre ao gerúndio quando o verbo principal está nessa forma nominal. Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu estou falando-*lhe*”;

* Cunha e Cintra (2008, p. 328, grifos do autor): “Nós íamos seguindo; e, em torno, imensa, **Ia desenrolando-se** a paisagem. (R. Correia, PCP, 304.)”.

Bechara (2009) considera mais raro o uso enclítico quando o verbo principal está no gerúndio.

b) Ênclise ao verbo auxiliar (V-P V): colocação citada por Cunha e Cintra (2008), Cegalla (2007), Cipro Neto e Infante (2009) e Bechara (2009). Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu estou-*lhe* falando”;

* Cipro Neto e Infante (2009, p. 549, grifo dos autores): “Eu estou-**lhes** mostrando”.

Cipro Neto e Infante (2009) explicam que essa colocação tende a representar a típica fala portuguesa. Cunha e Cintra (2008) expõem que essa colocação ocorre quando não há condições que favoreçam o uso proclítico do pronome.

c) Próclise ao gerúndio (V P V): a *Folha de S. Paulo* (2007) considera essa colocação como uso geral. Bechara (2009) afirma ser esta – também para o verbo no infinitivo – a de maior ocorrência entre os brasileiros na fala e na escrita. Cegalla (2007, p. 545) diz que essa colocação “espelha um fato inequívoco da língua falada e escrita do Brasil”. Cipro Neto e Infante (2009) expressam que essa construção “tende a representar a fala brasileira, que ‘encosta’ o pronome no verbo principal”. Exemplos de próclise ao gerúndio:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu estou *lhe* falando”;

* *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124): “Eles estão se preparando”.

d) Próclise ao verbo auxiliar (P V V): colocação apontada por Bechara (2009), Cegalla (2007) e Cipro Neto e Infante (2009). Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu *lhe* estou falando”;

* Cegalla (2007, p. 544, grifos do autor): “*as sombras se foram dissipando*”.

3) Verbo auxiliar (V) + verbo principal no particípio (V)

A obra de Cipro Neto e Infante (2009) não contempla a colocação pronominal em encontros verbais com a forma nominal do verbo no particípio.

3.1) Com palavra atrativa

a) Ênclise ao particípio (V V-P): não se pospõe pronome ao particípio.

b) Ênclise ao verbo auxiliar (V-P V): as obras consultadas não abordam essa colocação.

c) Próclise ao particípio (V P V): colocação exemplificada por Cunha e Cintra (2008) e por Cegalla (2007). Este gramático explica que tal emprego é usual no Brasil, embora não seja abonado pela gramática tradicional. Exemplos:

* Cunha e Cintra (2008, p. 331, grifos dos autores): “Outro **teria se metido** no meio do povo, teria terminado com aquela miséria, sem sangue. (J. Lins do Rego, U, 222.)”;

* Cegalla (2007, p. 543, grifos do autor): “A situação agora havia *se invertido*. (José J. Veiga)”.

d) Próclise ao verbo auxiliar (P V V): colocação explicitada por Cunha e Cintra (2008) e exemplificada por Cegalla (2007). Exemplos:

* Cunha e Cintra (2008, p. 330, grifos dos autores): “**Que se teria passado?** (Coelho Neto, OS, I, 1412.)”;

* Cegalla (2007, p. 543, grifos do autor): “Até lá muitos já *se terão arrependido*”.

3.2) Sem palavra atrativa

a) Ênclise ao particípio (V V-P): Com exceção da *Folha de S. Paulo* (2007), que não apresenta essa colocação ou faz qualquer observação, os demais autores não admitem a ênclise ao particípio em encontros verbais, como expõem Cunha e Cintra (2008, p. 330, grifo

dos autores): “Quando o verbo principal está no PARTICÍPIO, o pronome átono não pode vir depois dele”.

b) Ênclise ao verbo auxiliar (V-P V): colocação apontada por Bechara (2009), Cegalla (2007) e Cunha e Cintra (2008). Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu tenho-*lhe* falado”;

* Cunha e Cintra (2008, p. 330, grifos dos autores): “ – **Tenho-o trazido** sempre, só hoje é que o viste? (M. J. Carvalho, TM, 152.)”.

c) Próclise ao particípio (V P V): colocação apresentada e preferida pela *Folha de S. Paulo* (2007). Bechara (2009) considera essa colocação como típica do português do Brasil, posição também adotada por Cegalla (2007, p. 543) que assim expõe: “A colocação do pronome átono junto ao particípio, censurada pela Gramática tradicional, é peculiar à língua portuguesa do Brasil, em todos os níveis de fala, e encontra acolhida entre os melhores escritores modernos”. Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu tenho *lhe* falado”;

* *Folha de S. Paulo* (2007, p. 124): “Ele tinha se queimado”.

d) Próclise ao verbo auxiliar (P V V): colocação citada pela *Folha de S. Paulo* (2007), Bechara (2009) e Cegalla (2007). Exemplos:

* Bechara (2009, p. 590, grifo do autor): “Eu *lhe* tenho falado”;

* Cegalla (2007, p. 543, grifos do autor): “Os amigos *o tinham prevenido*”.

Com relação à colocação pronominal em encontros verbais, diferentemente do que foi realizado com a forma simples do verbo, não elaboramos uma síntese da norma gramatical (NG) com base na compilação das recomendações apresentadas pelas obras de referência, devido à grande possibilidade de variações, ocasionada pelo fato de o encontro verbal poder ser constituído de três diferentes formas nominais, da presença ou não de palavra atrativa, além das diferentes formas de abordagem dos autores consultados.

4.1.2 Descrição e análise dos dados coletados

Nesta seção, apresentamos os dados registrados acerca da colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos nos gêneros textuais notícia, editorial, carta do leitor e artigo do domínio jornalístico e, de forma comparativa, analisamos esses dados com a norma gramatical (NG) elaborada com base nas obras de referência gramatical deste trabalho.

4.1.2.1 Forma verbal simples

4.1.2.1.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

4.1.2.1.1.1 Dados gerais

No *corpus* desta pesquisa, foram registrados 437 casos de colocação pronominal com a forma verbal simples. Desses, 313 se referem ao uso proclítico, 124, ao enclítico e nenhum registro de emprego mesoclítico. A tabela, a seguir, apresenta, de modo geral, a colocação dos pronomes com a forma verbal simples.

TABELA 1

Colocação pronominal com a forma verbal simples

colocação pronominal	n.º	%
próclise	313	71,62
mesóclise	-	-
ênclise	124	28,38
TOTAL	437	100

Os dados gerais permitem-nos ponderar sobre alguns usos linguísticos. Como o *corpus* é constituído de textos produzidos em contextos com certo grau de monitoração da escrita, a nulidade do uso mesoclítico sugere o desuso dessa colocação até em situações relativamente formais. A maior frequência do uso da próclise (71,62%) sugere a preferência por essa colocação também em situações com certo grau de monitoração da escrita, pois, em contextos

informais (de fala ou de escrita), o uso proclítico do pronome é considerado uma tendência do português do Brasil, como apontam, inclusive, autores que descrevem os preceitos gramaticais, como Cunha e Cintra (2008), Cegalla (2007), Bechara (2009), Cipro Neto e Infante (2009). Todavia, é necessário analisar as condições das ocorrências de próclise, a fim de verificar se os usos são motivados por situações linguísticas que favorecem o uso proclítico ou se se trata realmente de tendência à próclise, com desvios de ênclise ou de mesóclise. Passamos agora para a descrição e análise dos dados conforme a colocação pronominal.

4.1.2.1.1.2 Os casos de próclise

Apresentamos, a seguir, as particularidades das ocorrências de próclise registradas no *corpus*.

TABELA 2

Colocação proclítica com a forma verbal simples

próclise	n.º	%
NG sim	195	62,3
NG não	75	23,96
facultativo ⁴⁵	43	13,74
TOTAL	313	100

Os 195 casos de próclise registrados que seguiram as recomendações expressas pela NG, correspondentes a 62,3% do total de usos proclíticos no *corpus*, apresentam as seguintes motivações (número de ocorrências indicado entre parênteses): presença de palavra de sentido negativo (32), advérbio (23), pronome relativo (76), pronome indefinido (6), palavra interrogativa (3), palavra exclamativa (1), oração optativa (2), conjunção subordinativa (40), conjunção coordenativa alternativa (3), infinitivo flexionado regido de preposição (6), futuro do presente ou do pretérito com palavra atrativa (3). Transcrevemos, a seguir, um exemplo de cada fato linguístico (grifos nossos⁴⁶) na respectiva ordem citada:

⁴⁵ Apesar de os casos facultativos poderem ser computados como *NG sim*, decidimos analisá-los separadamente, a fim de evitar critério que pudesse ser considerado tendencioso.

⁴⁶ Doravante, em todos os exemplos transcritos dos jornais investigados, os grifos, para destacar a palavra em questão, são nossos.

1. “Temas que, ultimamente têm sido francamente desanimadores para quem acredita que a política não se limita a uma luta mesquinha pela conquista e preservação do poder.” (*Zero Hora*)
2. “Segundo informações da polícia, o assassino teria mantido relações sexuais com a vítima e depois a matou, utilizando uma corda em forma de corrente.” (*O Estadão*)
3. “Na Taça Rio, que se inicia hoje, às 16h, contra o Boavista, em São Januário, o time tem a última chance de mostrar que pode competir de igual para igual com seus principais rivais estaduais.” (*Extra*)
4. “Detinha um conhecimento enciclopédico e por tudo se interessava.” (*O Estado de Maranhão*)
5. “Por que os pais dessa criança a levaram para lá?” (*Correio Braziliense*)
6. “O que essa menina me xingou [...]” (*Super*)
7. “E se cada um de nós é metade vítima e metade cúmplice, na visão sartreana, ou metade herói e metade covarde, que se cumpra a primeira profecia, sacrificando-se o covarde e deixando-se salvo ou ileso o herói.” (*Jornal do Comércio*)
8. “Em defesa da ciência filosófica, em sala de aula, diria eu, o homem, antes de ser um agente de transformação do meio ambiente, tem de ser um agente de análise de si próprio, para que se transforme e ache a maneira correta de agir e o caminho que deve seguir.” (*A Gazeta, AC*)
9. “Nada, então, os aproximam, ou os deixam iguais.” (*A Gazeta, MT*)
10. “Agora que uma lei foi votada e que se impõe às leis de todos os países do bloco europeu, é o momento de nos perguntarmos sobre os rumos da humanidade.” (*Diário do Pará*)
11. “Se o que apareceu até aqui é o que se sabe, que se dirá do que não se sabe.” (*Correio Braziliense*)

A tabela, a seguir, apresenta os dados conforme a motivação para o uso da próclise.

TABELA 3

Emprego proclítico do pronome com a forma verbal simples: consoante à NG

condições recomendadas pela NG	n.º	%
palavra de sentido negativo	32	16,41
advérbio	23	11,79
pronome relativo	76	38,97
pronome indefinido	6	3,08
palavra interrogativa	3	1,53
palavra exclamativa	1	0,51
oração optativa	2	1,06
conjunção subordinativa	40	20,51
conjunção coordenativa alternativa	3	1,53
infinitivo flexionado regido de preposição	6	3,08
futuro do pres. ou do pret. com palavra atrativa	3	1,53
TOTAL	195	100

Como podemos verificar, as palavras atrativas que apresentaram maior frequência foram: pronome relativo (38,97%), conjunção subordinativa (20,51%), palavra de sentido negativo (16,41%) e advérbio (11,79%).

Além da atração vocabular, há outras condições que favoreceram a próclise, como oração optativa (oração que exprime desejo) e o infinitivo flexionado regido de preposição. Ao compararmos os casos em que houve palavras atrativas (95,9%) com os relacionados às demais condições para o uso da próclise (4,1%) – oração optativa e infinitivo flexionado regido de preposição –, verificamos que a atração vocabular foi a principal condição motivadora para o emprego proclítico do pronome. Saraiva (2008)⁴⁷, na análise do *corpus* constituído de textos formais escritos do domínio jornalístico, também verificou que a atração vocabular é o recurso linguístico predominante nas situações de uso da próclise.

⁴⁷ Saraiva (2008), em dissertação de mestrado, realizou uma pesquisa sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos com a forma verbal simples, elaborando uma análise comparativa entre a escrita culta do domínio jornalístico e a fala culta registrada em inquéritos do Projeto NURC. Em linhas gerais, os resultados indicaram o desaparecimento da mesóclise, preferência pela próclise tanto na fala quanto na escrita, tendência à ênclise em condições restritas de escrita e redução dessa colocação na fala.

Apesar de o advérbio configurar entre as palavras atrativas mais frequentes, Cipro Neto e Infante (2009) não citaram essa classe gramatical como vocábulo de força atrativa, fato que, de certa forma, demonstra, como já havíamos ponderado, incompletude da obra desses autores quanto à abordagem da colocação pronominal. Cegalla (2007) e Cunha e Cintra (2008) expõem o advérbio como palavra atrativa, mas restringem a “certos advérbios”. Os dois últimos autores também admitem que “expressões adverbiais” podem funcionar como palavras atrativas. No *corpus*, funcionaram como palavra atrativa os seguintes advérbios⁴⁸: *ainda, sempre, depois, inclusive, muito, pouco, ali, já, onde, mais, tanto, agora, como, também e só*. Como não houve ocorrência de expressão adverbial sem pausa entre esta e o verbo, não foi possível avaliar, nesta pesquisa, se essas expressões podem ou não funcionar como vocábulos de valor atrativo. Vejamos outras palavras atrativas registradas:

- * palavras de sentido negativo: *não* (90,62% das ocorrências), *nunca, nem, jamais*;
- * pronomes relativos: *que* (96,05% das ocorrências), *onde, os quais*;
- * pronomes indefinidos: *quem, muitos, tudo*;
- * palavras interrogativas: *por que, que, quem*;
- * palavra exclamativa: *que*;
- * conjunções subordinativas: *que, até que, quando, desde que, para que, como*;
- * conjunção coordenativa alternativa: *ou*.

Analisamos, a seguir, os casos referentes ao emprego proclítico não recomendado pela NG.

Conforme a TAB. 2, houve 75 ocorrências de uso proclítico destoante da NG, correspondendo a 23,96% do total dos casos de próclise. Eis as condições em que essas ocorrências foram registradas (número de casos indicado entre parênteses): oração sem palavra de valor atrativo (28), início de período (1), início de oração que não abre o período (4), pausa entre a palavra atrativa e o verbo (9), gerúndio sem a preposição *em* (3), pronome pessoal do caso reto (8), pronome demonstrativo (2), conjunção coordenativa aditiva (11), conjunção coordenativa adversativa (1), conjunção coordenativa explicativa (3) e futuro do presente ou do pretérito sem palavra atrativa (5). Eis um exemplo de cada fato linguístico na respectiva ordem citada:

12. “Sua longa permanência no cargo se deve, em grande parte, aos acordos feitos por

⁴⁸ Neste trabalho, em caso de dúvida quanto à significação e determinação da classe gramatical das palavras, recorreremos ao *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (2001).

Krustchev com Kennedy.” (*Tribuna do Norte*)

13. “Nos acostumamos de tal modo às dores de cabeça, de coluna, aos resfriados, à prisão de ventre, às doenças do coração, que na verdade nos esquecemos de que a enfermidade deveria ser um evento raro.” (*Gazeta de Alagoas*)

14. “Quando os militares chegaram ao local, se depararam com Reginaldo desmaiado.” (*Daqui*)

15. “Dia 15/1, me deparei com a tarja de ‘censura’ na tela da TV Educativa e a mensagem informando que o programa estaria sendo transmitido na íntegra no canal 21.” (*Gazeta do Povo*)

16. “Tínhamos jogadores se arrastando em campo [...]” (*Diário do Amazonas*)

17. “Nós o indicamos por tentativa de corrupção da adolescente, mas não tivemos indícios que comprovem que ele de fato tentou vender a menina.” (*Folha de Boa Vista*)

18. “Isso me faz agradavelmente surpresa com o fato de que há mulheres candidatas a prefeitas nas 15 maiores capitais do Brasil com peso suficiente para serem eleitas.” (*Folha de S. Paulo*)

19. “Madre Teresa de Calcutá, por exemplo, construiu o céu dentro de sua consciência, pela caridade que praticava, e o levou daqui para a vida espiritual [...]” (*Extra*)

20. “Mas o Super me deu um presente: o pôster da belíssima Giovanna Antonelli.” (*Super*)

21. “Mal sabe ela que, com este comportamento, perde a noção do viver democraticamente, pois lhe falta a referência, a baliza e o sentido de nação [...]” (*A Gazeta, MT*)

22. “Ora, se eu não tivesse tão debilitado, lhe daria um sopapo.” (*Super*)

É importante elucidar que a maioria das condições que citamos como não recomendadas pela NG para o uso da próclise não foi objetivamente descrita nas obras de referência gramatical.

Consideramos pronome pessoal do caso reto, pronome demonstrativo, conjunções coordenativa aditiva, adversativa e explicativa como vocábulos que não favorecem a próclise, pois não são palavras descritas pela tradição gramatical como atrativas. Apesar disso, ao analisarmos as ocorrências, levantamos a hipótese de que algumas dessas palavras poderiam, de certa forma, interferir na colocação pronominal. Situações como pausa entre a palavra atrativa e o verbo, oração sem palavra atrativa, gerúndio sem a preposição *em*, por serem de emprego de ênclise, não são, conseqüentemente, favoráveis à próclise, bem como as orações com o verbo nos tempos do futuro do indicativo sem palavra atrativa, nas quais deve ocorrer a mesóclise. Seguimos a regra básica de uso enclítico do pronome em orações sem palavra atrativa ao considerarmos o uso da próclise em início de oração que não abre o período como desvio de ênclise, devido à falta de clareza ou ausência de prescrição para o caso. Por fim, o uso da próclise em início de período (frase) realmente não é recomendado pela NG em textos como os analisados. Cegalla (2007, p. 541) explica: “na língua culta, não se abre frase com o pronome oblíquo [...]. Iniciar a frase com pronome átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita, quando se deseja reproduzir a fala dos personagens”.

Eis a tabela referente aos casos de próclise em condições não recomendadas pela NG.

TABELA 4

Emprego proclítico do pronome com a forma verbal simples: discordante da NG

condições não recomendadas pela NG	n.º	%
oração sem palavra atrativa (geral)	28	37,33
início de período (frase)	1	1,33
início de oração (sem motivação para a próclise)	4	5,33
pausa entre a palavra atrativa e o verbo	9	12
gerúndio sem a preposição <i>em</i>	3	4
pronome pessoal do caso reto	8	10,67
pronome demonstrativo	2	2,67
conjunção coordenativa aditiva	11	14,67
conjunção coordenativa adversativa	1	1,33
conjunção coordenativa explicativa	3	4
futuro do pres. ou do pret. sem palavra atrativa	5	6,67
TOTAL	75	100

Antes da análise desses dados, é importante esclarecer que a condição denominada *oração sem palavra de valor atrativo (geral)* foi usada para indicar as orações em que não houve palavras atrativas, assim descritas pela NG, nem outras palavras que poderiam funcionar como atrativas. Algumas palavras, no geral, não apresentaram qualquer influência quanto à colocação pronominal; outras, porém, como o pronome pessoal do caso reto, pronome demonstrativo, conjunções coordenativas aditiva e adversativa parecem influenciar as escolhas quanto ao uso da próclise ou ênclise (cf. TAB. 8). Por isso, não incluímos essas palavras na categoria *geral*, embora, segundo a NG, elas não exerçam atração vocabular.

Examinando a TAB. 4, podemos verificar que dos 75 casos de uso de próclise destoantes da NG, 70 (93,33%) foram de desvio de ênclise, e 5 (6,67%), de desvio de mesóclise (apenas a situação de futuro do indicativo sem palavra atrativa). Esses dados ratificam a preferência pelo uso proclítico do pronome e desuso do mesoclítico no português do Brasil, mesmo em textos produzidos em contextos com certo grau de monitoração da escrita, como sugerimos na seção 4.1.2.1.1.1. Resultado semelhante foi verificado por Saraiva (2008) sobre a colocação pronominal com a forma verbal simples em textos formais escritos do domínio jornalístico. A pesquisadora verificou que os casos de próclise discordantes da tradição gramatical constituíam, em sua maioria, desvios de ênclise. Acerca dos poucos usos do pronome mesoclítico em amplo *corpus* de investigação, Lima (2003, p. 182) expõe:

Excetuando-se o caso da Constituição da República Federativa do Brasil, que, em todas as situações que estudamos, demonstra maior rigor no uso de regras da tradição gramatical, pode-se concluir que, contrariamente ao que as normas preceituam, em textos formais, há uma tendência na língua escrita brasileira atual para o abandono da mesóclise e adoção sistemática da próclise.

Ainda com relação aos empregos de próclise destoantes da NG, apresentados na TAB. 4, a situação mais frequente foi a de uso do pronome proclítico em oração sem palavra atrativa, correspondendo a 37,33% do total, condição clássica de colocação enclítica segundo a tradição gramatical. Os outros casos de maior frequência de desvios da NG foram relativos à presença de conjunção coordenativa aditiva (14,67%), pausa entre a palavra atrativa e o verbo (12%) e presença de pronomes pessoais do caso reto (10,67%). Essas ocorrências podem indicar uma possível variação na colocação pronominal ocasionada por esses vocábulos, apesar de a NG não os considerar como palavras atrativas. Esse fato também pôde ser observado com outros tipos de palavras e em outras situações, embora com baixa frequência no *corpus*. No entanto, analisaremos primeiramente os registros de uso enclítico do pronome

para depois fazermos algum apontamento. Por isso, retomaremos essa questão à frente, em uma análise comparativa dessas situações de uso não recomendado da próclise com as de uso da ênclise.

Quanto ao uso de próclise no início de período, houve somente 1 registro, ocorrido no gênero artigo. Embora o emprego proclítico do pronome seja apontado como típico do português do Brasil, há que se ponderar sobre o contexto da ocorrência dessa colocação. O uso do pronome oblíquo no início de período (frase) é facilmente percebido em contextos menos monitorados. No caso da fala espontânea ou escrita informal, por serem produções elaboradas em situações menos monitoradas, iniciar o período com pronome oblíquo átono constitui uma tendência do português usado no Brasil. Por sua vez, nos textos literários, como já nos posicionamos, tal colocação não constitui desvio da NG, pois entendemos que o texto literário é uma produção em que o autor tem liberdade de se expressar, por isso, nesse contexto, não é necessário se ater a padrões linguísticos, uma vez que literatura é manifestação artística, pessoal e livre. Como nesta pesquisa foi registrado apenas 1 caso de próclise no início de período, frequência baixa de uso (1,33%), podemos afirmar que, em textos produzidos em contextos com certo grau de monitoração de escrita, o uso da próclise, no início da frase, não é significativo. Esse resultado condiz com o que foi obtido por Lima (2003) na análise do *corpus* constituído de textos escritos dos domínios jornalístico e técnico-científico. A pesquisadora registrou ampla superioridade de casos concordantes com a tradição gramatical e poucas ocorrências de próclise no início de período, todas essas encontradas no livro de Britto (1997), *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Lima (2003, p. 180) assim avalia os desvios de ênclise registrados nessa obra: “A única exceção é [...] a do texto científico produzido por um linguista, que, evidentemente escreve, consciente e propositadamente, em desacordo com as normas conservadoras”. Na análise dessas ocorrências de pronome em início de período, Lima (2003) verificou que todas se referiam à 1ª pessoa do discurso. No *corpus* de nossa pesquisa, o único registro do fato em questão (exemplo 13), também se refere à 1ª pessoa.

Passemos à análise dos casos de uso de próclise na condição que consideramos de emprego facultativo da próclise ou da ênclise: infinitivo não flexionado regido ou não de preposição, havendo ou não palavra atrativa.

Nos textos desta pesquisa, foram registradas 43 ocorrências de colocação proclítica do pronome nessa condição facultativa (cf. TAB. 2). Após a coleta de dados e um exame geral

das ocorrências, aventamos a possibilidade de o tipo de pronome e a presença ou não da preposição interferir na escolha pela colocação proclítica ou enclítica do pronome com o infinitivo não flexionado. Por isso, analisamos os registros de modo distinto: separamos as ocorrências com os pronomes *o(a)(s)* daquelas com as outras formas pronominais *me, se, lhe, nos* e discriminamos os casos em que houve preposição daqueles em que não houve, como mostra a tabela a seguir.

TABELA 5

Emprego proclítico do pronome com a forma verbal simples: uso facultativo

infinitivo não flexionado	pronomes <i>o(a)(s)</i>		pronomes <i>me, se, lhe(s) e nos</i>	
	n.º	%	n.º	%
com preposição	1	100	35	83,33
sem preposição	-	-	7	16,67
TOTAL	1	100	42	100

Das 43 ocorrências de uso proclítico com o infinitivo não flexionado, houve somente 1 registro com as formas pronominais *o(a)(s)*, que corresponde a 2,33% do total, e 42 casos com os pronomes *me, se, lhe(s) e nos*, referente a 97,67% das ocorrências. A preposição mais frequente foi *para* (44,44% do total), seguida *de* (22,22%), *a* (19,45%), *em* (8,33%) e *sem* (5,56%). Analisamos, a seguir, as especificidades dessas ocorrências.

O único caso de uso proclítico com as formas pronominais *o(a)(s)* refere-se ao emprego do pronome *a*, com preposição, sem palavra atrativa, registrado no gênero carta do leitor, a saber:

23. “Não, não, ela não importa de eu a chamar de velha.” (*Super*)

Por enquanto, a única afirmação fundamentada nos dados que podemos fazer é a de que a frequência da anteposição dos pronomes *o(a)(s)* com o infinitivo não flexionado com ou sem preposição é extremamente pequena. É necessário que sejam examinadas as ocorrências em que houve opção pela ênclise para se fazer uma análise comparativa dos usos de caráter facultativo. Por isso, retomaremos esse tópico no momento da apresentação dos registros de ênclise.

Dos 42 casos de emprego dos pronomes *me*, *se*, *lhe(s)* e *nos*, a forma pronominal mais frequente foi *se* (88,1% das ocorrências), seguida de *me* (7,14%) e *nos* (4,76%). No caso de opção pela próclise, não houve registro com o pronome *lhe(s)*.

É interessante expor que não foi verificada ocorrência com as formas pronominais referentes à 2ª pessoa gramatical (*te*, *vos*). Esse fato sugere o desuso da 2ª pessoa em textos atuais que circulam cotidianamente.

Dos 35 casos de anteposição dos pronomes *me*, *se*, *nos* ao infinitivo não flexionado com preposição, em 34 (97,14%), não houve registro de palavra atrativa. Transcrevemos dois exemplos:

24. “A fé e a religiosidade fazem a essência da instituição, mas ela só se completa quando desenvolve atividades que conduzem o cidadão para uma vida regrada e mobiliza a comunidade para se fortalecer e resolver seus problemas.” (*Diário Catarinense*)

25. “E, naquele dia, a sauna estava de tal forma lotada que não havia um único lugar para eu me sentar.” (*A Tribuna*)

No entanto, em 1 ocorrência (2,86%), houve tanto a presença da preposição quanto de palavra atrativa, a saber:

26. “O Rio Grande do Sul, por ser um Estado onde corre nas veias da sua população um sangue farrapo, tem o dever de não se calar mais para esses absurdos.” (*Zero Hora*)

Como podemos observar, a maioria expressiva dos casos (97,14%), mesmo sem haver palavra atrativa, apresenta anteposição dos pronomes *me*, *se*, *nos* ao verbo, o que nos permite inferir que essa colocação pode estar relacionada com o emprego da preposição. Essa possibilidade será examinada à frente, quando faremos a análise comparativa desses casos com os de ênclise.

Já nos 7 casos de ausência de preposição, em 4 (57,14%) ocorrências, houve palavra atrativa e, em 3 (42,86%), não houve. Vejamos um exemplo de cada:

27. “Ficam de lado a família e a possibilidade de contar com sua rede na qual se apoiar e receber amor, o que inclui irmãos.” (*A Gazeta*, AP)

28. “A piauiense, após receber oficialmente a convocação da CBJ, viajará para vários países da Europa, desta vez somente para treinar e se aperfeiçoar.” (*Meio Norte*)

Com base nos dados, percebemos que a diferença entre a frequência dos casos em que houve palavra atrativa (57,14%) com aqueles sem palavra atrativa (42,86%) é relativamente pequena. Além disso, dos 3 registros de ausência de palavra atrativa, em 2, o pronome encontra-se em oração iniciada pela conjunção coordenativa aditiva *e* (como mostrado no último exemplo). Como a análise de uma possível tendência de próclise com esse tipo de conjunção foi postergada para o momento de verificação do emprego da ênclise, esse fato do uso proclítico com o infinitivo não flexionado também será retomado posteriormente.

4.1.2.1.1.3 Os casos de ênclise

A tabela, a seguir, ilustra, de modo geral, as ocorrências de ênclise no *corpus* desta pesquisa.

TABELA 6

Colocação enclítica com a forma verbal simples

ênclise	n.º	%
NG sim	91	73,39
NG não	4	3,22
facultativo	29	23,39
TOTAL	124	100

Dos 124 casos de posposição do pronome, 91 deles (73,39%) seguem as recomendações da NG de emprego enclítico. Esse percentual expressivo aponta para o fato de que os preceitos de uso da ênclise continuam a ser seguidos nos textos escritos em situações com certo grau de monitoração. Saraiva (2008), ao analisar textos escritos de jornais, depreendeu que os escritores cultos continuam, em textos formais, empregando a ênclise.

Apresentamos os fatores que motivaram o uso da ênclise, conforme foi verificado nos dados do *corpus* (número de casos indicado entre parênteses): oração sem palavra de valor atrativo (17), início de período (33), início de oração sem motivação para a próclise (12), oração imperativa afirmativa (3), oração reduzida de gerúndio sem a preposição *em* (11), pausa entre a palavra atrativa e o verbo (13), verbo no infinitivo não flexionado regido da preposição *a*, em se tratando dos pronomes *o(a)(s)* (2). Transcrevemos, a seguir, um exemplo de cada fato linguístico na respectiva ordem citada:

29. “A Procuradoria Federal Especializada do INSS negou-lhes benefícios que feriam exigências de titulação e de propriedade.” (*A Tarde*)

30. “Admite-se que, por problemas diversos, um ou outro serviço eventualmente não funcione a contento, mas é inadmissível que essa ineficácia se mantenha por anos a fio, como é o caso da estrutura de saúde de São Luís.” (*O Estado do Maranhão*)

31. “Quando Faith percebeu que a ligação havia sido encerrada, correu para a porta da frente, destrancou-a, abriu-a e ficou ali esperando o socorro.” (*A Tribuna*)

32. “Na mais amena das hipóteses, chame-o de improbidade administrativa.” (*Correio Braziliense*)

33. “Na escola pública, o quadro é inverso: as carências são múltiplas, como múltiplas são as greves no decorrer do ano, estendendo-se a observação também para as faculdades federais e estaduais, a braços com o fenômeno.” (*Diário do Nordeste*)

34. “Não, exclui-se o dissidente das entrevistas oficiais sobre o tema mesmo que ele – como é o caso – seja o presidente da agência reguladora da energia Elétrica, a Aneel.” (*Gazeta do Povo*)

35. “Nesse contexto, as companhias poderiam repassar uma parte da economia gerada pela aplicação das peças produzidas por independentes para incentivar o aplicador (oficinas mecânicas, funilarias etc.) a utilizá-las [...]” (*O Estadão*)

A tabela que se segue apresenta os dados conforme a motivação para o uso da ênclise.

TABELA 7

Emprego enclítico do pronome com a forma verbal simples: consoante à NG

condições recomendadas pela NG	n.º	%
oração sem palavra de valor atrativo	17	18,68
início de período (frase)	33	36,26
início de oração (sem motivação para a próclise)	12	13,19
oração imperativa afirmativa	3	3,29
oração reduzida de gerúndio sem a preposição <i>em</i>	11	12,09
pausa entre o verbo e a palavra atrativa	13	14,29
infinitivo não flexionado regido da prep. <i>a</i> , com os pron. <i>o(a)(s)</i>	2	2,2
TOTAL	91	100

A posição do pronome no início de período (frase) foi a situação mais frequente de uso enclítico (36,26%). Esse fato ratifica o que já foi analisado acerca do uso proclítico no início do período, cujo registro foi de apenas 1 ocorrência.

O gráfico, a seguir, ilustra o percentual de colocação proclítica e enclítica no início de período, conforme os dados da TAB. 4 e 7.

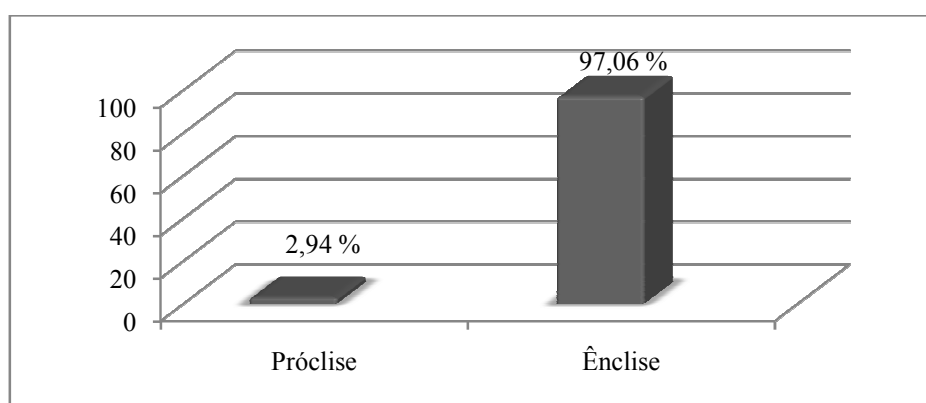


GRÁFICO 1 - Colocação pronominal no início de período

Devido à grande frequência de usos (97,06% dos casos), podemos afirmar que, em se tratando de escrita com certa monitoração, no caso do domínio jornalístico, emprega-se a ênclise no início de período. Esse resultado condiz com as observações feitas pelos autores de obras de exposição dos preceitos gramaticais, que, de forma explícita ou não, restringem essa tendência de anteposição do pronome no início de período a contextos menos monitorados. Por outro

lado, essa constatação vai de encontro à posição adotada pelo linguista Britto (1997, 2002), que, na tentativa de quebrar os ditames da tradição gramatical, fere também os usos linguísticos que configuram a norma padrão em uso.

A segunda maior frequência do uso enclítico do pronome foi registrada em orações sem palavras de valor atrativo, equivalente a 18,68% das ocorrências. A princípio, esse fato ratifica a regra básica de uso da ênclise, apontada por Cunha e Cintra (2008) e Cipro Neto e Infante (2009) como posição lógica do pronome. Entretanto, devemos analisar as condições em que a ênclise ocorreu. A tabela que se segue mostra tais condições.

TABELA 8
Emprego enclítico do pronome com a forma verbal simples
em oração sem palavra atrativa

condições registradas no <i>corpus</i>	n.º	%
oração sem palavra de valor atrativo (geral)	7	41,18
pronome pessoal do caso reto	3	17,65
pronome demonstrativo	1	5,88
conjunção coordenativa aditiva	5	29,41
conjunção coordenativa adversativa	1	5,88
TOTAL	17	100

A condição denominada *oração sem palavra de valor atrativo (geral)*, retomando o que já foi exposto, diz respeito às orações em que não houve palavras atrativas, assim consideradas pela NG, nem outras palavras que poderiam funcionar como atrativas. Comparemos as colocações proclíticas com as enclíticas referentes à condição em pauta (cf. TAB. 4 e 8):

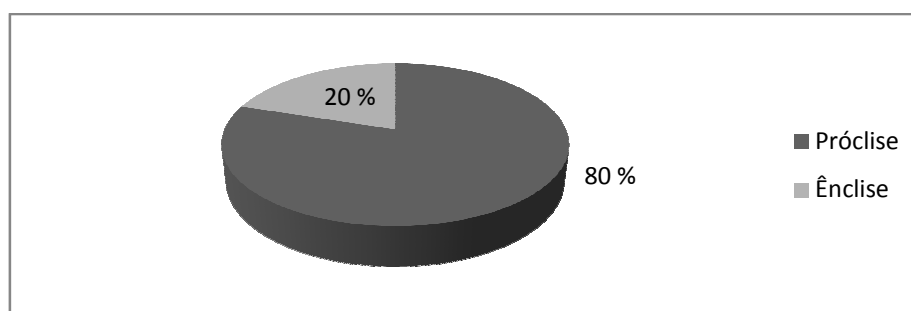


GRÁFICO 2 - Colocação pronominal em oração sem palavra de valor atrativo (geral)

Analisando o GRAF. 2, constatamos que, em orações em que não houve palavra atrativa, a próclise é a colocação pronominal mais frequente, correspondendo a 80% dos casos, percentual bastante significativo. Esse fato contraria o uso clássico de ênclise descrito pela NG e corrobora a preferência de anteposição do pronome no português do Brasil, inclusive na escrita com certo grau de monitoração.

A tabela, a seguir, com base nos dados das TAB. 4 e 8, apresenta palavras que, segundo a NG, não são de valor atrativo, mas que por nós foi aventada a possibilidade de elas influenciarem as escolhas de colocação. Vejamos:

TABELA 9
Colocação pronominal com a forma verbal simples
em oração sem palavra atrativa

palavra sem valor atrativo	próclise		ênclise		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
pronome pessoal do caso reto	8	72,73	3	27,27	11	100
pronome demonstrativo	2	66,67	1	33,33	3	100
conjunção coordenativa aditiva	11	68,75	5	31,25	16	100
conjunção coordenativa adversativa	1	50	1	50	2	100
conjunção coordenativa explicativa	3	100	-	-	3	100

Dos casos expostos, o que apresentou o maior número de registros foi a conjunção coordenativa aditiva. Das 16 ocorrências, ocorreu a próclise em 68,75%, e a ênclise, em 31,25%. Essa maior frequência de emprego proclítico em orações iniciadas com a conjunção coordenativa aditiva mostra uma variação na colocação pronominal, com tendência à próclise, quando há esse tipo de palavra na oração. Essa variação com tendência ao uso proclítico também pode ser verificada quando há, na oração, o pronome pessoal do caso reto, pois, em 72,73% dos casos, a preferência foi para a próclise. Nos demais casos, o número de registro é pouco significativo para a análise. Eis um exemplo de cada um desses usos:

36. “Esse grupo acredita ser portador de um futuro melhor e se coloca acima de todo julgamento.” (*Correio de Sergipe*)

37. “Inicialmente eles se dizem inocente – ou mal orientados –, mas em seguida são aconselhados a tomar essa ou aquela atitude, justamente pelas pessoas que se dizem guardiãs do erário.” (*A Tarde*)

Dessa forma, verificamos que os dados do *corpus* indicam uma variação na colocação pronominal, com tendência à próclise, em orações em que há conjunção coordenativa aditiva e pronome pessoal do caso reto. Esse fato motiva novas pesquisas, a fim de verificar se está ocorrendo uma generalização das palavras atrativas no uso da língua, visto que outros tipos de conjunções (as subordinativas) e de pronomes (interrogativos, indefinidos, relativos) já são abonados pela NG como vocábulos atrativos. Além disso, ainda que em pequeno número, os pronomes demonstrativos e outras conjunções coordenativas também exerceram certa atração vocabular.

Um dos pontos de obscuridade no trabalho de compilação da NG foi quanto à colocação pronominal no início da oração, quando esta não abre o período. Consideramos, como já exposto, tratar-se de um caso de uso enclítico do pronome, por essa ser a regra básica quando não há condição favorável à próclise. Contudo, ao examinar os dados coletados, percebemos, no início de oração, empregos proclíticos e enclíticos do pronome. Vejamos o gráfico que apresenta a frequência desses usos (cf. TAB. 4 e 7).

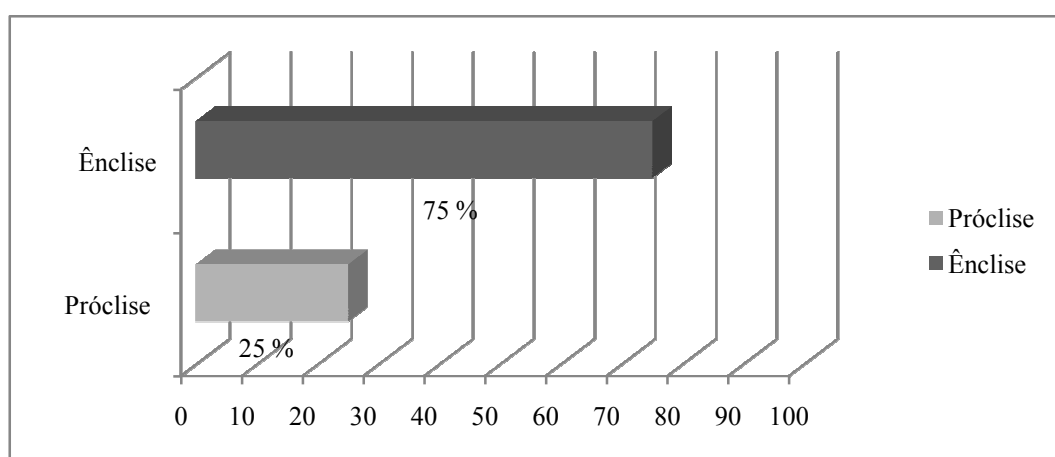


GRÁFICO 3 - Colocação pronominal em início de oração que não abre o período e sem condição motivadora para a próclise

Os dados percentuais revelam que, em orações que não abrem o período nem apresentam motivação para próclise, a frequência do uso enclítico do pronome (75%) é superior ao do emprego proclítico (25%). Isso mostra que, na contramão da tendência do uso proclítico no

Brasil, no caso de início de oração que não abre o período, prevalece o emprego da ênclise, uso consoante ao que foi considerado como NG.

Outro ponto que tivemos dificuldade de compilar foi a colocação pronominal quando há pausa entre a palavra atrativa e o verbo. Bechara (2009) admite tanto a próclise quanto a ênclise. Cunha e Cintra (2008) modalizam que “pode” ocorrer a ênclise e exemplificam com uma ênclise. Por sua vez, Cegalla (2007) expressa com clareza o emprego da ênclise. Embora não tenha havido um consenso na descrição da regra, decidimos abarcar as recomendações de modo geral e assim consideramos como NG: emprega-se a ênclise quando há pausa entre a palavra atrativa e o verbo.

Vejamos o percentual apurado do emprego da próclise e da ênclise, na tabela que se segue, com base nos dados da TAB. 4 e 7.

TABELA 10
Colocação pronominal depois de pausa
entre a palavra atrativa e o verbo

colocação pronominal	n.º	%
próclise	9	40,9
ênclise	13	59,1
TOTAL	22	100

Podemos verificamos que, das 22 ocorrências de colocação pronominal quando há pausa entre a palavra atrativa e o verbo, o uso mais frequente é o da ênclise (59,1%), embora o emprego da próclise tenha ficado bem próximo a esse percentual (40,9%).

Ao compilar a NG, percebemos que a maioria dos exemplos encontrados nas obras consultadas restringe-se à pausa entre o verbo e o advérbio, expressão adverbial e palavra de sentido negativo. Dos 22 registros desse caso, 14 exemplos (63,63%) são referentes à pausa entre o verbo e uma expressão adverbial. Desses, em 11 (78,57%) ocorreu a ênclise e em 3 (21,43%), a próclise. Nesse sentido, a norma padrão em uso é condizente com a tradição gramatical. Eis um exemplo:

38. “Na América Central, com a crise da Nicarágua, chegou-se também à beira de uma invasão americana [...]” (*Tribuna do Norte*)

Com relação à colocação pronominal em oração com gerúndio sem a preposição *em*, a tabela, a seguir, ilustra os percentuais registrados (cf. TAB. 4 e 7).

TABELA 11
Colocação pronominal em orações com gerúndio
sem a ocorrência da preposição *em*

colocação pronominal	n.º	%
próclise	3	21,43
ênclise	11	78,57
TOTAL	14	100

Com a frequência de 78,57% dos usos, podemos observar que a norma padrão em uso segue significativamente os preceitos gramaticais quanto ao emprego do gerúndio em orações sem a ocorrência da preposição *em*.

Analisamos agora os casos de emprego da ênclise em situações não recomendadas pela NG. Nessa condição, foram registradas 4 ocorrências (cf. TAB. 6) referentes ao desvio de próclise, pois em todas houve palavra atrativa: 2 casos de advérbio, 1 de conjunção subordinativa e 1 de pronome relativo. Apresentamos dois registros que exemplificam esse fato linguístico:

39. “Não possível (*sic*) que cidadãos sintam-se felizes olhando pedaços de seres humanos nas lixeiras das clínicas e hospitais [...]” (*Meio Norte*)

40. “Sem falar no pensamento estereotipado no qual acredita-se que o homem, por tal condição sexual, necessariamente aparente jeitinho ditos femininos e a mulher, jeitão masculino.” (*Folha de Boa Vista*)

Essas ocorrências, que correspondem a 3,22% dos usos enclíticos do pronome, podem ser ponderadas como atípicas, pois a tendência da colocação pronominal no Brasil é a próclise. Consideramos esse desvio de próclise como um fato de hipercorreção, isto é, na expectativa

de se usar a forma tradicionalmente aceita como lógica – no caso, a ênclise –, o produtor do texto pode ter optado pela colocação enclítica em situação de próclise, o que constitui um desvio gramatical.

Passamos agora à exposição e análise dos casos de uso facultativo em que a ênclise foi preferida. Em seguida, como mencionado, vamos comparar os dados relativos a esse fato linguístico com os usos de próclise em casos facultativos.

No *corpus* desta pesquisa, houve 29 casos de colocação enclítica em condição que consideramos facultativa conforme a compilação da NG: infinitivo não flexionado regido ou não de preposição, havendo ou não palavra atrativa (cf. TAB. 6).

Retomando o que foi abordado na exposição sobre o emprego de próclise no uso facultativo, após algumas verificações dos dados coletados, levantamos a possibilidade de o tipo de pronome e a presença ou não da preposição interferirem na colocação pronominal no caso do infinitivo não flexionado. Como fizemos com os dados de próclise (cf. TAB. 5), analisamos as ocorrências de forma separada, distinguindo as formas pronominais *o(a)(s)* dos demais pronomes oblíquos átonos *me, se, lhe, nos* e as ocorrências em que houve preposição daquelas em que não houve, como mostra a tabela a seguir.

TABELA 12

Emprego enclítico do pronome com a forma verbal simples: uso facultativo

infinitivo não flexionado	pronomes <i>o(a)(s)</i>		pronomes <i>me, se, lhe(s) e nos</i>	
	n.º	%	n.º	%
com preposição	16	88,89	4	36,36
sem preposição	2	11,11	7	63,64
TOTAL	18	100	11	100

Dos 29 casos de uso enclítico com o infinitivo não flexionado, houve 18 ocorrências com os pronomes *o(a)(s)*, o que corresponde a 62,07% do total, e 11 ocorrências com as formas pronominais *me, se, lhe(s) e nos*, equivalente a 37,93 % dos casos. A preposição mais frequente foi *para* (65%), seguida de *em* (15%), *de* (10%), *sem* (5%) e *por* (5%). Analisamos,

a seguir, as especificidades dessas ocorrências, além de comparar os casos de ênclise com os de próclise no uso facultativo de colocação pronominal.

Diferentemente do que ocorreu nos casos de opção pela próclise, nos quais foi registrada somente 1 ocorrência com as formas pronominais *o(a)(s)* com preposição – e sem palavra atrativa – (cf. TAB. 5), nos casos de opção pela ênclise, o número de ocorrências dos pronomes *o(a)(s)* foi o de maior registro, 16 (88,89%), todos os casos também sem palavra atrativa. Transcrevemos dois exemplos:

41. “Além da conscientização, sabe-se que são também necessários estudos, projetos e medidas concretas para preservá-lo.” (*A Gazeta*, AC)

42. “Cresce a importância da atuação dos legisladores, que deveriam se empenhar em cumprir com ética o seu papel, que é o de investigar, o de ficar em busca de denúncias com o objetivo de usá-las como pretexto para retaliação.” (*Correio da Paraíba*)

O gráfico, a seguir, apresenta o percentual de uso das colocações proclítica e enclítica do pronome *o(a)(s)* com o verbo no infinitivo não flexionado e com a presença de preposição (cf. TAB. 5 e 12). Ressaltamos que, em todos os exemplos, não houve registro de palavra atrativa.

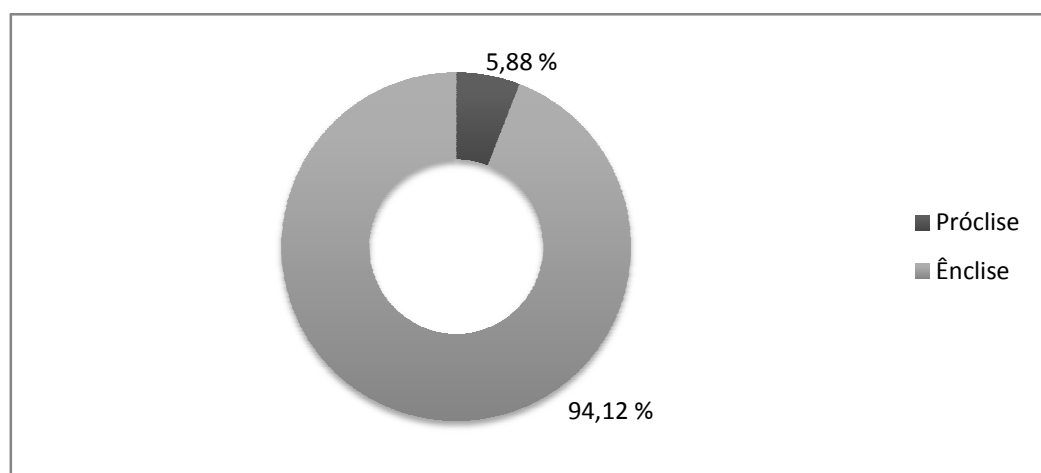


GRÁFICO 4 - Uso facultativo de próclise ou ênclise com a forma verbal simples no infinitivo não flexionado com preposição – pronomes *o(a)(s)*

Podemos constatar, com base nos percentuais de frequência, a ampla preferência pelo emprego da ênclise nos casos de infinitivo não flexionado com preposição, em se tratando dos pronomes *o(a)(s)*: 94,12%.

Quanto ao uso do infinitivo não flexionado com as formas pronominais *o(a)(s)* sem preposição (também não houve ocorrência de palavra atrativa), o número de exemplos foi pequeno: nulo o de próclise e apenas 2 o de ênclise. Vejamos o gráfico comparativo (cf. TAB. 5 e 12).

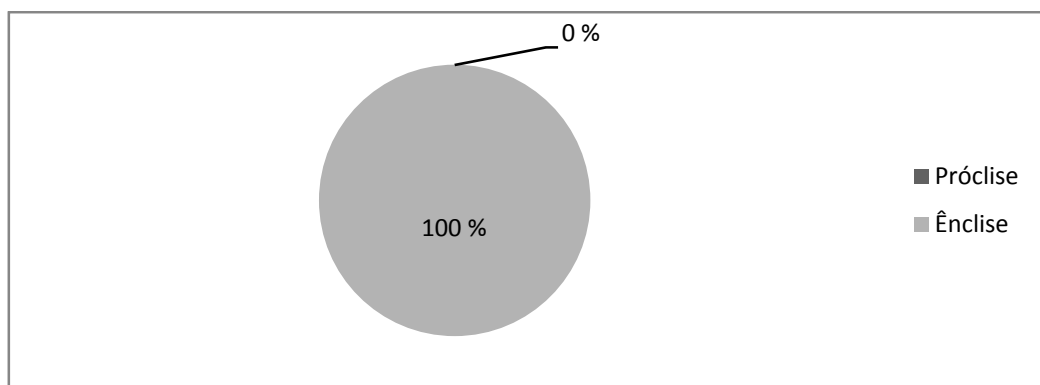


GRÁFICO 5 - Uso facultativo de próclise ou ênclise com a forma verbal simples no infinitivo não flexionado sem preposição – pronomes *o(a)(s)*

Ainda que o número de ocorrências tenha sido muito reduzido, o que impede uma análise consistente, podemos verificar que, nesse caso, também a ênclise vigora.

Diante disso, podemos dizer, fundamentados na frequência de usos averiguada no *corpus* desta pesquisa, que os pronomes *o(a)(s)*, em orações com o verbo no infinitivo não flexionado, com ou sem preposição, tendem a ser empregados na posição enclítica.

Analisamos agora as ocorrências com os pronomes *me*, *se*, *lhe(s)* e *nos*. Dos 11 casos coletados, a forma pronominal mais frequente foi *se* (81,82% do total), seguida de *lhe* (18,18%) e nenhum registro com os pronomes *me* e *nos*. Assim como nos casos de opção pela próclise, nos de escolha pela ênclise, não houve registro com as formas pronominais relativas à 2ª pessoa gramatical (*te*, *vos*), constatação que corrobora o desuso da 2ª pessoa em textos atuais que circulam cotidianamente. Saraiva (2008, p. 84), que obteve resultado semelhante em sua pesquisa, afirma que esse tipo de pronome “não se faz comum na escrita culta de nosso português atual”.

Dos 4 casos de posposição dos pronomes *me* e *lhe(s)* ao infinitivo não flexionado com preposição, em todos não houve registro de palavra atrativa. Citamos dois exemplos:

43. “Por isso é uma importante fase para revacinar-se ou receber o imunizante pela primeira vez.” (*Folha de S. Paulo*)

44. “Seja feliz em sua caminhada caro leitor, considerando que o seu corpo é o maior presente que Deus poderia lhe oferecer, uma máquina perfeitíssima, mas como toda máquina precisa ser lubrificada para movimentar-se bem.” (*Gazeta de Alagoas*)

Comparemos a frequência dos usos de opção pela próclise com os de ênclise em orações com preposição com os pronomes *me*, *se*, *lhe(s)* e *nos* (cf. TAB. 5 e 12).

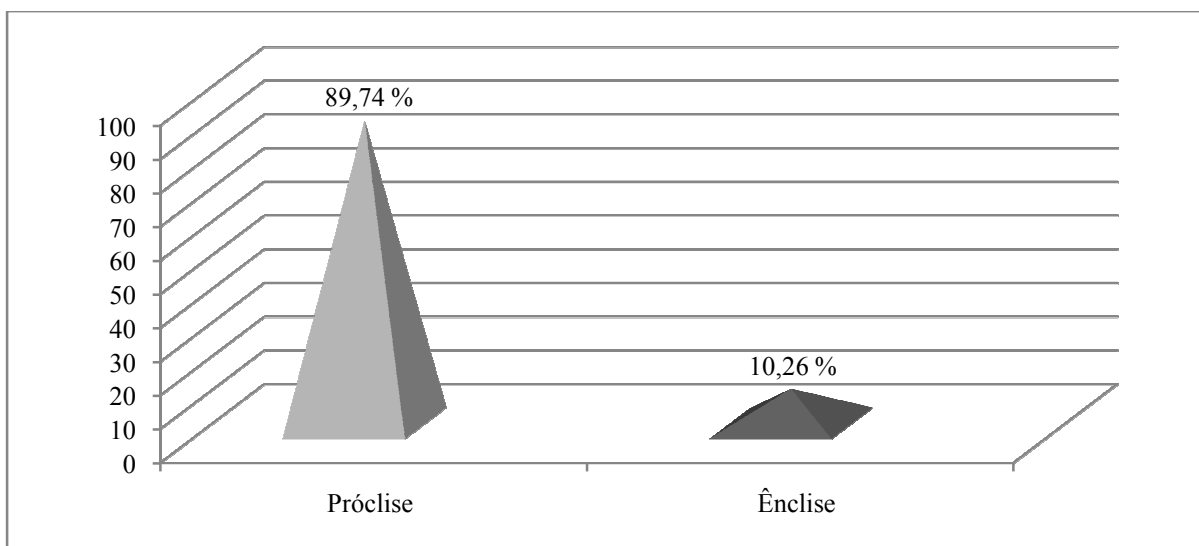


GRÁFICO 6 - Uso facultativo de próclise ou ênclise com a forma verbal simples no infinitivo não flexionado com preposição – pronomes *me*, *se*, *lhe(s)* e *nos*

No *corpus*, houve 35 registros de próclise (89,74%), dos quais 97,14% foram sem palavra atrativa, e 4 casos de ênclise (10,26%), todos sem palavra atrativa. Diante disso, como houve maior incidência de casos proclíticos (89,74%), a maioria sem palavra atrativa, inferimos que a preposição pode estar interferindo na preferência pela anteposição desses pronomes.

Quanto aos 7 casos de ausência de preposição, em todos não houve a presença de palavra atrativa. Transcrevemos dois exemplos:

45. “Afim de contas, levantar-se contra esses tipos de legislações, que reafirmo, tentam se caracterizar de justas, acaba impondo sobre as oposições a imagem de conservadores contrários ao bem-estar geral.” (*Correio de Sergipe*)

46. “Além disso, eu mesmo, nas poucas vezes em que entro numa farmácia e vejo os preços superfaturados daquelas porcarias inúteis, tenho um desejo intenso de mandar todo mundo jogar-se no chão e gritar-lhes: isto é um assalto!” (*Folha de S. Paulo*)

Comparemos, agora, a frequência dos usos de opção pela próclise com os de ênclise em orações sem preposição (cf. TAB. 5 e 12).

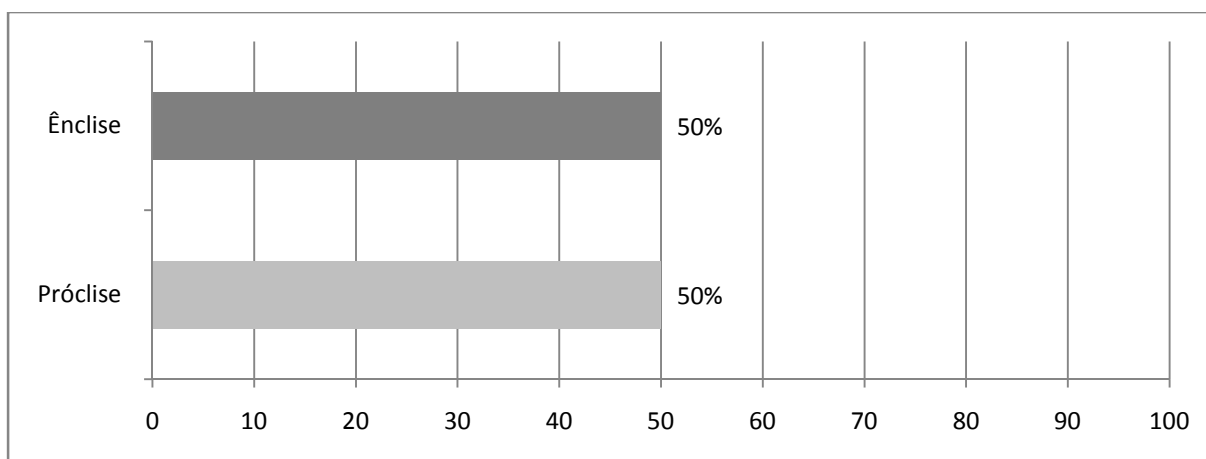


GRÁFICO 7 - Uso facultativo de próclise ou ênclise com a forma verbal simples no infinitivo não flexionado sem preposição – pronomes *me*, *se*, *lhe(s)* e *nos*

A análise dos dados percentuais confirma o caráter facultativo de colocação pronominal nesse caso, pois houve 7 ocorrências de uso proclítico e 7 de emprego enclítico. Como exposto, em todos os casos de ênclise, não houve palavra atrativa. Nos registros de próclise, 4 foram com palavra atrativa (57,14%), e 3 casos, sem vocábulo de valor atrativo (42,86%). Com a possibilidade de uma tendência de uso proclítico em orações com a conjunção coordenativa aditiva, e se assim for considerado, os casos de próclise com palavra atrativa passariam de 4 para 6, correspondendo a 85,71%, pois dos 3 registros de ausência de palavra atrativa, em 2, o pronome foi “atraído” pela conjunção *e*. Esses dados reforçam a tendência de atração dessa conjunção.

Esse caráter facultativo de colocação dos pronomes *me*, *se*, *lhe(s)* e *nos* com o infinitivo não flexionado sem preposição, evidenciado nesta pesquisa, ratifica a possibilidade de a preposição, nesse fato linguístico, estar interferindo na atração vocabular.

Tendo como base a frequência de usos no *corpus*, podemos dizer que os pronomes *me*, *se*, *lhe(s)* e *nos*, em orações com o verbo no infinitivo não flexionado sem preposição, tendem a

ser usados na posição proclítica quando há palavra atrativa (considerando a tendência atrativa da conjunção *e*) e empregados na posição enclítica quando não há atração vocábular.

Em suma, as análises das ocorrências de colocação pronominal desta pesquisa permitiram confirmar tendências de usos do pronome no português do Brasil, como a preferência pela próclise e o desuso da mesóclise. Os dados também revelaram fatos linguísticos em uso que não estão descritos nas gramáticas tradicionais, como o valor atrativo de algumas conjunções coordenativas (com ênfase para a aditiva) e de outros pronomes não listados na NG (principalmente os pessoais do caso reto), além de indicar preferências em casos considerados facultativos. Constatamos ainda que, embora certos usos não sigam os preceitos tradicionais (79 registros – cf. TAB. 2 e 6), a norma gramatical continua prevalecendo na maioria dos casos (286 registros, excluindo os 72 facultativos – cf. TAB. 2 e 6) como norma linguística utilizada em contextos com certo grau de monitoração da escrita, pois a frequência de usos coincidentes com a NG foi superior aos discordantes dessa norma. O gráfico, a seguir, ilustra esse resultado.

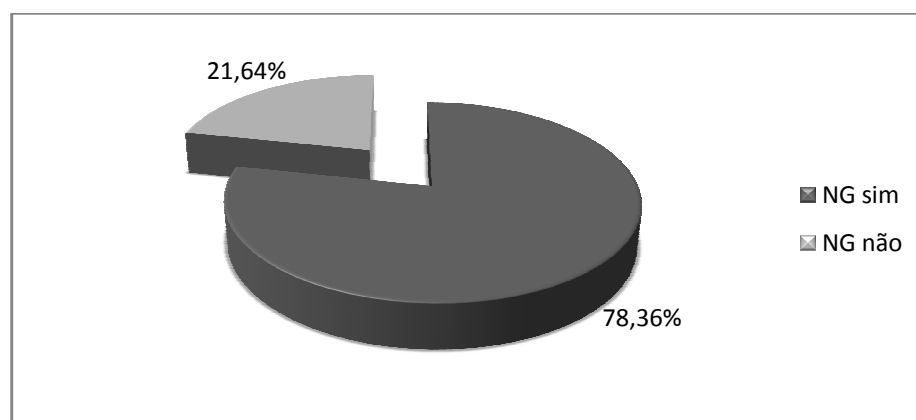


GRÁFICO 8 - Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos com a forma verbal simples: dados gerais

4.1.2.1.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

Nesta seção, apresentamos separadamente os dados coletados sobre a colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos conforme os gêneros textuais investigados do domínio jornalístico – notícia, editorial, carta do leitor e artigo – e comparamos esses dados com a norma gramatical (NG).

Foram registradas 437 ocorrências de colocação pronominal com a forma verbal simples, das quais 67 se referem ao gênero notícia; 52, ao editorial; 28, à carta do leitor; e 290, ao gênero artigo. Para tecer os comentários, fizemos as análises com base na frequência do fato linguístico, e não no número de ocorrências em si, visto que os textos apresentam tamanho e constituição diferentes.

TABELA 13
Colocação pronominal com a forma verbal simples
conforme gêneros textuais do domínio jornalístico

colocação pronominal	notícia		editorial		carta do leitor		artigo	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
próclise	52	77,61	31	59,62	25	89,29	205	70,69
mesóclise	-	-	-	-	-	-	-	-
ênclise	15	22,39	21	40,38	3	10,71	85	29,31
TOTAL	67	100	52	100	28	100	290	100

Como já foi exposto no início das análises dos dados, o uso da mesóclise no *corpus* foi nulo. A TAB. 13 mostra que o emprego da próclise foi superior ao da ênclise em todos os gêneros investigados. Dentre os gêneros, podemos observar que o editorial foi o que apresentou menor frequência de próclise (59,62%), e a carta do leitor, o de maior incidência de emprego proclítico (89,29%). O uso da próclise, principalmente sem motivação para essa posição do pronome, normalmente é associado ao emprego menos formal da língua, por esta ser a colocação preferencial em contextos menos monitorados. Recorremos a esse fato para uma possível explicação para a diferença significativa entre a frequência de casos de próclise na carta do leitor (89,29%) e a que foi apurada no editorial (59,62%). Consideramos, ainda, que essa diferença pode estar relacionada com o contexto de produção/recepção de cada um desses gêneros, principalmente com o público-alvo. O editorial representa a opinião da empresa jornalística, fato que pode ser considerado como ocasionador de uma situação de maior monitoração da linguagem. Nesse contexto, o produtor tende a obedecer ao padrão linguístico ditado pela tradição gramatical, entendido, no senso comum, como uso “correto” da língua, a fim de expor a imagem de credibilidade do jornal para o leitor, inclusive ao manter a correção linguística; ao passo que, na carta do leitor, o produtor expõe sua opinião, contexto que se configura como de menor cerceamento da expressão linguística e de menor

monitoração da escrita se comparado com o do editorial, mas não chegando a ser informal. Geralmente, os leitores do editorial são pessoas mais escolarizadas, de maior convívio com a cultura letrada, o que pode fazer com que o produtor siga com maior rigidez os padrões gramaticais. É importante ressaltar que esses apontamentos foram levantados com base nos dados coletados, fato que também ocorrerá nas análises de outros fatos linguísticos. Entendemos que, para se fazer afirmações, é necessária a realização de uma pesquisa mais específica sobre a influência de fatores não investigados neste trabalho.

A tabela, a seguir, ilustra o emprego da próclise em cada um dos gêneros analisados.

TABELA 14
Uso proclítico do pronome com a forma verbal simples
conforme gêneros textuais do domínio jornalístico

emprego da próclise	notícia		editorial		carta do leitor		artigo	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
NG sim	24	46,15	20	64,52	15	60	136	66,34
NG não	17	32,7	5	16,13	7	28	46	22,44
facultativo	11	21,15	6	19,35	3	12	23	11,22
TOTAL	52	100	31	100	25	100	205	100

Os gêneros que apresentaram maior cumprimento das prescrições gramaticais foram o artigo (66,34%) e o editorial (64,52%). Por sua vez, os de maior desvio da NG – favorecendo o uso da próclise – foram a notícia (32,7%) e a carta do leitor (28%). Acreditamos que o conteúdo temático pode ter interferido nesse resultado. As notícias que compõem o *corpus*, sobre esporte e fatos policiais da região, abordam assuntos de interesse geral, dirigidos à massa; já os artigos costumam tratar de temas que favorecem a reflexão, a crítica, por isso são mais direcionados a um público escolarizado, ligado à cultura escrita. Nesse sentido, com base no contínuo da monitoração estilística proposto por Bortoni-Ricardo (2004), o grau de monitoração da escrita na notícia (bem como da carta do leitor) é menor que o do artigo (e do editorial).

A tabela, a seguir, apresenta as ocorrências de colocação enclítica nos gêneros textuais investigados.

TABELA 15

Uso enclítico do pronome com a forma verbal simples
conforme gêneros textuais do domínio jornalístico

emprego da ênclise	notícia		editorial		carta do leitor		artigo	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
NG sim	12	80	12	57,14	-	-	67	78,82
NG não	-	-	1	4,76	-	-	3	3,53
facultativo	3	20	8	38,10	3	100	15	17,65
TOTAL	15	100	21	100	3	100	85	100

Comparando as TAB.15 e 14, verificamos que a frequência do uso enclítico na notícia, 80%, foi superior ao proclítico, 46,15%, o que também ocorreu no artigo, gênero em que a ênclise correspondeu a 78,82%, e a próclise, a 66,34%. Esse resultado mostra a força da tradição gramatical, até mesmo na notícia, que embora tenha apresentado o maior índice de desvio favorável à próclise (32,7%), também registrou a maior ocorrência de ênclise. Esse fato ilustra o caráter dinâmico da língua que, simultaneamente, acomoda empregos que favorecem a variação (força centrífuga) e usos que mantêm a estabilidade linguística (força centrípeta).

Também percebemos, comparando as duas tabelas em pauta, que os desvios favoráveis à ênclise foram bem menores do que os favoráveis à próclise, o que reforça a preferência pelo uso proclítico do pronome no português do Brasil.

Ainda comparando as TAB. 14 e 15, quanto ao uso facultativo de próclise ou de ênclise, os casos de maior preferência pela próclise foram nos gêneros notícia (21,15%) e editorial (19,35%). Por outro lado, os de maior preferência pela ênclise foram o editorial (38,10%) e a notícia (20%). Esses dados ilustram, novamente, a atuação das forças centrífuga e centrípeta no fenômeno linguístico.

4.1.2.2 Encontros verbais

4.1.2.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

O uso do pronome pessoal oblíquo átono nos encontros verbais segue, em geral, as prescrições apontadas para as formas verbais simples, porém há algumas especificidades nesse uso. Como já mencionamos, o pronome apresenta diversidade de colocação nos encontros verbais (ênclise ao verbo auxiliar e ao verbo principal; próclise ao verbo auxiliar e ao verbo principal; orações com presença ou não de palavra atrativa) e as obras consultadas apresentam esses usos de forma variada. Por isso, a exposição dos dados seguiu o mesmo formato da compilação de NG: dividimos os casos de acordo com as formas nominais do verbo principal – infinitivo, gerúndio e particípio – e a presença ou não de palavra atrativa. É importante elucidar que consideramos como palavras atrativas as que assim são descritas pelas gramáticas tradicionais. Nesse sentido, não foram consideradas de valor atrativo aquelas que, pela análise dos usos linguísticos verificados no *corpus*, também exerceram a função de palavras atrativas (como a conjunção coordenativa aditiva e o pronome pessoal do caso reto), a fim de manter o critério adotado do que denominamos NG: norma gramatical compilada com base nas obras de referência gramatical consultadas nesta pesquisa.

No *corpus*, foram registradas 97 ocorrências de encontros verbais. O infinitivo como verbo principal ocorreu em 73 casos (75,26%); o particípio, em 15 (15,46%); e o gerúndio, em 9 (9,28%). Identificamos 59 ocorrências com palavra atrativa (60,82%) e 38 sem esse tipo de vocábulo (39,18%). O pronome mais recorrente foi *se*, registrado em 63 orações (64,95%). As formas pronominais *o(a)(s)* apareceram em 18 orações (18,56%); *me*, em 8 (8,25%); *lhe*, em 5 (5,15%); e *nos*, em 3 (3,09%). Não houve registro de pronome referente à 2ª pessoa (*te*, *vos*).

O gráfico que se segue apresenta, de modo geral, a frequência de usos dos modos de colocação pronominal registrada quando há palavra atrativa na oração.

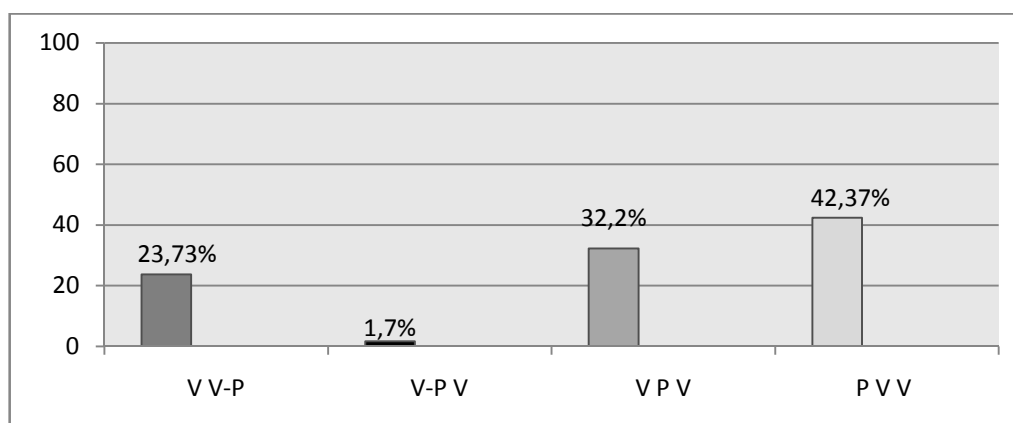


GRÁFICO 9 - Colocação pronominal em encontro verbal com palavra atrativa

Como podemos observar, em encontros verbais com a presença de palavra atrativa, a maior frequência foi a de próclise ao verbo auxiliar (P V V), referente a 42,37% do total. Esse dado mostra a força da atração vocabular não só em orações com a forma verbal simples, como foi analisado na seção 4.1.2.1.1.2, mas também naquelas com encontros verbais. A segunda maior frequência foi a de próclise ao verbo principal (V P V) – 32,2% dos casos, percentual significativo – que corresponde à colocação pronominal apontada por todos os autores das obras de referência gramatical consultadas nesta pesquisa como tendência de uso no português do Brasil.

A tabela, a seguir, apresenta algumas especificidades das ocorrências de colocação pronominal conforme as formas nominais do verbo.

TABELA 16
Colocação pronominal em encontro verbal com palavra atrativa

formas nominais do verbo	colocação pronominal									
	V V-P		V-P V		V P V		P V V		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
infinitivo	14	31,82	-	-	14	31,82	16	36,36	44	100
gerúndio	-	-	-	-	3	50	3	50	6	100
particípio	-	-	1	11,11	2	22,22	6	66,67	9	100

Em encontros verbais com o verbo principal no infinitivo em orações com palavra atrativa, percebemos que não houve discrepância entre as escolhas de colocação pronominal, pois a ênclise ao verbo principal (V V-P) teve a mesma frequência da próclise ao verbo principal (V P V), e a predominância de ênclise ao verbo auxiliar (P V V) foi pequena. Consoante à NG, não houve ocorrência de ênclise ao verbo auxiliar (V-P V). Citamos um exemplo que ilustra, respectivamente, cada um desses tipos de colocação:

47. “A inteligência humana não deve prestar-se à preguiça mental ou física.” (*O Estado do Maranhão*)

48. “E para o novo ano, faça planos para a felicidade, mas não faça comentários dos quais possa se arrepender.” (*Folha de Boa Vista*)

49. “[...] na cidade de Brejo Grande/SE, berço de minha origem maternal, distante, aproximadamente, 10 quilômetros de sua foz, já se consegue capturar peixes de espécies marinhas [...]” (*Correio de Sergipe*)

Quanto às ocorrências com o verbo principal no gerúndio em oração com palavra atrativa, averiguamos a mesma frequência de uso para a colocação que se configura como tendência do português do Brasil, V P V (50%), e a que tende a ser mais recorrente devido à presença de palavra atrativa, P V V (50%). Não houve registro de ênclise ao verbo auxiliar (V-P V), fato consoante à NG. Eis um exemplo de cada tipo de colocação registrada:

50. “O mais incrível: o médico cuidava de uma ferida aparente, mas não percebera uma outra que estava se formando em outra região do corpo da vítima, com forte potencial hemorrágico.” (*A Tribuna*)

51. “Mal se está arranhando a superfície de suas incalculáveis possibilidades.” (*Diário do Pará*)

Com relação aos casos com o verbo principal no particípio em oração com palavra atrativa, a colocação predominante foi a mais regular para a situação em pauta: próclise ao verbo auxiliar (P V V), correspondendo a 66,67% do total. Não houve ocorrência de ênclise ao particípio (V V-P), fato concordante com a NG que não admite a posposição do pronome ao particípio. Os outros registros referem-se à próclise ao auxiliar (V P V), 22,22% dos casos, e à ênclise ao auxiliar (V-P V), com o registro de 1 caso (11,11%), colocação não descrita pelas obras de referência desta pesquisa. Vejamos os exemplos:

52. “A pesquisa Escutec/**O Estado** publicada nesta edição revela o que a população de São Luís pensa dos serviços que lhes são prestados pelo Poder Público.” (*O Estado do Maranhão*)

53. “Outra coisa que precisa ser dita é que a maioria dos pais, que têm se responsabilizado muito pouco pela educação de seus filhos, precisa tirar da cabeça, a ideia de que tudo, no processo educacional, é da alçada exclusiva do Estado.” (*A Gazeta, AC*)

54. “Um pronunciamento desses é como chamar todos os brasileiros e brasileiras de desinformados, ingênuos e desmemoriados, não só por tê-lo posto uma vez, mas por duas

vezes no comando da nação, uma pessoa tão debochada.” (*Zero Hora*)

Podemos observar que o exemplo para o qual não encontramos descrição nas obras de referência gramatical trata-se do uso da forma pronominal *o*. Ao examinarmos os dados coletados, assim como ocorreu com a forma verbal simples, construímos a hipótese de que a colocação do pronome em encontros verbais pode estar relacionada com o tipo de pronome. Essa possibilidade será retomada posteriormente.

Passamos agora para os casos de colocação pronominal com encontros verbais em oração sem palavra atrativa. O gráfico, a seguir, mostra, de modo geral, a frequência dos usos registrados no *corpus*.

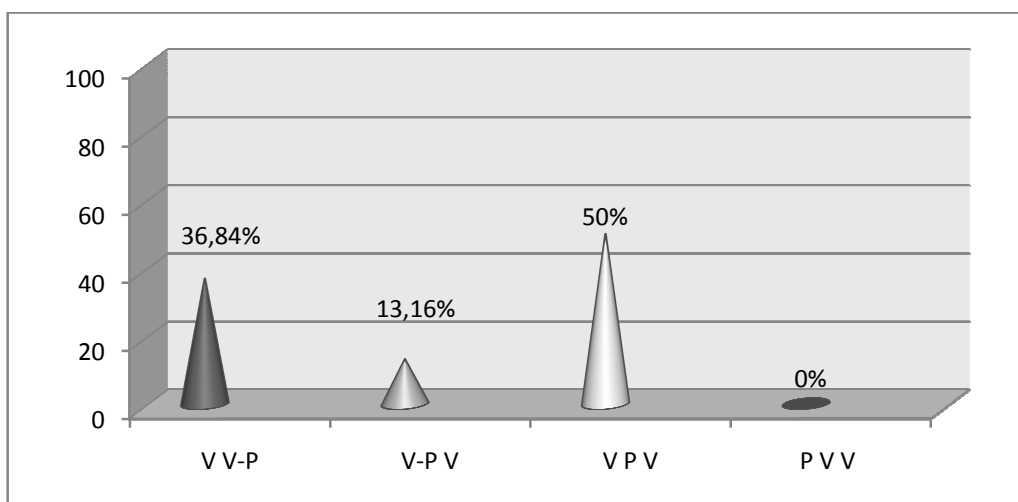


GRÁFICO 10 - Colocação pronominal em encontro verbal sem palavra atrativa

Como podemos verificar, nas orações sem vocábulo atrativo, o uso mais frequente foi o de próclise ao verbo principal (V P V), apontado como colocação usual do português do Brasil. Os dados desta pesquisa reforçam essa tendência de colocação pronominal no nosso país, pois, em relação às demais possibilidades, essa foi a posição do pronome mais frequente (50%). Por outro lado, a segunda maior frequência foi a de ênclise ao verbo principal (V V-P), 36,84%, percentual significativo, que indica a força do uso na manutenção da NG, pois a posição enclítica do pronome é considerada, pela tradição gramatical, como regular, básica, na oração sem palavra de valor atrativo.

A tabela, a seguir, apresenta algumas especificações da colocação das formas pronominais em encontros verbais em orações sem palavra atrativa.

TABELA 17

Colocação pronominal em encontro verbal sem palavra atrativa

formas nominais do verbo	colocação pronominal									
	V V-P		V-P V		V P V		P V V		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
infinitivo	14	48,28	2	6,89	13	44,83	-	-	29	100
gerúndio	-	-	1	33,33	2	66,67	-	-	3	100
particípio	-	-	2	33,33	4	66,67	-	-	6	100

Em encontros verbais com o verbo principal no infinitivo em oração sem palavra atrativa, a maior frequência de uso foi a ênclise ao verbo principal (V V-P), 48,28%, colocação lógica, segundo a NG, quando não há condições que favoreçam o uso proclítico do pronome. A segunda maior ocorrência de uso refere-se à próclise ao verbo principal (V P V), 44,83%, tendência brasileira de colocação, com somente 1 registro a menos que a colocação mais frequente. Essa pequena diferença mostra o embate entre os usos que seguem a tradição gramatical e os usos espontâneos da língua, ou seja, entre a manutenção e a inovação linguística. Pouco significativo foi o emprego da ênclise ao verbo auxiliar (V-P V), 6,89%, embora essa colocação, conforme Cunha e Cintra (2008), ocorra quando não há condições favoráveis à próclise. Citamos um exemplo de cada tipo de colocação registrada:

55. “Precavendo-se da iniciativa dos contrários na formação de uma CPI que investigue o caso, o governo que a antecipou, propondo a apuração parlamentar dos fatos na expectativa de poder controlá-la.” (*Correio Braziliense*)

56. “Com a biologia sintética, pode-se construir uma vida artificial.” (*Folha de S. Paulo*)

57. “A harmonia entre os poderes e a preservação de sua independência precisam se constituir em preocupação permanente de toda democracia.” (*Diário Catarinense*)

Com relação ao verbo no gerúndio em oração sem palavra atrativa, foram registrados apenas 3 casos. Desses, 2 (66,67%) correspondem à colocação regular do português do Brasil (V P V), e 1 (33,33%) refere-se à ênclise ao verbo auxiliar (V-P V), colocação que Cipro Neto e Infante (2009) dizem ser típica da fala de Portugal. Eis um exemplo de cada ocorrência:

58. “Premiado por demandas da sociedade, o Judiciário acaba se empenhando em preencher o vácuo deixado pela omissão dos parlamentares e passa a legislar.” (*Diário Catarinense*)

59. “Sabendo-se débil perante a fatalidade, o homem defronta uma alternativa: ou suplicar aos deuses que lhe devolva a suprema coragem para o embate em circunstâncias adversas; ou, pelo contrário, assumir a condição passiva e inerte, deixando-se conduzir pelo inexorável.” (*Jornal do Comércio*)⁴⁹

A frequência dos tipos de colocação pronominal com o verbo principal no particípio foi idêntica aos casos de gerúndio: próclise ao verbo principal (V P V), 66,67%, e ênclise ao verbo auxiliar (V-P V), 33,33%. Não houve registro da colocação V V-P, nulidade que demonstra consonância com a tradição gramatical, pois esta não admite a ênclise ao particípio. Citamos dois exemplos de ocorrência com o particípio:

60. ““Não o conheço pessoalmente, mas sei que é um ótimo jogador e tem se destacado pelo Vitória. Um grande futuro o espera, mas espero me dar melhor nesta luta de domingo (hoje).”” (*A Tarde*)

61. “O surrado bordão do eu não sabia de nada – ainda que escapismo de raro farisaísmo – tem-no vacinado de evidência palmar.” (*Correio Braziliense*)

A nulidade dos casos de próclise ao verbo auxiliar (P V V) com as três formas é coerente com a situação linguística de ausência de condições favoráveis ao uso proclítico.

Retomemos a hipótese de que o tipo de pronome pode influenciar as escolhas linguísticas.

Comparando as situações de uso das formas pronominais *o(a)(s)* com as de uso dos pronomes *me*, *se*, *lhe(s)* e *nos*, averiguamos que, dos 18 registros dos pronomes *o(a)(s)*, em 16, equivalente a 88,89% do total, ocorreram com o verbo no infinitivo, em posição enclítica ao infinitivo, independente se houve ou não palavra atrativa na oração. Os outros 2 casos,

⁴⁹ Apesar de haver a conjunção coordenativa alternativa *ou*, palavra atrativa, nesse exemplo, não consideramos a atração vocabular, fundamentados na observação de Cunha e Cintra (2008, p. 327): “sempre que houver pausa entre um elemento capaz de provocar a PRÓCLISE e o verbo, pode ocorrer a ÊNCLISE”.

referentes a 11,11%, ocorreram com o verbo no particípio, em posição enclítica ao verbo auxiliar, independentemente da presença ou não de vocábulo atrativo. Eis alguns exemplos:

62. “A menina veio até a delegacia denunciar e comunicou que estava sendo ameaçada de morte pelo pai, que tentou atacá-la com a foice.” (*Folha de Boa Vista*)

63. “No entanto a comissão técnica prefere preservá-lo para o clássico contra o Santos.” (*Folha de S. Paulo*)

Os exemplos 54 e 61 também ilustram a exposição em pauta.

Esses dados permitem-nos considerar que os pronomes *o(a)(s)* apresentam uma frequência de colocação pronominal peculiar em encontros verbais, com predominância para a posição enclítica ao infinitivo, fato diferente do que ocorre com os demais pronomes analisados, que se configuram em outras posições. Nesse sentido, percebemos que o padrão culto escrito em uso apresenta algumas características que não são abordadas pela tradição gramatical, como essa colocação das formas pronominais *o(a)(s)* indicada pelos dados apurados nesta pesquisa.

Outro fato também verificado foi a ausência de mesóclise no futuro quando não há palavra atrativa, em se tratando de verbo no particípio. Esse caso, embora não tenha sido claramente exposto pelos autores consultados, é exemplificado por Cegalla (2007, p. 543): “‘Ter-lhe-ia sido nociva alguma de minhas prescrições?’ (Gastão Cruls)”. Dessa forma, constitui NG para o tempo composto o emprego da mesóclise nos verbos no futuro do presente e do pretérito quando não há palavra atrativa. Por outro lado, o gramático explica que, embora a tradição gramatical condene a colocação do pronome átono junto ao particípio, esse uso é peculiar no Brasil. Cegalla (2007, p. 543) exemplifica: “‘A conversa na mesa teria lhe dado suficiente prestígio para isso?’ (Jorge Amado)”. Nesta pesquisa, embora tenha sido registrada apenas 1 oração com verbo principal no particípio e verbo auxiliar no futuro sem palavra atrativa, a colocação pronominal foi proclítica, o que reforça a tendência de desuso da mesóclise, inclusive em tempo composto. Transcrevemos o exemplo:

64. “A metamorfose teria se dado pela aproximação com o bando de Juliano dos Santos.” (*Zero Hora*)

Constata-se, assim, a total ausência do uso mesoclítico no *corpus*, seja na forma verbal simples, seja nos encontros verbais. Essa nulidade do emprego da ênclise em textos com certo grau de monitoração da escrita registrada nesta pesquisa valida a posição da *Folha de S. Paulo* (2007) que recomenda o uso da próclise com os verbos no futuro, negando a tradição do uso mesoclítico nesse tempo verbal.

A fim de identificarmos, de modo geral, a frequência de cada tipo de colocação pronominal nos encontros verbais, apresentamos, a seguir, uma tabela com as ocorrências registradas.

TABELA 18
Colocação pronominal em encontro verbal: emprego geral

tipo de colocação pronominal	com palavra atrativa		sem palavra atrativa		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
V V-P	14	50	14	50	28	100
V-P V	1	16,67	5	83,33	6	100
V P V	19	50	19	50	38	100
P V V	25	100	-	-	25	100

Em suma, podemos dizer que, em situações com certo grau de monitoração da escrita, o pronome oblíquo átono em encontros verbais no português do Brasil, em geral, tende a ser proclítico ao verbo principal (V P V); quando há palavra atrativa na oração, a tendência é o uso proclítico ao verbo auxiliar (P V V).

4.1.2.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

Dos 97 registros de colocação pronominal em encontros verbais, 17 ocorreram na notícia; 18, no editorial; 8, na carta do leitor; e 54, no artigo. As particularidades quanto à colocação de pronomes em encontros verbais já foram abordadas na seção anterior. Por isso, nesta, apresentamos os dados separados pela presença ou não de palavra atrativa, e não quanto à forma nominal do verbo, pois, na análise com a forma verbal simples, observamos que a palavra atrativa (e nem tanto a forma nominal) influencia a colocação. Interessa-nos, aqui,

investigar a frequência dos tipos de colocação conforme o gênero. Começemos pela notícia.

TABELA 19
Colocação pronominal em encontro verbal: gênero notícia

tipo de oração	colocação pronominal									
	V V-P		V-P V		V P V		P V V		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
com palavra atrativa	2	33,33	-	-	4	66,67	-	-	6	100
sem palavra atrativa	2	18,18	-	-	9	81,82	-	-	11	100

Independentemente de haver ou não palavra atrativa, o registro mais frequente de colocação pronominal na notícia foi o que se configura como tendência brasileira: próclise ao verbo principal (V P V). Os demais casos foram de ênclise ao verbo principal (V V-P), colocação clássica do pronome em encontros verbais. Nessa posição, averiguamos que todas as ocorrências foram com a forma pronominal *o(a)(s)*. Esse fato confirma a tendência do uso enclítico quando se trata desse tipo de pronome, como foi analisado.

Passamos, agora, às ocorrências verificadas no editorial.

TABELA 20
Colocação pronominal em encontro verbal: gênero editorial

tipo de oração	colocação pronominal									
	V V-P		V-P V		V P V		P V V		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
com palavra atrativa	1	10	-	-	5	50	4	40	10	100
sem palavra atrativa	3	37,5	1	12,5	4	50	-	-	8	100

Considerando-se o total de registros no editorial (com e sem palavra atrativa), dos 18 casos, em 9 deles, 50% do total, a próclise ao verbo principal foi a colocação de maior frequência em relação às demais (V-P V: 5,56%; V V-P e P V V: 22,22% cada), confirmando a preferência, no Brasil, pela colocação V P V. No editorial, podemos dizer que o vocábulo atrativo exerceu influência no tipo de colocação, mas não de modo majoritário. Com palavra atrativa na oração, a próclise ao verbo principal (V P V) foi mais frequente (50%), mas a diferença para a

próclise ao verbo auxiliar (P V V) foi relativamente pequena (40%). A colocação V P V também foi mais recorrente em oração sem palavra atrativa (50%), mas a diferença para a colocação de ênclise ao verbo principal (V V-P) foi, de certa forma, pequena (37,5%). No entanto, é importante indicar que das 3 ocorrências de V V-P, 2 foram com as formas pronominais *o(a)(s)*, colocação regular com esse tipo de pronome, de acordo com nossas análises. Se excetuarmos essas ocorrências, a frequência de V P V eleva-se para 66,67%.

A tabela, a seguir, mostra os dados coletados referentes à carta do leitor.

TABELA 21

Colocação pronominal em encontro verbal: gênero carta do leitor

tipo de oração	colocação pronominal									
	V V-P		V-P V		V P V		P V V		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
com palavra atrativa	1	25	-	-	2	50	1	25	4	100
sem palavra atrativa	2	50	-	-	2	50	-	-	4	100

Assim como ocorreu no editorial, na carta do leitor, 50% das ocorrências (com e sem palavra atrativa) foram de próclise ao verbo principal (V P V). Mais uma vez, confirma-se essa colocação como tendência de uso no português do Brasil. Dos 3 casos de V V-P, 2 foram com o pronome *o(a)(s)*: um com palavra atrativa e outro, sem. Novamente, se excluirmos essas ocorrências (colocação típica com esse tipo de pronome), a frequência de V P V eleva-se para 75% nos casos com ou sem palavra atrativa.

Apresentamos, a seguir, os registros encontrados no artigo.

TABELA 22

Colocação pronominal em encontro verbal: gênero artigo

tipo de oração	colocação pronominal									
	V V-P		V-P V		V P V		P V V		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
com palavra atrativa	10	25,64	1	2,57	8	20,51	20	51,28	39	100
sem palavra atrativa	7	46,66	4	26,67	4	26,67	-	-	15	100

Diferentemente do que ocorreu com os demais gêneros investigados, no artigo, a colocação pronominal mais frequente nas orações com palavra atrativa foi a próclise ao verbo auxiliar (P V V), 51,28%. Sem palavra atrativa na oração, a maior frequência foi a ênclise ao verbo principal (V V-P), 46,66%. Esses dados demonstram que, no artigo, a tradição gramatical continua prevalecendo, pois a antecipação do pronome foi mais recorrente nos casos com palavra atrativa e a posposição, nos casos de ausência desse tipo de palavra. Nem mesmo no total dos dados, a tendência brasileira de colocação V P V foi mais frequente. Entretanto, como procedemos na análise dos outros gêneros, consideremos também a tendência à ênclise com os pronomes *o(a)(s)*. Quanto às orações com palavra atrativa, dentre as 10 ocorrências de V V-P, 6 delas foram com esse tipo de pronome. Se esses casos forem excluídos, o número de ocorrências de V V-P fica menor (4 casos) que o de V P V (8). Dessa forma, a colocação de tendência brasileira deixaria de ser a terceira mais frequente para ser a segunda. Já com relação às orações sem palavra atrativa, dos 7 casos de V V-P, 3 foram de emprego do pronome oblíquo *o(a)(s)*. Novamente, excetuando-se esses casos, a frequência de V V-P, V-P V e V P V seria a mesma (4 casos).

Podemos dizer que, de modo geral, nos textos do gênero notícia, editorial e carta do leitor, a colocação pronominal mais recorrente em encontros verbais é a próclise à forma nominal do verbo (V P V), dado que confirma a tendência brasileira de seguir essa colocação, preferência verificada em contextos com certa monitoração da escrita, como é caso do *corpus* desta pesquisa. Já nos textos do gênero artigo, se houver palavra atrativa, é usual a anteposição do pronome ao verbo auxiliar (P V V); se não houver, o uso enclítico do pronome ao verbo principal (V V-P) é mais frequente. Assim, percebemos que, dentre os gêneros analisados, há maior cumprimento das prescrições gramaticais nos textos referentes ao artigo, ao passo que as variações são mais frequentes na notícia, editorial e carta do leitor.

4.2 Regência verbal e emprego de preposição

Nesta seção, apresentamos alguns casos de regência verbal e do emprego de preposição. Esses dois fatos linguísticos serão abordados em uma mesma seção, pois um dos casos de uso da preposição analisado, preposição com pronome relativo, está relacionado com a regência verbal.

4.2.1 Regência de alguns verbos

A escolha dos casos de regência verbal analisados nesta pesquisa foi motivada por dois fatores: a variação da regência de alguns verbos provocada pelas diferenças entre o uso mais monitorado e menos monitorado da língua e a ocorrência desses verbos no *corpus*.

Pode-se dizer que é frequente as pessoas falarem, na linguagem corrente, *assistir o jogo, o filme, a novela*. Já o resultado verificado por Lima (2003) em sua pesquisa em textos escritos formais mostra preferência pela regência verbal ditada pelas gramáticas tradicionais. Por sua vez, Possenti (1996) considera o uso preposicionado do verbo *assistir* como um arcaísmo. Diante disso, decidimos investigar a regência de alguns verbos que apresentam oscilação de uso, a fim de averiguar, em textos escritos do domínio jornalístico, se a regência desses verbos é mais coincidente com a tradição gramatical ou com a regência habitualmente utilizada em situações menos monitoradas.

4.2.1.1 Consulta às obras de referência gramatical

De acordo com Cegalla (2007, p. 481), regência, que pode ser verbal ou nominal (esta refere-se a nomes – substantivo e adjetivo –, e aquela, a verbos), “é o modo pelo qual um termo rege outro que o complementa”. Neste trabalho, abordamos somente alguns casos de regência verbal. Cipro Neto e Infante (2009, p. 509, grifos dos autores) explicam: “A *regência verbal* se ocupa do estudo da relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais)”. Desse modo, o estudo da regência verbal está relacionado com a transitividade verbal, que, por sua vez, diz respeito ao uso ou não de preposição nessa relação entre o termo regente e o regido. Destacamos a posição de Cipro Neto e Infante (2009, p. 509): “A diferença entre o uso formal culto e o coloquial é um dos objetivos do estudo da regência”.

Apresentamos, a seguir, alguns verbos e a regência na acepção em que foram analisados.

a) *Assistir* no sentido de “estar presente”, “presenciar”

Houve unanimidade na prescrição da regência do verbo em questão: exige complemento indireto, com o uso da preposição. Transcrevemos o exemplo de Cipro Neto e Infante (2009, p. 515, grifos dos autores): “Assisti **a** um ótimo filme. / Assisti **a** ele”.

Segundo Cunha e Cintra (2008), o verbo *assistir*, conforme a tradição gramatical, exige complemento iniciado pela preposição *a*, ou seja, objeto indireto. Porém, esses gramáticos expõem que, na linguagem coloquial do Brasil, a preferência é pelo objeto direto (complemento não encabeçado por preposição), uso apontado por tais gramáticos como de boa aceitação pelos escritores modernos, dentre os quais citam um exemplo de Clarice Lispector e um de Autran Dourado. Cipro Neto e Infante (2009) ressaltam que, na linguagem corrente do Brasil, o uso desse verbo é como transitivo direto, regência que, segundo os autores, já é abonada pelos dicionários de regência e de sinônimos.

b) *Chegar* junto à expressão indicativa de lugar⁵⁰

Cunha e Cintra (2008) não apresentam a regência desse verbo. *A Folha de S. Paulo* (2007) expõe que *chegar* é regido da preposição *a* e cita, como única exceção, *chegar em casa*, expressão que pode ser usada. Bechara (2009) não aprova o uso da preposição *em* na indicação de lugar. Cegalla (2007, p. 496, grifos do autor) expõe que esse verbo é regido da preposição *a* na língua culta e *em* na linguagem coloquial, a saber: “*Chegamos a* [e não *em*] São Paulo pela manhã” (língua culta); “*Chegamos em* São Paulo no dia seguinte” (linguagem coloquial). Cipro Neto e Infante (2009) abordam que, na linguagem formal culta, são usadas as preposições *a* e *para* na indicação de destino ou direção. Concernente ao propósito desta pesquisa, que visa investigar apenas os casos que podem apresentar variação de uso devido ao grau de monitoração do contexto, não abordaremos o verbo *chegar* regido da preposição *para*.

c) *Implicar* no sentido de “resultar”, “acarretar”

Cunha e Cintra (2008) não apresentam a regência desse verbo. *A Folha de S. Paulo* (2007) apresenta-o como transitivo direto, ou seja, com complemento sem preposição, mesma regência descrita por Bechara (2009) e por Cegalla (2007). Este último censura, na acepção em pauta, o uso desse verbo com complemento iniciado pela preposição *em*. Cipro Neto e

⁵⁰ A indicação de lugar abordada tanto com o verbo *chegar* quanto com o verbo *ir*, nesta pesquisa, não se trata necessariamente de lugar físico.

Infante (2009, p. 516) também o consideram como um verbo transitivo direto: “Recessão implica emprego”. Explicam que, apesar da frequência de uso desse verbo regido da preposição *em* (“Sua decisão implica em cancelar o projeto”), os dicionaristas mais conhecidos ainda não aceitam esse uso.

d) *Ir* junto à expressão indicativa de lugar

Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008) não apresentam a regência desse verbo. A *Folha de S. Paulo* (2007) apenas expõe que, nessa acepção, o complemento é iniciado pela preposição *a*. Cegalla (2007) apresenta esse verbo regido da preposição *a* na língua culta. Cipro Neto e Infante (2009) explicam que, na linguagem formal culta, são usadas as preposições *a* e *para* na indicação de destino ou direção; mas, no Brasil, na linguagem literária e do dia a dia, é comum a regência com a preposição *em*: “Fui **ao** cinema” (linguagem culta formal); “Fui no cinema” (linguagem coloquial) (CIPRO NETO; INFANTE, 2009, p. 509, grifo dos autores). Assim como ocorreu com o verbo *chegar*, não analisamos o verbo *ir* regido da preposição *para*.

e) *Lembrar* / *esquecer* no sentido de “trazer à lembrança”, “evocar”, “recordar-se” / “olvidar”, “sair da lembrança”

Cipro Neto e Infante (2009) apontam esses verbos como transitivos diretos ou indiretos, porém ressaltam que, tradicionalmente, tais verbos são pronominais quando são transitivos indiretos. E exemplificam:

Esqueci **o** livro. / Esqueci-me **do** livro.
 Não esqueça **os** amigos. / Não **se** esqueça **dos** amigos.
 Não esquecemos suas palavras. / Não **nos** esquecemos **de** suas palavras.
 Não lembro nada. / Não **me** lembro **de** nada. (CIPRO NETO; INFANTE, 2009, p. 512, grifos dos autores).

Esses autores ainda observam que, no português do Brasil, em textos orais e literários, há um cruzamento das duas construções mencionadas, a saber: “Não lembrei de você” e “Esqueci do aniversário dela” (CIPRO NETO; INFANTE, *loc. cit.*). Consideram, porém, que essa construção não é típica das variedades linguísticas formais. Cegalla (2007) também considera que, na língua culta, esses verbos acompanhados da preposição *de* são pronominais. Bechara (2009) apresenta *lembrar* e *esquecer* somente regidos da preposição *de* e acompanhados pelo

pronome *se*. Cunha e Cintra (2008, p. 539) reafirmam que tradicionalmente esses verbos são transitivos diretos na ausência de pronomes e transitivos indiretos quando são pronominais, com complemento iniciado pela preposição *de*. Apontam que o cruzamento dessas duas construções é considerado “vicioso” pelos gramáticos, embora seja frequente nos contextos coloquiais dos brasileiros. *A Folha de S. Paulo* (2007) não expõe a regência desses verbos.

f) *Visar* no sentido de “ter em vista”, “ter por objetivo”, “pretender”

Nessa acepção, Cunha e Cintra (2008, p. 550) apresentam duas regências para o verbo *visar*: complemento iniciado com ou sem a preposição *a*. Ressaltam, porém, que a regência sem preposição é uma “construção condenada por alguns gramáticos, [mas] é a dominante na linguagem coloquial e tende a dominar também na língua literária [...]” (*ibidem*, p. 551). Bechara (2009) expõe esse verbo acompanhado pela preposição *a*. Cegalla (2007) também aponta o verbo *visar* como transitivo indireto regido da preposição *a* no sentido em questão. Contudo, o gramático observa que não é condenável o uso do objeto direto (complemento sem preposição), pois bons escritores e dicionaristas modernos utilizam tal regência. Cipro Neto e Infante (2009) expressam a mesma posição de Cegalla (2007): uso tradicional do verbo com a preposição *a*, mas afirmam que “não faltam registros (e abonos) de seu uso como transitivo direto: [...] Os pais visam o bem dos filhos. (‘Houaiss’)” (CIPRO NETO; INFANTE, 2009, p. 517). *A Folha de S. Paulo* (2007) não apresenta a regência desse verbo.

É interessante observar que a maioria dos autores consultados descreve a regência tradicional do verbo e também expõe a regência em situações menos formais de uso. Isso mostra que as obras de referência gramatical atuais já são mais abertas aos fatos concernentes à variação linguística, ou seja, a língua não é vista de modo tão rígido como outrora.

Como a ocorrência dos casos de regência no *corpus* foi baixa, resolvemos agrupar os verbos conforme a necessidade de uso de um complemento preposicionado ou não e do tipo de preposição exigida na regência exposta pelas obras consultadas. Dessa forma, reunimos os verbos *assistir* e *visar* no mesmo grupo: verbos que, segundo a NG, exigem o complemento iniciado pela preposição *a*, mas observa-se a ausência de preposição em contextos menos monitorados. Os verbos *chegar* e *ir* foram reunidos em outro grupo, pois a NG descreve que o complemento desses verbos é introduzido pela preposição *a*, porém, coloquialmente, é comum o uso da preposição *em*. Os verbos *lembrar* e *esquecer* exigem complemento iniciado

pela preposição *de* com o verbo pronominal ou complemento sem preposição quando o verbo não é pronominal, segundo a NG. O verbo *implicar*, que ficou separado, não exige complemento com preposição no sentido analisado, mas pode-se dizer que é comum, no uso coloquial da língua, esse verbo ser regido da preposição *em*.

O quadro, a seguir, apresenta, sumariamente, a regência dos verbos em questão segundo a tradição gramatical e os desvios mais frequentes em contextos menos monitorados.

QUADRO 2
Regência dos verbos analisados nesta pesquisa

verbos	NG sim complemento iniciado	NG não complemento iniciado
<i>assistir e visar</i>	com preposição <i>a</i>	sem preposição
<i>chegar e ir</i>	com preposição <i>a</i>	com preposição <i>em</i>
<i>implicar</i>	sem preposição	com preposição <i>em</i>
<i>lembrar e esquecer</i>	com pronome ⁵¹ + prep. <i>de</i>	sem pronome + prep. <i>de</i>
<i>lembrar e esquecer</i>	sem pronome + sem prep. <i>de</i>	com pronome + sem prep. <i>de</i>

4.2.1.2 Descrição e análise dos dados coletados

Apresentamos, nesta seção, os dados referentes à regência dos verbos citados no QUADRO 2. Esses dados foram analisados, exemplificados e comparados com a NG, de modo geral e separados por gênero.

4.2.1.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

No *corpus* desta pesquisa, foram registrados 63 casos de regência verbal. Desses, 29 (46,03%) referem-se aos verbos *ir* e *chegar*; 20 (31,75%), *lembrar* e *esquecer*; 10 (15,87%), *assistir* e

⁵¹ Pronome, nesse quadro, refere-se ao pronome pessoal do caso oblíquo.

visar; e 4 (6,35%), *implicar*.

A seguir, analisamos as ocorrências com esses verbos, comparando-as com a NG. Havendo registros de uso recomendado pela NG e de desvio dessa norma no mesmo grupo verbal, foi citado um exemplo de cada caso, nessa ordem.

a) *assistir* e *visar*

TABELA 23
Regência verbal: verbos *assistir* e *visar*

verbos	NG sim		NG não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
<i>assistir</i>	4	80	1	20	5	100
<i>visar</i>	2	40	3	60	5	100

Os dados comprovam que o verbo *assistir* regido da preposição *a*, em textos com certa monitoração da escrita, não constitui arcaísmo como sugere Possenti (1996), pois 80% dos registros seguem a tradição gramatical. Eis um exemplo consoante e outro discordante da NG:

65. “Gostaria de estar em Brasília no dia 23 para assistir à contenda entre o cinismo do justo e o cinismo dos poderosos.” (*Jornal do Comércio*)

66. “Na verdade, os brasileiros vêm assistindo diariamente nos telejornais um mar de informações desencontradas.” (*Correio de Sergipe*)

Com o verbo *visar*, a maior frequência registrada (equivalente a 60% dos casos) foi o emprego dessa forma verbal sem preposição, uso que nega a tradição gramatical. Esse dado sugere que, mesmo em contextos com certo grau de monitoração da escrita, atualmente, a preferência é pela regência do verbo *visar* sem a preposição. Exemplos:

67. “[...] o Palácio do Planalto vem incentivando movimentos visando à recriação do ‘imposto do cheque’.” (*Gazeta do Povo*)

68. “Visando o bem-estar da população paranaense, devo intervir e alterar um pouco a receita do governador.” (*Gazeta do Povo*)

Em virtude desses dados, podemos ponderar que, em contextos com certa monitoração da escrita, o verbo *assistir* regido da preposição *a* continua prevalecendo. Já o verbo *visar*, tende a ser empregado sem a preposição, uso que contraria os preceitos tradicionais.

b) *chegar e ir*

TABELA 24
Regência verbal: verbos *chegar e ir*

verbos	NG sim		NG não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
<i>chegar</i>	19	90,48	2	9,52	21	100
<i>ir</i>	8	100	-	-	8	100

O verbo *chegar*, na maioria expressiva das ocorrências (90,48%), apresentou-se regido da preposição *a*. Houve apenas 2 registros de uso com a preposição *em*. Eis os exemplos:

69. “Anonimamente, um morador acionou o Samu-192 e uma equipe chegou ao local já por volta das 8 horas.” (*A Tarde*)

70. “Existem alguns trechos que o mato já chegou bem no asfalto.” (*Folha de Boa Vista*)

Por sua vez, todos os casos com o verbo *ir* foram regidos da preposição *a*. Exemplos:

71. “Isso, segundo ele, porque a prefeitura, ao assumir o funcionamento da unidade, médicos do município poderiam ir à comunidade para atender as famílias.” (*Meio Norte*)

72. “Dos 18 pilotos que foram à pista ontem, o mais rápido foi o paulista Renato Martins (Volkswagen) [...]” (*Daqui*)

Assim, a regência dos verbos *chegar e ir* continua seguindo a prescrição gramatical de uso da

preposição *a* em contextos com certo grau de monitoração da escrita.

c) *implicar*

TABELA 25
Regência verbal: verbo *implicar*

verbo	NG sim		NG não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
<i>implicar</i>	2	50	2	50	4	100

Com o verbo *implicar*, metade dos casos seguiu a tradição gramatical, e metade, o uso mais espontâneo da língua. Nesse sentido, podemos apontar – embora os dados tenham sido poucos –, a luta travada entre o tradicional e o coloquial. Uma pesquisa mais ampla deve ser realizada para se verificar a tendência regencial desse verbo. Exemplos:

73. “Os porta-vozes do Palácio do Planalto argumentam que manter certos gastos de membros da administração no Portal da Transparência poderia implicar riscos aos governos e ao próprio país.” (*Correio Braziliense*)

74. “Quaisquer procedimentos que impliquem em sofrimento físico dos bichos ou psicológico exagerado e intensificado por negligência serão considerados ‘maus tratos’ aos animais.” (*Diário Catarinense*)

d) *lembrar e esquecer*

TABELA 26
Regência verbal: verbos *lembrar e esquecer*

verbos	NG sim		NG não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
<i>lembrar e esquecer</i>	17	85	3	15	20	100

Com esses verbos, a maioria dos usos, 85%, também seguiu a NG. Desses usos, em apenas 2 ocorrências, correspondente a 11,76%, houve a construção *pronome + preposição de*, a saber:

75. “[...] na verdade nos esquecemos de que a enfermidade deveria ser um evento raro.”
(*Gazeta de Alagoas*)

76. “Lembram-se do episódio do desarmamento.” (*Correio de Sergipe*)

As outras 15 ocorrências (88,24%) foram *sem prenome + sem preposição de*, indicando que essa construção é a regência mais frequente dos verbos *lembrar* e *esquecer* em textos dos gêneros analisados. Citamos dois exemplos:

77. “O São Paulo soma 36 pontos e tem um a mais que o Coritiba. Com o rival na cola, André Dias lembrou que o time precisa olhar para cima e para baixo da tabela.” (*Folha de S. Paulo*)

78. “Não devemos esquecer que o maior medo do homem é justamente a solidão.” (*A Gazeta, AP*)

A NG não foi seguida em apenas 3 registros (15% do total). Eis um exemplo:

79. “Afim não se pode esquecer que a Vale é de longe a maior investidora no Pará [...]”
(*Diário do Pará*)

Com base nos dados desta pesquisa, podemos apontar que a maioria dos verbos que apresenta variação de regência quanto ao grau de formalidade do contexto, em se tratando dos gêneros analisados, continua seguindo as prescrições da tradição gramatical, visto que dos 63 casos coletados, 52 foram consoantes à NG, e 11, não. O gráfico, a seguir, apresenta o percentual de frequência desse resultado.

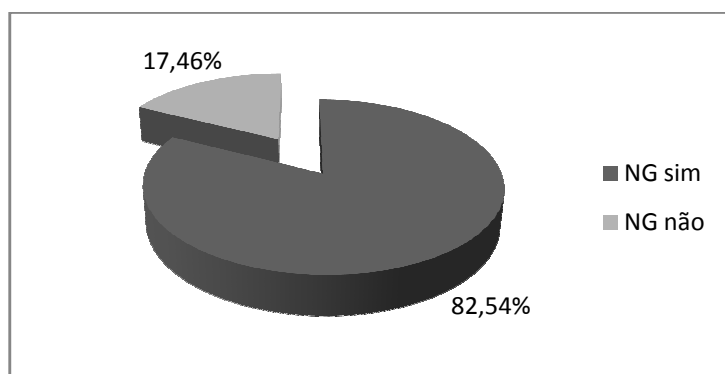


GRÁFICO 11 - Regência verbal: dados gerais

O trabalho de Lima (2003), quanto à regência verbal, apresenta um percentual de 97,9% de coincidência com a NG, resultado superior ao desta pesquisa. Contudo, nesse trabalho, o maior número de casos ocorreu na *Constituição da República Federativa do Brasil* que, segundo a pesquisadora, foi a obra de maior índice de seguimento dos ditames tradicionais em sua investigação.

Embora 82,54% das ocorrências sejam coincidentes com a NG, pesquisas mais amplas devem ser realizadas para que sejam melhor analisadas as variações de regência ocorridas neste *corpus*, principalmente com os verbos *implicar* e *visar*, cujos percentuais de desvio foram muito significativos.

4.2.1.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

Dos 63 casos de regência verbal analisados neste trabalho, 7 (11,11%) ocorreram no editorial; 6 (9,52%), na carta do leitor; 22 (34,92%), na notícia; e 28 (44,45%), no artigo. A tabela que se segue mostra esses dados separados por gêneros textuais.

TABELA 27
Regência verbal conforme o gênero textual

gênero textual	NG sim		NG não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	19	86,36	3	13,64	22	100
editorial	6	85,71	1	14,29	7	100
carta do leitor	4	66,67	2	33,33	6	100
artigo	23	82,14	5	17,86	28	100

Observando os dados da tabela, verificamos que, em todos os gêneros, quanto à regência verbal, os índices de coincidência com a NG foram superiores aos de desvios. Desses, a maior frequência de usos consoantes à NG foi registrada no gênero notícia (86,36%), seguida do editorial (85,71%) e artigo (82,14%), com diferença percentual muito pequena entre esses três gêneros. A carta do leitor foi o que apresentou maior número de desvios da NG.

Diante disso, ponderamos que o gênero carta do leitor, por ser constituído em um contexto que exige menor monitoração da escrita, se comparado com os demais gêneros analisados, apresenta alguns registros de regência verbal típicos de situações menos monitoradas. Entretanto, esses usos discordantes não representam a maior frequência de usos, que continua consoante às prescrições gramaticais.

4.2.2 Alguns empregos de preposição

Analisamos, a seguir, duas situações em que o uso da preposição está relacionado com o grau de monitoração do contexto: emprego da preposição com o sujeito de um verbo no infinitivo e com o pronome relativo.

4.2.2.1 Consulta às obras de referência gramatical

Concernente ao uso da preposição com o sujeito de um verbo no infinitivo, Cegalla (2007, p. 484, grifos do autor) expõe:

O sujeito nunca é regido de preposição. Entretanto, por eufonia, pode-se contrair a preposição *de* com o sujeito, ou seus adjuntos, em orações reduzidas de infinitivo:

Antes **de o** sacerdote iniciar a missa, os fiéis entoaram cantos. Ou:

Antes **do** sacerdote iniciar a missa, os fiéis entoaram cantos.

[...]

Sendo sujeito o pronome *eu*, não se faz a contração:

“No caso de eu morrer, os meus herdeiros assumiriam essa obrigação.”

(MACHADO DE ASSIS)

O gramático (CEGALLA, *loc. cit.*, grifos do autor) considera a eufonia o fator que justifica o abono da contração da preposição com o determinante do núcleo do sujeito de uma forma verbal infinitiva:

A contração em foco tem tradição na língua: sempre foi e continua sendo largamente praticada por eminentes escritores brasileiros e portugueses. Tem a vantagem de evitar os artificiais e desagradáveis hiatos *de ele*, *de ela*, *antes de o*, *apesar de os*, etc. Trata-se de um fato fonético, de uma acomodação da escrita à fala, e não de uma alteração sintática, porquanto, ainda que contraída com o sujeito, a preposição *de*

rege o infinitivo que se lhe segue (antes *do caso suceder* = antes *de suceder o caso*). Tanto é lícito, portanto, dizer “antes *do* sacerdote iniciar a missa”, como ‘antes *de* o sacerdote iniciar a missa”. A primeira construção é mais natural e espontânea. A segunda é um gramaticalismo um tanto afetado, em choque com a língua falada.

Consoante à posição de Cegalla (2007), Bechara (2009, p. 568, grifos do autor) expressa: “A lição dos bons autores nos manda aceitar ambas as construções, *de a onça beber água e da onça beber água*.” Por sua vez, o autor entende essa dupla possibilidade de uso como enriquecimento dos recursos estilísticos da língua:

O problema que, do ponto de vista puramente gramatical, a rigor, termina nessa dupla possibilidade de emprego; já não se mostra indiferente do ponto de vista da necessidade de proferir o sujeito enunciando-o com maior ou menor realce. Deixa-se o domínio da gramática para se entrar no domínio da estilística, da expressividade. A não combinação da preposição com o sujeito garante o valor expressivo da preposição e a ênfase posta no sujeito: *É tempo de o povo querer melhores escolas*, diferente, sob o aspecto da expressividade, de *É tempo do povo querer melhores escolas*. A simples – e contrária à dupla possibilidade que a tradição literária registra – solução gramatical de rejeitar uma forma com privilégio de outra empobrece os recursos estilísticos da língua (BECHARA, 2009, p. 568, grifos do autor).

Embora a norma gramatical clássica não abone o uso da contração da preposição com o determinante do núcleo do sujeito (cf. ALMEIDA, 1999), diante do exposto, podemos observar que os dois autores – dentre os consultados como referência gramatical foram os que expuseram o fato linguístico – validam tanto a forma separada quanto a contraída. Por isso, não analisamos os usos linguísticos com base no que está de acordo ou não com a NG, mas investigamos qual das duas construções abonadas pelos gramáticos consultados é mais frequente nos textos jornalísticos que compõem o *corpus*.

Quanto ao emprego do pronome relativo preposicionado, Cegalla (2007, p. 568, grifos do autor) explica que

[...] os pronomes relativos vêm precedidos de preposição (ou locução prepositiva) quando o verbo da oração adjetiva a reclamar. Exemplos:
Ainda me lembro dos passeios *a que* ele me levava. [*levar a um lugar*]
São muitas as pessoas *de quem* dependemos. [*depende de alguém*]

Bechara (2009) expõe que o pronome relativo, no exercício de algumas funções sintáticas, como objeto indireto, adjunto adverbial e agente da passiva, exige o emprego da preposição. E exemplifica (BECHARA, 2009, p. 571, grifos do autor):

[...]

e) *Objeto indireto*: Este é o aluno *a que* dei o livro.

f) *Adjunto adverbial*: O livro *por que* aprendeste a ler é antigo. A casa *em que* moro é espaçosa.

g) *Agente da passiva*: Este é o autor *por que* a novela foi escrita.

Dessa forma, consideramos como NG: o emprego da preposição com o pronome relativo deve estar de acordo com a regência do verbo da oração adjetiva.

4.2.2.2 Descrição e análise dos dados coletados

4.2.2.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

No *corpus*, foram registrados apenas 12 casos de emprego da preposição com o sujeito de um verbo no infinitivo. Desses, 6 registros (50%) referem-se ao emprego da contração da preposição ao determinante do sujeito e, em 6 casos (50%), tal contração não ocorreu. Vejamos, respectivamente, um exemplo de cada um desses fatos linguísticos:

80. “Está na hora da oposição mostrar a que veio, não ficar escutando esse tipo de aberrações da fala de um presidente, e buscar na CPI dos Cartões o que realmente acontece em Brasília, sem mentiras e toma-lá-dá-cá.” (*Zero Hora*)

81. “Claro que o fato de o deputado ser delegado da Polícia Civil nem deve ser levado em consideração.” (*Correio Braziliense*)

O gráfico que se segue ilustra a frequência dos casos coletados.

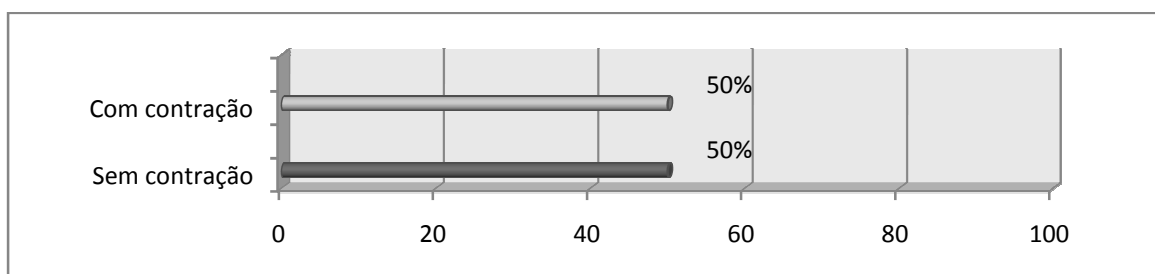


GRÁFICO 12 - Emprego da preposição com o sujeito de uma forma verbal infinitiva

Os dados revelam que houve equilíbrio entre os usos mais cotidianos (contração da preposição com o determinante do sujeito) e os mais clássicos (não contração), condizendo com a abordagem realizada pelos gramáticos que expuseram esse fato linguístico. Embora o número de exemplos tenha sido pequeno, os dados mostram que, nos textos analisados do domínio jornalístico, concernente ao caso em pauta, as forças centrífugas (as que sugerem variações linguísticas) se equilibram com as centrípetas (as de manutenção da norma canônica).

O resultado desta pesquisa quanto ao tópico em questão diverge muito do que foi constatado por Lima (2003). Em um *corpus* formado por textos dos domínios técnico, científico e jornalístico, a frequência do uso não contraído da preposição com o determinante do sujeito foi de 93,9%. A pesquisadora registrou apenas dois casos divergentes desse emprego preponderante, ambos coletados no livro de Linguística cujo autor defende e usa propositalmente expressões corriqueiras de situações informais em textos escritos com certa monitoração. Não houve ocorrência de contração nos textos do domínio jornalístico no trabalho de Lima (2003). Entendemos que essa disparidade de frequência entre os resultados no mesmo domínio discursivo deve-se ao fato de que Lima (2003) analisou textos das revistas *Veja* e *Superinteressante* e dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, periódicos nacionalmente consagrados e, possivelmente, mais ligados à tradição gramatical, ao passo que o *corpus* desta pesquisa é formado por textos de diversos jornais do Brasil, conceituados e alguns populares, fato que pode explicar esse equilíbrio entre os usos mais ligados à linguagem cotidiana (contração da preposição com o sujeito) e empregos típicos da tradição gramatical (não contração).

Passamos, a seguir, à análise dos dados quanto às ocorrências do pronome relativo preposicionado. O gráfico apresenta a frequência de usos consoantes e discordantes da NG.

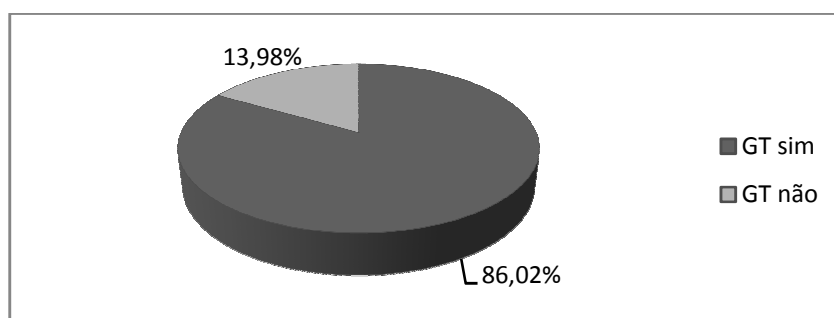


GRÁFICO 13 - Emprego do pronome relativo preposicionado

Dos 93 exemplos de pronome relativo preposicionado, 80 ocorrências (86,02%) seguiram a tradição gramatical de emprego da preposição, e 13 (13,98%) constituíram desvio de NG. Desses 13 casos, 6 (46,15%) foram referentes à ausência da preposição, ainda que a regência a exigisse; em 5 exemplos (38,46%), houve o uso de preposição destoante da tradição gramatical (considerando-se a regência verbal); e em 2 registros (15,39%), uso desnecessário da preposição. Transcrevemos um exemplo, respectivamente, de cada uma dessas situações abordadas neste parágrafo:

82. “Estava em serviço e questionava ações do governo ao qual deveria obedecer.” (*Jornal do Comércio*)

83. “Arthur de Oliveira, atualmente no Remo/PA, está tentando levar dois jogadores do Rio Branco para a disputa das competições que a paraense vai participar na temporada.” (*A Gazeta*, AC)

84. “Vou falar de um assunto, o título é bem óbvio, no qual quase não se comenta, talvez pelo fato das pessoas terem coisas mais importantes a serem feitas e discutidas.” (*Folha de Boa Vista*)

85. “[...] se dizendo admirador e neles se espelhar aos quais apunhala e escarra às mãos que outrora beijara [...]”. (*Gazeta de Alagoas*)

A pesquisa referente ao emprego do pronome relativo preposicionado revela que, no domínio jornalístico, a tradição gramatical prevalece com significância, correspondendo a 86,02% do total. Lima (2003) apurou frequência altíssima desse fato em sua investigação: 99,4%. Novamente, entendemos que os textos que constituem o *corpus* da pesquisa de Lima (2003) – principalmente os da Constituição Federal – são mais formais do que os desta pesquisa, o que pode explicar essa diferença de percentuais entre o domínio o técnico e o jornalístico.

4.2.2.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

Dos 12 registros correspondentes ao emprego de preposição com o sujeito de um verbo no

infinitivo, 3 (25%) foram coletados no gênero notícia; 1 (8,34%), no editorial; 4 (33,33%), na carta do leitor; e 4 (33,33%), no artigo. A tabela, a seguir, apresenta a distribuição dos dados conforme a contração ou não da preposição com o determinante do núcleo do sujeito.

TABELA 28
Emprego da preposição com o sujeito de um verbo no infinitivo
conforme o gênero textual

gênero textual	com contração		sem contração		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	3	100	-	-	3	100
editorial	1	100	-	-	1	100
carta do leitor	-	-	4	100	4	100
artigo	2	50	2	50	4	100

Como podemos observar, nos gêneros notícia e editorial, todas as ocorrências foram de contração do determinante do sujeito com a preposição, fato linguístico relacionado com a linguagem menos formal. Em contrapartida, na carta do leitor, todos os casos foram de não contração, uso clássico que, de certa forma, não que era de se esperar nesse gênero. Por sua vez, no artigo, houve equilíbrio entre os usos menos formais e os mais formais.

Quanto aos 93 casos de emprego do pronome relativo preposicionado, 16 (17,2%) foram registrados na notícia; 16 (17,2%), nos editoriais; 7 (7,53%), na carta do leitor; e 54 (58,07%), no artigo, assim distribuídos conforme o gênero textual:

TABELA 29
Emprego do pronome relativo preposicionado conforme o gênero textual

gênero textual	GT sim		GT não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	12	75	4	25	16	100
editorial	16	100	-	-	16	100
carta do leitor	7	100	-	-	7	100
artigo	45	83,33	9	16,67	54	100

Analisando a tabela, averiguamos que todos os usos de pronome relativo preposicionado nos gêneros editorial e carta do leitor são abonados pela NG. No artigo, a frequência do cumprimento dos preceitos gramaticais também é bastante significativa (83,33%). Mesmo na notícia, gênero em que foi registrado o maior número de desvios da NG, correspondente a 25% do total dos casos apurados, a maioria dos registros, 75%, também segue a tradição gramatical. Aventamos que essa maior frequência na notícia pode estar relacionada com o conteúdo temático dos textos selecionados, pois eles se referem a acontecimentos policiais e esportivos, temas de maior interesse da população em geral, o que pode levar a um uso também mais popular da linguagem para adequar-se ao público-alvo.

4.3 Concordância verbal

De acordo com Scherre (2005), no Brasil, a variação de concordância de número na fala está instalada. Em seu livro *Doa-se filhotes de poodles*, aponta exemplos de que essa variação também está ocorrendo em textos escritos por pessoas escolarizadas, mas restringe que ainda não há estatísticas sobre esse fato. A linguista apresenta 11 casos de desvios de concordância na escrita em relação à gramática normativa, dos quais 6 são referentes à concordância nominal, e 5, à verbal. Embora esses casos tenham sido retirados de textos produzidos em contextos com certa monitoração da escrita, entendemos que não são suficientes para se afirmar que essa variação “apresenta recorrência regular” (SCHERRE, 2005, p. 21), pois não foi apurada a frequência dos casos de desvios em relação aos coincidentes com a norma padrão. A própria linguista admite: “Para aprofundar a discussão, é necessário que mais dados da escrita sejam coletados, a fim de que se possa dar um tratamento quantitativo adequado ao fenômeno da variação da concordância na escrita” (*ibidem*, p. 30).

Diante dessa necessidade de se apurar a frequência dos usos consoantes e discordantes da tradição gramatical, a fim de averiguar se a variação de concordância está ocorrendo na escrita com certa monitoração, investigamos, nesta seção, três casos de concordância verbal: sujeito posposto simples plural e sujeito plural na voz passiva sintética⁵², formas que levam o verbo para o plural, e sujeito posposto composto, cujo verbo da oração pode ficar no plural.

⁵² A voz passiva sintética também é denominada voz passiva pronominal.

4.3.1 Sujeito posposto simples plural, sujeito plural na voz passiva sintética e sujeito posposto composto

Nesta pesquisa, investigamos a frequência de uso do verbo no plural, concordando em número com o sujeito posposto simples plural e com o sujeito plural na voz passiva sintética, conforme a NG, e a frequência de uso do verbo no singular, concordância encontrada na fala coloquial, em situações de menor monitoração da língua (uso linguístico gramaticalmente entendido como desvio da norma padrão). Já com o sujeito posposto composto, verificamos se a preferência é pelo emprego do verbo no plural ou no singular (no caso, concordando com o núcleo mais próximo).

4.3.1.1 Consulta às obras de referência gramatical

Segundo Bechara (2009, p. 554), se “o sujeito for simples e plural, o verbo irá para o plural”, se “o sujeito for composto, o verbo irá, normalmente, para o plural, qualquer que seja a sua função em relação ao verbo” (BECHARA, *loc. cit.*). O autor observa que, em caso de sujeito composto, a concordância pode ser feita com o núcleo mais próximo, principalmente se esse sujeito for posposto ao verbo. Quanto ao verbo na passiva pronominal, Bechara (2009, p. 563) expõe: “A língua padrão pede que o verbo concorde com o termo que a gramática aponta como sujeito”. Nesse sentido, o verbo referente ao sujeito no plural fica no plural.

Cunha e Cintra (2008, p. 511) expressam que, de modo geral, “o verbo concorda em número com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido”. No caso de sujeito composto e posposto, pode haver concordância com o núcleo mais próximo. Também atestam que, com o apassivador *se*, o verbo ficar no singular ou no plural, concordando com o sujeito.

Consoante às exposições apresentadas, Cegalla (2007, p. 450-451, grifos do autor) assim exemplifica a concordância verbal com o sujeito posposto simples plural e composto:

Acontecem tantas desgraças neste planeta!
 Não **faltarão** pessoas que nos queiram ajudar. [...]
 “Enquanto ele não vinha, **apareceram** um jornal e uma vela.” (Ricardo Ramos) [...]

“E de tudo, só **restaria** a árvore, a relva e o cestinho de morangos.” (Lígia Fagundes Teles)

Quanto à concordância do verbo acompanhado do pronome *se*, Cegalla (2007, p. 461, grifos do autor) explica que “o verbo concordará normalmente com o sujeito: **Vende-se** a casa e **compram-se** dois apartamentos”. Apesar de a explicação ter sido modalizada pelo vocábulo *normalmente*, o gramático (CEGALLA, *loc. cit.*, grifos do autor) observa: “Na literatura moderna há exemplos em contrário, mas que não devem ser seguidos: ‘*Vendia-se* seiscentos convites e aquilo ficava cheio.’ (RICARDO RAMOS)”.

Para Cipro Neto e Infante (2009, p. 477), o “verbo e o sujeito estão sempre ligados pelo mecanismo da concordância: sujeito no singular, verbo no singular, sujeito no plural, verbo no plural”. Com relação ao sujeito composto posposto ao verbo, expõem:

No caso do sujeito composto posposto ao verbo, passa a existir uma nova possibilidade de concordância: em vez de concordar no plural com a totalidade do sujeito, o verbo pode estabelecer concordância com o núcleo mais próximo. Convém insistir em que isso é uma opção, e não uma obrigação (CIPRO NETO; INFANTE, 2009, p. 478).

Esses autores também defendem a concordância do verbo com o sujeito da oração nos casos de voz passiva pronominal.

A *Folha de S. Paulo* (2007, p. 125) simplifica: “o verbo concorda em número (singular ou plural) e pessoa (1^a, 2^a ou 3^a) com o sujeito da oração”; “na voz passiva concorda com o sujeito: vendem-se casas” (*ibidem*, p. 126).

Podemos observar que houve unanimidade na descrição desse tópico da concordância verbal: o verbo fica no plural quando o sujeito posposto for simples plural ou estiver no plural na voz passiva sintética. No caso de posposição do sujeito composto, o verbo fica no plural ou concorda com o núcleo mais próximo.

4.3.1.2 Descrição e análise dos dados coletados

4.3.1.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

No *corpus*, foram coletados 71 exemplos de sujeito que favorecem o plural, dos quais 52 (73,24%) são referentes à concordância verbal com o sujeito posposto simples plural, 5 (7,04%) são de concordância do sujeito plural na voz passiva sintética e 14 (19,72%) correspondem às ocorrências com o sujeito posposto composto. Todos os exemplos registrados de voz passiva sintética foram referentes a orações com a forma verbal simples, tendo como apassivador o pronome *se*. Como no *corpus* foi registrado somente um caso de encontro verbal com sujeito na voz passiva sintética, decidimos não incluí-lo na pesquisa.

A tabela, a seguir, apresenta os dados referentes às ocorrências de concordância verbal com o sujeito posposto simples plural e o sujeito plural na voz passiva sintética.

TABELA 30
Concordância verbal: sujeito posposto simples plural e
sujeito plural na voz passiva sintética

sujeito	NG sim		NG não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
posposto simples plural	49	94,23	3	5,77	52	100
plural na voz passiva sintética	4	80	1	20	5	100

Com base nos dados, verificamos que, com o sujeito posposto simples plural, a frequência de usos que seguem os preceitos da NG (94,23%) foi amplamente superior à de desvio (5,77%), referente a 3 registros. Citamos um exemplo consoante e outro discordante da NG:

86. “[...] ao restante da população só cabe a resignação de permanecer trancada dentro de casa ou no trabalho até que saiam do papel as promessas de que será colocada ordem na Colônia Penal [...].” (*Correio do Estado*)

87. “Ora, para abafar o ruído da orgia de gastos com os cartões, bastaria algumas palavras formais.” (*Tribuna do Norte*)

Já com o sujeito plural na voz passiva sintética, apesar de o número de ocorrências ter sido pequeno, apenas 5 registros, 4 deles seguiram os preceitos da NG (80%), e 1 correspondeu ao uso não abonado pela tradição gramatical (20%). Vejamos um exemplo de cada fato:

88. “Montaram-se, para enfrentar e resistir ao avanço do comunismo, regimes militares que acabaram com instituições democráticas e levaram muitos países, inclusive o Brasil, a um período longo de autoritarismo.” (*Tribuna do Norte*)

89. “[...] se o ex-ministro Nelson Hubner [...] me garantir que não vai faltar energia, mas o Francisco Gomide se mostrar menos confiante do que ele, sairei correndo para comprar um pacote de velas (sou da antiga, da época em que se comprava velas).” (*Gazeta do Povo*)

O gráfico, a seguir, ilustra o total de registros de sujeito posposto simples plural e sujeito plural na voz passiva sintética (cf. TAB. 30).

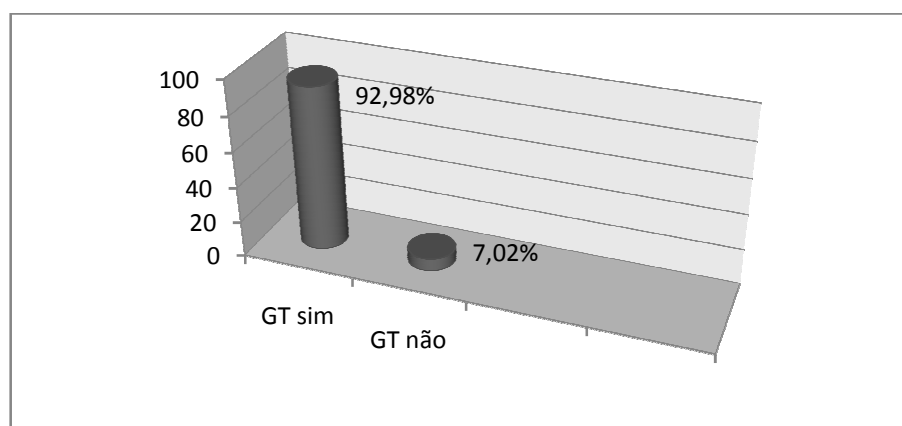


GRÁFICO 14 - Concordância verbal: sujeito posposto simples plural e sujeito plural na voz passiva sintética

Os dados revelam, nos dois casos em que o plural constitui a concordância verbal abonada pela NG, superioridade de usos consoantes à tradição gramatical (92,98% do total). Emprega-se atualmente, em textos do domínio jornalístico com certa monitoração da escrita, o verbo no singular em condições de pluralização, mas essa frequência é muito baixa (7,02%).

Esse resultado comunga com o que foi apurado na pesquisa de Lima (2003). Em textos escritos dos domínios técnico-científico e jornalístico, a pesquisadora registrou a frequência de 99,6% de casos de concordância verbal com sujeito posposto que seguiram os preceitos gramaticais. Quanto às ocorrências de voz passiva sintética com um núcleo verbal, houve 91,6% de casos concordantes com a tradição gramatical.

Com relação aos casos de sujeito posposto composto, que correspondem a 14 registros, em 12

(85,71%), o verbo ficou no plural. Houve somente 2 ocorrências (14,29%) de concordância verbal com o núcleo mais próximo. Eis um exemplo de cada um desses fatos:

90. “Agora que o Carnaval passou, sai de cena a exuberante Ivete Sangalo e voltam a aplicada aluna da ex-ministra Benedita da Silva, Matilde Ribeiro, e o baiano comedor de beiju, Orlando Silva.” (*A Tarde*)

91. “Mal sabe ela que, com este comportamento, perde a noção do viver democraticamente, pois lhe falta a referência, a baliza e o sentido de nação, e tais ausências, muitas vezes, são sentidas porque não se tem, claramente, o conceito de cidadania.” (*A Gazeta*, MT)

A superioridade da frequência com o verbo pluralizado, 85,71%, mostra que, com o sujeito posposto composto, a concordância mais usual na escrita com certo grau de monitoração é o verbo no plural, e não com o núcleo mais próximo.

4.3.1.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

Os 57 casos de concordância em que o verbo, segundo a tradição gramatical, teria de ficar no plural (52 ocorrências de sujeito posposto simples plural e 5 de sujeito plural na voz passiva sintética) podem ser assim discriminados conforme o gênero textual:

TABELA 31

Concordância verbal: sujeito posposto simples plural e sujeito plural na voz passiva sintética conforme o gênero do texto

gênero textual	GT sim		GT não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	7	100	-	-	7	100
editorial	10	100	-	-	10	100
carta do leitor	4	80	1	20	5	100
artigo	32	91,43	3	8,57	35	100

Podemos verificar que, nos textos dos gêneros notícia e editorial, houve total cumprimento dos preceitos da norma padrão. Embora o cumprimento desses preceitos também tenha sido amplamente significativo no artigo e na carta do leitor, ocorreram alguns desvios nesses gêneros, principalmente na carta do leitor (20%), fato que indica menor grau de monitoração da escrita nesse gênero em relação aos demais analisados. Esse resultado mostra que, no domínio jornalístico, quanto ao caso de concordância verbal em questão, o padrão culto em uso apresenta alta frequência de emprego do verbo no plural.

Quanto ao sujeito posposto plural, dos 14 exemplos, os 2 de emprego da forma verbal no singular (14,29%) ocorreram no artigo, o que mostra a grande preferência pelo plural nesse caso, independente do gênero textual.

4.4 Empregos diversos

Nesta seção, apresentamos algumas estratégias de uso da língua que oscilam entre empregos mais formais e menos formais. Abordamos os seguintes casos que foram analisados distintamente: emprego dos pronomes demonstrativos; emprego da forma verbal simples e do encontro verbal; emprego da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) e da expressão *a gente* na função de sujeito; e abreviações.

4.4.1 Emprego dos pronomes demonstrativos

Bechara (2009, p. 166, grifos do autor) assim define os pronomes demonstrativos:

São os que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso.

Esta localização pode ser no *tempo*, no *espaço* ou no *discurso*:

1ª pessoa: este, esta, isto

2ª pessoa: esse, essa, isso

3ª pessoa: aquele, aquela, aquilo

Nesta pesquisa, foram analisados os pronomes citados acima, bem como suas formas

pluralizadas (*estes, estas, esses, essas, aqueles, aquelas*) e contraídas com preposição (*neste, dessa, àqueles, naquelas, etc.*).⁵³

Cunha e Cintra (2008, p. 342) explicam que os pronomes demonstrativos são caracterizados fundamentalmente pela função dêitica, isto é, “capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo”. Exemplificam: “Lia coisas incríveis para **aquele lugar** e **aquele tempo**. (C. dos Anjos, DR, 105.)” (CUNHA; CINTRA, *loc. cit.*, grifos dos autores). Citam também a função anafórica e a catafórica desses pronomes, por meio das quais é possível indicar ao interlocutor o que foi mencionado ou o que ainda será.

4.4.1.1 Consulta às obras de referência gramatical

Quanto à localização espacial, as obras consultadas expõem que *este(a)(s)* e *isto* designam proximidade do referente de quem fala ou escreve; *esse(a)(s)* e *isso* denotam proximidade do referente de com quem se fala ou escreve; *aquele(a)(s)* e *aquilo* indicam que o referente está afastado das pessoas do discurso. Eis alguns exemplos apresentados por Cegalla (2007, p. 183, grifos do autor):

Compro **este** carro (aqui).
(O pronome **este** indica que o carro está perto da pessoa que fala.)

Compro **esse** carro (aí).
(O pronome **esse** indica que o carro está perto da pessoa com quem falo ou afastado da pessoa que fala.)

Compro **aquele** carro (lá).
(O pronome **aquele** diz que o carro está afastado da pessoa que fala e daquela com quem falo.)

É interessante registrar que o emprego dos pronomes demonstrativos quanto à localização espacial foi o único tópico de consenso entre as obras consultadas. Nos demais aspectos, houve bastante variação entre as abordagens dos autores.

⁵³ As gramáticas utilizadas como obras de referência nesta pesquisa apontam outros pronomes demonstrativos, como *o(s), a(s), próprio(s), própria(s), tal, tais, semelhante(s)*. Entretanto, tais pronomes não foram investigados, pois analisamos somente aqueles com os quais julgamos ocorrer mais dúvidas quanto ao seu emprego em uma situação de escrita mais monitorada.

Com relação à localização temporal, os pronomes *este(a)(s)* e *isto* indicam o tempo presente em relação ao produtor do texto; *esse(a)(s)* e *isso* designam tempo passado recente ou futuro próximo em relação ao produtor; *aquela(a)(s)* e *aquilo* denotam tempo passado distante ou vago⁵⁴. Os exemplos transcritos de Cipro Neto e Infante (2009, p. 287, grifos dos autores) ilustram o exposto:

Nestas últimas semanas, parece que o mundo mudou mais do que nos últimos séculos. [...]

Meu rendimento aumentou **nesses** meses.
(o emissor refere-se a meses que já passaram)
Meu rendimento aumentará **nesses** meses.
(o emissor refere-se a meses que virão) [...]

Naquela época, podia-se ir aos estádios e voltar vivo.

Bechara (2009) expõe que o pronome *este* pode ser usado em algumas expressões quando o tempo passado ou futuro estão relativamente perto do momento em que se fala. E exemplifica: “*Esta* noite (= a noite passada) tive um sonho belíssimo” (BECHARA, 2009, p. 188, grifo do autor). No entanto, como este foi o único autor dentre os consultados a fazer essa abordagem, não a consideramos como NG.

Especificamente com relação à forma pronominal *nisto*, Cegalla (2007, p. 365, grifos do autor) aponta-a como sinônimo de “*nesse momento, nesse entretempo*”⁵⁵. Cunha e Cintra (2008), também quanto ao emprego de *nisto*, expõem que tradicionalmente esse termo é usado na acepção de *nesse momento*, mas explicam que escritores modernos também usam *nisso*. Como se trata de um emprego mais restrito, não consideramos o uso de *nisto* especificamente conforme exposto pelos gramáticos, e sim de modo geral. Expressões como *por isso, isto é, nem por isso, além disso*, etc., entendidas por Cunha e Cintra (2008) como expressões fixas (cujo uso nem sempre corresponde ao seu sentido básico), foram analisadas de modo geral, de acordo com o contexto da construção linguística no texto. Diante disso, podemos perceber a complexidade envolvida na análise dos empregos dos pronomes demonstrativos, pois não há uma posição consensual entre as obras que explicitam as regras gramaticais.

Quanto à localização no próprio discurso, os pronomes demonstrativos *este(a)(s)* e *isto* referem-se ao que ainda será mencionado (antecipação), ao passo que os pronomes *esse(a)(s)*

⁵⁴ Bechara (2009) não expõe quanto ao emprego de *aquela(a)(s)* e *aquilo*.

⁵⁵ Única referência de tempo apontada por Cegalla (2007).

e *isso* retomam o que foi exposto (retomada)⁵⁶, conforme exemplificado pela *Folha de S. Paulo* (2007, p. 128-129): “A proposta do governador é esta: vender o banco.”, “Vender o banco. Essa é a proposta do governador.” No entanto, Cunha e Cintra (2008, p. 346, grifo nosso) explicitam que os pronomes *este*, *esta* e *isto* também são usados para retomar um termo, a saber: “*Este (esta, isto)* é a forma de que nos servimos para chamar a atenção sobre aquilo que **dissemos** ou que vamos dizer”. E exemplificam (CUNHA; CINTRA, *loc. cit.*, grifos dos autores):

– Justamente, traz uma comunicação reservada, reservadíssima; negócios pessoais.
Dá licença?
Dizendo isto, Rubião meteu a carta no bolso; o médico saiu; ele respirou.
(Machado de Assis, OC, I, 564.)

Minha tristeza é **esta** –
A das coisas reais.
(F. Pessoa, OP, 100.)

Semelhante à abordagem de Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009, p. 189) expõe: “No discurso, quando o falante deseja fazer menção ao que ele acabou de narrar (anáfora) ou ao que vai narrar (catáfora), emprega *este* (e flexões)”. Bechara (*loc. cit.*) problematiza a questão: “Há situações embaraçosas para o emprego do demonstrativo anafórico, isto é, aquele que se refere a palavras ditas ou que vão dizer dentro do próprio discurso (catáfora)”.

Diante das exposições desses gramáticos e da indefinição com a qual nos deparamos, decidimos considerar como NG o emprego de *este(a)(s)* e *isto* tanto para a retomada quanto para a antecipação.

Por fim, quando se quer aludir a dois termos já citados de forma específica, utiliza-se *aquele(a)* para retomar o que foi referido primeiramente, e *este(a)* para designar o termo mencionado por último⁵⁷. Transcrevemos o exemplo apresentado por Cunha e Cintra (2008, p. 349, grifos do autor): “A ternura não embarga a discrição nem **esta** diminui **aquela**. (Machado de Assis, OC, I, 1124.)”.

Além do emprego dos pronomes demonstrativos quanto à localização no espaço, no tempo e no discurso, Cunha e Cintra (2008) apresentam o uso desses pronomes com sentidos afetivos,

⁵⁶ Cegalla (2007) não aborda esse emprego dos pronomes demonstrativos.

⁵⁷ Bechara (2009) não aborda esse uso dos pronomes demonstrativos.

como na indicação de surpresa, espanto, admiração, apreço, indignação, pena, ironia, desprezo, sarcasmo: “Ainda mais **esta!** Onde estaria o padre? (A. Santos, P, 74.)”, “**Aquilo** é que são homens fortes. (Ferreira Castro, OC, I, 154.)” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 351, grifos dos autores). Porém, nesta pesquisa, não analisamos tais usos, pois entendemos que são recursos expressivos de emprego subjetivo, não devendo ser incluídos entre as construções convencionadas da língua. Bechara (2009, p. 167) ratifica essa diversidade de empregos das formas pronominais em questão: “Nem sempre se usam com este rigor gramatical os pronomes demonstrativos; muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática”.

A fim de facilitar a comparação dos dados coletados com a NG, elaboramos uma síntese das recomendações do emprego dos pronomes demonstrativos com base nas obras de referência gramatical consultadas. Para a análise dos dados, utilizamos esta síntese:

Empregam-se os pronomes *este(a)(s)*, *isto* para indicar:

- * proximidade do referente de quem fala ou escreve (produtor);
- * tempo presente em relação ao produtor;
- * que o referente ainda será mencionado (antecipação);
- * que o referente já foi mencionado (retomada), conforme Cunha e Cintra (2008);
- * alusão ao último termo (em uma citação com dois termos).

Empregam-se os pronomes *esse(a)(s)*, *isso* para indicar:

- * proximidade do referente de quem se fala ou escreve (receptor);
- * tempo passado ou futuro próximos em relação ao produtor;
- * que o referente já foi mencionado (retomada).

Empregam-se os pronomes *aquela(a)(s)*, *aquilo* para indicar:

- * afastamento do referente das pessoas do discurso;
- * tempo passado distante ou vago em relação ao produtor;
- * alusão ao primeiro termo (em uma citação com dois termos).

4.4.1.2 Descrição e análise dos dados coletados

Apresentamos, a seguir, as ocorrências quanto ao emprego dos pronomes demonstrativos nesta pesquisa. Analisamos os dados e comparamos os registros coletados com a NG.

4.4.1.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

No *corpus*, foram registradas 408 ocorrências de emprego dos pronomes demonstrativos. A maioria dessas ocorrências, equivalente a 72,79% do total, refere-se ao uso desses pronomes para retomar um referente. Os outros dois casos mais recorrentes foram para indicar o tempo presente (7,84%) e proximidade do referente do produtor (6,86%). Não ocorreu registro de uso na indicação de proximidade do referente do receptor. Também não houve alusão ao primeiro e ao último termo em uma citação com dois termos, mas o pronome foi usado para aludir a um termo anterior, caso que denominamos *alusão a termo precedente*.

A tabela, a seguir, especifica as situações de uso dos pronomes demonstrativos ocorridas.

TABELA 32

Emprego dos pronomes demonstrativos: situações de uso

situações de uso dos pronomes demonstrativos	n.º	%
proximidade do referente do produtor	28	6,86
proximidade do referente do receptor	-	-
referente distante do produtor e do receptor	18	4,41
tempo presente	32	7,84
passado ou futuro próximos	9	2,21
passado distante ou vago	2	0,5
referente já mencionado (retomada)	297	72,79
referente será mencionado (antecipação)	8	1,96
alusão a termo precedente	14	3,43
TOTAL	408	100

Passamos, a partir de agora, à análise comparativa de cada situação de emprego dos pronomes demonstrativos com a norma gramatical, conforme exposto nas tabelas que se seguem. Também foram transcritos do *corpus*, para ilustrar o uso questão, dois exemplos de cada situação.

a) Proximidade do referente do produtor

TABELA 33

Emprego dos pronomes demonstrativos:
referente próximo do produtor

ocorrências	n.º	%
NG sim	28	100
NG não	-	-
TOTAL	28	100

Exemplos:

92. ““De repente, este não é o grupo que eu mereço trabalhar, assim como eu posso não ser o treinador ideal para eles. Mas não posso afirmar isso, porque seria transferir a responsabilidade’, afirmou Fonseca.” (*Correio Braziliense*)

93. “Nunca antes na história deste país as palavras valeram tão pouco.” (*Gazeta do Povo*)

b) referente distante do produtor e do receptor

TABELA 34

Emprego dos pronomes demonstrativos:
referente distante do produtor e do receptor

ocorrências	n.º	%
NG sim	18	100
NG não	-	-
TOTAL	18	100

Exemplos:

94. “Não sou nenhum expert na cozinha, mas tenho contato com a culinária mediterrânea. Se o governador nas próximas ‘aulas’ se aventurar ensinar como cozinhar pratos daquela parte do mundo, notará que o azeite de oliva é usado como adorno de pratos frios [...]” (*Diário do Pará*)

95. “Em missão oficial em nome do governo português [...], viajou para os Estados Unidos, para conhecer melhor o funcionamento da máquina administrativa [...]. Manteve encontro com o presidente daquele país, John Adams, e admirou a espontaneidade com que recebia as pessoas.” (*O Estado do Maranhão*)

c) tempo presente

TABELA 35

Emprego dos pronomes demonstrativos:

tempo presente

ocorrências	n.º	%
NG sim	32	100
NG não	-	-
TOTAL	32	100

Exemplos:

96. “Na noite do dia 7 de janeiro deste ano, assaltantes atacaram dois policiais sem farda que ocupavam uma viatura descaracterizada na Vila Jacy, em Campo Grande.” (*Correio do Estado*)

97. “A rodada deste domingo é chave para as intenções de nove times que ainda brigam por uma vaga no quadrangular final do turno.” (*Gazeta de Alagoas*)

d) passado ou futuro próximos

TABELA 36

Emprego dos pronomes demonstrativos:
passado ou futuro próximos

ocorrências	n.º	%
NG sim	4	44,44
NG não	5	55,56
TOTAL	9	100

Dentre os usos dos pronomes demonstrativos, este foi o caso em que o número de desvios da NG foi maior que o de consonância. Os 5 registros que não seguiram as recomendações da norma gramatical referem-se ao emprego dos pronomes *este(a)(s)* em vez de *esse(a)(s)*. Ilustramos o fato com um exemplo que segue a NG e outro de desvio:

98. “Muitos alertas e estudos já foram concluídos ao longo desses últimos anos sobre as ameaças de se ‘matar’ um dos rios ou bacias mais importantes do Estado.” (*A Gazeta*, AC)

99. “As equipes do Inter e Atalanta chegaram à final depois de passarem por Primavera e Nort Sport, respectivamente, nas semifinais realizadas na noite desta quinta-feira no Estádio Ribeirão.” (*Folha de Boa Vista*)

No último exemplo, como o jornal é uma edição de sábado/domingo, o uso de “desta” para se referir ao passado próximo constitui desvio de NG.

e) passado distante ou vago

TABELA 37

Emprego dos pronomes demonstrativos:
passado distante ou vago

ocorrências	n.º	%
NG sim	2	100
NG não	-	-
TOTAL	2	-

As 2 únicas ocorrências desse uso foram no gênero artigo, a saber:

100. “Sábado, caí de cara no chão da academia onde faço remo porque, após o exercício, costumo tomar uma sauna. E, naquele dia, a sauna estava de tal forma lotada que não havia um único lugar para eu me sentar.’[...]” (*A Tribuna*)

101. “Eis que um certo dia o dono de Hachi morreu subitamente, vítima de infarto, no meio de uma aula (ele era professor). Naquela noite, Hachi o aguardou na estação até que os portões fossem fechados.” (*A Tribuna*)

f) referente já mencionado (retomada)

TABELA 38

Emprego dos pronomes demonstrativos:
referente já mencionado (retomada)

ocorrências	n.º	%
NG sim	297	100
NG não	-	-
TOTAL	297	100

Exemplos:

102. “Tem atleta do Piauí que foi à Olimpíada que foi descoberto aqui e acabou saindo para outro lugar. Essa minha classificação serve para mostrar que o atleta não precisa sair, tem que apenas ter muita dedicação. Isso é importante para o atleta e para o Estado’, comenta.” (*Meio Norte*)

103. “Quase todos acabaram por serem implantados, a seu tempo, e de acordo com as possibilidades de financiamento público ou privado do país. Disto resultou um valioso patrimônio previdenciário [...]” (*Jornal do Tocantins*)

Conforme exposto, esse caso de uso dos pronomes demonstrativos foi o mais recorrente no *corpus* (cf. TAB. 32) e também o de maior dificuldade para a compilação da NG. Enquanto

Cipro Neto e Infante (2009) e a *Folha de S. Paulo* (2007) recomendam o uso de *esse(a)(s), isto* para retomar um termo, Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009) validam também o uso de *este(a)(s), isto* para indicar retomada. Em virtude dessa indefinição, consideramos ambas as formas como recomendadas pela NG.

Os usos linguísticos verificados no *corpus* desta pesquisa mostram essa variação de emprego do pronome demonstrativo na retomada, mas o número de ocorrências de *esse(a)(s), isso*, 242, é muito superior ao de *este(a)(s), isto*, 55 casos. O gráfico, a seguir, apresenta os dados percentuais.

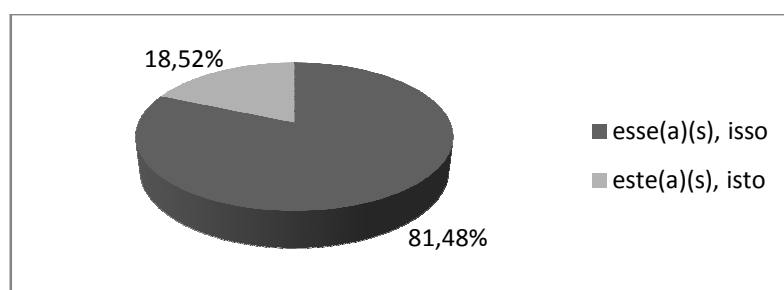


GRÁFICO 15 - Emprego dos pronomes demonstrativos com referente já mencionado (retomada)

Assim, a norma padrão em uso indica ampla preferência pelas formas pronominais *esse(a)(s), isso* para a retomada de referente (81,48%), fato que pode ser explicado pelo caráter anafórico desses pronomes. Lima (2003), ao analisar o emprego dos pronomes demonstrativos em textos escritos, obteve resultado semelhante ao apurado nesta pesquisa: 83,4% optaram pelas formas *esse(a)(s), isso* para a retomada de termo, e 16,6% preferiram o uso de *este(a)(s), isto*.

g) referente será mencionado (antecipação)

TABELA 39

Emprego dos pronomes demonstrativos:
referente será mencionado (antecipação)

ocorrências	n.º	%
NG sim	7	87,5
NG não	1	12,5
TOTAL	8	100

Nesse caso, houve 1 ocorrência de desvio da NG na qual foi utilizada a forma pronominal *esse* para indicar o que ainda seria mencionado, a saber:

104. “Nos cursos de Medicina, temos o monstro que resulta desse cruzamento de mensalidade lá em cima e qualidade aqui embaixo. [...]” (*A Tribuna*)

Os demais registros seguiram a NG, como no exemplo:

105. “Esta é a paisagem aciana vista de cima. De perto, emergem as curvas. José Serra é o tucano de maior prestígio e visibilidade, sendo a mais qualificada referência eleitoral das oposições.” (*Correio da Paraíba*)

h) alusão a termo precedente

TABELA 40

Emprego dos pronomes demonstrativos:
alusão a termo precedente

ocorrências	n.º	%
NG sim	14	100
NG não	-	-
TOTAL	14	100

Como já expusemos, não houve, no *corpus*, uma situação de alusão a dois termos citados, mas registramos 14 ocorrências em que foram usadas as formas pronominais *este(a)(s)* para aludir ao termo precedente. Transcrevemos dois exemplos:

106. “Há cânceres benignos e malignos, e estes se distinguem por sua variada gravidade.” (*A Tarde*)

107. “Milhares de pessoas ganharão com isso e precisamos pensar nestas e não em quem perdeu estacionamento e o rendimento caiu!” (*Tribuna do Norte*)

A análise dos dados permitiu-nos constatar que a maior parte dos casos de uso dos pronomes

demonstrativos, 402 registros, segue a tradição gramatical e apenas 6 constituíram desvio de NG. A frequência desses usos foi representada no gráfico a seguir.

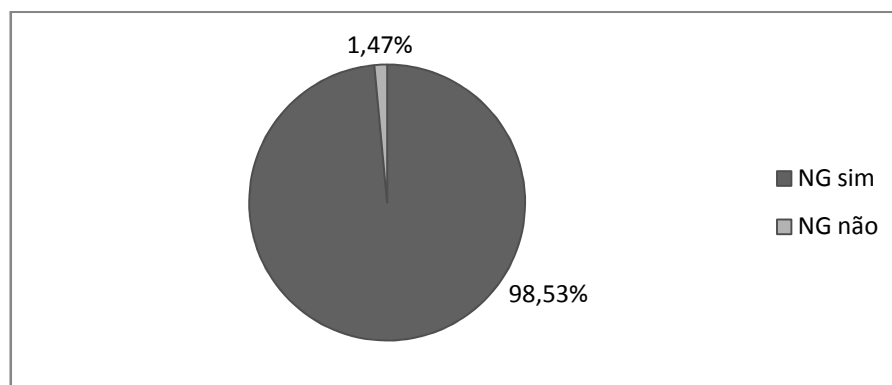


GRÁFICO 16 - Emprego dos pronomes demonstrativos: dados gerais

Outra constatação desta pesquisa foi o fato de que a frequência de usos indica preferência pelo pronome *esse(a)(s)* quando se quer retomar um termo citado (retomada).

4.4.1.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

Nesta seção, apresentamos os dados do emprego dos pronomes demonstrativos conforme os gêneros textuais analisados, a fim de comparar as ocorrências de usos em cada gênero com a NG. Como os dados já foram analisados na seção anterior, a abordagem é geral.

A tabela que se segue mostra os dados distribuídos por gêneros textuais.

TABELA 41

Emprego dos pronomes demonstrativos conforme o gênero textual

gênero textual	NG sim		NG não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	89	95,7	4	4,3	93	100
editorial	52	98,11	1	1,89	53	100
carta do leitor	35	100	-	-	35	100
artigo	226	99,56	1	0,44	227	100

Com relação ao emprego dos pronomes demonstrativos, os usos foram totalmente de acordo com a NG na carta do leitor. Embora a diferença de consonância com a NG seja muito pequena entre a carta (100%), o artigo (99,56%) e o editorial (98,11%), percebemos que, nesse uso linguístico, nossa hipótese foi contrariada, pois julgamos que os textos referentes à carta do leitor poderiam apresentar menor monitoração da escrita. O gênero que apresentou o maior desvio de NG, apesar de ser bastante reduzido (4,3%), foi a notícia. Como os temas das notícias selecionadas estavam relacionados com a informação de massa, ponderamos novamente que o público-alvo pode ter favorecido a ocorrência desses desvios, ainda que parcos. Ressaltamos que, quanto ao emprego dos pronomes demonstrativos, os desvios foram muito reduzidos (1,47% do total).

Analizamos, agora, a frequência dos usos dos pronomes *esse(a)(s)*, *isso* e *este(a)(s)*, *isto* na retomada de um termo, caso que tivemos dificuldade na compilação da NG devido às diferenças na descrição da regra gramatical. Vejamos os usos linguísticos:

TABELA 42

Emprego dos pronomes demonstrativos conforme o gênero textual:
referente já mencionado (retomada)

gênero textual	<i>esse(a)(s), isso</i>		<i>este(a)(s), isto</i>		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	33	68,75	15	31,25	48	100
editorial	31	77,5	9	22,5	40	100
carta do leitor	21	75	7	25	28	100
artigo	157	86,74	24	13,26	181	100

Com base nos dados da TAB. 42, podemos verificar que, em todos os gêneros investigados, houve maior frequência de uso dos pronomes *esse(a)(s)*, *isso* para retomar o referente. O maior índice desse fato foi registrado no artigo, e o menor, na notícia. Assim, podemos constatar que esse uso linguístico é uma tendência nos gêneros textuais analisados do domínio jornalístico.

4.4.2 Emprego da forma verbal simples e do encontro verbal

É comum, no ensino de Português, quanto ao emprego do futuro do presente e do pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo, prezar pelo uso da forma verbal simples em textos mais formais. Os encontros verbais, principalmente com o verbo *ir*, são considerados típicos da linguagem mais informal. Nesse sentido, *cantarei* e *cantara*, por exemplo, são formas verbais utilizadas em contextos com maior grau de formalidade, enquanto *vou cantar* e *havia/tinha cantado* (principalmente *tinha*), expressões a serem empregadas em contextos menos formais.

Nesta seção, investigamos esses usos do futuro do presente e do pretérito-mais-que-perfeito no domínio jornalístico. Trata-se de uma apuração da preferência do produtor do texto pela forma simples ou pelo encontro verbal, e não de julgamento de correção ou incorreção gramatical. É importante destacar que analisamos apenas os casos em que a forma verbal simples poderia ser substituída pelo encontro verbal e vice-versa.

4.4.2.1 Consulta às obras de referência gramatical

O emprego do futuro do presente com a forma verbal simples ou com o encontro verbal conforme a formalidade da situação não é abordado por Cegalla (2007), Bechara (2009) e *Folha de S. Paulo* (2007). O futuro do pretérito, nesse sentido, também não foi comentado por esses autores consultados.

Na exposição sobre as formas do futuro do presente simples, Cunha e Cintra (2008, p. 474, grifos dos autores) explicam: “Na língua falada o FUTURO SIMPLES é de emprego relativamente raro. Preferimos, na conversação, substituí-lo por locuções [...]”. Esses gramáticos deixam transparecer em seu discurso a antiga dicotomia de que a fala é informal e a escrita, formal, sem se considerar o grau de monitoração em que essas modalidades da língua se realizam. Ademais, apesar de se referirem à fala, Cunha e Cintra (2008, p. 475, grifos dos autores) apresentam somente exemplos de textos literários escritos, a saber: “ – **Vai casar** com o meu melhor amigo. (A. Abelaira, CF, 234.)”.

Cipro Neto e Infante (2009, p. 193, grifos dos autores) afirmam:

O futuro do presente simples é muito pouco usado na linguagem cotidiana. Em seu lugar, é normal o emprego de locuções verbais com o infinitivo, principalmente as formadas pelo verbo *ir*:

Vou chegar (em vez de **chegarei**) daqui a pouco.

Estes processos **vão ser** (em vez de **serão**) analisados pelo promotor.

Os usos do futuro do presente para expressar dúvida ou incerteza sobre fatos atuais, como na frase “**Será** Cristina quem está lá fora?”, exemplificado por Cipro Neto e Infante (2007, p. 193, grifo dos autores), e para modalizar o discurso, como “A confirmação da sua titularidade na China **deverá** ser confirmada nos próximos dias” (grifo nosso), exemplo transcrito do jornal *Meio Norte*, não foram analisados nesta pesquisa, pois, nesses contextos semânticos, não se substitui a forma verbal simples pelo encontro verbal.

Únicos autores que relacionam o uso do pretérito mais-que-perfeito com a formalidade, Cipro Neto e Infante (2009, p. 192) expõem: “Na linguagem do dia a dia, usa-se muito pouco a forma simples do pretérito mais-que-perfeito. É comum, entretanto, na linguagem formal e literária, bem como em algumas expressões cristalizadas (‘Quem me dera!’; ‘Quisera eu!’)”. Essas expressões cristalizadas não foram analisadas neste trabalho, pois seguimos o mesmo critério adotado para os casos do futuro: foram analisadas somente as ocorrências em que a forma verbal simples poderia ser substituída pelo encontro verbal e vice-versa, sem alteração do conteúdo semântico.

4.4.2.2 Descrição e análise dos dados coletados

4.4.2.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

Apresentamos, na sequência, o emprego do futuro do presente nos textos analisados. Inicialmente, é importante elucidar que analisamos o uso do verbo no futuro do presente na sua forma simples em duas situações:

* como único verbo na oração:

108. “Ela beneficiará as regiões mais pobres que consomem produtos dos grandes centros, como é o caso do Nordeste” (*Correio da Paraíba*);

* como verbo auxiliar em encontros verbais:

109. “Por esse motivo, a ‘guerra fiscal’ será combatida” (*Correio de Sergipe*).

A frequência de casos nessas duas situações – o verbo no futuro do presente apresenta-se na forma simples –, foi comparada com a frequência de casos em que a locução verbal referente ao futuro do presente é formada pelo verbo auxiliar *ir* + verbo no infinitivo, como no exemplo:

110. “Os dois jogadores vão vestir pela primeira vez a camisa estrelada” (*Super*).

No *corpus*, foram registradas 234 orações no futuro do presente. Dessas ocorrências, houve 120 casos (51,28%) em que a forma verbal simples foi o único verbo da oração, 52 (22,22%) em que a forma simples foi o verbo auxiliar no encontro verbal e 62 (26,5%) registros de locução formada pelo verbo *ir* + infinitivo. Conforme exposto, somamos o número de ocorrências da forma simples como único verbo da oração com o número de registros da forma simples em encontros verbais. Vejamos o gráfico referente a esses dados.

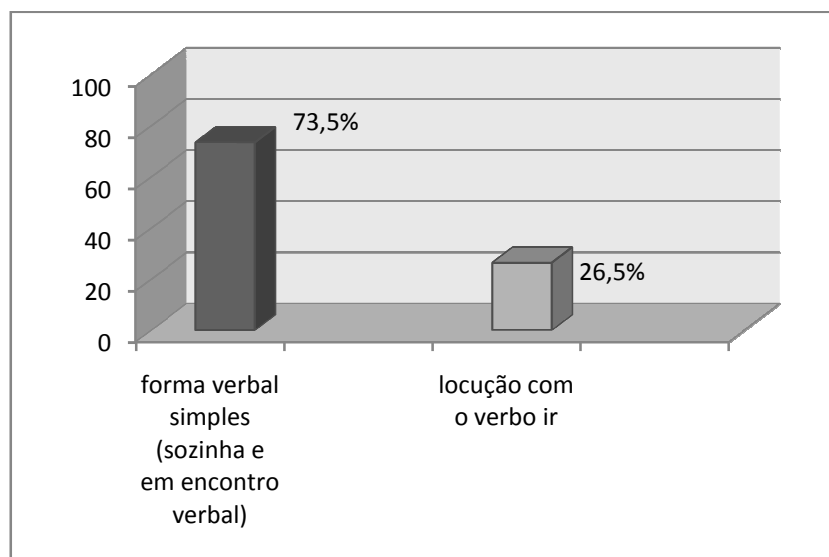


GRÁFICO 17 - Emprego do futuro do presente do indicativo

Fundamentados nos dados do gráfico, podemos verificar que, no futuro do presente do indicativo, a forma verbal simples é preferencial nos textos analisados do domínio jornalístico, com 73,5% das ocorrências. A locução com o verbo *ir*, comumente encontrada na linguagem coloquial, como apontam Cipro Neto e Infante (2009), ocorreu em 26,5% dos casos.

O resultado desta pesquisa quanto ao emprego do tempo verbal em questão destoa um pouco do que foi apurado por Lima (2003). Em textos dos domínios técnico, científico e jornalístico em conjunto, a pesquisadora registrou 92,4% de emprego do futuro com a forma verbal simples e 7,6% com a locução formada pelo verbo *ir*. Ela observa que grande parte das ocorrências com a forma verbal simples foi coletada na *Constituição da República Federativa do Brasil*, na qual não houve registro de locução com o verbo *ir*, ratificando a manutenção do vernáculo, caráter próprio dessa obra do domínio técnico. Comparando a aferição da frequência deste trabalho com a de Lima (2003), verificamos que, no domínio jornalístico, há maior abertura para as construções mais usadas na linguagem cotidiana, embora a forma simples do verbo, expressão mais tradicional, continue prevalecendo nesse domínio.

Passamos, agora, à análise dos registros com o pretérito mais-que-perfeito do indicativo. O gráfico que se segue mostra o percentual dos dados.

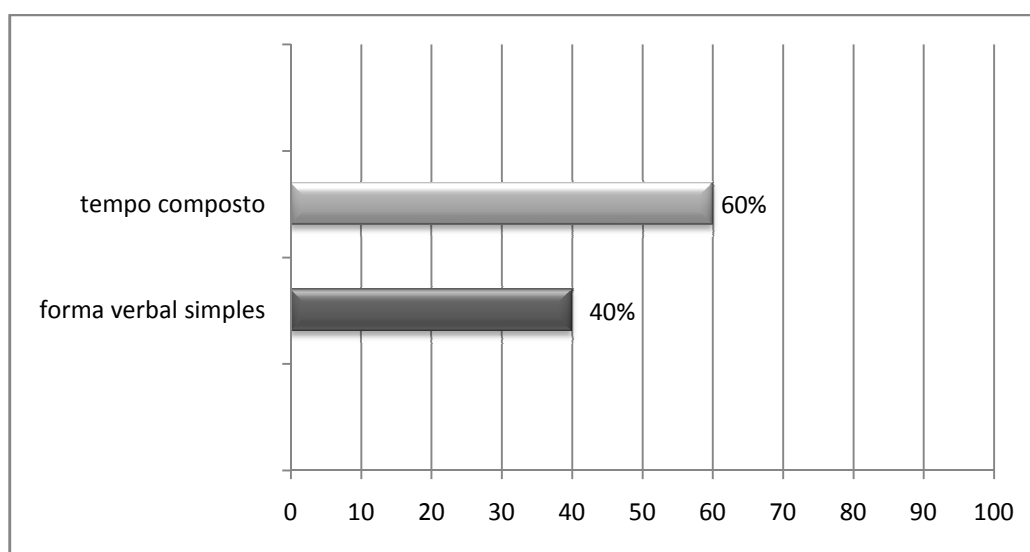


GRÁFICO 18 - Emprego do pretérito mais-que-perfeito simples e composto

O número de ocorrências com o pretérito mais-que-perfeito foi reduzido: apenas 20 registros. Desses, 8 casos (40%) referem-se ao uso desse tempo com a forma verbal simples, e 12 (60%), ao emprego do tempo composto (*havia* e *tinha* como verbos auxiliares). Transcrevemos um exemplo de cada uma dessas ocorrências:

111. “O zagueiro Gérson, que reconhecera a má forma física há uma semana, reconquistou seu espaço no time que começa jogando hoje.” (*Correio Braziliense*)

112. “No caso da região Centro-Oeste e Sudeste, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) havia proposto um nível mínimo de 61%.” (*Gazeta do Povo*)

A análise dos dados permite-nos afirmar que, no domínio jornalístico, a preferência de uso do pretérito mais-que-perfeito é pelo tempo composto, apontado por Cipro Neto e Infante (2009) como linguagem utilizada no dia a dia. Esse resultado opõe-se ao que foi apurado por Lima (2003), que registrou, nos textos dos domínios técnico, científico e jornalístico, 71,4% de preferência pelo tempo simples e 28,6% pelo composto. Em vista disso, podemos dizer que os textos do domínio jornalístico, quanto ao fato linguístico em pauta, apresenta uma variação maior da tradição gramatical, aproximando-se dos usos mais cotidianos da língua.

É interessante observar que, das 12 ocorrências com o tempo composto, em 9 registros, que corresponde a 75% desse total, o verbo auxiliar empregado foi o *haver* e, em 3 casos, 25%, o auxiliar foi o *ter*. Nesse sentido, percebemos que, quanto ao emprego do verbo auxiliar, a frequência diverge do uso cotidiano, visto que o uso deste verbo é considerado mais informal do que daquele.

4.4.2.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

As 234 ocorrências de emprego do verbo no futuro do presente assim se distribuem segundo o gênero textual:

TABELA 43
Emprego do futuro do presente conforme o gênero textual

gênero textual	forma verbal simples		locução com o verbo <i>ir</i>		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
	notícia	68	57,63	50	42,37	118
editorial	11	84,62	2	15,38	13	100
carta do leitor	11	73,33	4	26,67	15	100
artigo	82	93,18	6	6,82	88	100

Analisando os dados, podemos observar que a frequência da forma verbal simples, considerada pela NG como mais formal, foi predominante em todos os gêneros analisados. A maior frequência dessa forma verbal foi registrada no artigo (93,18%). Já na notícia, embora tenha prevalecido a forma simples (57,63%), o uso da locução com o verbo *ir*, expressão verbal que se aproxima da linguagem popular, foi muito significativo (42,37%).

A tabela, a seguir, refere-se aos 20 casos concernentes ao uso do pretérito mais-que-perfeito.

TABELA 44

Emprego do pretérito mais-que-perfeito conforme o gênero textual

gênero textual	simples		composto		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	1	11,11	8	88,89	9	100
editorial	-	-	-	-	-	-
carta do leitor	-	-	-	-	-	-
artigo	7	63,64	4	36,36	11	100

O emprego do tempo verbal em pauta ocorreu apenas nos gêneros notícia e artigo. Enquanto na notícia predomina o tempo composto (88,89%), uso considerado menos formal, no artigo, a preferência é pela forma simples (63,64%), uso consagrado pela tradição.

Diante desses resultados, podemos verificar que, nesta pesquisa, os textos do gênero notícia apresentam usos mais próximos aos da linguagem cotidiana, ao passo que os do gênero artigo são mais fiéis à tradição gramatical.

4.4.3 Emprego da 1ª pessoa do plural e da expressão *a gente* na função de sujeito

Podemos facilmente perceber, na linguagem do cotidiano, o uso da expressão *a gente*. Omena (2003, p. 66), em “estudo do tipo tendência⁵⁸ realizado com a variável de 1ª pessoa do plural mostrou que, em termos de porcentagem geral do uso das formas, a variante *a gente* continua

⁵⁸ Conforme Paiva e Duarte (2003, p. 17), o estudo do tipo tendência “compara amostras aleatórias da mesma comunidade de fala, estratificadas com base nos mesmos parâmetros sociais, em dois momentos do tempo”.

a predominar sobre a forma pronominal mais antiga [*nós*], na função de sujeito”. Por sua vez, Lopes (1998), em pesquisa com falantes cultos de três capitais de diferentes regiões do Brasil (Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre), verificou, de modo geral, que o emprego de *nós* é superior ao de *a gente* na fala culta.

Nesta seção, investigamos as ocorrências de uso da 1ª pessoa do plural e da expressão *a gente* na função de sujeito, a fim de verificar qual delas apresenta maior frequência em contextos com certa monitoração da escrita, como é o caso desta tese, modalidade linguística diferente da que foi investigada por Omena (2003) e Lopes (1998), trabalhos referentes à fala. Nesta pesquisa, coletamos também os registros de uso implícito das formas *nós* e *a gente*, marcadas pela desinência verbal (sujeito oculto ou desinencial⁵⁹). Entendemos que a desinência número-pessoal do verbo indica, ainda que implicitamente, a escolha pela forma de representação do sujeito.

4.4.3.1 Consulta às obras de referência gramatical

O pronome *nós*, referente à 1ª pessoa do plural, é abordado pelas obras de referência deste trabalho, exceto pela *Folha de S. Paulo* (2007), o que pode ser explicado pelo fato de esta não ser uma obra de caráter descritivo, pois trata-se de um manual de redação.

Bechara (2009, p. 164) expõe que o “plural *nós* indica *eu* mais outra ou outras pessoas [...]”. Na abordagem das formas de tratamento, Bechara (*ibidem*, p. 166) observa:

O substantivo *gente*, precedido do artigo *a* e em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, passa a pronome e se emprega fora da linguagem cerimoniosa. Em ambos os casos o verbo fica na 3ª pessoa do singular:
 “É verdade que *a gente*, às vezes, *tem* cá as suas birras” [AH.4, II, 158].

Ao abordar as fórmulas de representação da 1ª pessoa, Cunha e Cintra (2008, p. 310) explicam: “No colóquio normal, emprega-se *a gente* por *nós* [...]” e o verbo deve ficar na 3ª pessoa do singular. Cipro Neto e Infante (2009, p. 284) endossam que a expressão *a gente* é

⁵⁹ Segundo Cunha e Cintra (2008, p. 141), sujeito oculto (determinado) é “aquele que não está materialmente expresso na oração, mas pode ser identificado”. A identificação desse sujeito é feita pela desinência verbal ou pela referência do sujeito presente em outra oração do mesmo período ou de outro período.

mais usual na linguagem menos monitorada, e *nós*, na mais monitorada:

Na língua coloquial, utiliza-se com frequência a forma *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural, em geral com o verbo na terceira pessoa do singular:
Com o tempo, *a gente* aprende cada coisa!
Na língua formal, essa expressão é substituída por *nós*.

Cegalla (2007) explica o *nós* como pronome pessoal do caso reto, 1ª pessoa do plural, mas não menciona o termo *a gente*.

Diante do exposto, podemos dizer que a 1ª pessoa do plural – forma correspondente ao pronome *nós* – é utilizada em contextos mais monitorados, e a expressão *a gente*, em situações menos monitoradas.

4.4.3.2 Descrição e análise dos dados coletados

4.4.3.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

No *corpus*, foram coletados 197 casos de uso da 1ª pessoa do plural e da expressão *a gente* na função de sujeito. Desses, houve o emprego da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) em 193 registros e apenas 4 de *a gente* (todos de uso marcado dessa expressão).

O gráfico, a seguir, apresenta o percentual dessas ocorrências.

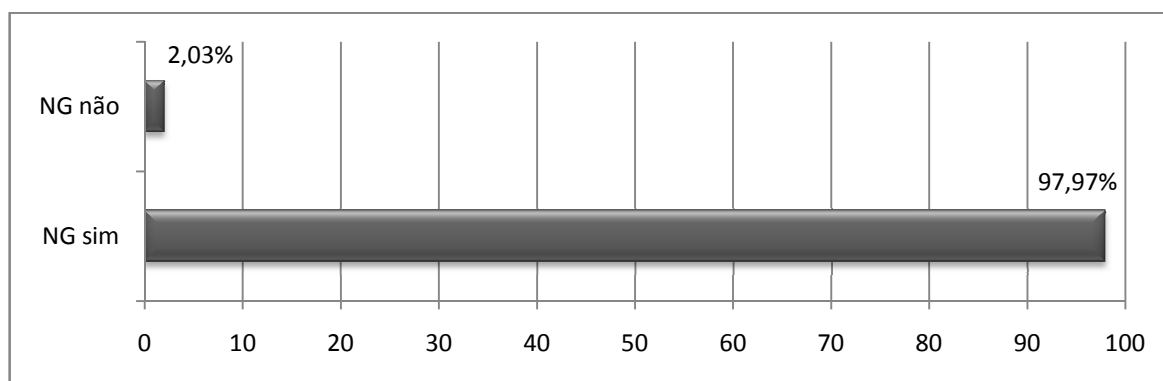


GRÁFICO 19 - Emprego da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) e da expressão *a gente* na função de sujeito

Os dados demonstram que, em textos com certo grau de monitoração da escrita, o uso da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) é amplamente superior ao da expressão *a gente*. Isso indica que, na escrita mais monitorada, há a predominância do emprego da forma tradicional, o que ocorre também na fala culta (cf. LOPES, 1998), mas ambos os casos diferem-se daqueles de fala espontânea, nos quais a forma inovadora *a gente* é mais usual (cf. OMENA, 2003).

É importante relatar que, dos 193 registros referentes ao uso clássico da 1ª pessoa do plural, somente em 7 ocorrências (3,63%), o pronome *nós* foi expresso. Se compararmos esses 7 casos (63,64%) com os 4 registros de uso de *a gente* (36,36%), ainda assim a preferência continua sendo pela forma pronominal *nós*. Transcrevemos dois exemplos de emprego expresso de *nós*:

113. “Nós condenamos a proposta, admitindo no máximo a ampliação do mandato presidencial para cinco anos [...]” (*Jornal do Comércio*)

114. “Todos os dias nós ouvimos relatos de problemas no trecho que segue para o Amazonas.” (*Folha de Boa Vista*)

Nas demais ocorrências (96,37%), o uso desse pronome foi identificado pela desinência número-pessoal do verbo. Eis dois exemplos:

115. “Assim, temos que ser cada vez mais otimistas.” (*Diário do Nordeste*)

116. “Como seguidores de Jesus Cristo, nunca podemos ser a favor do aborto que mata uma vida humana.” (*Meio Norte*)

Os 4 registros de *a gente* ocorreram no gênero notícia, em frases que representavam as declarações de entrevistados. Vejamos dois exemplos:

117. “‘O resultado em si parece magro demais. Mas nós precisávamos enfrentar um time como este de Guaraí que nos desse trabalho para a gente analisar o que precisa ser feito’, ressaltou o técnico.” (*Jornal do Tocantins*)

118. “[...] Mas a gente sabe que esse é o destino de quem se envolve com drogas [...].”
(*Tribuna do Norte*)

O fato de a expressão *a gente* ter ocorrido somente em declarações de entrevistados tende a sugerir que a retextualização escrita procurou manter a fidelidade do que foi dito pelo interlocutor, pois *a gente* é uma expressão típica da fala espontânea. Entretanto, ao analisarmos as demais declarações, verificamos que, em 48, que corresponde a 92,31% do total, houve a preferência pela 1ª pessoa do plural (45 não marcadas pela forma pronominal *nós*, equivalente a 93,75%, e 3 marcadas pelo pronome *nós*, correspondendo a 6,25%), dados que põem por terra a hipótese levantada. Dessa forma, constatamos que, até em uma situação que poderia ser mais comum o uso da expressão *a gente*, o emprego mais frequente foi da forma tradicional de representação da 1ª pessoa do plural. Transcrevemos dois exemplos:

119. “‘A briga vai ser boa. Queremos a liderança e eles também. Mas teremos nossa torcida a nosso favor’, decretou.” (*A Tarde*)

120. “‘Acreditamos que será possível a parceria com a prefeitura’, frisou Pinheiro.” (*Meio Norte*)

Quanto à concordância verbal com as formas de expressão da 1ª pessoa do plural, não registramos desvio. Também não houve silepse de número (concordância ideológica), ou seja, “concordância que se faz não com a forma gramatical das palavras, mas com o seu sentido, com a ideia que elas expressam” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 645), recurso linguístico que admite o emprego da expressão *a gente* com o verbo no plural, por essa expressão aludir a mais de uma pessoa. Isso indica que, em contextos com certo grau de monitoração da escrita, tal figura de linguagem não é utilizada.

Assim, podemos verificar que, quanto ao emprego das formas da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) e da expressão *a gente* na função de sujeito, no padrão culto escrito em uso nos gêneros textuais analisados nesta pesquisa, a tradição gramatical continua prevalecendo, pois o índice de uso da 1ª pessoa do plural foi muito superior ao do emprego da forma inovadora *a gente*.

4.4.3.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

A tabela, a seguir, mostra as 197 ocorrências de uso da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo emprego de *nós*) e de *a gente* na função de sujeito, discriminadas conforme o gênero textual.

TABELA 45

Emprego da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) e da expressão *a gente* na função de sujeito conforme o gênero textual

gênero textual	<i>nós</i>		<i>a gente</i>		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	47	92,16	4	7,84	51	100
editorial	7	100	-	-	7	100
carta do leitor	20	100	-	-	20	100
artigo	119	100	-	-	119	100

A TAB. 45 mostra que, nos gêneros editorial, carta do leitor e artigo, todas as ocorrências (100%) correspondem ao emprego da 1ª pessoa do plural (representada ou não por *nós*). Como mencionamos, os 4 casos de uso da expressão *a gente* encontrados no *corpus* foram registrados na notícia, em declarações de entrevistados. Entretanto, mesmo nesse gênero, a frequência da 1ª pessoa do plural (92,16%) foi amplamente superior ao de *a gente* (7,84%). Isso mostra a manutenção da forma tradicional da 1ª pessoa do plural nos textos escritos analisados do domínio jornalístico, sejam os produzidos em situações mais monitoradas, como o editorial, sejam os de contextos um pouco menos monitorados, como a carta do leitor.

4.4.4 Abreviação

Nesta seção, apresentamos três diferentes formas de abreviação – abreviatura, sigla e símbolo – e seu uso nos textos do domínio jornalístico. No livro *Português Instrumental*, Martins e Zilberknop (2003, p. 523, grifos das autoras) definem abreviação como “um

conceito genérico que abrange a *abreviatura*, a *sigla* e o *símbolo*”. As autoras assim diferenciam os três tipos de abreviação: a abreviatura “é a redução (seguida de ponto) através da letra inicial, das sílabas iniciais ou das letras iniciais, médias ou finais. Exemplos: Dec. (decreto); Sr. (senhor); S.A. (Sociedade Anônima)” (MARTINS; ZILBERKNOP, *loc. cit.*); a sigla “é formada pelas letras ou sílabas iniciais dos nomes próprios. Na sigla, não se usa ponto abreviativo. Ela pode, entretanto, formar palavras derivadas. Exemplos: CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), [...] PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro S.A.)” (MARTINS; ZILBERKNOP, 2003, p. 523-524); o símbolo “é um sinal que representa uma palavra. É usado sempre no singular e sem ponto abreviativo. Exemplos: m (metro); g (grama); h (hora); min (minuto)” (*ibidem*, p. 524, grifos das autoras).

É importante elucidar que a concepção de *abreviação* abordada neste trabalho diferencia-se da *abreviação vocabular* que

[...] consiste na eliminação de um segmento de uma palavra a fim de se obter uma forma mais curta. Ocorre, portanto, uma verdadeira truncação, obtendo-se uma nova palavra cujo significado é o mesmo da palavra original [...]:
 cinematográfico → cinema → cine
 pneumático → pneu
 otorrinolaringologista → otorrino [...] (CIPRO NETO; INFANTE, 2009, p. 112-113).

Em duas das obras de referência gramatical consultadas, a de Bechara (2009) e a de Cunha e Cintra (2008), apesar de não abordarem a escrita das abreviaturas e dos símbolos, incluem as siglas como um caso de abreviação vocabular no processo de formação de palavras. Já Cipro Neto e Infante (2009) abordam abreviação vocabular e siglas como casos diferentes no processo de formação de palavras. Diferente do que é realizado por esses autores, Cegalla (2007) aborda os três tipos de abreviação separadamente do processo de formação de palavras e dedica um capítulo exclusivamente à abreviação. Tratamos o tema, adotando os critérios de sistematização apresentados por Cegalla (2007).

4.4.4.1 Consulta às obras de referência gramatical

De acordo com Cegalla (2007, p. 87, grifos do autor), abreviatura é “a representação escrita abreviada de uma palavra ou expressão. Exemplos: *R.* (Rua), *Av.* (Avenida), *ed.* (edição), *loc.*

adv. (locução adverbial)”.

Quanto às abreviaturas, Cegalla (2007, p. 87) expõe: “Em geral, a abreviatura termina por consoante seguida de ponto final”. A *Folha de S. Paulo* (2007, p. 50) não explicita como as abreviaturas devem ser escritas, mas recomenda: “Seu uso deve ser evitado em textos. Não invente abreviaturas”. E apresenta uma tabela com as abreviaturas mais usadas, que condizem com o que é exposto por Cegalla (2007). Este gramático acrescenta: “Mantêm-se os acentos nas abreviaturas. Exemplos: *gên.* (gênero), *séc.* (século)”. E explica ainda: “Os designativos de nomes geográficos devem ser escritos por extenso: *São Paulo* (e não S. Paulo), *Santo Amaro* (e não S. Amaro), *Dom Joaquim* (e não D. Joaquim), etc.” (CEGALLA, 2007, p. 87, grifos do autor). Com relação à abreviatura de *Dom*, Bechara (2009, p. 166) contraria a posição de Cegalla (2007): “Usa-se *Dom*, abreviadamente *D.*, junto ao nome próprio: D. Afonso, D. Henrique, D. Eugênio [...]”. Cunha e Cintra (2008, p. 307) ratificam a posição de Bechara (2009): “[emprega-se] o título Dom (escrito abreviadamente D.), para os membros da família real ou imperial, para os nobres, para os monges beneditinos e para os dignitários da Igreja a partir dos bispos”. A *Folha de S. Paulo* (2007, p. 61) valida o uso de *d.* ou *dom*. As demais obras consultadas não abarcam a grafia da abreviatura nem a escrita dos símbolos.

As siglas são abordadas por todas as obras de referência gramatical consultadas. Dentre elas, a *Folha de S. Paulo* (2007, p. 98-99, grifos dos autores) é a que apresenta as especificidades da escrita das siglas:

Na **Folha**, observe a seguinte padronização:

- 1) Não use pontos: **ONU** e não **O.N.U.**;
- 2) escreva por extenso seu significado, de preferência logo após a primeira menção: O filme vai ser exibido no **MIS (Museu da Imagem e do Som)**. Exceção: quando a sigla for consagrada;
- 3) use apenas letras maiúsculas para sigla com até três letras: **UD, CIA, ONU**. Atenção, porém: alguns nomes, como *Efe* (a agência de notícias espanhola) e *Fed* (o banco central norte-americano), parecem siglas, mas não são;
- 4) use maiúscula apenas na primeira letra de siglas com mais de três letras que possam ser lidas sem dificuldade como uma palavra: **Unesco, Banespa, Petrobras, Sudene, Sesc**;
- 5) use apenas letras maiúsculas para sigla que exija leitura letra por letra: **FGTS, SBPC, DNER**;
- 6) há algumas exceções consagradas, como **CNPq, UnB, MoMA**;
- 7) se precisar formar plural, acrescente s minúsculo: **TVs, CDs, CD-ROMs**.

Cegalla (2007, p. 87) expõe que a sigla é “formada com as letras iniciais de nomes de entidades, associações, organismos administrativos, empresas, partidos políticos, etc.: QC

(Quartel-General), FAB (Força Aérea Brasileira) [...]”. E explica:

Na prática, eliminam-se, modernamente, os pontos abreviativos nas siglas, cuja finalidade, aliás, é poupar tempo e espaço. Por serem práticas e cômodas, as siglas vão se multiplicando cada vez mais na língua de hoje e até passam a funcionar como substantivos: o Senai, o CEP, a Funai, a TV, a Petrobrás, a Vasp, etc. (CEGALLA, 2007, p. 87).

Quanto à pluralização das siglas, a recomendação exposta pela *Folha de S. Paulo* (2007) condiz com a de Cegalla (2007, p. 149, grifos do autor): “Pluralizam-se as siglas acrescentando-lhes um *s* minúsculo: os *CDs*, os *HPs*, os *PMs*, as *ONGs*, as *Ufirs*”.

Bechara (2009, p. 371, grifos do autor) apresenta somente alguns exemplos de siglas, todos referentes ao uso de letras maiúsculas, a saber:

ONU (Organização das Nações Unidas)
 PUC (Pontifícia Universidade Católica)
 UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
 USP (Universidade de São Paulo)
 PT (Partido dos Trabalhadores)
 Destas abreviaturas se derivam, mediante sufixos: *puquiano*, *uergiano*, *uspiano*, *petista*, etc.

Cunha e Cintra (2008, p. 130, grifo dos autores) expõem: “Também moderno – e cada vez mais generalizado – é o processo de criação vocabular que consiste em reduzir longos títulos a meras SIGLAS, constituídas das letras iniciais das palavras que também os compõem”. Assim como Bechara (2009), Cunha e Cintra (2008) exemplificam somente as siglas que são escritas com letras maiúsculas. Tal fato também é observado na obra de Cipro Neto e Infante (2009, p. 113, grifos dos autores), a saber:

As siglas são formadas pela combinação das letras iniciais de uma sequência que constitui um nome:
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas [...]

Com relação aos símbolos, Cegalla (2007, p. 87, grifos do autor) expressa: “Os símbolos científicos [...] se grafam sem ponto e, no plural, sem *s*: *m* (metro ou metros), *h* (hora ou horas), *10h30min* (dez horas e trinta minutos)”. Da mesma forma que ocorre com as abreviaturas, a *Folha de S. Paulo* (2007) não expõe como os símbolos são grafados, mas os

exemplos apresentados também condizem com o que é apresentado por Cegalla (2007), exceto quanto à escrita de horário, que será explicitado na análise dos símbolos.

4.4.4.2 Descrição e análise dos dados coletados

4.4.4.2.1 O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico

No *corpus*, foram coletadas 374 ocorrências acerca das abreviações. Dessas, 12 casos (3,21%) correspondem ao emprego de abreviaturas; 314 (83,96%), ao uso de siglas; e 48 (12,83%), ao de símbolos. Analisamos, a seguir, a caracterização dos usos de cada tipo de abreviação.

Caso de menor ocorrência nos textos analisados, as abreviaturas assim se configuram quanto à norma gramatical:

TABELA 46

Emprego das abreviaturas

ocorrências	n.º	%
NG sim	10	83,33
NG não	2	16,67
TOTAL	12	100

Como podemos observar, a maioria dos registros de abreviatura seguiu a NG. Em todos os casos, o ponto finaliza a abreviatura. Eis dois exemplos:

121. “Pe. Aluísio Ricardo Aleixo de Sousa – Teólogo” (*Meio Norte*)

122. “Pena que o cardeal arcebispo não tenha defendido com a mesma eloquência as investigações de outros episódios escandalosos ocorridos aqui mesmo na Bahia, tais como resultados de eleições fraudadas, [...] o endividamento criminoso da Ebal, etc. Pena que o cardeal [...]” (*A Tarde*)

Apesar de ser ter sido o único caso de término do período com palavra abreviada, o exemplo anterior mostra que o ponto abreviativo tem dupla função: marcar a abreviatura e funcionar como ponto final do período.

Outro exemplo de abreviatura que merece ser comentado é o que foi registrado com nome próprio:

123. “Enquanto o Federal Reserve (o BC dos EUA) decepcionou os juros, George W. Bush enviou rapidamente para o Congresso um pacote de socorro de US\$150 bilhões.” (*Gazeta de Alagoas*)

Esse exemplo, embora também seja único, aponta que, em nomes próprios, o primeiro e o último não são abreviados; abrevia-se, pelo exemplo, somente o nome intermediário.

Os 2 registros de desvio da NG foram:

124. “Eu, geralmente, sou otimista, mas em relação às mudanças na Av. Bernardo (*sic*) Vieira, considerando o que já vi em outros lugares, como por exemplo, a Av. Santo Amaro em S. Paulo, acredito que o resultado não deve ser bom.” (*Tribuna do Norte*)

125. “A recente fusão entre a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e a BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), que resultou na BM&FBovespa SA – entre as quatro maiores do mundo (e a segunda das Américas) em valor de mercado, concentra 80% do volume [...]” (*Folha de S. Paulo*)

O desvio de NG registrado neste exemplo (coletado no texto do gênero artigo) consiste na ausência de ponto abreviativo em “SA”, uso que contraria a recomendação da *Folha de S. Paulo* (2007); naquele, o desvio corresponde a abreviar expressão designativa de nomes geográficos, uso divergente da exposição de Cegalla (2007).

Quanto ao emprego das siglas, tipo de abreviação com o maior número de exemplos registrados, as ocorrências, comparadas com a NG, configuram-se como apresentadas na tabela a seguir:

TABELA 47
Emprego das siglas

Ocorrências	n.º	%
NG sim	314	100
NG não	-	-
TOTAL	314	100

De acordo com os dados, todos os casos de emprego de siglas foram consoantes às recomendações da NG. Transcrevemos dois exemplos:

126. “O INSS segue sendo a maior seguradora da América Latina, com 32 milhões de segurados contribuintes e quase 25 milhões de beneficiários [...]” (*Jornal do Tocantins*)

127. “A final do XII Campeonato de Futebol de Campo Sub-20 da Liga de Futebol Amador do Estado de Roraima (Lifaer) será disputada na tarde deste sábado no estádio Ribeirão, entre as Equipes do Internacional x Atalanta.” (*Folha de Boa Vista*)

Na análise dos exemplos, podemos observar que não se usa ponto na sigla, ausência comprovada em todos os 314 casos. As siglas foram grafadas com letras maiúsculas sem ponto, como naquele exemplo, e apenas com a inicial maiúscula quando podiam ser lidas como palavras, como neste exemplo.

Verificamos ainda que, em todos os casos em que a sigla se refere a uma expressão utilizada somente no plural, esta fica sem a marca da pluralização. Exemplo:

128. “Qual a ideologia e os ideais das Farc⁶⁰?” (*Meio Norte*)

Correspondendo a uma palavra no plural, à sigla foi acrescentado um *s* minúsculo, a saber:

129. “É louvável a iniciativa da Polícia Federal (PF) em tentar desarticular o comércio de CDs e DVDs piratas em Porto Velho, em operações realizadas no ano passado, quando foram apreendidos (*sic*) centenas de discos e presas várias pessoas.” (*O Estadão*)

⁶⁰ Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

Na sequência, apresentamos a tabela com os casos correspondentes ao uso de símbolos.

TABELA 48
Emprego dos símbolos

ocorrências	n.º	%
NG sim	37	77,08
NG não	11	22,92
TOTAL	48	100

Nesse tipo de abreviação, a maioria das ocorrências também seguiu as recomendações da NG quanto à grafia. Os símbolos foram escritos com letra minúscula, sem ponto e sem marcação de plural. Apresentamos dois exemplos:

130. “O corpo estava em um ponto de escoamento de águas pluviais, a 5km da casa de Uiliam.” (*Correio Braziliense*)

131. “No jogo contra o Brusque, às 18h10min, no Estádio Augusto Bauer, a missão é a de permanecer em busca do título do turno.” (*Diário Catarinense*)

Os 11 casos de desvio da NG correspondem à indicação de hora seguida de minuto, pois neles não houve a grafia do símbolo referente ao minuto, como no exemplo:

132. “O Seletivo Nacional de Judô começou ontem às 9h30, cujos resultados das três primeiras rodadas foram: Rafael Pontes (PB) venceu Ariano Felipe Queiroz (RO) por Ipon.” (*O Estadão*)

Apenas em 2 casos – um deles já citado, o exemplo 131 – a NG foi seguida. No entanto, é importante considerar o domínio discursivo, no caso, o jornalístico, pois a *Folha de S. Paulo* (2007, p. 73, grifos dos autores), no *Manual da Redação*, expõe a seguinte padronização:

- 1) o *dia* começa à 0h e termina às 24h, ou meia-noite. A *madrugada* vai da 0h às 6h; a *manhã*, das 6h às 18h; a *tarde*, das 12h às 18h; a *noite*, das 18h às 24h;
- 2) não use *m* para abreviar minutos (*m* é abreviatura de *metro*). Não abrevie o termo *minutos* no registro de horário: **12h45**. Em cronometragem esportiva, use as abreviaturas *min* e *s* (milésimos de segundo dispensam abreviatura): **O corredor**

completou a prova em 2h10min36s356, quase dois minutos à frente do segundo colocado [...].

Nesse caso, houve diferenças entre o que prescreve a NG e o que se recomenda usar especificamente no domínio em pauta. Dessa forma, os desvios da tradição gramatical correspondem ao cumprimento da norma de padronização sugerida pelo manual de um dos jornais mais vendidos no Brasil.

O gráfico, a seguir, apresenta o percentual dos casos de abreviação consoantes e discordantes da NG (cf. TAB. 46,47 e 48).

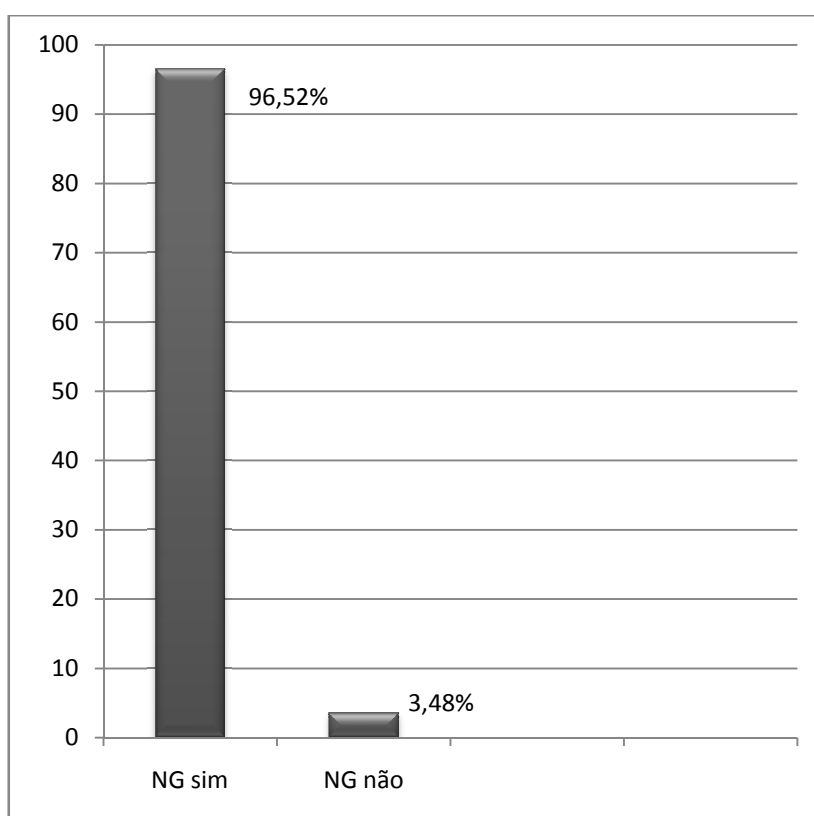


GRÁFICO 20 - Emprego dos tipos de abreviação: dados gerais

Podemos constatar que a frequência dos usos que seguem a tradição gramatical é amplamente superior a dos desvios. Um dos fatores que motivaram a pesquisa acerca da abreviação foi justamente a variação percebida no cotidiano da grafia de alguns usos, por exemplo, *horas* (*h*, *hs*, *hs.*, *hrs*, *hrs.*). Contudo, esta investigação indica que, em contextos com certa monitoração de escrita, os preceitos gramaticais quanto à abreviação continuam prevalecendo com um percentual muito alto de frequência de usos (96,52%).

4.4.4.2.2 O padrão culto escrito em uso e os gêneros textuais do domínio jornalístico

No *corpus* desta pesquisa, dos 374 casos de abreviação, 185 (49,47%) foram coletados no gênero notícia; 40 (10,69%) registros, no editorial; 45 (12,03%), na carta do leitor; e 104 (27,81%), no artigo.

A tabela, a seguir, mostra as ocorrências de abreviação consoantes e discordantes da NG, separadas conforme o gênero textual.

TABELA 49

Emprego das abreviações conforme o gênero textual

gênero textual	NG sim		NG não		TOTAL	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
notícia	174	94,05	11	5,95	185	100
editorial	40	100	-	-	40	100
carta do leitor	44	97,78	1	2,22	45	100
artigo	103	99,04	1	0,96	104	100

Como podemos observar, no editorial, todos os casos registrados estão de acordo com a NG. A segunda maior frequência de concordância com a NG foi verificada no artigo (99,04%), seguida da carta do leitor (97,78%), sendo muito pequena a diferença entre esses percentuais de frequência. A notícia foi o gênero em que se constatou maior desvio de NG. Mesmo assim, o índice de cumprimento da NG foi muito superior ao de desvio. Vale ressaltar que os 11 casos de desvio da NG na notícia foram referentes à escrita de horário quando há indicação de horas e minutos, pois foi seguida a grafia recomendada pelo *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2007), orientação que difere da norma gramatical.

Isso exposto, podemos constatar que a abreviação, nos gêneros analisados, obedece, na maioria das ocorrências, à grafia recomendada pela tradição gramatical, exceto quanto à grafia de horário com a indicação de horas e minutos, que segue uma escrita peculiar do domínio jornalístico.

5 RESULTADO GERAL DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos o resultado geral dos fatos linguísticos investigados, que corresponde ao padrão culto escrito em uso nos gêneros textuais analisados do domínio jornalístico. Em seguida, comparamos esse padrão culto escrito com a norma padrão descrita pelas obras de referência gramatical consultadas (NG), a fim de verificar a frequência de concordância e de desvio entre esses dois padrões linguísticos: o que está em uso nos jornais com o de tradição gramatical. Por fim, apresentamos os dados separados conforme o gênero textual.

5.1 Dados gerais

No *corpus*, foram registradas 2006 ocorrências, discriminadas conforme o fato linguístico investigado:

- * 534 exemplos referentes à colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos (437 em orações com a forma verbal simples e 97 em encontros verbais);
- * 63 de regência verbal;
- * 105 ocorrências de emprego da preposição (12 com o determinante do sujeito de um verbo no infinitivo e 93 em que o pronome relativo deveria ser preposicionado, segundo a NG);
- * 71 de concordância verbal (52 referentes ao sujeito posposto simples plural, 5 com o sujeito plural na voz passiva sintética e 14 com o sujeito posposto composto);
- * 408 casos de emprego dos pronomes demonstrativos;
- * 254 referentes ao emprego da forma verbal simples ou do encontro verbal;
- * 197 casos de emprego da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) e da expressão *a gente* na função de sujeito;
- * 374 de abreviações.

A tabela, a seguir, apresenta os dados percentuais das ocorrências de cada fato linguístico analisado, discriminados em *consoantes à norma gramatical* (NG sim) e *discordantes dessa norma* (NG não).

TABELA 50

O padrão culto escrito em uso no domínio jornalístico em relação à norma padrão

fato linguístico	NG sim (%)	NG não (%)
colocação pronominal (com a forma verbal simples) ⁶¹	78,36	21,64
pronome demonstrativo	98,53	1,47
regência verbal	82,54	17,46
concordância verbal	92,98	7,02
pronome relativo preposicionado	86,02	13,98
abreviação	96,52	3,48

Como podemos observar, o número de ocorrências coincidentes com a NG foi superior em todos os fatos linguísticos investigados. O maior índice de coincidência com a NG, correspondendo a 98,53% de concordância, refere-se ao emprego dos pronomes demonstrativos, que pode ser explicado pela dificuldade de se definir a NG de certos usos, principalmente devido ao caráter dual de emprego de *esse(a)(s),isso* e *este(a)(s),isto* na retomada de um termo. O índice de menor coincidência corresponde à colocação pronominal, 78,36%. Como a preferência do uso pronominal no Brasil é a próclise, alguns empregos proclíticos configuram-se como desvio da norma gramatical.

Analisando os dados, podemos verificar que o padrão culto escrito em uso continua seguindo a tradição gramatical, pois o percentual de consonância com a norma padrão é majoritário em todos os casos. Porém, o índice de desvio dessa norma aponta variação no padrão culto escrito em uso se comparado com a tradição gramatical.

Alguns usos investigados não foram abordados nessa análise de concordância ou desvio da NG na forma percentual conforme mostrado na TAB. 50. Por isso, descrevemos as principais tendências (manutenção ou variação da norma padrão) sugeridas pela análise dos dados:

* desuso da colocação mesoclítica do pronome, fato indicado pela nulidade de ocorrência, tanto com a forma verbal simples quanto em encontros verbais;

⁶¹ Nessa tabela, não foi considerado o uso facultativo de colocação do pronome. Dessa forma, foram computados apenas os registros de próclise e de ênclise (cf. TAB. 2 e 6).

- * a atração vocabular é a principal condição motivadora para o uso proclítico do pronome oblíquo com a forma verbal simples, pois, em 95,9% dos registros de próclise com essa forma verbal, houve palavra atrativa (cf. TAB. 3);
- * na ausência de palavras atrativas, a preferência registrada é para o uso proclítico (80% das ocorrências), dado que contraria o emprego clássico da ênclise e corrobora a preferência de uso no Brasil pela anteposição do pronome ao verbo (cf. GRAF. 2);
- * alguns casos de desvios de ênclise apontam situações não descritas pela NG e que podem favorecer a próclise, como a presença de pronome pessoal do caso reto (72,73%) e da conjunção coordenativa aditiva (68,75%) (cf. TAB. 9);
- * no início de período, o emprego da ênclise é amplamente majoritário (97,06% das ocorrências), fato que comprova a força da tradição gramatical (cf. GRAF. 1);
- * uso enclítico do pronome no início de oração que não abre o período e sem condição motivadora para a próclise (75% dos casos), dado que corrobora a NG (cf. GRAF. 3);
- * preferência pela ênclise em caso de pausa entre a palavra atrativa e o verbo (59,1% dos exemplos – cf. TAB. 10), principalmente entre a expressão adverbial e o verbo (78,57% de uso enclítico do pronome);
- * em caso de gerúndio sem a preposição *em*, permanece a tradição gramatical de emprego da ênclise (78,57% dos registros) (cf. TAB. 11);
- * embora a colocação dos pronomes *o(a)(s)* com o infinitivo não flexionado tenha sido considerada facultativa (ênclise ou próclise) na compilação da NG, os dados demonstram preferência pela ênclise em ocorrências com ou sem preposição (94,12% e 100%, respectivamente) (cf. GRAF. 4 e 5);
- * os dados indicam que os pronomes *me, se, lhe(s) e nos* com o infinitivo não flexionado, caso facultativo de próclise ou ênclise, em orações com preposição, tendem a ser usados na posição proclítica (89,74%) (cf. GRAF. 6), mesmo sem haver palavra atrativa, apontando que, com tais pronomes, a preposição está exercendo valor atrativo;

- * desuso dos pronomes oblíquos *te* e *vos* dos textos que circulam cotidianamente;
- * de modo geral, em encontros verbais, quando há palavra atrativa, a tendência é o uso proclítico do pronome ao verbo auxiliar (P V V) (cf. GRAF. 9); na ausência de palavra atrativa, a preferência é a próclise ao verbo principal (V P V) (cf. GRAF. 10);
- * a regência dos verbos *assistir*, *ir*, *chegar*, *lembrar* e *esquecer*, nas acepções investigadas, continua seguindo a tradição gramatical (80%, 100%, 90,48% e 85%, respectivamente); já os verbos *visar* e *implicar* apresentam desvios significativos de regência em relação à NG (60% e 50%, respectivamente) (cf. TAB. 23, 24, 25 e 26);
- * a preferência da regência dos verbos *lembrar* e *esquecer*, nas acepções analisadas, é pelo uso sem pronome e sem preposição (88,24%);
- * o emprego da preposição contraída ao determinante do sujeito de um verbo no infinitivo (50%) é equivalente ao uso não contraído (50%), configurando-se como uma variação com estabilidade de usos entre a forma inovadora e a forma tradicional da língua (cf. GRAF. 12);
- * o emprego da preposição com o pronome relativo ocorre conforme a regência verbal (86,02%), uso coincidente com a NG (cf. GRAF. 13);
- * alta frequência de uso do verbo no plural nos casos de sujeito posposto simples plural (94,23% dos registros) e sujeito plural na voz passiva sintética (80%) (cf. TAB. 30);
- * a tendência do verbo referente a sujeito posposto composto é ficar no plural (85,71% dos casos), em vez de concordar com o núcleo mais próximo (14,29%);
- * no caso de retomada de referente, o emprego dos pronomes demonstrativos *esse(a)(s)*, *isso* (81,48%) é significativamente superior ao uso de *este(a)(s)*, *isto* (18,52%) na mesma situação semântica (cf. GRAF. 15), embora tenhamos considerado como NG o emprego de ambas as formas pronominais nesse sentido;
- * a maior parte dos casos de uso dos pronomes demonstrativos segue a tradição gramatical (98,53% dos registros) (cf. GRAF. 16);

* preferência pela forma verbal simples no emprego do futuro do presente (73,5% dos casos) (cf. GRAF. 17);

* preferência pelo tempo composto (60% das ocorrências) no uso do pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo (cf. GRAF. 18);

* preferência pelo verbo *haver* (75%) em detrimento do *ter* (25%) como verbo auxiliar no tempo composto do pretérito-mais-que-perfeito;

* preferência pela 1ª pessoa do plural, marcada ou não pelo pronome *nós* (97,97%), em detrimento da expressão *a gente* (2,03%) na função de sujeito (cf. GRAF. 19);

* prevalecem os preceitos gramaticais para a escrita das abreviações: abreviaturas (83,33% – cf. TAB. 46), siglas (100% – cf. TAB. 47) e símbolos (77,08% – cf. TAB. 48).

5.2 O padrão culto escrito em uso nos gêneros textuais

A tabela que se segue apresenta os percentuais de concordância e discordância da NG dos dados coletados nos jornais, discriminados segundo o gênero textual investigado.

TABELA 51

O padrão culto escrito em uso conforme gêneros textuais do domínio jornalístico

fato linguístico	notícia		editorial		carta do leitor		artigo	
	NG sim (%)	NG não (%)	NG sim (%)	NG não (%)	NG sim (%)	NG não (%)	NG sim (%)	NG não (%)
colocação pronom. ⁶²	67,92	32,08	84,21	15,79	68,18	31,82	80,56	19,44
pron. demonstrativo	95,7	4,3	98,11	1,89	100	-	99,56	0,44
regência verbal	86,36	13,64	85,71	14,29	66,67	33,33	82,14	17,86
concordância verbal	100	-	100	-	80	20	91,43	8,57
pron. relativo prepos. ⁶³	75	25	100	-	100	-	83,33	16,67
abreviação	94,05	5,95	100	-	97,78	2,22	99,04	0,96

⁶² Colocação pronominal: dados apurados com base nas TAB. 14 e 15, excetuando-se os registros facultativos.

⁶³ Pronome relativo preposicionado

Observando os dados, podemos afirmar que, em todos os gêneros analisados, o padrão culto escrito em uso coincide significativamente com a norma padrão compilada com base nas obras de referência gramatical consultadas.

Apenas para facilitar a comparação entre os gêneros, ao fazermos uma média aritmética dos percentuais de coincidência com a NG, obtemos o seguinte resultado: editorial: 94,67%; artigo: 89,34%; notícia: 86,5%; e carta do leitor: 85,44%.

Quanto ao editorial, nossa hipótese foi confirmada, pois aventamos que, por representar a opinião da empresa jornalística, os usos linguísticos estariam em maior consonância com a norma padrão, pois essa é a norma linguística socialmente prestigiada, o que, de certa forma, confere credibilidade ao discurso da empresa jornalística.

Com relação ao artigo, nossa hipótese não foi confirmada, pois julgávamos que os usos linguísticos nesse gênero iriam ser mais destoantes da NG, devido à liberdade de expressão sugerida pelo contexto de produção/recepção, uma vez que o produtor assina o texto e se responsabiliza por ele. Dessa forma, acreditávamos que haveria maior variação individual da linguagem, fato que não ocorreu. Esse dado reforça a crença de que o padrão culto escrito aproxima-se muito da norma padrão. Além disso, corrobora o prestígio social da norma padrão, pois as pessoas escolarizadas, as que são ligadas à cultura letrada, continuam seguindo significativamente essa norma linguística em seus textos com certa monitoração da escrita.

Quanto à notícia e à carta do leitor, julgávamos que o percentual de coincidência dos usos do padrão culto escrito com a NG seria maior que o de discordância, fato que ocorreu. O percentual um pouco inferior de concordância desses gêneros em relação aos demais (86,5% e 85,44%, respectivamente) também comprova nossa hipótese. Acreditamos que os temas esporte e polícia podem ter interferido na representação do contexto de produção/recepção, pois são assuntos de informação de massa, ou seja, alcançam o público de modo amplo, em seus variados graus de escolaridade, o que sugere emprego de alguns usos corriqueiros da linguagem. Por sua vez, a carta do leitor, pelo seu contexto menos monitorado, se comparado com os demais gêneros, apesar da possibilidade de revisão pela empresa jornalística, pode apresentar maior incidência de desvios de alguns usos tradicionais, devido também aos diferentes graus de letramento do produtor desse texto.

Enfatizamos que essas colocações quanto à representação do contexto de produção/recepção são apenas levantamentos do que pode ter ocorrido no processo de produção dos gêneros analisados, pois essas questões não foram investigadas neste trabalho.

Os dados desta pesquisa revelam, de modo geral, que a escrita utilizada nos gêneros notícia, editorial, carta do leitor e artigo do domínio jornalístico segue, com as devidas ressalvas e peculiaridades inerentes à natureza do gênero, os preceitos apresentados pela tradição gramatical. Em função disso, defendemos que os textos referentes a esses gêneros textuais devem ser utilizados na escola também no ensino da norma padrão.

6 OS FATOS LINGUÍSTICOS ANALISADOS E A ABORDAGEM DE UM LIVRO DIDÁTICO

Neste capítulo, analisamos a abordagem dos fatos linguísticos investigados nesta pesquisa apresentada na coleção *Português Linguagens*, 5ª edição, de autoria de Cereja e Magalhães (2005), composta por três volumes, que se referem a cada um dos três anos do ensino médio. A escolha por essa coleção foi motivada pelo fato de esta ter sido a obra mais solicitada pelas escolas públicas do país no *Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio* de 2009 (PNLEM/2009), conforme informação emitida por ofício do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Coordenadoria-Geral dos Programas do Livro (CGPL). Esse dado sugere que muitos professores utilizaram esse material didático como apoio no ensino de Língua Portuguesa (inclusive da norma padrão).

Cada um dos volumes da coleção contempla estudos literários, gêneros textuais, leitura, produção de textos e estudos da linguagem. Cada volume apresenta capítulos separados em três tópicos: *Literatura*, *Língua: uso e reflexão* e *Produção de texto*.

Vamos nos ater apenas à abordagem do material didático em questão quanto aos fatos linguísticos investigados nesta pesquisa. Nesse sentido, analisamos apenas a unidade intitulada *Língua: uso e reflexão* em que encontramos descrições da norma padrão. Cada unidade é dividida em subunidades: *Construindo o conceito*, *Conceituando*, *Exercícios*, abordagem do fato linguístico ou categoria gramatical nas seções *Na construção do texto* e *Semântica e interação*.

Vejamos a exposição realizada pelo livro didático sobre cada um dos fatos linguísticos contemplados nesta pesquisa.

a) Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos

Com base em uma tirinha, os autores expõem a colocação dos pronomes oblíquos átonos, apresentando as posições enclítica, mesoclítica e proclítica em relação ao verbo. A ênclise é abordada como a “colocação normal do pronome na variedade padrão” (CEREJA; MAGALHÃES, 2005, p. 323, v. 3). É explicado que a mesóclise ocorre quando o verbo se encontra no futuro do presente ou no futuro do pretérito do modo indicativo e não há

condições de próclise. Esta, por sua vez, ocorre quando há palavras ou expressões atrativas: palavra negativa sem pausa, advérbio não acompanhado de vírgula (ênclise nos casos de palavra negativa ou advérbio seguidos de vírgula), pronomes relativos e indefinidos, conjunção subordinativa, preposição *em* acompanhada de gerúndio, infinitivo pessoal precedido de preposição, orações optativas com sujeito anteposto ao verbo. É esclarecido que, se houver termos intercalados entre a palavra atrativa e o verbo, a próclise continua prevalecendo. Vale ressaltar que essa recomendação não foi exposta pelas obras de referência gramatical consultadas. Em quadros explicativos, chamados pelos autores de *boxes* – que se destacam pela cor e complementam as informações do texto-base ou chamam atenção às curiosidades da língua –, a eufonia é enfatizada como principal critério para a colocação adequada dos pronomes, seja na língua falada ou escrita, seja no português usado no Brasil ou em Portugal. Contudo, os autores observam que “as regras de colocação pronominal na variedade padrão da nossa língua ainda guardam fortes influências do português de Portugal, sendo orientadas pela entonação do falar lusitano” (CEREJA; MAGALHÃES, 2005, p. 323, v. 3).

A abordagem feita pelo livro didático é bastante simplificada, porém esclarecedora, apresentando frases que exemplificam cada fato linguístico, frases essas elaboradas pelos autores do livro, pois não há referência da fonte. Para ilustrar a diferença entre a eufonia brasileira e a lusitana, foram utilizadas duas tiras. Apesar de o contexto de produção/recepção da tira não tender ao uso da norma padrão, o exemplo permite inferir que, no falar coloquial lusitano, o emprego da ênclise no início da frase é eufônico, diferente do que ocorre em nosso país.

Quanto à colocação dos pronomes oblíquos átonos em encontros verbais, Cereja e Magalhães (2005, p. 325, v. 3) expõem:

O pronome oblíquo pode estar:

- enclítico em relação ao verbo principal se este estiver no infinitivo ou no gerúndio; nunca se estiver no particípio;
- proclítico ou enclítico em relação ao verbo auxiliar;
- mesoclítico em relação ao verbo auxiliar se este estiver no futuro do presente ou no futuro do pretérito.

Em seguida, apresentam um exemplo para cada uma dessas possibilidades de colocação. Exemplificam também a colocação dos pronomes em encontros verbais quando há fator de

próclise:

Disse que lhe quero contar a verdade.
Disse que quero contar-lhe a verdade.

Já lhe estou contando a verdade.
Já estou contando-lhe a verdade.
Já lhe tinha contado a verdade (CEREJA; MAGALHÃES, 2005, p. 325, v. 3).

Em uma caixa explicativa, apresentam a tendência brasileira de intercalar o pronome entre o verbo auxiliar e o principal.

Verificamos que, assim como foi adotado nesta pesquisa, Cereja e Magalhães (2005) expuseram a colocação pronominal referente aos encontros verbais sem distinguir os tempos compostos das locuções verbais, o que consideramos didaticamente mais viável. É interessante observar que, quanto ao emprego do pronome oblíquo em encontros verbais, a pesquisa realizada nos gêneros do domínio jornalístico condiz, em grande parte, com as colocações dos autores na obra didática.

Cereja e Magalhães (2005) abordam a tendência brasileira de próclise ao verbo principal nos encontros verbais. Por outro lado, fazem ressalva quanto ao desuso da mesóclise no Brasil, em caixa encontrada na seção de exercícios intitulada *A colocação pronominal na construção do texto*, a saber:

[...] Por que então devemos aprender certas regras de colocação, como a mesóclise, que fogem ao uso corrente no português brasileiro?

Enquanto as regras vigentes se mantêm distanciadas da prosódia brasileira, devemos conhecê-las e dominá-las a fim de empregar adequadamente os pronomes sempre que as situações de interação verbal exigirem a produção de um texto – oral ou escrito – na variedade culta e formal da língua. Fora dessa exigência, a colocação do pronome deve seguir os princípios do bom-senso e da eufonia (CEREJA; MAGALHÃES, 2005, p. 326, v.3).

É interessante apontar a visão de adequação de linguagem ao contexto verificada nesse trecho. No caso desta pesquisa, não foi registrado caso de mesóclise, porém Lima (2003) verificou tal emprego em uma frase no jornal *Folha de S. Paulo* e nos textos da Constituição Federal do nosso país. Embora pesquisas tenham verificado a tendência de desuso da mesóclise, como ainda há ocorrência desse fato linguístico em alguns textos, consideramos pertinente o comentário exposto no livro didático.

b) Regência verbal e emprego de preposição

Ao abordarem o tópico da regência, Cereja e Magalhães (2005) novamente iniciam a exposição do assunto com base em uma tira.

Na seção referente à regência verbal, declaram:

A identificação da regência de alguns verbos costuma apresentar dificuldade, seja devido à informalidade da língua falada, na qual muitas construções se mostram em desacordo com a variedade padrão, seja porque muitos verbos têm mais de um significado e, quase sempre, mais de uma regência (CEREJA; MAGALHÃES, 2005, p. 295, v. 3).

Nessa citação, os autores apresentam a visão de que toda fala é informal, posição da qual discordamos, pois entendemos que o grau de formalidade da língua está relacionado com o grau de monitoração do contexto de produção/recepção do texto, seja ele falado ou escrito.

Após o excerto transcrito, os autores apresentam um quadro com a regência de alguns verbos – os de emprego mais recorrente e de maior oscilação entre o uso monitorado e o não monitorado, como *aspirar*, *assistir*, *preferir*, *chegar* e *ir*, *obedecer* e *desobedecer*, etc. –, classificação quanto à transitividade, significação e exemplos.

No caso dos verbos analisados nesta pesquisa, a regência apresentada no livro didático, com exceção do verbo *implicar*, que não foi apresentada nessa obra, foi coincidente com a aceção apurada nas obras gramaticais de referência deste trabalho:

- *assistir* no sentido de “estar presente”, “presenciar”: verbo transitivo indireto regido da preposição *a*;
- *chegar* e *ir* na indicação de lugar: verbos intransitivos que exigem a preposição *a*;
- *lembrar/esquecer* no sentido de “trazer à lembrança”, “evocar”, “recordar-se”/“olvidar”, “sair da lembrança”: verbos transitivos diretos, quando não pronominais; verbos transitivos indiretos regidos da preposição *de*, quando pronominais;
- *visar* no sentido de “ter em vista”, “ter por objetivo”, “pretender”: verbo transitivo indireto regido da preposição *a*.

Em caixa explicativa, Cereja e Magalhães (2005, p. 296, v. 3, grifos dos autores) fazem a

seguinte exposição:

Há alguns verbos como *aspirar*, *atender*, *visar*, que, embora apresentem, tradicionalmente, diferentes regências para sentidos diferentes, na linguagem usual e na linguagem jornalística costumam ser empregados, indiferente, como transitivos diretos. Assim, tradicionalmente, o verbo *visar*, no sentido de “ter em vista, pretender”, exige a preposição *a*, como se vê nesta frase, por exemplo:

A reunião com representantes estrangeiros visava **à** ampliação das exportações de soja.

Entretanto, é possível também encontrar esse verbo empregado assim:

A reunião com representantes estrangeiros visava **a** ampliação das exportações de soja.

Em relação ao verbo *visar*, esta pesquisa ratifica a explanação dos autores. Contudo, na exemplificação, foram utilizadas frases elaboradas pelos autores do livro didático, e não dados transcritos de jornais.

Quanto ao emprego de preposição, na abordagem dos pronomes relativos, Cereja e Magalhães (2005, p. 98, v. 2, grifos dos autores) explicam:

Os pronomes relativos podem ser precedidos ou não de preposição. Veja:

Eu enviei a meus amigos alguns cartões *que* eu mesma fiz.
O rapaz a *quem* você pediu informações trabalha aqui?
|
preposição

Entretanto, não especificam que o uso da preposição está relacionado com a questão da regência. Também não identificamos explanação sobre o emprego da preposição com o sujeito de um verbo no infinitivo.

c) Concordância verbal

Cereja e Magalhães (2005) abrem o capítulo acerca da concordância com um texto do domínio jornalístico.

Com relação à concordância verbal, o livro didático apresenta a regra básica que pode ser inferida para os casos de concordância do sujeito posposto simples plural: “**Concordância verbal** é a concordância do *verbo* com seu *sujeito*, em número e pessoa” (CEREJA; MAGALHÃES, 2005, p. 230, v. 3, grifos dos autores).

No caso de verbos + pronome *se*, quando se trata de voz passiva sintética, há a indicação de que o verbo concorda com o sujeito. Isso implica que, se o sujeito estiver no plural, o verbo também ficará no plural.

Quanto à concordância com o sujeito posposto composto, os autores explicam que se o sujeito for anteposto ao verbo, este fica no plural; se posposto, concorda com o núcleo mais próximo ou com todos os núcleos, ficando o verbo no plural.

d) Empregos diversos

A exposição quanto ao uso dos pronomes demonstrativos também tem como ponto de partida uma tira. Os autores expõem o emprego dessas formas pronominais em relação ao espaço, tempo e ao que foi e será falado/escrito.

Em linhas gerais, os autores expõem que *este(s)*, *esta(s)*, *isto* indicam proximidade do produtor do texto, tempo presente em relação ao produtor e antecipação de referência; *esse(s)*, *essa(s)*, *isso* são empregados para indicar proximidade da referência ao receptor do texto, tempo passado relativamente próximo ao produtor do texto e retomada de referência; e *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo* indicam que o referente se encontra distante dos interlocutores e são usados para indicar tempo remoto ou vago. Expõem ainda o emprego de *este* e *aquela* na referência de termos já citados: *aquela* para retomar o primeiro termo, e *este*, o último. Todos os casos são exemplificados com frases construídas pelos autores.

Não identificamos explanação sobre o emprego da forma verbal simples e do encontro verbal nem das formas de 1ª pessoa do plural e da expressão *a gente* na função de sujeito, usos relacionados com o grau de formalidade do contexto. Também não encontramos abordagem acerca do uso das abreviações.

A análise das descrições dos fatos linguísticos apresentados pelo livro didático em questão permite-nos ponderar sobre alguns pontos.

Embora as obras de gramática tradicional não sejam mais utilizadas em sala de aula, a tradição gramatical está muito viva no ambiente escolar, pois a descrição apresentada pela coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa mais solicitada nas escolas públicas do

Brasil segue um formato muito parecido com o utilizado pelas obras gramaticais: conceituação, descrição das categorias gramaticais, exposição das normas e uso da nomenclatura gramatical. O Catálogo do PNLEM/2009 apresenta a seguinte avaliação dos especialistas:

Embora se proponha *redimensionar* (Manual, p. 14) o ensino da gramática normativa, ultrapassando o âmbito da frase para dedicar-se ao domínio do texto e do discurso, a obra, na verdade, limita-se a operar com os conhecimentos propriamente gramaticais de forma tradicional: há uma preocupação excessivamente classificatória, de caráter metalinguístico, utilizando o texto como pretexto para atividades de identificação de funções sintáticas, delimitação e classificação de orações, segmentação mórfica e identificação das classes de palavras. Nos capítulos *Língua: uso e reflexão*, por exemplo, há atividades que se limitam a propor frases soltas e descontextualizadas, como ocorre na página 64 (v.1), na qual se apresentam sentenças para que o aluno identifique a figura de linguagem empregada. Muitas vezes, esses procedimentos são realizados como um fim em si mesmo, sem contribuir para a compreensão dos fatos linguísticos ou da estrutura textual (BRASIL, 2008, p. 28-29).

Verificamos que os exercícios propostos oscilam entre a aplicação da teoria gramatical (classificação e nomenclatura) e a reflexão linguística (funcionamento da língua e efeitos de sentido).

A coleção de livros didáticos de Cereja e Magalhães (2005) contempla a diversidade de gêneros textuais, dentre os quais citamos os do domínio jornalístico investigados neste trabalho: notícia, carta do leitor, editorial e artigo. Essa qualidade do material didático é ressaltada pelos especialistas no Catálogo do PNLEM/2009:

A diversidade de textos é grande e abrange os modos de organização discursiva (narração, descrição, argumentação), nos mais diferentes gêneros, literários e não literários, orais e escritos, além de textos não verbais (charges, pinturas de artistas famosos, mapas, fotografias), sempre integrados ao conteúdo do capítulo. Sem dúvida alguma, representa bem o que a cultura escrita pode oferecer ao estudante de nível médio (adolescente ou adulto) em termos de experiência com a leitura e ampliação de seu repertório cultural. [...]

O trabalho sistemático com os gêneros textuais tem um saldo muito positivo na obra. Em primeiro lugar, cria as condições ideais para a produção, sugerindo inúmeras situações-problema que contribuem para a formação do aluno como ator social. Em segundo lugar, por ter em vista um leitor, o aluno se conscientiza da necessidade de adequar seu texto (a) ao gênero envolvido, (b) à situação comunicativa e (c) à variedade linguística que melhor atenda suas necessidades de expressão. Além disso, o trabalho com os gêneros tem a vantagem de colocar o aluno em contato com textos que ele efetivamente terá de produzir em situações concretas de interação. Por fim, aponta para o estudante inúmeras formas de participação social, contribuindo para o exercício da cidadania (BRASIL, 2008, p. 26-28).

Esse excerto avaliativo permite-nos inferir que o material didático em pauta segue as tendências linguísticas contemporâneas, partindo da concepção de linguagem como atividade de interação entre os sujeitos. No Catálogo do PNLEM/2009, ainda são apontados como pontos positivos da obra: “a boa articulação entre as atividades de leitura, produção textual e literatura, privilegiando-se a teoria dos gêneros textuais e sua função comunicativa como princípio organizador do trabalho de leitura e produção” (BRASIL, 2008, p. 23); “preocupação em formar um aluno-cidadão, capaz de se posicionar de modo crítico e atuante em diferentes práticas sociais” (*ibidem*, p. 24); “a obra adota uma concepção adequada de texto, contemplando a multiplicidade de sentidos e a intertextualidade” (*ibidem*, p. 25); “propósito de formar leitores críticos e é com essa perspectiva que [a obra] opta pelo estudo dos gêneros textuais, orais e escritos” (BRASIL, *loc. cit.*); as “atividades de leitura estão devidamente articuladas com as de produção textual e de literatura” (BRASIL, 2008, p. 26); os “textos de cada unidade dialogam entre si, já que as unidades tendem a ser temáticas” (BRASIL, *loc. cit.*); “a interdisciplinaridade e o diálogo com áreas afins são assegurados pelo contato com diferentes textos” (BRASIL, 2008, p. 27); “contextualização: o texto é sempre concebido como processo construído em situação de interação” (BRASIL, *loc. cit.*); “preocupação com o domínio da modalidade oral” (*ibidem*, p. 28); “a obra contempla a língua na sua dimensão comunicativa, já que a proposta se baseia no ensino-aprendizado dos gêneros textuais, descritos e apresentados sempre em situação de interação” (BRASIL, *loc. cit.*); a obra abarca “questões linguísticas quase nunca descritas em obras do gênero: noções como enunciado, intencionalidade, situação de produção e interdiscursividade [...]” (BRASIL, *loc. cit.*).

Contudo, quando se trata da abordagem gramatical, a avaliação feita pelos especialistas aponta para a continuação do ensino tradicional da gramática: “Em função da proposta teórico-metodológica assumida para o tratamento dos conhecimentos linguísticos, causa estranhamento o uso do texto como pretexto para abordagem predominantemente prescritiva e classificativa” (BRASIL, 2008, p. 24).

Na análise da obra, podemos verificar que os capítulos referentes à descrição gramatical e à exposição da norma padrão, denominados *Língua: reflexão e uso*, não se articulam com os capítulos que tratam dos gêneros textuais cujo contexto de produção/recepção sugere o uso dessa norma linguística. Na maioria dos capítulos analisados por nós, a tira foi o texto

motivador para a conceituação do fato linguístico abordado, mas, em função do contexto discursivo, não consideramos necessário o uso da norma padrão nesse gênero textual.

Os avaliadores do PNLEM/2009 admitem que o material didático apresenta “[...] adequada orientação sociointeracionista desenvolvida na maior parte da obra” (BRASIL, 2008, p. 24), porém ressalvam: “a análise dos conteúdos propriamente gramaticais é feita fundamentalmente com base nas gramáticas de cunho mais prescritivo e, contrariando o que é dito no Manual [do livro didático], usa excessivamente a metalinguagem” (*ibidem*, p. 31).

Assim, podemos avaliar que os avanços referentes aos estudos linguísticos têm alcançado a sala de aula, como o tratamento discursivo do fenômeno linguístico, a diversidade textual e o estudo do texto com base nos gêneros, pois o livro didático mais solicitado pelas instituições públicas do Brasil abarca tais perspectivas. No entanto, no que diz respeito ao ensino da norma padrão, há um entrave. O estudo dessa norma linguística mistura-se muitas vezes com o estudo da metalinguagem gramatical, das nomenclaturas e classificações morfossintáticas apresentadas nas obras gramaticais. O livro didático reproduz a tradição gramatical e, conseqüentemente, não favorece o ensino da norma padrão de modo contextualizado, atrelado às situações efetivas de uso da escrita mais monitorada.

Os estudos linguísticos contemporâneos têm alcançado as salas de aula, conforme analisado no livro didático, mas o ensino da norma padrão continua sendo o calcanhar de aquiles das aulas de Português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho permite-nos tecer algumas considerações.

A pesquisa realizada nas obras de referência gramatical nos faz ponderar que a norma padrão nelas exposta não é tão “padronizada” quanto nos parecia ser. Apesar de, em geral, as regras apresentadas serem significativamente uniformes, cada obra apresenta uma abordagem peculiar, o que dificulta apontar como se configura a norma padrão, a começar pela natureza delas. Como apontamos, as obras de Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009) e Cegalla (2007) são mais descritas, ao passo que a de Cipro Neto e Infante (2009) e, principalmente, o *Manual da Redação* (FOLHA DE S. PAULO, 2007) são mais prescritivas. Essa dificuldade de descrição da norma padrão foi comprovada durante o trabalho de compilação das regras gramaticais apresentadas pelas cinco obras de referência gramatical utilizadas nesta pesquisa para a determinação do que denominamos *norma gramatical* (NG). Não nos referimos aqui ao aspecto conceitual das categorias gramaticais, tema que não constituiu escopo deste trabalho, e sim a explicitação dos preceitos visando a uma escrita mais padronizada. A falta de precisão e clareza na exposição de alguns preceitos – alguns apresentados somente por meio de exemplos – e as diferentes formas de abordagem de cada autor, alguns mais específicos ou mais genéricos, alguns mais sucintos ou mais abrangentes, dificultaram a tentativa de se chegar a um consenso sobre a padronização de alguns usos linguísticos. Para exemplificar, citamos a colocação pronominal quando há pausa entre a palavra atrativa e o verbo. Cegalla (2007) expõe que ocorre a ênclise quando há pausa entre a palavra atrativa e o verbo, mas não aborda esse uso no caso de palavras de sentido negativo e restringe o poder atrativo dos advérbios com a expressão “certos advérbios”, mas não explicita quais seriam esses advérbios. Bechara (2009) diz que, se houver pausa nesses casos (advérbios e palavras de sentido negativo), pode ocorrer próclise ou ênclise. Cunha e Cintra (2008) explicitam que, se houver pausa entre certos advérbios, expressões adverbiais e palavras negativas e o verbo, não ocorre próclise. Esses autores citam algumas dessas palavras negativas. Já a *Folha de S. Paulo* (2007) e Cipro Neto e Infante (2009) – estes usam o termo “negações”, e aquela, “partículas negativas” – não fazem a abordagem sobre a pausa, e estes sequer apresentam o advérbio como classe de palavra atrativa. Com esse exemplo, podemos observar os diversos questionamentos quanto ao uso da próclise ou ênclise devido às várias possibilidades de descrição de um tópico gramatical: Todos os advérbios funcionam como palavras atrativas?

Quais são esses “certos advérbios” que atraem o pronome? Quais expressões adverbiais são atrativas? Afinal, advérbio atrai ou não? Depois de palavra negativa, palavra de sentido negativo e negações, quando há pausa, usa-se a próclise ou ênclise? Com relação a esse último caso, uma obra admite o uso facultativo, duas recomendam a ênclise e duas não abordam o fato. Esse exemplo ilustra a dificuldade de se escrever seguindo um padrão linguístico, pois a abordagem desse padrão, embora normalmente entendido como o descrito nas gramáticas tradicionais, não é tão “padronizado” se o produtor do texto recorrer a mais de uma obra. O *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2007) proporciona uma consulta mais simplificada, mas restringe a explicitação dos preceitos gramaticais. Por sua vez, a obra didática analisada apresenta uma descrição mais ampla de alguns fatos linguísticos (como colocação pronominal e emprego dos pronomes demonstrativos), entretanto não abarca alguns fatos que causam oscilação de uso devido às diferenças do grau de monitoração do contexto de produção/recepção textual (como uso da 1ª pessoa do plural ou da expressão *a gente*, forma verbal simples ou encontro verbal). Entendemos que uma descrição com base na frequência dos usos linguísticos em contextos determinados de escrita possa referenciar melhor o padrão linguístico, ou, pelo menos, ser mais condizente com a realidade da língua em uso. Podemos perceber, assim, a complexidade do estudo da norma padrão.

Outra constatação que fizemos ao consultar as obras gramaticais foi a de que as edições mais recentes das gramáticas tradicionais – edições utilizadas nesta pesquisa – sinalizam uma visão mais ampla de língua, de adequação linguística, pois há registros, ainda que em notas e observações, de usos recorrentes que não condizem com o padrão linguístico. Como exemplo, citamos o fato de a próclise ser uma tendência de uso do português do Brasil, informação registrada nas quatro gramáticas consultadas neste trabalho. Usos frequentes em contextos mais informais ou em falas coloquiais já ocupam um espaço, ainda que em notas ou observações. Nas edições mais antigas, percebe-se que a norma padrão era entendida como a única forma “correta” de expressão linguística, aceção condizente com a natureza dessa obra e com a visão de língua da época. Atualmente, esse eco de uma concepção mais ampliada de língua, das modalidades linguísticas, da influência do contexto nas escolhas linguísticas constitui um grande avanço nessas obras de cunho gramatical. Retomamos a citação de Cegalla (2007, p. 541) que ilustra o fato abordado: “na língua culta, não se abre frase com o pronome oblíquo [...]. Iniciar a frase com pronome átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita, quando se deseja reproduzir a fala dos personagens”.

Com base nos dados apurados, cujo percentual de coincidência com a NG foi muito superior ao de discordância dessa norma, podemos considerar que o padrão culto em uso nos gêneros textuais analisados do domínio jornalístico continua, em sua grande parte de usos, seguindo a norma padrão apresentada nas gramáticas tradicionais. Dentre os usos linguísticos investigados, podemos apontar o emprego da ênclise no início do período; manutenção da regência clássica dos verbos *assistir*, *ir*, *chegar*, *lembrar* e *esquecer* nas acepções investigadas; escrita das abreviações; uso da 1ª pessoa do plural (marcada ou não pelo pronome *nós*) na função de sujeito, em detrimento da expressão *a gente*; emprego do plural na concordância dos verbos referentes ao sujeito posposto simples plural e ao sujeito plural na voz passiva sintética; uso da preposição com o pronome relativo quando a regência verbal assim a exige. Esse percentual significativamente superior de usos coincidentes com a NG corrobora o prestígio social da norma padrão na atualidade, pois as pessoas ligadas à cultura escrita continuam preferindo seguir essa norma linguística nos textos escritos mais monitorados.

Embora o percentual de discordância da NG tenha sido bem menor, esse índice merece ser considerado, pois indica que o padrão culto escrito apresenta algumas variações em relação à norma padrão apresentada nas gramáticas tradicionais. Dentre essas variações, apontamos a preferência pela próclise em situações em que não há palavras atrativas; desuso da mesóclise; desvios da regência clássica dos verbos *visar* e *implicar* nas acepções investigadas; uso da preposição de forma contraída ao determinante do sujeito de um verbo no infinitivo.

Há também alguns usos que são considerados destoantes do padrão linguístico, mas que apontam a tendência do padrão culto escrito em uso, tais como a preferência pelo emprego proclítico ao verbo principal nos encontros verbais quando não há palavra atrativa na oração; desuso dos pronomes *te* e *vos* nos textos de circulação cotidiana; preferência pela forma verbal simples no futuro do presente e pelo tempo composto no pretérito-mais-que-perfeito; preferência pelo verbo *haver* em detrimento do *ter* no tempo composto do pretérito-mais-que-perfeito.

A pesquisa revelou alguns usos para os quais não havíamos construído hipóteses no início do trabalho, como o valor atrativo de algumas palavras não abonadas pela NG (conjunção coordenativa aditiva e pronome pessoal do caso reto, por exemplo) e a tendência de determinado uso pronominal em casos facultativos. As considerações sobre esses usos foram

suscitadas ao longo da pesquisa, na análise dos dados, fato que ilustra a dinamicidade da língua, das “surpresas” que estão relacionadas ao seu uso. Além disso, esses dados motivam novas pesquisas.

Com relação ao trabalho de Lima (2003), podemos verificar que o percentual de desvio da NG nesta pesquisa foi maior do que o apresentado pela pesquisadora. Atribuímos esse fato às diferenças entre os domínios investigados. Lima (2003) examinou textos dos domínios técnico-científico e jornalístico, ao passo que investigamos somente os do domínio jornalístico. Assim, podemos inferir que, no domínio jornalístico, há maior variação de usos do padrão linguístico se comparado com os domínios em conjunto investigados por Lima (2003). Acreditamos que o domínio interfere na maior ou menor variação dos usos padronizados, pois o grau de monitoração da língua varia de um domínio para outro, fato sinalizado pelas escolhas linguísticas marcadas nos textos.

Sabe-se que o emprego da norma padrão está relacionado com o funcionamento do sistema linguístico (atração vocabular, por exemplo), porém decidimos investigar o padrão culto escrito em uso analisando o gênero textual, pois trabalhamos com a hipótese de que a representação do contexto de produção/recepção de um gênero é diferente da representação do contexto de outro gênero, ainda que ambos estejam envolvidos em situações relativamente monitoradas. Afinal, o contínuo do grau de monitoração estilística é fluido, permitindo variações de uso.

Os percentuais de frequência apurados nesta pesquisa mostram que o padrão culto escrito nos textos dos gêneros notícia, editorial, carta do leitor e artigo é bastante coincidente com a norma gramatical. Em decorrência desse resultado, defendemos que os textos desses gêneros textuais devem ser utilizados na escola, não só para os estudos textuais e discursivos já realizados, mas também no processo de ensino-aprendizado da norma padrão, pois constituem *locus* de uso dessa norma linguística de modo real, contextualizado, vinculado às atividades sociais de interação. Acreditamos que podem ser elaborados, a partir de textos desses gêneros, estudos direcionados ao ensino da norma padrão, à reflexão quanto às variações apresentadas no padrão culto escrito. No entanto, essas variações devem ser refletidas tendo como fundamento os diferentes graus de monitoração da escrita, bem como as especificidades da natureza comunicativa de cada gênero textual.

Entendemos, pois, que o ensino da norma padrão com base em alguns gêneros do domínio jornalístico pode favorecer um ensino mais realista dessa norma linguística, desvinculando-a de textos literários e de gêneros cuja representação do contexto sugere uma escrita menos monitorada (que, a nosso ver, constituem situações nas quais não se tem de seguir um padrão de escrita), de exercícios de metalinguagem gramatical, de frases descontextualizadas, elaboradas somente para o trabalho didático. Apesar de esses gêneros já se encontrarem escolarizados, o estudo da norma padrão ainda não se encontra relacionado a eles, conforme foi verificado na análise do livro didático do ensino médio mais solicitado no país. É importante reafirmar que não defendemos apenas o ensino da norma padrão no estudo da Língua Portuguesa, que deve ser amplo, e nem a redução do ensino dessa norma linguística ao domínio jornalístico, mas consideramos que a norma padrão tem de ser ensinada pela escola e que alguns gêneros do domínio jornalístico, como mostra esta pesquisa, podem ser usados nesse processo de ensino-aprendizagem.

Esta pesquisa, juntamente com a de Lima (2003), vem corroborar a afirmação de Perini (1999, p. 86) de que há um padrão linguístico “altamente uniforme no País”, pois, ao investigarmos alguns usos linguísticos em um jornal impresso de cada unidade federativa do país, mesmo com a inserção de alguns jornais populares entre os mais vendidos, verificamos que os usos investigados apresentam significativa padronização, seja de obediência à norma padrão (emprego de ênclise no início do período, por exemplo), seja de desvio dessa norma linguística (uso da próclise quando, na oração, não há palavra atrativa). Por outro lado, como evidenciamos, até a norma padrão apresenta variação, pois os usos linguísticos apresentam variações de uso, ainda que pequena, entre os domínios – se considerarmos os resultados desta pesquisa e os de Lima (2003) – e de gêneros dentro de um mesmo domínio, ainda que a representação desses gêneros sugira uma escrita monitorada.

A questão do ensino da norma padrão encontra-se aberta e cada vez mais problematizada. Constatamos que o livro didático mais solicitado no ensino médio, ferramenta bastante utilizada pelo professor em sala de aula, encontra-se hoje bem direcionado às concepções de interação linguística, à diversidade textual, à teoria dos gêneros textuais, conforme as avaliações elaboradas pelo Catálogo do PNLEM/2009 (BRASIL, 2008). Entretanto, a abordagem da norma padrão continua voltada para a metalinguagem gramatical, para as frases descontextualizadas. Nesse sentido, podemos dizer que há um longo e árduo caminho a ser percorrido quando se trata de norma padrão, embora, a nosso ver, haja uma tendência nos

estudos linguísticos contemporâneos de se esquivar dessa questão, taxando esse tema de tradicional e retrógrado, mesmo que seja latente a necessidade de reflexões, caminhos e propostas de ensino, pois é essa a norma linguística que a sociedade continua privilegiando, que o meio acadêmico espera na escrita dos textos que circulam nesse domínio, que as corporações exigem nas correspondências formais, que os alunos devem empregar nos textos de avaliação realizada pelos órgãos oficiais. Adequar o ensino da norma padrão às concepções linguísticas contemporâneas constitui, pois, um dos grandes desafios dos estudos da linguagem no nosso tempo.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. Cuiabá, 23 mar. 2008.

A GAZETA. Macapá, 24 e 25 ago. 2008.

A GAZETA. Rio Branco, 1º mar. 2008.

A TARDE. Salvador, 10 fev. 2008.

A TRIBUNA. Vitória, 2 mar. 2008.

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma Linguística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 145-174.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1. p. 21-47.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 658 p.

ALVAREZ, Marcos César. Sociedade, norma e poder: algumas reflexões no campo da sociologia. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 201-216.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001. 183 p.

BAGNO, Marcos. *Norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003. 199 p.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2004. 186 p.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 196 p.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Lúcia Fernanda Pinheiro. *Notícias na (da) escola – um estudo sobre a leitura da argumentatividade no gênero notícia de jornal em sala de aula: por um letramento midiático*. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 9. ed. São Paulo: Ática, 1997. 77 p. (Série Princípios).

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009. 671 p.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Por que cartas do leitor na sala de aula? In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 208-229.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, A. M., GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 57-71.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 108 p. (Coleção Linguagem).

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 223 p.

BRÄKLING, Kátia Lomba. A gramática nos LDs de 5ª a 8ª séries: “Que rio é este pelo qual corre o Gânges?”. In: ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Orgs.). *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p. 211-252.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: BRANDÃO, Helena Nagamine. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. v. 5. p. 17-45. (Coleção Aprender e Ensinar com Textos).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa: ensino de primeira à quarta série*. Brasília: MEC/SEF, 1997. 144 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC, 1999. 360 p.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*, 2008. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/Site/>>. Acesso em: 02 mai. 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Língua Portuguesa: Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2009*. Brasília: MEC/SEB, 2008. 136 p. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-consultas>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: ABL/Mercado de Letras, 1997. 287 p. (Coleção Leituras no Brasil).

BRITTO, Luiz Percival Leme. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 135-154.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 1999. 353 p.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & Linguística*. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1999. 189 p. (Pensamento e Ação no Magistério).

CARVALHO, Adriana d'Albriex de. *Avaliação da redação escolar: por uma caracterização da prática docente*. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 27-36.

CASTRO, Maria José das Graças Lima. *O que se ensina quando se ensina Português? Concepções e Práticas Docentes*. 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Nacional, 2007. 693 p.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português Linguagens*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2005. 320 p. 3 v.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e pensamento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1971. 127 p.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997. 583 p.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2009. 584 p.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 10 fev. 2008.

CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 20 abr. 2008.

CORREIO DE SERGIPE. Aracaju, 16 a 18 mar. 2008.

CORREIO DO ESTADO. Campo Grande, 24 fev. 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 762 p.

DAQUI. Goiânia, 1º e 2 mar. 2008.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Fala, escrita e gramática. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 85-105, jul./dez. 2002.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (Org.). *Nos domínios dos gêneros textuais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. 78 p. v. 2.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 10 fev. 2008.

DIÁRIO DO AMAZONAS. Manaus, 24 fev. 2008.

DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza, 24 fev. 2008.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, 24 ago. 2008.

EVANGELISTA, Aracy Alves Martins *et al.* *Professor-leitor, aluno-autor: reflexões sobre avaliação do texto escolar*. Belo Horizonte: Intermédio/CEALE, 1998. 129 p.

EXTRA. Rio de Janeiro, 2 mar. 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira – Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.) *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61.

FARACO, Carlos Alberto. Ensinar X Não ensinar gramática: ainda cabe esta questão? *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/Calid_v4n1/art02_faraco.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1989. 128 p. (Repensando a Língua Portuguesa).

FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 162 p. (Repensando o Ensino).

FOLHA DE BOA VISTA. Boa Vista, 1º e 2 mar. 2008.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual Geral da Redação*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987. 214 p.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da Redação*. 12. ed. São Paulo: Publifolha, 2007. 391 p.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 24 ago. 2008.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 258 p. (Aprender).

GAZETA DE ALAGOAS. Maceió, 10 fev. 2008.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 20 jan. 2008.

GILBERT, Margaret. Norma. In: OUTHWAITE, William *et al.* *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 524-526.

HISTÓRICO do IVC. Disponível em: <<http://www.circulacao.org.br/inf.html>> Acesso em: 16 jul. 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 2001. CD-ROM. Versão 1.0.

JORNAL DO COMMERCIO. Recife, 20 abr. 2008.

JORNAL DO TOCANTINS. Palmas, 10 fev. 2008.

KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 240 p.

LABOV, Willian. The Study of Language in the Social Context. In: LABOV, Willian. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p. 183-259.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2006. 78 p. (Série Princípios).

LESSA, Luiz Carlos. *O Modernismo brasileiro e a Língua Portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

LIMA, Rosângela Borges. *Estudo da norma escrita brasileira presente em textos jornalísticos e técnico-científicos*. 2003. 324 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LOPES, Célia Regina dos Santos. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. *Delta*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 405-422, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>?>

pid=S0102-44501998000200006&script=sci_arttext> Acesso em: 2 fev. 2010.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996. 192 p.

MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís. *Como usar outras linguagens na sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 151 p. (Como Usar na Sala de Aula).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-24.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 133 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M., GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 23-36.

MARQUES, Rosilene Alessandra. *Estudo gramatical e domínio da norma padrão: contradições no ensino de língua portuguesa e seus reflexos na produção de textos escritos*. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. *Português Instrumental*. 24. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003. 560 p.

MEIO NORTE. Teresina, 2 mar. 2008.

MELO, José Marques de. *Comunicação e libertação*. Petrópolis: Vozes, 1981. 80 p. (Coleção Meios de Comunicação Social).

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985. 168 p. (Coleção Meios de Comunicação Social).

MENDES, Fernanda Teixeira da Costa. *Relações entre o desempenho linguístico-textual e o conhecimento gramatical explícito: estudo aplicado a jornalistas do jornal Estado de Minas*. 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular de Português: ensino fundamental*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2005. 67 p.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-14.

MORAES, Iáskara Soares. *As entrelinhas da leitura: as mediações de reprodução e de mudança no ensino da língua portuguesa*. 2003. 129 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002. 282 p.

O ESTADÃO. Porto Velho, 24 e 25 fev. 2008.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, 10 fev. 2008.

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 63-80.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística?* São Paulo: Brasiliense, 1986. 70 p. (Série Primeiros Passos).

PAIVA, M. da C. de; DUARTE, M. E. L. Introdução: a mudança linguística em curso. In: _____ (Orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 13-29.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999. 94 p. (Princípios).

PINTO, Rosalvo Gonçalves. *A coesão temporal na construção da temporalidade discursiva*.

2004. 411 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

POLL, Margarete von Mühlen. *Ensino de Língua Portuguesa: relações entre o saber científico e a prática social da linguagem*. 2008. 287 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996. 95 p. (Coleção Leituras no Brasil).

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997. p. 47-56. (Coleção Na Sala de Aula).

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 795 p.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Gramática: Nunca Mais – o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 314 p.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 11-25.

SARAIVA, Líbia Mara da Silva Saraiva. *A colocação dos pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico e nos inquéritos do Projeto NURC: uma análise constrativa*. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 1999. 279 p.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 155 p. (Linguagem).

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim *et al.* *Gêneros Oraís e Escritos na Escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. 278 p.

SENA, Wagner da Rocha. *Contribuição ao estudo da norma culta escrita do português do Brasil*. 1986. 165 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras,

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. Gênero discursivo e tipo textual. *Scriptta: Linguística e Filologia*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 87-106, 1º sem. 1999.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*. 2002. 209 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 94 p. (Repensando a Língua Portuguesa).

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986. 95 p. (Fundamentos).

SOARES, Magda. Português na escola: História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 155-177.

SUPER. Belo Horizonte, 10 fev. 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 245 p.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, 24 fev. 2008.

VAL, Maria da Graça Costa. *Entre a oralidade e a escrita: o desenvolvimento da representação de discurso narrativo escrito em crianças em fase de alfabetização*. 1996. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

ZERO HORA. Porto Alegre, 6 abr. 2008.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. 165 p. (Na Ponta da Língua).